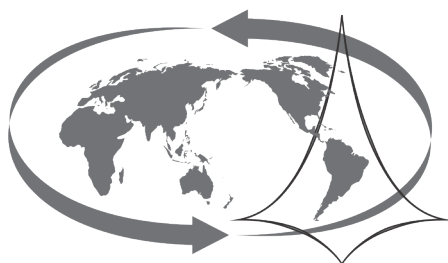


e-ISSN 2238-6912

# AUSTRAL

**Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**  
Brazilian Journal of Strategy & International Relations



Porto Alegre, v.14 n.27 | Jan./Jun. 2025



|         |              |           |          |                |
|---------|--------------|-----------|----------|----------------|
| Austral | Porto Alegre | v.14 n.27 | p. 1-246 | Jan./Jun. 2025 |
|---------|--------------|-----------|----------|----------------|

## Sobre a Revista

AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais é um veículo essencialmente acadêmico, ligado ao Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Seu foco plural busca contribuir para o debate da ordem política e econômica internacional a partir da perspectiva dos países em desenvolvimento

A revista publica artigos originais que estejam relacionados às áreas de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais, com especial interesse em assuntos relacionados a países em desenvolvimento e à Cooperação Sul-Sul – seus problemas securitários; os desenvolvimentos políticos, econômicos e diplomáticos dos países emergentes; e suas relações para com as potências tradicionais – em inglês, português ou espanhol. O público-alvo da revista consiste em pesquisadores, especialistas e estudantes de pós-graduação em Relações Internacionais. A revista busca assegurar a publicação de autores de cada um dos grandes continentes do Sul (Ásia, América Latina e África), de modo a estimular o debate e a difusão de conhecimento produzido nessas regiões. Todas as contribuições são submetidas a uma rigorosa avaliação científica.

## Indexadores



ELSEVIER  
Scopus



DOAJ  
DIRECTORY OF  
OPEN ACCESS  
JOURNALS



COLUMBIA  
INTERNATIONAL  
AFFAIRS  
ONLINE

WZB

Wissenschaftszentrum Berlin  
für Sozialforschung



LivRe  
Revistas de livre acesso

latindex



sumários  
Sumários de Revistas Brasileiras



Crossref

ETH zürich



Programa de apoio à  
Edição de Periódicos

Este trabalho foi apoiado pelo

Programa de Apoio à Edição de Periódicos (PAEP) - UFRGS

## Equipe Editorial | *Editorial Team*

### Editor | *Editor*

Leonardo Granato (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

### Editor Associado | *Editor Associate*

Marco Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

### Fundador Editor | *Editor Founding*

Paulo Visentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

### Conselho Editorial | *Editorial Board*

Analúcia Danilevicz Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Chris Landsberg (University of Johannesburg, África do Sul)

Eduardo Migon (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Brasil)

Érico Esteves Duarte (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Fábio Morosini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Gelson Fonseca Jr. (Ministério das Relações Exteriores, Brasil)

Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosario, Argentina)

Marcelo Milan (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Ruchita Beri (Institute for Defence Studies and Analyses, Índia)

### Assistentes de Edição | *Editorial Assistants*

Cássio Donato Monteiro D'Ávila (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Igor Estima Sardo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Felipe Werner Samuel (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

### Conselho Consultivo | *Consultative Board*

Adam Habib, África do Sul

André Luiz Reis da Silva, Brasil

Antonio Jorge Ramalho, Brasil

Beatriz Bissio, Brasil

Bertrand Badie, França

Boris F. Martynov, Rússia

Carlos Aurélio Pimenta de Faria, Brasil

Carlos Schmidt Arturi, Brasil

Celso Amorim, Brasil

Cristina Soreanu Pecequilo, Brasil

Guilherme Thudium, Brasil

Henry Kam Kah, Camarões

Ilter Turan, Turquia

Isiaka Alani Badmus, Nigéria

José Ariosa Pérez, Cuba

José Miguel Quedi Martins, Brasil

Liu Youfa, China

Lotfi Kaabi, Tunísia

Lucas Kerr de Oliveira, Brasil

Mamoudou Gazibo, Canadá

Marcos Costa Lima, Brasil

Maria Regina Soares de Lima, Brasil

Mehdi Parvizi Amineh, Países Baixos

Monica Hirst, Argentina

Nilton César Fernandes Cardoso, Cabo Verde

Sean Burges, Canadá



© Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais - UFRGS

Capa: Eduardo Faustini and Guilherme Geremias da Conceição

Diagramação: Felipe Werner Samuel

AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais está disponível online em português e inglês em: [www.seer.ufrgs.br/austral](http://www.seer.ufrgs.br/austral)

### Contato

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV)

Av. Bento Gonçalves, 9500 - CEP 91509-900

Porto Alegre/RS - Brasil

Phone: +55 (51) 3308 7988

E-mail: [austral@ufrgs.br](mailto:austral@ufrgs.br)

**[www.seer.ufrgs.br/Austral](http://www.seer.ufrgs.br/Austral)  
Cataloging-in-Publication (CIP)**

Austral : Revista Brasileira de Estratégia e Relações  
Internacionais = Brazilian Journal of Strategy &  
International Relations / Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, CEGOV/FCE.

- v. 14, n.27 (Jan./Jun. 2025). – Porto Alegre:  
NERINT-CEGOV/PPGEEI-FCE/UFRGS, 2012-

Semestral.

e-ISSN 2238-6912

1. Political Science. 2. International Relations.  
3. International Politics. 4. Diplomacy. 5. Developing  
Countries.

CDU 327

Biblioteca Gládis Wiebbelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

## Sumário

|                                                                                                                                                                                  |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Editorial</b>                                                                                                                                                                 | <b>7</b>   |
| <b>A Cooperação Sino-Russa e seus Impactos na Ásia Central</b><br>Giorgio Romano Schutte e Diego Noveli Valadares                                                                | <b>9</b>   |
| <b>A Desinformação nas Relações Internacionais: Examinando as Vulnerabilidades do Brasil</b><br>Leandro Loureiro Costa                                                           | <b>41</b>  |
| <b>Reflexões sobre o Brasil e a Cooperação em Defesa: entre Vantagens e Desafios Históricos (1822-hoje)</b><br>Kamilla Raquel Rizzi e Danielle Jacon Ayres Pinto                 | <b>64</b>  |
| <b>A Guerra da Ucrânia como Imperativo Antissistêmico e suas Consequências Geopolíticas: o Aumento da Influência do BRICS</b><br>Charles Pennaforte                              | <b>95</b>  |
| <b>As Contribuições do Canadá para a Manutenção da Paz no Líbano: Preservando a Paz e a Estabilidade</b><br>Mohamad Zreik                                                        | <b>113</b> |
| <b>A Ascensão do Populismo de Direita na União Europeia: Causas e Consequências</b><br>Adrian Cuevas Talens                                                                      | <b>135</b> |
| <b>Uma Nova Partilha? A Economia Geopolítica da Multipolaridade no Sahel e suas Implicações para a Soberania Econômica da África</b><br>Al Chukwuma Okoli e Abdulkareem Alhassan | <b>158</b> |
| <b>Energia e recursos naturais na relação Argentina-China: interesses, cooperação e desafios</b><br>Julián Bilmes                                                                | <b>177</b> |
| <b>Ecopolítica e Tendências Ecológicas no Oriente Médio. Realidade ou Utopia?</b><br>Katarzyna Czornik                                                                           | <b>214</b> |
| <b>Parceiros</b>                                                                                                                                                                 | <b>237</b> |

A responsabilidade do conteúdo dos artigos é de seus respectivos autores.  
The responsibility for the content of the articles is of their respective authors.

**AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**  
e-ISSN 2238-6912 | v.14, n.27 Jan./Jun. 2025

## EDITORIAL

O início do novo mandato do Presidente norte-americano Donald Trump, em janeiro de 2025, marcou a formalização de uma nova realidade nas relações internacionais, que vinha se configurando desde a Pandemia Covid. O desencadeamento da Guerra Russo-Ucraniana, também protagonizado pela OTAN, já havia produzido ondas de choque, realinhando placas tectônicas geopolíticas. Os conflitos do Oriente Médio, desde outubro de 2023, desestabilizaram ainda mais a ordem internacional. O sistema mundial vinha ingressando de forma irreversível em uma multipolaridade instável, gradativamente substituindo a chamada unipolaridade norte-americana e a virtual bipolaridade EUA-China.

A atuação de Trump, objetivamente, apenas introduziu um choque de realidade, com uma mudança assertiva de estratégia para os Estados Unidos e para o mundo. De forma contundente, como é de seu estilo, ele e sua equipe chocaram a Europa, o Canadá e a Ucrânia, com seu contato telefônico com Vladimir Putin e a desconsideração com Volodymyr Zelenski na Casa Branca. Muitos analistas argumentam que se trata de uma visão ideológica e ilógica. Contudo, Trump não se apoia na política tradicional, em raciocínios puramente ideológicos ou mesmo militaristas. Sua lógica é a de um empresário, que utiliza ameaças para obter uma negociação vantajosa. Seu objetivo é atacar o os déficits trilionários do Estado norte-americano e reverter seu declínio econômico.

Para tanto, decretou o fim da globalização neoliberal e do sistema multilateral liberal, o qual os membros do BRICS buscavam reformular. A Hard Politics realista substituiu as narrativas de Soft Power dos Democratas. E sua ação atingiu primeiro seus próprios aliados, reenquadrando-os, partindo depois para os adversários. Ele parece ter aceito que o mundo se tornou multipolar, com quatro grandes players: China, Rússia, Índia, com os Estados Unidos sendo um *primus inter pares*. Trump tem pressa, porque almeja bons resultados até as eleições legislativas de meio de mandato em 2026.

Muitos estadistas e acadêmicos acreditam se tratar de uma missão impossível, mas o que todos demonstram é uma confusão estratégica, com ações e alianças improvisadas, que evoluem semanalmente. Trata-se do lado Instável da nova Multipolaridade. Compreender a realidade (e as possibilidades) subjacentes constitui uma tarefa complexa e urgente, num mundo em que

todos temem em chamar as coisas pelo seu nome. Como ponto de partida, é necessário abandonar as ilusões e narrativas geradas pelo fim da Guerra Fria e analisar as relações político-militares, a revolução tecnológica e seu impacto social, as transformações demográficas e as mudanças climáticas em curso.

Nesse contexto, publicamos aqui um conjunto de artigos que trata dos casos da Ásia Central, do Brasil, da Guerra Russo-Ucraniana, do Oriente Médio, da Argentina e da China, dando voz a autores do Sul Geopolítico (Terceiro Mundo). Os autores são professores-pesquisadores de quatro grandes universidades brasileiras, da China, de Taiwan, da Nigéria, da Argentina e da Polônia, com uma amplitude de abordagens e temáticas.

A visão de autores do Sul Geopolítico enriquece a percepção acadêmica e estratégica com relação aos temas analisados, materializando os objetivos permanentes da AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. Isso é crucial num momento em que o cenário mundial evolui para um somatório de conflitos e tensões, que já desembocaram em escalada militar, em cenário de forte imprevisibilidade. O Brasil, por sua vez, foi atingido fortemente pelas mudanças em curso, num mundo em que os cenários geoeconômicos constituem a nova realidade. Portanto, mais do que nunca é necessário que a Academia proceda a uma urgente análise crítico-realista com base na nova realidade cambiante, como forma de contribuir no apoio aos estadistas e à sociedade.

\*\*\*

Agradecemos o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFRGS, por meio do Programa de Apoio à Editoração de Periódicos (PAEP), bem como a toda equipe que trabalhou na editoração e tradução, em particular aos Assistentes de Edição Cássio Donato Monteiro D'Ávila e Igor Estima Sardo, com a colaboração de Felipe Werner Samuel. Agradecemos também aos nossos qualificados pareceristas e à Professora Cristina Soreanu Pecequilo pela revisão das traduções. O trabalho de equipe dos pesquisadores do NERINT/UFRGS tem permitido manter a regularidade e a qualidade da AUSTRAL.

# A COOPERAÇÃO SINO-RUSSA E SEUS IMPACTOS NA ÁSIA CENTRAL

Giorgio Romano Schutte<sup>1</sup>

Diego Noveli Valadares<sup>2</sup>

## 1. Introdução

A relação entre Rússia e China tem sido amplamente debatida na geopolítica contemporânea, especialmente após 2014, quando os dois países passaram a estreitar sua cooperação diante de desafios comuns. A percepção de que a primazia dos Estados Unidos representa uma ameaça aos seus interesses nacionais impulsionou uma parceria estratégica, consolidada em resposta a fatores como a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em direção à Rússia, as tensões no Indo-Pacífico, as sanções econômicas contra Moscou e as disputas comerciais e tecnológicas entre Washington e Pequim. Diante desse cenário, ambos os países buscam alternativas ao sistema internacional dominado pelo Ocidente, fortalecendo sua autonomia em setores como energia, defesa e tecnologia. Essa dinâmica se reflete de maneira significativa na Ásia Central, uma região tradicionalmente considerada parte da esfera de influência russa, mas que tem experimentado uma crescente presença chinesa, impulsionada pela Iniciativa Cinturão e Rota (BRI, na sigla inglesa). Nesse contexto, surge uma questão central: as estratégias de Moscou e Pequim configuram uma competição por hegemonia na região ou apontam para uma possível articulação complementar de interesses? Essa interrogação, que coloca em pauta a própria natureza da relação entre as duas potências, abre caminho para debates mais amplos

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do ABC, Santo André, Brasil. E-mail: giorgio.romano@ufabc.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5225-469X>.

<sup>2</sup> Universidade Federal do ABC, Santo André, Brasil. E-mail: diegonoveliv@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4214-1402>.

sobre a capacidade da Rússia de preservar sua influência frente à expansão chinesa e sobre os rumos da parceria estratégica entre ambos.

Parte dos analistas defende que a Rússia já não é o principal ator, tendo sido superada pela China, cujo poder econômico e investimentos estratégicos lhe conferem uma posição dominante (Higgins 2022; Shetty 2024). Outros argumentam que o poder russo está em declínio, o que pode resultar em uma perda gradual de protagonismo em relação à ascensão chinesa (Akromov 2024; de Waal 2024; Dzhuraev and McGlinchey 2022; Kashgarian 2022; Saivetz 2023). Além disso, há interpretações que sugerem que a guerra na Ucrânia alterou a dinâmica entre Rússia e China, transformando-os em competidores que buscam ampliar sua influência na região (Hua 2024). Por outro lado, algumas análises afirmam que, apesar do avanço chinês, a Rússia permanece um importante ator na região e que os interesses comuns entre os dois países podem mitigar potenciais disputas, conduzindo a uma gestão compartilhada que beneficie ambas as potências (Gabuev and Umarov 2023; Lass 2022).

Por conta disso, este artigo tem como objetivo analisar a dinâmica da cooperação sino-russa na Ásia Central, investigando como a divisão funcional entre as influências russa e chinesa se configura no contexto geopolítico atual. Justifica-se a pesquisa pela necessidade de compreender os mecanismos que permitem a coexistência e, por vezes, a complementaridade entre as duas potências, em um cenário marcado por sanções, reconfigurações de poder e transformações nos fluxos comerciais e de investimentos. A partir deste enfoque, busca-se oferecer uma contribuição teórica e empírica para os debates contemporâneos em relações internacionais, evidenciando os desafios e as oportunidades gerados pela presença combinada de Moscou e Pequim na região.

Para responder a essa questão, o artigo adota uma abordagem metodológica que articula análises qualitativas e quantitativas. Combinam-se revisão crítica da literatura especializada em geopolítica, relações sino-russas e Ásia Central com a interpretação de dados econômicos e estratégicos provenientes de fontes como o Banco Mundial e institutos regionais. O recorte temporal concentra-se no período pós-2014, marcado por eventos-chave que redefiniram a dinâmica regional: a implementação da Iniciativa Cinturão e Rota (2013), a anexação da Crimeia (2014) e a retirada parcial dos EUA do Afeganistão. Esses marcos não apenas aceleraram a reconfiguração do equilíbrio de poder na Ásia Central, mas também evidenciaram a capacidade de Moscou e Pequim de adaptarem suas estratégias a um cenário de interdependência assimétrica.

A investigação abrange diferentes eixos de influência na Ásia Central,

considerando os múltiplos fatores que moldam a dinâmica regional. No campo militar, analisa a presença estratégica russa, incluindo bases militares, acordos de segurança e o papel da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC) na estabilidade regional. Na esfera produtiva, examina os fluxos de Investimento Estrangeiro Direto (IED) e a atuação de empresas russas e chinesas em infraestrutura e setores estratégicos. A dimensão financeira é explorada por meio da articulação dos sistemas bancários, das remessas de trabalhadores migrantes e dos fluxos de capitais que sustentam a presença econômica de Moscou e Pequim. Além disso, a tecnologia e a educação são abordadas a partir da expansão da Digital Silk Road, das parcerias tecnológicas e da presença de instituições educacionais russas. A influência cultural russa também se mostra relevante, especialmente pelo uso do idioma russo como língua franca, pela difusão de conteúdo midiático e pela preservação de laços históricos e acadêmicos com os países da região. No comércio, a análise se concentra nos intercâmbios entre a Ásia Central, Rússia e China, observando padrões de exportação, importação e reexportação. A questão energética também se destaca, com ênfase no transporte e comercialização de petróleo e gás natural, recursos essenciais para a configuração geopolítica regional.

A análise sustenta que, embora a Rússia tenha cedido espaço econômico à China na região, sua relevância persiste por meio de outros mecanismos, como laços históricos, acordos de segurança coletiva e interdependência energética. Paralelamente, argumenta-se que a cooperação sino-russa não se baseia em mera convergência tática, mas em uma gestão estratégica de complementaridades: enquanto a China prioriza investimentos em infraestrutura e conectividade, a Rússia reforça seu papel como garantidor da estabilidade política e militar. Essa divisão funcional, associada à desconfiança mútua em relação à ordem internacional liderada pelo Ocidente, cria incentivos para a manutenção da parceria, mesmo em contextos de assimetria. Ao integrar dimensões militares, financeiras e culturais, o estudo busca não apenas contestar narrativas sobre a inevitabilidade do conflito entre as potências, mas também demonstrar como a Ásia Central se tornou uma região para a coexistência pragmática entre projetos de poder distintos.

O artigo está organizado em cinco seções: a presente introdução, três seções centrais e, finalmente, as considerações finais. Na segunda seção, discute-se como a Rússia emprega mecanismos militares, políticos e econômicos para preservar seu papel tradicional na região. Em seguida, a terceira seção explora a estratégia chinesa, com ênfase nos investimentos, na expansão da BRI e na consolidação de sua presença econômica e tecnológica. A quarta seção, por sua vez, examina a perspectiva dos países da Ásia Central, destacando sua capacidade de ação, a identificação de oportunidades e suas

estratégias de negociação diante da dualidade de influências de Moscou e Pequim. Além disso, essa análise será relacionada ao cenário mais amplo da crescente dependência da Rússia em relação à China, evidenciando como essa dinâmica molda o espaço de manobra dos Estados centro-asiáticos dentro do equilíbrio geopolítico regional. Por fim, as considerações finais sintetizam os debates e apontam direções para futuras investigações sobre os desafios e as potencialidades dessa dinâmica geopolítica.

## 2. A perspectiva russa na Ásia Central

No quesito militar, a retirada parcial das tropas estadunidenses do Afeganistão em 2014 reduziu a sensação de segurança dos governos da Ásia Central. Nesse vácuo, a Rússia intensificou sua presença regional, deslocando tropas e realizando exercícios militares com o Tajiquistão e o Quirguistão no âmbito da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC) (Collins 2014). O fortalecimento russo ficou evidente com o fechamento, ainda em 2014, da última base aérea estadunidense na Ásia Central – no aeroporto de Manas, Quirguistão – e com a aproximação militar decorrente da transição pacífica de poder em 2017, quando Sooronbay Jeenbekov demonstrou interesse em instalar uma segunda base russa e expandir as instalações militares em Kant e Karakol (Kainazarova 2018; Tan 2020). A assinatura da Convenção Sobre o Estatuto Jurídico do Mar Cáspio em 2018 – entre Rússia, Irã, Azerbaijão, Turcomenistão e Cazaquistão (Skalamera 2018) – também pode ser vista como uma ampliação dos interesses russos na segurança regional. Ao estabelecer normas para a delimitação de águas internas, territoriais e zonas de pesca exclusivas, e ao declarar o Cáspio como uma zona de paz, proibindo forças militares de Estados não-litorâneos, a Convenção respondeu, em parte, aos acordos de 2010 entre o Cazaquistão e os Estados Unidos, reforçando o esforço russo de restringir a presença militar estrangeira (Labardini 2021; Pradhan 2019).

Importa destacar, contudo, que, mesmo com essa intensificação, eventos recentes revelam uma influência russa permeada por contradições. No Quirguistão, em 2020, alegações de fraude nas eleições desencadearam intensos protestos, culminando na renúncia de Jeenbekov e na ascensão de Sadyr Japarov. Embora o novo governo adotasse uma postura pró-Rússia, Moscou permaneceu ambígua, evitando uma intervenção direta apesar da presença de bases russas em território quirguiz e da participação do país na OTSC (Mikovic 2020). Em 2021, conflitos fronteiriços entre quirguizes e tajiques, oriundos de desentendimentos em áreas contestadas, evoluíram para confrontos armados e forçaram a negociação pela desmilitarização das zonas

em disputa. A rápida mediação, incentivada por vizinhos como Uzbequistão e Cazaquistão e também pela Rússia, evidenciou a relutância de Moscou em agir de forma enérgica, para não expor as fragilidades do bloco (Pantucci and Soliev 2023; Sullivan 2021).

Em contraste, a OTSC interveio de forma mais decisiva no Cazaquistão em 2022. Protestos violentos, decorrentes do aumento dos preços do combustível e de problemas socioeconômicos, levaram o presidente Tokayev a solicitar intervenção, alegando a ameaça de grupos terroristas treinados no exterior. O envio de um contingente de 4.000 soldados para manutenção da paz reafirmou o papel da Rússia como garantidora da segurança regional – além de estabelecer um precedente para a cooperação militar na Ásia Central (Denisov 2022; Santos 2022). Contudo, a operação, predominantemente simbólica e de curta duração, expôs limitações da OTSC e da estratégia russa, funcionando mais como um gesto de presença do que como uma intervenção robusta – possivelmente influenciada, inclusive, por interesses chineses na região (Davidzon, Libman and Saggat 2023).

A guerra na Ucrânia também gerou consequências indiretas na Ásia Central, onde os países mantiveram uma postura tradicional de neutralidade – sem apoiar abertamente a agressão, nem condená-la – replicando atitudes observadas na anexação da Crimeia em 2014 e na guerra contra a Geórgia em 2008 (Engvall 2023). Embora tais posições tenham evitado rupturas drásticas, o conflito estimulou atritos e incentivou esforços para diversificar parcerias, sem, no entanto, alterar significativamente as relações históricas na região. O episódio que mais tensionou as relações entre Moscou e os Estados centro-asiáticos ocorreu com o Cazaquistão. No Fórum Econômico de São Petersburgo, em 2022, o presidente cazaque declarou que seu país não reconheceria Lugansk e Donetsk como repúblicas independentes (Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Kazakhstan 2022) e sinalizou a busca por rotas alternativas para a exportação de petróleo. Em resposta, Moscou aprovou – e posteriormente reverteu – uma lei que ameaçava fechar o CPC, importante oleoduto para o Cazaquistão, sob alegações ambientais. Alarmado, o Cazaquistão passou a diversificar suas parcerias militares, adquirindo drones estadunidenses, firmando um acordo de cooperação com o Reino Unido, assinando quatorze acordos bilaterais com a Turquia e garantindo a produção de drones turcos em seu território (Fernandes and Grantseva 2023).

Outros países da região também buscaram diversificar suas fontes de armamento, movidos por dúvidas sobre a capacidade da Rússia de manter a segurança – sobretudo após a realocação de recursos militares de bases no Quirguistão e Tajiquistão para o conflito ucraniano (Engvall 2023; Hess 2023). Assim, Uzbequistão e Quirguistão intensificaram a busca por novos parceiros estratégicos: o Uzbequistão estreitou laços com a Turquia, assinou

acordos de cooperação militar e contatou os Estados Unidos para a aquisição de drones, enquanto o Quirguistão optou por drones turcos e cancelou exercícios militares da OTSC previstos para 2022 (Fernandes and Grantseva 2023).

No entanto, apesar dos esforços dos países centro-asiáticos para diversificar seus fornecedores de armamento, a influência militar da Rússia na região permanece significativa. Essa presença é sustentada por bases militares, armamentos subsidiados e acordos de segurança que limitam a aproximação de outros atores (Gabuev and Umarov 2023). Moscou continua a ser o principal fornecedor de armas para a região, desempenhando um papel central nas importações militares desses países (Carteny and Pizzolo 2022). Além disso, a OTSC, apesar de suas contradições e fragilidades — evidentes em sua resposta irregular a crises políticas internas e conflitos fronteiriços —, continua a desempenhar um papel relevante na segurança regional. Por meio da organização, a Rússia promove exercícios conjuntos que reforçam a interoperabilidade entre suas forças e as dos países centro-asiáticos, além de manter bases militares com contingentes prontos para resposta rápida a crises, consolidando sua influência estratégica na região. Assim, mesmo diante de desafios e tentativas de redução da dependência, o Kremlin segue como o principal ator militar na Ásia Central, consolidando sua posição estratégica na segurança regional.

Sob o ponto de vista produtivo, grandes alterações ocorreram a partir de 2022, quando a guerra na Ucrânia e as sanções ocidentais impuseram novos desafios à Rússia, ao mesmo tempo em que abriram oportunidades para uma reconfiguração de sua presença econômica na Ásia Central. As sanções sofridas por Moscou resultaram em um grande êxodo de empresas russas, que migraram para a região a fim de evitar barreiras comerciais e garantir o recebimento de pagamentos em moeda estrangeira (Hugot and Mogilevskii 2023). No Cazaquistão, a partir de março de 2022, o número de empresas russas aumentou significativamente, com um acréscimo de 500 a 800 novas entidades por mês e um pico de 1.100 realocações em agosto de 2022. Em abril daquele mesmo ano, registrou-se um total de 15.400 empresas com capital russo, um aumento de 4.000 empresas em relação a janeiro de 2022 (Osipova and Vasil'kova 2022). Em 2023, aproximadamente metade das empresas estrangeiras no país era de origem russa, e os investimentos russos atingiram um estoque de US\$ 13 bilhões (Eurasian Development Bank 2023, 6). O movimento de realocação não se restringe ao Cazaquistão. Nos primeiros oito meses de 2022, o Quirguistão registrou 546 empresas com capital russo – o dobro do registrado no mesmo período do ano anterior – enquanto no Uzbequistão, das 14.500 empresas estrangeiras, 2.700 são de origem russa, superando o número de registros de empresas turcas (203) e chinesas (149) nos primeiros sete meses do mesmo ano (Osipova and Vasil'kova 2022).

No conjunto, mais de 24 mil empresas com capital russo operam na Ásia Central, representando investimentos superiores a US\$ 38 bilhões. Nesse novo cenário, a Rússia tem buscado desenvolver joint ventures com países centro-asiáticos para a produção de componentes de engenharia mecânica, bem como equipamentos e sistemas de digitalização e automação de processos produtivos (News Central Asia 2024). Dessa forma, essa migração empresarial reflete uma adaptação estratégica de Moscou às sanções e um fortalecimento dos laços econômicos com a Ásia Central. A crescente interdependência produtiva entre a Rússia e a região não apenas mitiga os impactos das restrições ocidentais, mas também reposiciona Moscou como um ator econômico importante nos setores estratégicos centro-asiáticos. Esse movimento consolida a presença russa na economia regional, reforçando sua influência e garantindo que, apesar dos desafios geopolíticos, sua participação na esfera produtiva da Ásia Central continue relevante.

No setor financeiro, por sua vez, também se observa uma interdependência entre Moscou e os países centro-asiáticos, o que tem sido um fator essencial para a manutenção da influência russa na região. Após as sanções impostas em 2014, a Rússia intensificou suas iniciativas para reduzir os reveses econômicos, promovendo uma união econômica regional e ampliando a integração com os países da Ásia Central, com o objetivo de atenuar o impacto das sanções, reduzir a dependência do dólar e reforçar os laços econômicos e políticos (Krapohl and Vasileva-Dienes 2020; Laitinen 2018). Contudo, essa estratégia ambígua, que fortalece a influência russa, também expõe fragilidades estruturais dos sistemas financeiros dos países parceiros, fato agravado pelas sanções mais severas de 2022 (Ozat 2023; Vaulgrenant 2023; World Bank 2025).

Para compreender melhor o impacto dessa estratégia, destaca-se a criação da União Econômica Eurasiática (UEE) em 2014. Essa nova iniciativa, desenvolvida pela Rússia em conjunto com Cazaquistão, Belarus e Armênia (Krapohl and Vasileva-Dienes 2020), expandiu-se rapidamente com a entrada do Quirguistão, que recebeu promessas de investimentos em seu setor energético e garantias de direitos para seus trabalhadores na Rússia (Laitinen 2018). Ela estabeleceu uma união aduaneira com o intuito de promover a livre circulação de trabalho, bens, serviços e capital. O tratado que institui a União confere-lhe identidade jurídica própria e capacidade para conduzir atividades internacionais, focando na resolução de desafios comuns entre os Estados-membros. Essa amplitude de cooperação se manifesta na criação e expansão de mercados comuns, como os de dispositivos médicos e eletricidade, e na previsão de futuros mercados financeiros e de energia (Belitski and Pomerlyan 2023). No entanto, apesar de representar um esforço de integração mais profundo, a UEE também enfrenta tensões internas,

evidenciadas por conflitos relacionados à coordenação das políticas monetárias e críticas à desvalorização do rublo, que pode prejudicar a competitividade de alguns membros (Joireman, Tulepbayeva and Vanderhill 2020; Kazantsev, Medvedeva and Safranchuk 2021).

Em paralelo, a criação do Sistema de Transferência de Mensagens Financeiras em 2014 marcou um esforço da Rússia para contornar as sanções, facilitando pagamentos transfronteiriços com a adesão de bancos centro-asiáticos e parcerias com instituições financeiras russas. Essa integração permitiu a realização de transações internacionais por meio de cartões de crédito e débito, além de fundos e transferências eletrônicas, aproximando os sistemas financeiros da região do modelo russo. No entanto, a intensificação dessa integração trouxe desafios, como a oscilação conjunta das moedas locais com o rublo, que pode elevar o custo das dívidas denominadas em dólares e impactar a inflação dos países centro-asiáticos (Barrios et al. 2023).

Esses atritos e desafios revelam uma situação complexa, na qual a interdependência fortalece a presença russa, mas também gera conflitos e incertezas na condução das políticas monetárias. Porém, mesmo com esses atritos, a capacidade de mudanças financeiras na Rússia afetarem os países da Ásia Central já demonstra uma influência considerável de Moscou na região, influência essa que se mantém ainda mais presente por meio de mecanismos como o fluxo de remessas enviadas por trabalhadores migrantes centro-asiáticos que vivem na Rússia para seus países de origem. A crise gerada pela guerra na Ucrânia impulsionou a migração de trabalhadores da Ásia Central para a Rússia, elevando as remessas para níveis recordes em 2022 – com um aumento de 50% – e contribuindo significativamente para os PIBs regionais. A importância das remessas para os países da região é evidente, tendo representado 20% do PIB uzbeque, 26% do quirguiz e 49% do tadjique em 2022 (Ozat 2023; Vaulgrenant 2023; World Bank 2025).

Observa-se, assim, que a integração financeira entre a Rússia e os países da Ásia Central pode ser interpretada como uma estratégia de coordenação monetária que, em determinados aspectos, contribui para a estabilidade econômica regional. No entanto, essa abordagem – baseada na manutenção de fluxos de remessas, na articulação dos sistemas bancários e na consolidação de mecanismos como a União Econômica Eurasiática – apresenta limitações significativas. A incapacidade russa de suprir de forma abrangente as demandas de liquidez e crédito da região reflete os desafios impostos por sanções internacionais e as fragilidades estruturais do próprio sistema financeiro do país. Ainda assim, a interdependência monetária permanece um fator central na dinâmica econômica centro-asiática. Mudanças internas na economia russa, como oscilações no rublo ou restrições financeiras decorrentes de sanções, continuam a impactar diretamente

os países da região, evidenciando que Moscou, apesar de suas debilidades, mantém uma influência financeira relevante na Ásia Central. Esse vínculo persistente reforça a resiliência da presença russa, ainda que em um cenário de desafios e crescente necessidade de adaptação.

No campo cultural, a Rússia mantém uma presença significativa na Ásia Central, sobretudo devido ao amplo uso da língua russa, que lhe confere vantagens nos setores midiático e acadêmico (Laruelle 2014). No setor de mídia, o governo russo tem explorado essa influência linguística como ferramenta de soft power, promovendo a expansão de canais e agências de notícias como Rossotrudnichestvo, Russkii Mir e Russia Today. Essas iniciativas são facilitadas pela ampla audiência dos produtos jornalísticos russos na Ásia Central, onde, devido às restrições à liberdade de expressão, os meios de comunicação russos são frequentemente percebidos como mais profissionais e confiáveis (Freeman 2017; Kosmarskaya and Kosmarski 2019). Já no âmbito acadêmico, a Rússia mantém forte presença educacional na região, com 25 filiais de universidades distribuídas entre Cazaquistão (6), Quirguistão (2), Tajiquistão (3) e Uzbequistão (14). Além disso, em 2023, cerca de 185.000 estudantes centro-asiáticos estavam matriculados em instituições russas, incluindo 60.000 do Cazaquistão, 46.000 do Uzbequistão, 31.000 do Turcomenistão, 30.000 do Tajiquistão e 16.000 do Quirguistão, sendo que aproximadamente 40% deles recebem apoio financeiro do governo russo (Russian... 2023).

Diante desse panorama, observa-se que a Rússia continua a desempenhar um papel central na Ásia Central, sustentando sua influência por meio de sua presença militar, da interdependência econômica e financeira e da manutenção de laços culturais e educacionais. Apesar das fragilidades, como as sanções internacionais e a busca dos países centro-asiáticos por outros parceiros, Moscou ainda preserva elementos estratégicos que lhe conferem resiliência, como sua liderança na OTSC, sua capacidade de projetar poder na região por meio de bases militares e sua forte inserção nas dinâmicas produtivas e financeiras centro-asiáticas. Além disso, a língua russa e a presença de instituições educacionais e midiáticas seguem como instrumentos eficazes de soft power, reforçando a influência cultural do Kremlin. Assim, ainda que sua predominância esteja sendo contestada, a Rússia permanece um ator fundamental na configuração política, econômica e securitária da Ásia Central.

### 3. A perspectiva chinesa na Ásia Central

Embora a China tenha ampliado sua presença militar na Ásia Central,

seu envolvimento na região permanece predominantemente econômico. De fato, houve um crescimento na cooperação em segurança: países como Uzbequistão, Turcomenistão e Tajiquistão intensificaram a aquisição de armamentos chineses, e o Tajiquistão, em particular, passou a integrar mecanismos regionais como o Mecanismo Quadrilateral de Cooperação e Coordenação (Fernandes and Grantseva 2023; Kazantsev, Medvedeva and Safranchuk 2021). Além disso, a participação da China nas importações militares da região aumentou de 1,5% entre 2010 e 2014 para 18% no período de 2014 a 2019. No entanto, esse avanço ainda é limitado, especialmente se comparado à influência russa, que no mesmo período respondeu por 62% das importações militares da Ásia Central (Carteny and Pizzolo 2022).

Dessa forma, embora Pequim tenha expandido sua atuação no setor de defesa, sua presença na Ásia Central continua sendo predominantemente econômica. Isso se evidencia no anúncio de US\$ 3,7 bilhões em investimentos durante a Cúpula China-Ásia Central de 2023 e na assinatura da Declaração de Xi'an, que reiterou o compromisso com a segurança e a estabilidade regional sem implicar a formação de uma aliança militar formal ou desafiar diretamente a posição dominante da Rússia. Essa estratégia, centrada no desenvolvimento, é amplamente aceita por Moscou, que vê a estabilidade da região como essencial para a manutenção de sua própria influência (Gabuev and Umarov 2023; Nelson 2023). Assim, enquanto a Rússia segue como o principal ator em questões de segurança devido à sua presença militar, a China consolida sua liderança no campo econômico, ampliando investimentos e infraestrutura sem provocar um rompimento com a influência russa.

Sendo assim, é necessário iniciar a análise das questões produtivas, destacando-se o papel dos investimentos chineses, sobretudo porque, no mesmo período em que Pequim expandia sua presença econômica na região por meio da BRI, Moscou reduzia significativamente seus investimentos externos. Em 2014, esses investimentos alcançaram US\$ 57,08 bilhões, mas a partir de 2015 houve uma queda de 61,3%, caindo para US\$ 22,09 bilhões, com níveis relativamente baixos persistindo nos anos seguintes – US\$ 22,31 bilhões em 2016 e US\$ 36,76 bilhões em 2017 – e um impacto severo em 2020, quando atingiram apenas US\$ 5,85 bilhões, representando uma redução de 89,7% em relação ao pico (World Bank 2025). Nesse mesmo período, a China consolidou sua influência por meio do lançamento da BRI, que não só ampliou o volume de seus investimentos na região, mas também diversificou sua atuação em setores como telecomunicações, indústria, manufatura, construção e serviços.

Projetos importantes foram implementados em diversos países: no Tajiquistão, investimentos substanciais em energia, transporte e agricultura,

com destaque para a construção de uma usina termelétrica e projetos de infraestrutura como a rodovia Khojend-Isfara e a renovação de hidrelétricas; no Turcomenistão, a parceria chinesa impulsionou o desenvolvimento de comunicação, transporte e infraestrutura, inclusive com a construção de uma ferrovia que conecte o país à China, Cazaquistão e Irã (Hoh 2019). O governo do Quirguistão também se voltou para a China para superar desafios estruturais, como a carência de infraestrutura que inviabiliza o aproveitamento de seus vastos depósitos minerais. Em resposta, Pequim reabilitou diversas rodovias e modernizou redes viárias e de transmissão de energia, visando promover a integração nacional e facilitar o transporte entre as regiões do país – projetos que o Quirguistão, por si só, não poderia financiar (Karikeev and Zhu 2019).

De forma similar, o Uzbequistão tem se beneficiado de projetos ferroviários, como a ferrovia China-Quirguistão-Uzbequistão, que busca facilitar o acesso ao mar, além de investimentos em zonas econômicas, conservação de água, rodovias e eletrificação de ferrovias (Hoh 2019). No Cazaquistão, a participação chinesa se materializa através do Samruk-Kazyna, um fundo soberano criado em 2008 pelo governo cazaque que tem captado grandes empréstimos da China para financiar empreendimentos estratégicos, como a construção de linhas ferroviárias que liguem o país à China e ao mar Cáspio, a expansão de portos como o de Aktau e Kuryk e o desenvolvimento de centros de logística. O porto seco de Khorgos, na fronteira entre Cazaquistão e China, tornou-se peça-chave da BRI e da passagem do gasoduto Ásia Central-China, responsável por 70% do transporte terrestre de produtos entre a China e a Europa (Pieper 2021; Zogg 2019).

Como resultado desses avanços, a China assumiu a liderança dos investimentos em quatro países da Ásia Central, representando 79% do estoque do Investimento Estrangeiro Direto no Uzbequistão em 2022 (Hall 2024), 60% no Tajiquistão em 2023 (Flesch 2024) e 28% no Quirguistão também em 2023 (Kachkinbaeva and Menchaca 2024). No Turcomenistão, estima-se que a China já representasse cerca de 40% do IED em 2021 (Mukhammadsodik 2023). A única exceção é o Cazaquistão, onde, em 2023, a liderança nos estoques de IED era composta pelos Países Baixos e pelos Estados Unidos (National Bank of Kazakhstan 2024). Essas transformações no padrão de investimentos evidenciam a crescente presença da China na região e a retração relativa da Rússia.

Da mesma forma, a China se consolida como uma alternativa cada vez mais relevante no setor financeiro, oferecendo investimentos de grande escala, linhas de crédito mais flexíveis e contribuindo para a modernização dos sistemas financeiros locais, além da diversificação das fontes de financiamento. Isso fica claro logo após a eclosão da guerra na Ucrânia,

quando as sanções reduziram a disponibilidade de financiamento russo para os bancos centro-asiáticos, elevaram os custos das transações e diminuíram a liquidez das moedas locais. O Cazaquistão, onde três dos principais bancos – Sberbank, VTB e Alfa Bank – são subsidiárias de instituições russas, enfrentou problemas quando essas instituições foram sancionadas, levando duas delas a reduzir ou abandonar o mercado. Problemas similares surgiram no Tajiquistão, onde a íntima ligação entre os bancos locais e os russos dificultou as transferências internacionais, enquanto no Quirguistão e no Uzbequistão, as restrições afetaram o funcionamento de transferências com cartões e aplicações móveis, respectivamente (Barrios et al. 2023).

Esses eventos demonstram como a dependência excessiva da infraestrutura financeira russa fragiliza as economias da Ásia Central, levando os países da região a buscar novas fontes de financiamento. A redução na liquidez russa e a necessidade de diversificar os recursos criam um vácuo que a China tem preenchido de forma crescente, sobretudo por meio da oferta de empréstimos vinculados à BRI, o que leva diversos países da região a destinarem recursos consideráveis para o pagamento dos serviços da dívida. Destacam-se o Tajiquistão e o Quirguistão, onde a China detém 30% e 41% da dívida externa pública, respectivamente, enquanto no Turcomenistão, Cazaquistão e Uzbequistão, a participação chinesa atinge 3%, 7% e 8%, respectivamente (World Bank 2023, 159, 115, 167, 112, 170).

Mais relevante do que o volume dos empréstimos é o poder de barganha adquirido pela China por meio das condições impostas a esses governos. Esses financiamentos vêm acompanhados de restrições que limitam a concorrência e a transferência de tecnologia, favorecendo empresas chinesas e aprofundando a dependência econômica e tecnológica dos países centro-asiáticos. Ao controlar a execução dos projetos, Pequim assegura que os benefícios econômicos e as inovações permaneçam em seu território e, em cenários de inadimplência, adquire terras, empresas locais e direitos para explorar recursos naturais, como ouro e prata (Galimova et al. 2024; Karrar and Mostowlansky 2020; Kazantsev, Medvedeva and Safranchuk 2021; Otorbaev 2022; Skalamera 2018).

No campo tecnológico, a China também assume a liderança, tanto em virtude das sanções que restringem o acesso da Rússia a tecnologias avançadas quanto pelo predomínio já estabelecido de seus gigantes nacionais. A estratégia chinesa se materializa, em grande parte, através da Digital Silk Road, uma extensão da BRI que visa facilitar a entrada de empresas como China Mobile, China Telecom, China Unicom, Alibaba, Tencent, Baidu e Huawei nos países membros da iniciativa. Isso permite a esses campeões nacionais obter vantagens competitivas e ampliar sua presença em mercados

emergentes, contribuindo para o fortalecimento da posição tecnológica chinesa na região (Boaventura, Conti and Moraes 2023; Muzaparaova 2021).

A expansão tecnológica chinesa também se traduz no desenvolvimento de redes 5G, cidades inteligentes, cabos de fibra ótica, sistemas de pagamento móvel, comunicação telefônica e plataformas de TI para o processamento de embarques, entre outras soluções. No Uzbequistão e no Cazaquistão, a Digital Silk Road se evidencia pelo elevado número de projetos conjuntos em diversas áreas de tecnologia da informação, enquanto no Quirguistão e no Tajiquistão os investimentos se concentram na criação de cidades inteligentes e na implementação de redes de telecomunicações de nova geração. No Turcomenistão, a prioridade tem sido a construção de um cabo de comunicação de fibra ótica sob o Mar Cáspio (Muzaparaova 2021). Além do setor comercial, a influência tecnológica da China na Ásia Central abrange iniciativas de cooperação voltadas para o desenvolvimento regional e a redução da pobreza por meio da ciência e da tecnologia. Tais medidas incluem o desenvolvimento de tecnologias agrícolas, intercâmbio de práticas economizadoras de água, recuperação de solos áridos e salinos, investimentos em irrigação, controle de pragas, pecuária, medicina veterinária, segurança sísmica e a atualização de controles aduaneiros com soluções digitais (Devonshire-Ellis 2023).

Logo, percebe-se que a China tem consolidado sua presença na Ásia Central principalmente por meio de investimentos estratégicos, expansão do crédito e avanço tecnológico, assumindo um papel central na modernização das infraestruturas regionais. A crescente dependência dos países centro-asiáticos em relação ao financiamento e às tecnologias chinesas evidencia um realinhamento regional no qual a presença russa, apesar de ainda significativa, tem sido relativizada em áreas-chave. Esse processo não apenas redefine as dinâmicas de poder na região, mas também impõe novas dinâmicas e oportunidades para Moscou, que precisa lidar com a ascensão chinesa sem comprometer sua própria posição.

#### **4. A Ásia Central entre a Rússia e a China**

Mesmo com a presença consolidada da Rússia e da China na Ásia Central – em parte facilitada pela limitada atuação ocidental na região –, os países centro-asiáticos não devem ser vistos como meros satélites dessas potências. Ao contrário, eles vêm atuando como atores independentes em busca de equilibrar suas relações internacionais e fortalecer sua autonomia. No entanto, a posição estratégica da região é definida não apenas por suas próprias iniciativas regionais, mas também pelo equilíbrio de forças entre

China e Rússia. Assim, compreender a forma como essas potências interagem e projetam influência na região é fundamental para avaliar o espaço de manobra dos países centro-asiáticos.

Em relação à capacidade de agência dos países centro-asiáticos, pode-se afirmar que a chegada de Shavkat Mirziyoyev à presidência do Uzbequistão em 2016 marcou uma mudança significativa na política regional, promovendo maior cooperação com vizinhos para resolver disputas fronteiriças, melhorar a conectividade e facilitar projetos de infraestrutura. Essa nova abordagem fortaleceu os laços entre os países da região, refletindo-se em acordos comerciais, manobras militares conjuntas e iniciativas para solucionar questões relacionadas à água e energia. O Cazaquistão também desempenhou um papel fundamental nesse processo, propondo reuniões regulares entre os conselhos de segurança dos países centro-asiáticos e incentivando encontros entre os chefes de Estado para discutir desafios comuns, como segurança, comércio e meio ambiente (Dadabaev 2018; Matveeva 2023; Patnaik 2019; Sitenko 2023; Yuyan 2020).

Paralelamente ao fortalecimento da cooperação intrarregional, a Ásia Central tem ampliado sua presença no cenário internacional. Nos últimos anos, os países da região passaram a negociar coletivamente com líderes de diversas nações, incluindo Índia, Rússia, Turquia, Estados Unidos e União Europeia. Esses encontros abordaram temas como segurança regional, independência energética e diversificação econômica, evidenciando um esforço para reduzir a dependência da China e da Rússia. A guerra na Ucrânia e as tensões geopolíticas reforçaram a importância da Ásia Central, que passou a ser vista como uma peça-chave para a segurança energética global, especialmente por suas reservas de materiais críticos para energia renovável e urânio. Ainda que a integração plena entre os países centro-asiáticos não tenha sido alcançada, as iniciativas conjuntas demonstram um movimento estratégico de aproximação e cooperação mútua (Helf 2023; Matveeva 2023; Temnycky 2023).

No entanto, apesar dos avanços na articulação regional e externa, a influência sino-russa na Ásia Central permanece predominante e se estrutura em bases complementares. Moscou mantém sua primazia na segurança, na integração financeira e em setores produtivos estratégicos, enquanto Pequim se destaca nos investimentos em infraestrutura, tecnologia e concessão de crédito. Essa complementaridade ganhou ainda mais relevo após 2014, quando as sanções ocidentais e o isolamento de Moscou intensificaram a dependência russa do apoio econômico de Pequim, impulsionando uma parceria ainda mais estreita na região. Em outras palavras, o enfraquecimento dos laços da Rússia com o Ocidente tornou imprescindível a cooperação com a China, o

que reforçou a coordenação estratégica entre ambos na Ásia Central.

Por outro lado, os países centro-asiáticos vêm utilizando essa dinâmica a seu favor, equilibrando as influências externas para obter concessões econômicas e políticas favoráveis (Sitenko 2023). Essa capacidade de manobra se evidencia particularmente nas dinâmicas comerciais e energéticas, onde os Estados da região atuam como intermediários no comércio sino-russo e como nós logísticos fundamentais para o transporte de mercadorias e hidrocarbonetos. O fortalecimento dessas conexões ressalta não apenas a crescente interdependência entre as economias centro-asiáticas, russa e chinesa, mas também o espaço que esses países encontram para ampliar sua autonomia dentro desse cenário de disputa e cooperação.

O comércio entre a Rússia e a Ásia Central, especialmente após as sanções internacionais, evidencia como a integração financeira tem desempenhado um papel estratégico na manutenção e expansão da influência russa na região. A utilização do Sistema de Transferência de Mensagens Financeiras para pagamentos em rublos permitiu à Rússia mitigar os impactos das sanções, reduzindo a dependência do dólar e de outras moedas ocidentais. Paralelamente, a UEE tem sido fundamental para criar uma rede alternativa de comércio, possibilitando que produtos sancionados cheguem à Rússia por meio de reexportações realizadas pelos países membros (Kazantsev, Medvedeva and Safranchuk 2021).

Simultaneamente, a China tem se destacado na região por utilizar a Ásia Central como plataforma para reexportar produtos à Rússia, evitando assim restrições diretas. Essa estratégia permite a Pequim movimentar mercadorias e fortalecer suas relações comerciais, oferecendo uma alternativa para a Rússia e ampliando sua influência na dinâmica econômica local. Tal abordagem fortalece as relações comerciais e evidencia o papel crescente da China no comércio regional. Os movimentos comerciais entre a Ásia Central e seus parceiros têm registrado crescimentos expressivos após a invasão da Ucrânia. Por exemplo, as exportações de produtos do Uzbequistão para a Rússia cresceram 52% em 2022 em comparação com 2021, enquanto as exportações chinesas para o mesmo país aumentaram 30% (Observatory of Economic Complexity 2022). No Quirguistão, as importações chinesas saltaram 266% entre 2021 e 2023, e as exportações para a Rússia tiveram um acréscimo de 80%. De forma similar, as exportações do Tajiquistão para a Rússia cresceram 85% e suas importações da China subiram 75% no mesmo período, enquanto o Cazaquistão registrou um aumento de 39% em suas exportações para a Rússia e de 103% em suas importações da China (International Trade Centre 2025).

Esses dados refletem uma mudança significativa nos fluxos comerciais,

posicionando a China como o maior parceiro em grande parte dos países da região. Em 2022, a China representava 19,7% das trocas comerciais do Uzbequistão, superando a Rússia com 17,52%; em 2023, a China liderava o comércio do Quirguistão com 35% de participação, enquanto a Rússia respondia por 18%. No Turcomenistão, a China concentrou quase 59% de todo o comércio, com 67% das exportações direcionadas a Pequim, e no Cazaquistão, a participação chinesa chegou a 22,5% em 2023, ultrapassando os 18,5% da Rússia. O único país onde a Rússia se manteve como principal parceiro comercial foi o Tajiquistão, com 24,5% em comparação aos 21,4% da China (International Trade Centre 2025). Essa dinâmica, aliada às sanções impostas pelos Estados Unidos e pela União Europeia a algumas empresas centro-asiáticas por reexportarem bens sancionados para a Rússia (Putz 2024; Standish 2023), evidencia que os países da Ásia Central estão se consolidando como intermediários no comércio sino-russo, refletindo uma complementaridade estratégica entre as economias centro-asiáticas, russa e chinesa (Webster 2023).

Dinâmica parecida é percebida no transporte e na comercialização de hidrocarbonetos (petróleo e gás natural), importantes recursos para os países da região. Durante grande parte do período analisado, a Rússia manteve sua estratégia de se posicionar como um corredor de trânsito para as exportações de hidrocarbonetos dos países da Ásia Central. Em particular, sua influência no Cazaquistão permaneceu elevada, uma vez que mais de 80% do petróleo cazaque é transportado por oleodutos que atravessam o território russo (Ernst & Young 2023). Essa condição permitiu a Moscou exercer pressão por meio de ameaças de fechar o CPC, como ocorreu em 2022 após o início da guerra na Ucrânia (Fernandes and Grantseva 2023), evidenciando o controle substancial do país sobre as rotas energéticas da região. Paralelamente, a Rússia intensificou a celebração de acordos para a compra de gás dos países centro-asiáticos, buscando competir com a presença chinesa nesse setor estratégico. Em 2017, a Gazprom firmou um acordo para garantir a compra de gás uzbeque por cinco anos, e uma iniciativa similar foi adotada em 2019 com o Turcomenistão, restabelecendo fluxos interrompidos anteriormente (British Petroleum 2022, 37; Kazantsev, Medvedeva and Safranchuk 2021; Skalamera 2023).

Contudo, a estratégia russa sofreu reconfigurações significativas a partir de 2022 devido a dois fatores principais: a perda do mercado europeu de gás e uma crise energética na Ásia Central. Essa crise, caracterizada por cortes de energia, racionamento de gás e interrupções no aquecimento residencial no Uzbequistão e no Cazaquistão, foi agravada por problemas técnicos que levaram à interrupção das exportações do Turcomenistão tanto para o

Uzbequistão quanto para a China. Em resposta aos desafios energéticos, a Rússia propôs em 2022 uma união no setor de gás natural envolvendo o Cazaquistão e o Uzbequistão. A proposta previa que a Gazprom assumisse as redes de transporte desses países, em troca do direito de reexportar parte do gás russo para a China. Inicialmente rejeitada, a oferta ganhou força após a crise do inverno, culminando na assinatura, em janeiro de 2023, de acordos bilaterais que estabeleceram roteiros de cooperação na indústria de gás e comprometeram ambos os países a importar 10 bcm de gás russo anualmente, dos quais entre 4 e 6 bcm poderiam ser destinados à China (Losz and Mitrova 2023).

Adicionalmente, o Turcomenistão passou a enfrentar forte concorrência da Rússia após o redirecionamento das exportações de gás russo para a Ásia a preços competitivos. Nesse contexto, o interesse russo em integrar o TAPI (um gasoduto que atravessa Turcomenistão, Afeganistão, Paquistão e Índia) emergiu como uma estratégia para desviar suas exportações energéticas e estabelecer uma parceria com o Turcomenistão, transformando-o em um importante país de trânsito para a energia russa rumo a outras regiões da Ásia Central e ao sul da Ásia. A implementação do TAPI seria importante para diversificar as fontes de renda do Turcomenistão e reduzir sua dependência da China, que desde 2010 tem sido o principal destino das exportações turcomenas, absorvendo entre 70% e 80% de seu gás entre 2021 e 2023 (British Petroleum 2022, 37; Energy Institute 2023, 38; Energy Institute 2024, 45; Fazl-e-Haider 2023).

Essa complementariedade sugere que, nos últimos anos, a competição entre China e Rússia pelo acesso aos recursos da Ásia Central diminuiu consideravelmente. A Rússia, que anteriormente buscava garantir o gás da Ásia Central para suprir o mercado europeu, agora redireciona sua estratégia para vender gás para a Ásia, incluindo a China. Essa mudança reduz o potencial de competição direta entre os dois países. Além disso, a Ásia Central não é a principal fonte de recursos energéticos para a Rússia. A maior parte da energia do país provém da Sibéria e do Ártico, onde a China está investindo em vários projetos que oferecem um potencial de retorno mais significativo do que os projetos na Ásia Central (Skalamera 2018).

A análise evidencia uma dinâmica de aproximação e complementaridade entre Rússia e China na Ásia Central, na qual Moscou consolida sua influência por meio de sua centralidade na segurança e dos laços históricos e culturais, enquanto Pequim avança predominantemente na esfera econômica, impulsionada por investimentos e iniciativas de modernização. Essa interdependência implícita sustenta um equilíbrio na região, mas não dissipa por completo a incerteza sobre se a relação sino-russa é fundamentalmente

cooperativa ou competitiva. Para aprofundar essa questão e compreender plenamente o posicionamento dos países centro-asiáticos, é necessário entrar no segundo ponto desta seção, que seria a crescente dependência russa em relação à China e o consequente alinhamento de conveniência mútua pautado tanto pela contenção da influência ocidental quanto pela garantia de estabilidade na Ásia Central em termos favoráveis a ambas as potências.

Nesse sentido, os recentes reordenamentos do cenário internacional, intensificados após a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022, promoveram uma guinada estratégica nas relações sino-russas. O Ocidente, em resposta à guerra, ampliou drasticamente as sanções contra a Rússia, incluindo o bloqueio de bancos russos do sistema SWIFT, o congelamento de reservas internacionais e severas restrições à importação de recursos estratégicos, como petróleo e gás, além de limitar o acesso a tecnologias sensíveis (Duggal and Panda 2024; Schott 2023; Timofeev 2022). Essas medidas impactaram profundamente a capacidade produtiva e tecnológica russa, forçando Moscou a buscar alternativas para mitigar seus efeitos. Paralelamente, a China também se viu alvo de restrições coordenadas pelo Ocidente. No âmbito da segurança, os Estados Unidos intensificaram a pressão por meio de alianças como o QUAD e o AUKUS, com o objetivo de conter o avanço militar de Pequim (Casarini 2022; Huang and Sutter 2020; Zhao 2021). No plano econômico, adotaram medidas tarifárias e restrições de investimento para reduzir a dependência das cadeias de suprimentos estratégicas chinesas – especialmente nos setores de energias renováveis, metais raros e tecnologias de ponta –, além de sanções específicas que impediram o acesso de empresas como a Huawei a equipamentos e semicondutores avançados (Ahmad 2021; Fang 2024; Hennessy 2023; Merino 2023).

Nesse cenário de restrições e pressões internacionais, a necessidade de Moscou de compensar os efeitos das sanções convergiu para uma aproximação mais estreita com Pequim. Essa intensificação da cooperação bilateral se manifesta em diversos setores. Na área de segurança, por exemplo, a Rússia passou a fornecer sistemas militares avançados – como os caças Su-35 e os mísseis S-400 – e a colaborar no desenvolvimento de defesas antiaéreas contra mísseis balísticos, realizando exercícios conjuntos em regiões críticas, tais como o Mar da China Oriental, o Ártico e áreas próximas à América do Norte (Ahmad 2021; Bertrand and Liebermann 2024; Delaney 2024; Gorenburg et al. 2023). No setor energético, a intensificação do comércio bilateral fez com que a China se tornasse o maior destino do petróleo russo e um dos principais compradores de gás natural (Energy Institute 2024; Skalamera 2023). Além disso, a Rússia se tornou altamente dependente da China para suprir suas necessidades industriais e tecnológicas, especialmente após as

sanções ocidentais restringirem seu acesso a componentes críticos. Pequim emergiu como uma das únicas fontes disponíveis para semicondutores e equipamentos industriais fundamentais (Bank of Russia 2023; International Trade Centre 2025; Mulder 2023; Trudolyubov 2024).

O aprofundamento da dependência russa em relação a Pequim não apenas levou Moscou a intensificar a coordenação estratégica com a China em fóruns multilaterais e iniciativas regionais, mas também resultou em concessões crescentes aos interesses chineses. No entanto, essas concessões não representam apenas uma resposta à assimetria de poder crescente entre os dois países, pois também refletem uma convergência estratégica alinhada aos interesses russos em suas disputas com o Ocidente. Moscou, que antes via com desconfiança a articulação entre iniciativas como a BRI, a UEE e a Organização para Cooperação de Xangai, passou a aceitar a articulação dessas iniciativas como parte de um novo equilíbrio regional no qual a presença econômica chinesa se tornou incontornável. Isso se deve, em parte, ao fato de que a estabilidade da Ásia Central — reforçada pela presença chinesa — ser essencial para a manutenção da influência histórica da Rússia e para conter dinâmicas que poderiam fragilizar sua posição na região. Ao mesmo tempo, Pequim se beneficia da permanência russa como interlocutora, o que facilita a implementação de seus projetos no âmbito da BRI e reduz os riscos associados a movimentos separatistas em Xinjiang. Além disso, o maior envolvimento econômico e estratégico da China serve a um interesse comum: dificultar a penetração ocidental na Ásia Central e evitar que a influência dos Estados Unidos e da União Europeia ganhe tração no entorno imediato de ambos os países (Ahmad 2021; Debone and Schutte 2020; Gan 2024; Kazantsev, Medvedeva and Safranchuk 2021; Lukin 2019; Lukin 2020; Meng-Fang, Na-Xi and Shan-Bing 2019; Skaricic 2023).

Dessa forma, a crescente interdependência sino-russa não apenas molda a dinâmica geopolítica global, mas também redefine o papel da Ásia Central no novo equilíbrio eurasiático. Longe de serem meros receptores passivos dessa configuração, os países centro-asiáticos têm capitalizado a aproximação entre Moscou e Pequim e seus atritos com o Ocidente, utilizando essa conjuntura para obter concessões estratégicas e reforçar sua posição como intermediários essenciais. Esse novo arranjo reafirma a Ásia Central como um espaço de acomodação entre os interesses russos e chineses. O recuo da presença estadunidense e as crescentes pressões ocidentais criaram um ambiente no qual Pequim expande sua influência econômica sem desafiar abertamente a primazia russa na segurança e na política, enquanto Moscou vê nesses avanços um meio de preservar sua relevância regional. Esse equilíbrio dinâmico sustenta uma cooperação pragmática, mantendo eventuais disputas

sob controle e consolidando um status quo regional baseado em uma divisão funcional de influência e na lógica de um condomínio sino-russo (Lass 2022).

Os dados revelam uma intrincada rede de interações entre os mecanismos de influência dos dois países: enquanto a Rússia se destaca na área de segurança e na manutenção de laços históricos e culturais, a China reforça sua presença por meio de investimentos maciços e da expansão de infraestrutura. A princípio, essa divisão funcional pode sugerir competição; contudo, na prática, evidencia uma coordenação estratégica destinada a minimizar conflitos e promover uma interdependência mútua. Dessa forma, a cooperação sino-russa na região mostra-se multifacetada e inserida em um contexto de realinhamentos geopolíticos globais, no qual ambos os países buscam resguardar seus interesses diante das pressões ocidentais.

## 5. Considerações finais

A análise realizada ao longo deste estudo evidencia que a relação sino-russa na Ásia Central se estrutura sobre uma divisão funcional de esferas de influência, na qual a Rússia preserva sua centralidade na segurança regional, enquanto a China se consolida como principal investidora econômica. Esse arranjo emergiu a partir de 2014, quando as sanções ocidentais impostas a Moscou após a anexação da Crimeia e a retirada dos Estados Unidos do Afeganistão redefiniram o equilíbrio de poder na região. Paralelamente, a expansão da BRI fortaleceu a presença chinesa nos setores de infraestrutura, energia e comércio, permitindo que Pequim ampliasse sua influência sem desafiar diretamente a primazia russa na segurança. Assim, longe de um antagonismo aberto, a atuação das duas potências na Ásia Central reflete uma dinâmica de coordenação estratégica, na qual cada uma reforça sua posição por meios distintos, minimizando conflitos e evitando uma disputa aberta por hegemonia.

No campo militar, a Rússia mantém uma presença consolidada com bases no Tajiquistão, Quirguistão e Cazaquistão, além de liderar a OTSC. Moscou também utiliza a interdependência energética, as remessas de migrantes centro-asiáticos e a integração financeira promovida pela UEE como instrumentos de influência. Já a China, embora tenha intensificado a cooperação em segurança com os países centro-asiáticos por meio do fornecimento de equipamentos militares e da realização de exercícios conjuntos, adota uma abordagem mais cautelosa para não desafiar diretamente o papel da Rússia como principal fiador da estabilidade regional. O papel de Pequim se mostra mais relevante no quesito econômico: seu modelo de investimentos, aliado à concessão de empréstimos e à construção de infraestrutura estratégica, fez da

China o maior parceiro econômico de boa parte dos países da região.

Assim, a aproximação sino-russa revela uma coexistência de influências na região, onde a projeção do poder militar, cultural e político de Moscou se combina com os avanços econômicos, industriais e tecnológicos da China. Nesse cenário, a integração asiática permite que a Rússia aproveite o crescimento chinês para impulsionar seu próprio desenvolvimento e o de seus vizinhos, numa estratégia voltada para a estabilidade regional que converge com os interesses de Pequim. Essa parceria não implica em um conflito de interesses, mas na administração compartilhada da região, com ambos os países respeitando e equilibrando seus papéis para garantir a estabilidade e evitar disputas. Além disso, essa colaboração serve como uma resposta às pressões do Ocidente, sublinhando a importância estratégica da Ásia Central para os objetivos geopolíticos de ambos. Assim, a crescente influência chinesa complementa e fortalece os interesses russos, e essa aproximação se insere em planos mais amplos de contestação ao Ocidente, refletindo as ambições globais de Moscou e Pequim e consolidando sua influência conjunta e duradoura na região.

Apesar da profundidade da análise realizada, este estudo apresenta limitações relacionadas principalmente à complexidade inerente das interações geopolíticas em um cenário de rápida mutação. A variabilidade dos contextos regionais e a dinamicidade das relações entre os atores dificultam a generalização dos resultados, indicando a necessidade de investigações futuras mais específicas. Entre as direções de pesquisa sugeridas, destaca-se a importância de analisar o impacto de possíveis mudanças na política externa dos Estados Unidos após o retorno de Donald Trump à presidência e um eventual cessar-fogo na Ucrânia, que pode oferecer novos insights sobre a redefinição das alianças estratégicas e dos mecanismos de cooperação entre Rússia e China.

## Referências

- Ahmad, Talmiz. 2021. “Russia and China Place Eurasia at the Heart of the Post-Pandemic World Order” *Asian Journal of Middle Eastern and Islamic Studies* 15 (1): 1–33.
- Akromov, Otabek. 2024. “Central Asia: The Last Stronghold of a Declining Russia?” *E-International Relations*. August 19, 2024. <https://www.e-ir.info/2024/08/19/central-asia-the-last-stronghold-of-a-declining-russia/>. Acesso em 18 mar. 2025.
- Bank of Russia. 2023. “Annual Report 2022” Moscow: Bank of Russia. <https://>

- [www.cbr.ru/eng/about\\_br/publ/god/](http://www.cbr.ru/eng/about_br/publ/god/). Acesso em 15 fev. 2025.
- Barrios, Ricardo, Maria A. Blackwood, Rebecca M. Nelson, and Michael D. Sutherland. 2023. "Central Asia: Implications of Russia's War in Ukraine" Congressional Research Service. June 09, 2023. <https://www.congress.gov/crs-product/R47591>. Acesso em 15 fev. 2025.
- Belitski, Maksim, and Evgeniya Pomerlyan. 2023. "Regional Integration and Economic Performance: Evidence from the Eurasian Economic Union" *Eurasian Geography and Economics* 65 (5): 1–29.
- Bertrand, Natasha, and Oren Liebermann. 2024. "NORAD Intercepts Russian and Chinese Bombers Operating Together Near Alaska in First Such Flight" CNN. July 25, 2024. <https://edition.cnn.com/2024/07/24/politics/norad-russian-chinese-bombers-alaska/index.html>. Acesso em 12 fev. 2025.
- Boaventura, Alba Bruna Barbosa, Bruno Martarello de Conti, and Isabela Nogueira de Moraes. 2023. "A Moeda Digital Chinesa: Um Confronto com o Poder Estrutural do Dólar?" *Revista Conjuntura Austral* 14 (6): 7–20.
- British Petroleum Company. 2022. "Statistical Review of World Energy 2022". London: British Petroleum. <https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2022-full-report.pdf>. Acesso em 02 fev. 2025.
- Carteny, Andrea, and Paolo Pizzolo. 2022. "The 'New Great Game' in Central Asia: From a Sino-Russian Axis of Convenience to Chinese Primacy?" *The International Spectator* 57 (2): 85–102.
- Casarini, Nicola. 2022. "A European Strategic 'Third Way?' The European Union Between the Traditional Transatlantic Alliance and the Pull of the Chinese Market" *China International Strategy Review* 4 (91): 91–107.
- Collins, Kathleen. 2014. "The Limits of Cooperation: Central Asia, Afghanistan, and the New Silk Road" *Asia Policy* 17: 18–26.
- Dadabaev, Timur. 2018. "Uzbekistan as Central Asian Game Changer? Uzbekistan's Foreign Policy Construction in the Post-Karimov Era" *Asian Journal of Comparative Politics* 4 (2): 1–14.
- Davidzon, Igor, Alexander Libman, and Rheea Saggat. 2023. "How to Intervene Symbolically: The CSTO in Kazakhstan" Chatham House. June 27, 2023. <https://www.chathamhouse.org/2023/06/how-intervene-symbolically-csto-kazakhstan>. Acesso em 12 fev. 2025.

- De Waal, Thomas. 2024. "The End of the Near Abroad" Carnegie Endowment for International Peace. May 16, 2024. <https://carnegieendowment.org/research/2024/05/the-end-of-the-near-abroad?lang=en>. Acesso em 13 fev. 2025.
- Debone, Victor Sant'Anna, and Giorgio Romano Schutte. 2020. "Parceria China e Rússia: Bases Reais para Superar Desconfiança Histórica" *Revista Carta Internacional* 15 (2): 28–51.
- Delaney, Robert. 2024. "China-Russia Military Exercises Near Taiwan Force US to Revise Plans, Intelligence Chiefs Say" *South China Morning Post*. May 3, 2024. <https://scmp.com/news/china/military/article/3261254/china-russia-military-exercises-near-taiwan-force-us-revise-plans-intelligence-chiefs-say>. Acesso em 13 fev. 2025.
- Denisov, Igor. 2022. "After Kazakhstan Crisis, China Will Reassess Its Influence in Central Asia" *The Diplomat*. January 18, 2022. <https://thediplomat.com/2022/01/after-kazakhstan-crisis-china-will-reassess-its-influence-in-central-asia/>. Acesso em 12 fev. 2025.
- Devonshire-Ellis, Chris. 2023. "All Agreements, Grants, and Initiatives Approved at the Central Asia-China Summit" *Silk Road Briefing*. May 23, 2023. Acesso em 15 out. 2024.
- Duggal, Mahima, and Jagannath Panda. 2024. "Sweden Joins NATO: Implications for the Indo-Pacific" *The Diplomat*. March 12, 2024. <https://thediplomat.com/2024/03/sweden-joins-nato-implications-for-the-indo-pacific>. Acesso em 15 fev. 2025.
- Dzhuraev, Shairbek, and Eric Mcglinchey. 2022. "Russia's Erosion in Central Asia" *PONARS Eurasia*. November 04, 2022. <https://www.ponarseurasia.org/russias-erosion-in-central-asia/>. Acesso em 02 fev. 2025.
- Energy Institute. 2023. "Statistical Review of World Energy 2023" London: Energy Institute. [https://www.energyinst.org/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0004/1055542/EI\\_Stat\\_Review\\_PDF\\_single\\_3.pdf](https://www.energyinst.org/__data/assets/pdf_file/0004/1055542/EI_Stat_Review_PDF_single_3.pdf). Acesso em 02 fev. 2025.
- Energy Institute. 2024. "Statistical Review of World Energy 2024" London: Energy Institute. [https://www.energyinst.org/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0006/1542714/684\\_EI\\_Stat\\_Review\\_V16\\_DIGITAL.pdf](https://www.energyinst.org/__data/assets/pdf_file/0006/1542714/684_EI_Stat_Review_V16_DIGITAL.pdf). Acesso em 02 fev. 2025.
- Engvall, Johan. 2023. "Central Asia One Year After Russia's Full-Scale Invasion of Ukraine" *The Central Asia-Caucasus Analyst*. March 07, 2023. <https://www.cacianalyst.org/publications/feature-articles/item/13748-central-asia-one-year-after-russia%E2%80%99s-full>

- scale-invasion-of-ukraine.html. Acesso em 06 fev. 2025.
- Ernst & Young. 2023. “Kazakhstan Oil and Gas Tax Guide 2023” [https://assets.ey.com/content/dam/ey-sites/ey-com/ru\\_kz/topics/oil-and-gas/ey-kz-oil-and-gas-tax-guide-2023](https://assets.ey.com/content/dam/ey-sites/ey-com/ru_kz/topics/oil-and-gas/ey-kz-oil-and-gas-tax-guide-2023). Acesso em 25 out. 2025.
- Eurasian Development Bank. 2023. “EDB Monitoring of Mutual Investments – 2023” Almaty: Reports and Working Papers 23/5. 2023. [https://eabr.org/upload/iblock/4dc/EDB\\_2023\\_Report-5\\_Monitoring-of-Mutual-Investments\\_eng.pdf](https://eabr.org/upload/iblock/4dc/EDB_2023_Report-5_Monitoring-of-Mutual-Investments_eng.pdf). Acesso em 08 fev. 2025.
- Fang, Mandy Meng. 2024. “WTO Struggles with US–China Clean Energy Competition” East Asia Forum. May 26, 2024. <https://eastasiaforum.org/2024/05/26/wto-struggles-with-us-china-clean-energy-competition>. Acesso em 08 fev. 2025.
- Fazl-e-Haider, Syed. 2023. “Revival of TAPI Pipeline Project Brings Serious Geopolitical Implications for Russia” Eurasia Daily Monitor. June 06, 2023. <https://jamestown.org/program/revival-of-tapi-pipeline-project-brings-serious-geopolitical-implications-for-russia/>. Acesso em 17 fev. 2025.
- Fernandes, Sandra, and Vera Grantseva. 2023. “O Esfriamento da Amizade entre a Ásia Central e a Rússia após a Guerra na Ucrânia” Instituto Portugues de Relações Internacionais, Universidade Nova de Lisboa, Revista Relações Internacionais: 63-71. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/84842>
- Flesch, Alan. 2024. “2024 Investment Climate Statements: Tajikistan” U.S. Department of State. 2024. <https://www.state.gov/reports/2024-investment-climate-statements/tajikistan/>. Acesso em 13 fev. 2025.
- Freeman, Carla P. 2017. “New Strategies for an Old Rivalry? China–Russia Relations in Central Asia After the Energy Boom” *The Pacific Review* 31: 635–654.
- Gabuev, Alexander, and Temur Umarov. 2023. “Is Russia Losing Its Grip on Central Asia?” *Foreign Affairs*. June 30, 2023. <https://www.foreignaffairs.com/china/russia-losing-its-grip-central-asia>. Acesso em 02 fev. 2025.
- Galimova, Anastasia, Navruz Karimov, Yura Park, and Ch. Sabyrbek. 2024. “The Risks of China’s Loans to Uzbekistan” *The Diplomat*. July 23, 2024. <https://thediplomat.com/2024/07/the-risks-of-chinas-loans-to-uzbekistan/>. Acesso em 13 fev. 2025.
- Gan, Nectar. 2024. “China’s Xi Urges Regional Leaders to Resist ‘External Interference’ as Security Bloc Grows to Counter US” CNN. July 4, 2024. <https://edition.cnn.com/2024/07/04/asia/putin-xi-russia->

- china-alignment-sco-astana-intl-hnk/index.html. Acesso em 06 fev. 2025.
- Gorenburg, Dmitry, Paul Schwartz, Brian Waidelich, and Elizabeth Wishnick. 2023. "Russian-Chinese Military Cooperation" The Center for Naval Analyses Memorandum. March, 2023. <https://www.cna.org/reports/2023/05/Russian-Chinese-Military-Cooperation.pdf>. Acesso em 11 out. 2024.
- Hall, Daniel. 2024. "2024 Investment Climate Statements: Uzbekistan" U.S. Department of State. 2024. <https://www.state.gov/reports/2024-investment-climate-statements/uzbekistan/>. Acesso em 13 fev. 2025.
- Helf, Gavin. 2023. "New Central Asian Leaders Look to Balance Relations with Major Powers" United States Institute of Peace. September 28, 2023. <https://usip.org/publications/2023/09/new-central-asian-leaders-look-balance-relations-major-powers>. Acesso em 27 fev. 2025.
- Hennessy, Alexandra. 2023. "The Impact of Russia's War Against Ukraine on Sino-European Relations" *Journal of European Integration* 45 (3): 559-75.
- Hess, Maximilian. 2023. "Russia Is Down, But Not Out, in Central Asia" Foreign Policy Research Institute. February 17, 2023. <https://www.fpri.org/article/2023/02/russia-is-down-but-not-out-in-central-asia/>. Acesso em 02 fev. 2025.
- Higgins, Andrew. 2022. "A Distracted Russia Is Losing Its Grip on Its Old Soviet Sphere" *The New York Times*. October 10, 2022. <https://www.nytimes.com/2022/10/08/world/asia/russia-putin-soviet.html>. Acesso em 02 fev. 2025.
- Hoh, Anchi. 2019. "China's Belt and Road Initiative in Central Asia and the Middle East" *Digest of Middle East Studies* 28 (2): 241-276.
- Hua, Sha. 2024. "Beijing and Moscow Go From 'No Limits' Friendship to Frenemies in Russia's Backyard" *The Wall Street Journal*. July 03, 2024. <https://wsj.com/world/beijing-and-moscow-go-from-no-limits-friendship-to-frenemies-in-russias-backyard-52b3f1a4>. Acesso em 02 fev. 2025.
- Huang, Chin-Hao, and Robert Sutter. 2020. "China-Southeast Asia Relations: China Faces Stronger US Opposition in South China Sea" *Comparative Connections* 22 (2): 61-70.
- Hugot, Jules, and Roman Mogilevskii. 2023. "The Economic Impact of the Russian Invasion of Ukraine on the Caucasus and Central Asia: Short-Term Benefits and Long-Term Challenges" Asian Development Bank. April, 2023. *Asian Development Outlook*: 34-39. <https://www.adb>.

- org/sites/default/files/publication/863591/ado-april-2023-special-topic.pdf. Acesso em 04 fev. 2025.
- International Trade Centre. 2025. Trade Map: Trade Statistics for International Business Development. <https://www.trademap.org/Index.aspx>. Acesso em 11 fev. 2025
- Joireman, Sandra F., Roza Tulepbayeva, and Rachel Vanderhill. 2020. “Between the Bear and the Dragon: Multivectorism in Kazakhstan as a Model Strategy for Secondary Powers” *International Affairs* 96 (4): 975–993.
- Kachkinbaeva, Anar, and Jacqueline White Menchaca. 2024. “2024 Investment Climate Statements: Kyrgyz Republic” U.S. Department of State. 2024. <https://www.state.gov/reports/2024-investment-climate-statements/kyrgyz-republic/>. Acesso em 13 fev. 2025.
- Kainazarova, Cholpon. 2018. “New Trends in Kyrgyz Foreign Policy” MPRA Paper 86491. University Library of Munich. <https://ideas.repec.org/p/pramprapa/86491.html>. Acesso em 12 set. 2024.
- Karikeev, Erkinbek, and Zheng-xuan Zhu. 2019. “The Analysis of China Kyrgyzstan Uzbekistan Railway Project and Its Advantages for Kyrgyzstan” *DEStech Transactions on Computer Science and Engineering*.
- Karrar, Hasan H., and Till Mostowlansky. 2020. “The Belt and Road as Political Technology: Power and Economy in Pakistan and Tajikistan” *Environment and Planning C: Politics and Space* 38 (5): 834–839.
- Kashgarian, Asim. 2022. “Russia Sanctions Seen Loosening Moscow’s Grip on Central Asia” *Voice of America*. May 31, 2022. <https://www.voanews.com/a/russia-sanctions-seen-loosening-moscow-s-grip-on-central-asia-/6593211.html>. Acesso em 02 fev. 2025.
- Kazantsev, Andrei, Svetlana Medvedeva, and Ivan Safranchuk. 2021. “Between Russia and China: Central Asia in Greater Eurasia” *Journal of Eurasian Studies* 12 (1): 57–71.
- Kosmarskaya, Natalya, and Artyom Kosmarski. 2019. “Russian Culture in Central Asia as a Transethnic Phenomenon” In: Platt, Kevin M.F. *Global Russian Cultures*, 69–93. Madison: University of Wisconsin Press.
- Krapohl, Sebastian, and Alexandra Vasileva-Dienes. 2020. “The Region That Isn’t: China, Russia and the Failure of Regional Integration in Central Asia” *Asia Europe Journal* 18: 347–366.
- Labardini, Rodrigo. 2021. “La Convención sobre el Estatuto Jurídico del Mar

- Caspio” *Jurídica Ibero* 10: 83–108.
- Laitinen, Anna. 2018. “Kyrgyzstan in the Eurasian Economic Union: Challenges and Opportunities” Master’s thesis, University of Tampere.
- Laruelle, Marlene. 2014. “Russia and Central Asia” EUCAM National Policy Series 17. <https://eucentralasia.eu/european-national-policies-series-russia-and-central-asia/>. Acesso em 14 ago. 2024.
- Lass, Bruno Reis. 2022. “A Belt and Road Initiative na Ásia Central e as Relações China-Rússia” Bachelor’s thesis, Universidade de Brasília.
- Losz, Akos, and Tatiana Mitrova. 2023. “Central Asia’s Overlooked Energy Crisis: What It Means for the Global Gas Market” Center on Global Energy Policy. March 28, 2023. <https://www.energypolicy.columbia.edu/central-asias-overlooked-energy-crisis-what-it-means-for-the-global-gas-market/>. Acesso em 11 out. 2024.
- Lukin, Alexander. 2019. “Russian–Chinese Cooperation in Central Asia and the Idea of Greater Eurasia” *India Quarterly* 75 (1): 1–14.
- Lukin, Artyom. 2020. “The Russia–China entente and its future” *International Politics* 58 (1): 1–14.
- Matveeva, Anna. 2023. “A New Opening for EU–Central Asia Relations?” *Carnegie Europe*. April 13, 2023. <https://carnegieendowment.org/research/2023/04/a-new-opening-for-eu-central-asia-relations?lang=en&center=europe>. Acesso em 04 nov. 2024.
- Meng-Fang, Huang, Lu Na-Xi, and Lu Shan-Bing. 2019. “How the Belt and Road Initiative Can Help Strengthen the Role of the SCO and Deepen China’s Cooperation with Russia and the Countries of Central Asia” *India Quarterly* 75 (1): 56–68.
- Merino, Gabriel E. 2023. “Hybrid World War and the United States-China Rivalry” *Frontiers in Political Science* 4: 1–11.
- Mikovic, Nikola. 2020. “Kyrgyzstan’s Turmoil and the Competition for Central Asia” *The Interpreter*. October 15, 2020. <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/kyrgyzstan-s-turmoil-competition-central-asia>. Disponível em 12 fev. 2025.
- Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Kazakhstan. 2022. “Kazakhstan’s President Addresses Challenging Issues on International Agenda and Relations with Russia at Saint Petersburg Economic Forum” Republic of Kazakhstan. June 18, 2022. <https://www.gov.kz/memleket/entities/mfa/press/news/details/390248?lang=en>. Acesso em 20 out. 2024.
- Mirhaydar, Mirpulatova Laziza, and Davirova Shahlo Shukurulaevna. 2023.

- “Role and Impact of Anti-Russian Sanctions on the Economy of Central Asian Countries” *Synergy: Journal of Ethics and Governance* 3 (5): 1–5.
- Mukhammad sodik, Donaev. 2023. “The EU Risks Losing the Contest for Influence in Central Asia” *East Asia Forum*. February 23, 2023. <https://eastasiaforum.org/2023/02/23/the-eu-risks-losing-the-contest-for-influence-in-central-asia/>. Acesso em 02 fev. 2025.
- Mulder, Nicholas. 2023. “Realignment: Asia’s Economic Heft Sustains Russia’s Economy” *East Asia Forum Quarterly* 15 (2): 3–5.
- Muzaparova, Leyla. 2021. “The Digital Silk Road: Opportunities and Challenges for Central Asia” *Rosa-Luxemburg-Stiftung*. October 12, 2021. <https://rosalux.de/en/news/id/45540/die-digitale-seidenstrasse-herausforderungen-und-chancen-fuer-zentralasien>. Acesso em 15 out. 2024.
- National Bank of Kazakhstan. 2024. “Gross inflow of direct investment in Kazakhstan from foreign direct investors (breakdown by residents’ types of economic activities/countries/regions of Kazakhstan)” *Investment Statistics*. June 28, 2024. <https://nationalbank.kz/en/news/pryamyie-investicii-po-napravleniyu-vlozheniya>. Acesso em 13 fev. 2025.
- Nelson, Haley. 2023. “China Deepens Ties with Central Asia at the Inaugural China-Central Asia Summit” *Caspian Policy Center*. May 22, 2023. <https://www.caspianpolicy.org/research/security-and-politics-program-spp/china-deepens-ties-with-central-asia-at-the-inaugural-china-central-asia-summit>. Acesso em 10 out. 2024.
- News Central Asia. 2024. “24,000 Companies with Russian Capital Operate in Central Asian Countries” *News Central Asia*. April 25, 2024. <https://www.newscentralasia.net/2024/04/25/24000-companies-with-russian-capital-operate-in-central-asian-countries>. Acesso em 10 out. 2024.
- Observatory of Economic Complexity. 2022. *Uzbekistan (UZB) Trade*. <https://oec.world/en/profile/country/uzb>. Acesso em 07 set. 2024.
- Osipova, Irina, and Aleksandra Vasil’kova. 2022. “Russian Companies Continue to Relocate to Central Asia” *Kursiv Media*. September 22, 2022. <https://kz.kursiv.media/en/2022-09-22/russian-sompanies-continue-to-relocate-to-central-asia/>. Acesso em 15 out. 2024.
- Otorbaev, Djoomart Kaipovich. 2022. “What Is Happening With Sovereign Debt in Central Asia?” *The Diplomat*. October 14, 2022. <https://thediplomat.com/2022/10/what-is-happening-with-sovereign-debt->

- in-central-asia. Acesso em 14 out. 2024.
- Ozat, Meray. 2023. "Central Asian Labor Migration: Exploring New Destinations Amid Geopolitical Tensions" Caspian Policy Center. October 04, 2023. <https://caspianpolicy.org/research/economy/central-asian-labor-migration-exploring-new-destinations-amid-geopolitical-tensions>. Acesso em 12 out. 2024.
- Pantucci, Raffaello, and Nodirbek Soliev. 2023. "Central Asia" Counter Terrorist Trends and Analyses 15 (1): 82–91.
- Patnaik, Ajay. 2019. "Regionalism and Regional Cooperation in Central Asia" *VInternational Studies* 56 (2-3): 147–162.
- Pieper, Moritz. 2021. "The Linchpin of Eurasia: Kazakhstan and the Eurasian Economic Union between Russia's Defensive Regionalism and China's New Silk Roads" *International Politics* 58: 462–482.
- Pradhan, Ramakrushna. 2019. "Petropolitics and Pipeline Diplomacy in Central Asia: Can India Afford to Wait in the Wings?" *India Quarterly* 75 (4): 472–489.
- Putz, Catherine. 2024. "US Puts Additional Central Asian Companies on Russia Sanctions List" *The Diplomat*. February 28, 2024. <https://thediplomat.com/2024/02/us-puts-additional-central-asian-companies-on-russia-sanctions-list>. Acesso em 05 fev. 2025.
- Raimondi, Pier Paolo. 2019. "Central Asia Oil and Gas Industry - The External Powers' Energy Interests in Kazakhstan, Turkmenistan and Uzbekistan" FEEM Working Paper 6. [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3386053](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3386053). Acesso em 10 set. 2024.
- "Russian Direct Investments in Central Asia Exceeded \$3.6 Billion in 2022" 2023. *News Central Asia*. May 16, 2023. <https://newscentralasia.net/2023/05/16/russian-direct-investments-in-central-asia-exceeded-3-6-billion-in-2022>. Acesso em 14 out. 2024.
- Saivetz, Carol R. 2023. "Russia in the Caucasus and Central Asia after the Invasion of Ukraine" MIT Center for International Studies. January 29, 2023. <https://cis.mit.edu/publications/analysis-opinion/2023/russia-caucasus-and-central-asia-after-invasion-ukraine>. Acesso em 12 fev. 2025.
- Santos, Jonathan Christian Dias dos. 2022. "Por Que a Organização do Tratado de Segurança Coletiva Foi Utilizada na Crise do Cazaquistão?" *Boletim de Conjuntura (BOCA)* 9 (26): 96–104.
- Schott, Jeffrey J. 2023. "Economic Sanctions Against Russia: How Effective? How Durable?" Peterson Institute for International Economics Policy

Brief, no. 23-3: 1-12.

- Shetty, Rakshith. 2024. "From Russian Ladas to Chinese BYDs: Central Asia's Changing Priorities" *The Diplomat*. July 11, 2024. <https://thediplomat.com/2024/07/from-russian-ladas-to-chinese-byds-central-asias-changing-priorities>. Acesso em 12 fev. 2025.
- Sitenko, Alexandra. 2023. "The Central Asian States Are Stepping Up Their Game" *International Politics and Society*. September 28, 2023. <https://ips-journal.eu/topics/foreign-and-security-policy/the-central-asian-states-are-stepping-up-their-game-7020>. Acesso em 23 out. 2024.
- Skalamera, Morena. 2023. "The Geopolitics of Energy after the Invasion of Ukraine" *The Washington Quarterly* 46 (1): 7-24.
- Skalamera, Morena. 2018. "The Silk Road between a Rock and a Hard Place: Russian and Chinese Competition for Central Asia's Energy" *Insight Turkey* 20 (4): 45-65.
- Skaricic, Ana-Maria. 2023. "Uncharted Waters: The BRICS Expansion and Implications" *European Policy Centre*. November 10, 2023. <https://cep.org.rs/en/publications/uncharted-waters-the-brics-expansion-and-implications>. Acesso em 16 set. 2024.
- Standish, Reid. 2023. "EU Takes Aim at More Central Asian Firms for Aiding Russian War Effort in Ukraine" *Radio Free Europe/Radio Liberty*. November 15, 2023. <https://www.rferl.org/a/eu-targets-central-asia-aiding-russia-war-ukraine/32685925.html>. Acesso em 05 fev. 2025.
- Sullivan, Charles J. 2021. "Battle at the Border: An Analysis of the 2021 Kyrgyzstan-Tajikistan Conflict" *Asian Affairs* 52 (3): 529-535.
- Tan, Amorith. 2020. "China and Russia: Competition in Kyrgyzstan" *Future Directions International*. <https://www.futuredirections.org.au/publication/china-and-russia-competition-in-kyrgyzstan>. Acesso em 14 out. 2024.
- Temnycky, Mark. 2023. "The West Is Eying Closer Relations With Central Asia" *The Diplomat*. December 13, 2023. <https://thediplomat.com/2023/12/the-west-is-eying-closer-relations-with-central-asia>. Acesso em 15 fev. 2025.
- Timofeev, Ivan N. 2022. "Sanctions on Russia: A New Chapter" *Russia in Global Affairs* 20 (4): 103-119.
- Trudolyubov, Maxim. 2024. "China's Balancing Act Between the U.S. and Russia" *Wilson Center*. May 24, 2024. <https://wilsoncenter.org/blog-post/chinas-balancing-act-between-us-and-russia>. Acesso em 04 set. 2024.

- Vaulgrenant, Maylis Peting de. 2023. "Shifting Migration Patterns in Central Asia – The Path Towards Resilience?" European Institute for Asian Studies. March 31, 2023. <https://www.eias.org/publications/open/shifting-migration-patterns-in-central-asia-the-path-towards-resilience>. Acesso em 04 fev. 2025.
- Webster, Joseph. 2023. "Why China Tripled Its Heavy Truck Shipments to Central Asia: Unravelling the Influence of Russia's War in Ukraine" The Interpreter. July 19, 2023. <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/why-china-tripled-its-heavy-truck-shipments-central-asia-unravelling-influence>. Acesso em 11 out. 2024.
- World Bank. 2023. "International Debt Report" Washington, D.C.: International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/83f7aadd-dc5a-406b-98d4-9624e93993e5/content>. Acesso em 20 out. 2024.
- World Bank. 2025. World Development Indicators. Washington, D.C.: International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank. <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>.
- Yuyan, Zhang. 2020. "Ten Years After Ethnic Conflict in Southern Kyrgyzstan: Socio-Economic Causes and Effects" Journal of European Economy 19 (2): 356–368.
- Zhao, Minghao. 2021. "The Belt and Road Initiative and China-US Strategic Competition" China International Strategy Review 3: 248–60.
- Zogg, Benno. 2019. "Kazakhstan: A Centrepiece in China's Belt and Road" Center for Security Studies, ETH Zurich. No. 249. September, 2019. [https://www.researchgate.net/publication/335715330\\_Kazakhstan\\_A\\_Centrepiece\\_in\\_China's\\_Belt\\_and\\_Road](https://www.researchgate.net/publication/335715330_Kazakhstan_A_Centrepiece_in_China's_Belt_and_Road). Acesso em 15 out. 2024.

## RESUMO

O artigo analisa a cooperação sino-russa na Ásia Central, examinando a crescente presença econômica da China e a reconfiguração da influência russa na região. Desde 2014, sanções ocidentais e tensões geopolíticas levaram Moscou e Pequim a aprofundar sua parceria. Enquanto a China expande investimentos por meio da Iniciativa Cinturão e Rota, a Rússia preserva sua centralidade na segurança regional e sua influência financeira. O estudo argumenta que, apesar da ascensão chinesa, a Ásia Central tornou-se um espaço de acomodação estratégica, no qual as duas potências evitam conflitos diretos e consolidam sua presença global.

## PALAVRAS-CHAVE

Geopolítica, Rússia, China, Ásia Central

Recebido em 19 de março de 2025

Aprovado em 18 de julho de 2025

# A DESINFORMAÇÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: EXAMINANDO AS VULNERABILIDADES DO BRASIL

Leandro Loureiro Costa<sup>1</sup>

## Introdução

A expansão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), no início do século XXI, aumentou consideravelmente a importância do papel da internet na vida dos indivíduos. Embora não exista um conceito consensual para as TICs, elas geralmente são descritas como um conjunto abrangente de dispositivos, aplicações, componentes de rede, dados, sistemas e infraestruturas que estão envolvidas com a computação moderna. Desse modo, a internet, celulares, programas de computador, redes sociais, redes sem fio, e outros serviços que possibilitam o acesso, o armazenamento, a transmissão e o processamento de dados, são considerados tipos de TICs.

A evolução dos sistemas e ferramentas que circundam esse tipo de tecnologia e o aumento da conexão entre as sociedades também trouxeram novas ameaças. Nesse contexto, assuntos como segurança da informação, crimes cibernéticos, segurança e defesa do ciberespaço entraram na agenda de diversos Estados, sobretudo das Grande Potências.

O Brasil, pelo menos através de documentos normativos, tem dado relevância ao tema. As edições da Política Nacional de Defesa têm continuamente explicitado que o setor cibernético é estratégico para o país, enfatizando a necessidade de capacitar as tecnologias de informação e comunicação, não só as das Forças Armadas, mas também as de todas as estruturas do Estado. Além disso, através da Estratégia de Segurança Cibernética (E-Ciber 2020), o Brasil aponta que o recrudescimento do desenvolvimento da área de tecnologia da informação e comunicação causou um aumento no uso do ciberespaço para diversas atividades, inclusive na oferta de serviços públicos. Ademais, a expansão das TICs possibilitou um crescimento exponencial nas interações sociais na dimensão cibernética.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: leandroloureirocosta@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3787-9015>.

No âmbito das grandes potências, com a anexação da Crimeia pela Rússia e o apoio de Moscou a organizações separatistas no leste ucraniano, autoridades dos Estados Unidos têm registrado a expansão de campanhas de desinformação patrocinadas pelo Kremlin contra Washington e seus aliados. Esse avanço se dá a partir de veículos estatais de comunicação, como a Russia Today e o Sputnik, mas também através do aumento da presença em redes sociais com a contratação de trolls e a criação de novos emissores de informação (Bunce e Hozic 2016, 440).

Em 2017, alguns relatórios da inteligência estadunidense sugeriram a possibilidade do governo russo ter financiado a fabricação e a disseminação de desinformação durante as eleições presidenciais nos EUA para prejudicar a campanha da candidata do Partido Democrata, Hillary Clinton. Após esse evento, a União Europeia (UE) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) patrocinaram a construção do Centro de Excelência de Comunicações para a Contenção de Ameaças Híbridas em Helsinque, com o intuito de investigar possíveis ameaças de emprego de desinformação em relação à Europa (Lanoszka 2019). Por outro lado, no mesmo ano, a Rússia também alertou sobre a possibilidade de campanhas de desinformação por parte da Europa e principalmente dos EUA, com acusações sobre Washington estar patrocinando campanhas de desestabilização em várias regiões do mundo, inclusive na Ucrânia, em 2014, durante o Euromaidan.

Cada vez mais, os Estados têm despendido investimentos em suas capacidades de disseminação de propaganda e desinformação em grande escala com o objetivo de alterar a forma como as pessoas pensam e também como elas agem. Não somente isso, cada vez mais os atores no sistema internacional têm investido em meios de proteção para combater esse tipo de ameaça, como por exemplo o banimento de portais da mídia estatal russa realizado por países componentes da UE e o Canadá ou o chamado Projeto Escudo Dourado da China, que bloqueia o conteúdo de diversos sites considerados como ameaças à segurança, tal como o Voice of America (Nichols e Corrêa 2023).

No bojo da segurança da informação, as revelações de Edward Snowden em 2013, sobre o programa de espionagem realizado pela National Security Agency dos EUA, expuseram que autoridades brasileiras, como a presidente Dilma Rousseff, tiveram seus telefones grampeados pela agência de inteligência estadunidense. Além disso, a Petrobras também havia sido espionada. Somado a esse caso, de acordo com a BNAméricas (2020) o Brasil é o segundo país mais afetado por crimes cibernéticos, totalizando 70 milhões de vítimas e produzindo 80 bilhões de dólares de perdas financeiras.

Desse modo, justifica-se a necessidade de se investir qualitativamente

e quantitativamente em pesquisas sobre os impactos dessa nova conjuntura no Brasil. O objetivo desta pesquisa é identificar as vulnerabilidades do país quanto aos impactos de operações de desinformação promovidas por atores estatais ou não-estatais. Traçar novas considerações sobre as fraquezas do Estado quanto a campanhas de desinformação também é uma contribuição para a análise do desenvolvimento tecnológico do país em um contexto de segurança nacional, principalmente no que tange o setor das TICs. Nesse caso, o setor cibernético deve ser percebido como parte indispensável da estratégia nacional.

Também é necessária a realização de pesquisas sobre as potencialidades e as vulnerabilidades do Brasil em um contexto de competição no sistema internacional, onde diversos atributos do setor das TICs podem causar impactos na distribuição de capacidades materiais entre Estados. Neste ensejo, tecnologias como a internet das coisas, inteligência artificial, 5G, realidade virtual e aumentada e big data adquirem importância estratégica. Tudo isso, somado à necessidade cada vez maior de microprocessadores e outros tipos de hardware, demanda que o Brasil, Estado que se propõe como potência, desenvolva as suas indústrias nos termos dessas novas tecnologias de modo a competir com os principais atores do sistema internacional, além de garantir a sua própria segurança.

## Metodologia

Este estudo aborda o conceito de desinformação aplicando-o nas Relações Internacionais (RI). Neste processo, é detalhada a relação desse termo como parte da estratégia de subversão. Para isso, a literatura sobre esta terminologia é revista de forma a situá-la nas dinâmicas de competição existentes no sistema internacional. Desse modo, será discutida a análise de Lanoszka (2019) sobre a eficiência das operações de desinformação em alterar as políticas de um Estado.

São testadas no caso do Brasil, três hipóteses construídas por Lanoszka (2019) sobre a ineficácia das campanhas de desinformação quanto à produção de mudanças nos Estados-alvo de acordo com os interesses do perpetrador: H1) a anarquia internacional gera incertezas sobre quaisquer informações transmitidas pelos adversários, logo os governos rivais sempre irão esperar as piores ações dos inimigos e vão construir meios de proteção em relação a elas; H2) os cidadãos geralmente confiam mais nas suas experiências prévias, possuem pré-conceitos sobre as elites políticas estrangeiras e seriam mais propensos a adotarem perspectivas ideológicas quando pensam

sobre a dimensão internacional, do que as elites do Estado, fato que amplia a dificuldade de influência advinda de atores externos; H3) o Estado pode utilizar contramedidas mesmo em um cenário de polarização política, ele não é incapaz de tomar ações para reduzir os impactos das campanhas de desinformação e até mesmo desenvolver uma contra-campanha de desinformação para minimizar os danos da operação adversária.

Com a testagem das hipóteses é possível realizar um mapeamento do Brasil quanto às percepções sobre os riscos e políticas de defesa quanto à segurança da informação e segurança cibernética. Torna-se factível a elaboração de um exame sobre as ameaças potenciais ao país no campo da informação, a formulação de novas hipóteses para serem testadas em outras investigações, a criação de contribuições para teorizações futuras em torno do tema da subversão.

A metodologia adotada objetiva fornecer um entendimento concreto sobre o atual contexto, de forma a explorar as principais vulnerabilidades do Brasil quanto a campanhas de desinformação. Essa análise tem como objetivo contribuir para o planejamento de instituições civis e militares de forma a minimizar possíveis ocorrências e garantir vantagem competitiva ao país em eventos tangentes ao tema da instrumentalização da informação para a desestabilização política.

## O conceito de ciberespaço

É importante ressaltar que, de acordo com Kramer et al. (2009), há mais de 28 definições sobre ciberespaço, o que revela uma falta de consenso conceitual. Porém, em um projeto capitaneado pela professora Nazli Choucri (2015) envolvendo uma série de instituições, denominado “Explorations in Cyber International Relations”, considera-se o ciberespaço englobando I) estruturas físicas e dispositivos de telecomunicação que permitem a conexão de redes de sistemas tecnológicos e de comunicação; 2) sistemas de computador; 3) redes entre sistemas de computadores; 4) redes de redes que conectam sistemas de computadores; 5) os nós de acesso dos usuários e os nós intermediários de roteamento; 6) dados constituintes.

O ciberespaço é um domínio estratégico, porém também é um domínio social. Na Doutrina Militar de Defesa Cibernética (Ministério da Defesa 2023) do Brasil, o espaço cibernético é visto como uma dimensão virtual que é formada por dispositivos computacionais conectados a redes, em que informações digitais são transmitidas, processadas e armazenadas. Além disso, o espaço cibernético é classificado como uma área de atuação da defesa

cibernética, conceituada como um conjunto de práticas realizadas no contexto de um planejamento nacional de nível estratégico com o objetivo de “proteger os ativos de informação de interesse da defesa nacional, obter dados para a produção de conhecimento de inteligência e buscar superioridade sobre os sistemas de informação do oponente”. Já o Livro Branco de Defesa Nacional de 2020 (LBDN) considera o espaço cibernético como um cenário de ameaças de caráter multifacetado, tanto estatais, quanto não-estatais, que podem colocar em risco a integridade das infraestruturas críticas determinantes para os sistemas associados à segurança do país.

Daniel Ventre (2013) configura o ciberespaço como um domínio estratégico e social. O autor divide o espaço cibernético em três camadas. A primeira é a do hardware e corresponde a um conjunto de dispositivos físicos capazes de suportar a segunda camada, que é a camada virtual de programas, aplicativos e informações (software), que por sua vez são usados e manipulados pela camada cognitiva de usuários, chamada de “peopleware”. A abordagem de Ventre suporta o conceito de que o ciberespaço é moldado pela experiência dos usuários. A existência da camada de peopleware socializa o ciberespaço, não o considerando apenas de um ponto de vista eletrônico e/ou mecânico. O uso que o peopleware faz do ciberespaço é o que o transforma em um espaço de relações sociais e, portanto, um espaço de poder.

Essa nova dimensão operacional é explorada substancialmente nas mídias sociais, onde o compartilhamento em massa de informações pessoais por parte dos usuários eleva os riscos para a segurança nacional. A flexibilidade da privacidade possibilita a personalização do conteúdo a partir do perfil do usuário, que é definido através da coleta de dados durante o acesso às plataformas, ou até quando elas não estão sendo utilizadas. Essa seleção é realizada por algoritmos e isso permite a disseminação de narrativas adaptadas ao gosto do usuário. Desse modo, há o recrudescimento da possibilidade de se afetar o campo cognitivo do indivíduo graças à facilidade de compartilhamento, à velocidade de alastramento e ao alcance do conteúdo publicado nas mídias sociais (Stassun e Assmann 2012; Nichols e Corrêa 2023).

## A informação e a desinformação nas RI

O avanço de tecnologias de análise de dados, inteligência artificial e aprendizagem de máquina tem revolucionado tanto a capacidade de influenciar economicamente e politicamente outros atores, como a tomada de decisões em relação à segurança. Também tem possibilitado a utilização de informação

como forma de coerção e manipulação em grande escala e tem aumentado substancialmente a velocidade de comunicação. O grau de relevância desse processo pode ser observado na Estratégia Nacional dos Estados Unidos em 2017, que possui um capítulo sobre ‘information statecraft’, que também destaca os possíveis riscos advindos da Rússia e da China sobre esse tema (Rosenbach e Mansted 2019).

Os Estados têm realizado uma “corrida de soma-zero” pela extração de dados e sua operacionalização. É um setor que tende a ter empresas monopolistas devido a um ciclo virtuoso: quanto mais dados se obtém, mais as aplicações desenvolvidas por essas corporações são aprimoradas, esse processo aumenta os lucros e garantem ainda mais habilidades para extrair e instrumentalizar maiores quantidades de dados. Esse acúmulo de dados torna-se uma ferramenta relevante para o emprego da desinformação através da utilização dos algoritmos para direcionamento de conteúdo.

A desinformação é um tipo de informação que tem como objetivo produzir engano. Entende-se como campanha de desinformação a busca sistemática de um ator influenciar o processo político, através da utilização da desinformação para enganar uma audiência (Fallis 2011; Lanoszka 2019). A desinformação é um componente do processo das operações de deception, que buscam manipular as crenças para a obtenção de vantagens e produzir uma relação de coerção. Rid (2020) indica que em meados dos anos 2010, as operações de desinformação ganham um novo formato a partir de inovações tecnológicas e da cultura da internet. Nessa nova era, as campanhas são mais velozes, não demandam qualificação operacional e podem ser realizadas remotamente e de forma descentralizada.

Um fator complicador é o uso político que se faz do termo desinformação. Ao indicar que outro ator está praticando campanhas de desinformação, o acusador busca enfraquecer a confiança nas informações que são emitidas pelo alvo acusado, legitimar censuras e sanções e também fortalecer a própria legitimidade. As acusações mútuas por parte de Estados Unidos e Rússia são exemplos de utilização da terminologia “desinformação” com o intuito de tentar influenciar a opinião pública. Por exemplo, durante os conflitos na Ucrânia, a Casa Branca acusou Moscou de espalhar desinformação para justificar suas ações militares, com alegações de genocídio na região do Donbass ou a possibilidade de laboratórios de armas biológicas ucranianas. Os Estados Unidos também acusaram o Kremlin de patrocinar narrativas contra as vacinas fabricadas por empresas estadunidenses durante a pandemia da Covid-19. Por seu turno, a Rússia também acusou os Estados Unidos de usar desinformação para tentar desestabilizar os governos que não são alinhados com o Ocidente e para incitar protestos internos na Rússia.

Quanto à perspectiva teórica, o tema da desinformação é pouco debatido nas RI. O realismo estrutural privilegia o status da distribuição das capacidades materiais no sistema internacional e não há um consenso quanto ao tratamento da inteligência/contra-inteligência como uma capacidade material. Lanoszka (2019, 5) aponta que uma hipótese para corroborar o entendimento da inteligência como componente das capacidades materiais é a compreensão da inteligência como ferramenta capaz de empoderar um Estado em relação ao outro. Nesse caso, as campanhas internacionais de desinformação podem ser consideradas na lógica realista estrutural ao interpretá-las como um instrumento que possibilita minimizar as capacidades materiais do alvo ou enfraquecer o processo político da sociedade alvo.

Embora não tratassem diretamente da desinformação, os realistas clássicos consideravam o papel da informação, traduzido pelo fator cultural, que tem a capacidade de influenciar as formas pelas quais os Estados buscam aumentar o seu poder. Morgenthau destaca o ‘imperialismo cultural’ como aquele mais efetivo, que busca o controle das mentes dos indivíduos com o objetivo de alterar as relações de poder entre as nações. Já Carr menciona o poder sobre a opinião, que é condicionado pelo status, pelo interesse e pela superioridade econômica e militar, que permitem facilmente impor estas ideias a outros. Enquanto isso, Aron aponta a “ideia” como um dos três objetivos perseguidos pelos Estados, ao lado da potência e da glória (Suppo 2011, 49).

Lanoszka (2019, 5) afirma que as teorias racionalistas são as melhores para acessar os efeitos da desinformação, devido ao fato de assumirem que a informação possui relevância nas relações internacionais. Rathbun (2007) afirma que os racionalistas concordam com os realistas estruturais que a anarquia gera incerteza quanto às intenções de outros atores, mas essa incerteza pode ser administrada. Glasser (1994) afirma que os Estados podem adquirir informações sobre as intenções dos outros Estados que poderiam classificá-los como defensores do status quo ou como atores revisionistas, ou entre Estados de característica ofensiva ou defensiva.

Para Lanoszka (2019, 6), não há motivos para indicar que a anarquia internacional tem menos força na relação entre Estados que praticam a desinformação e os que são alvos dessas campanhas. Ao contrário, a desinformação provoca a erosão da confiança e das normas e os inimigos são os principais alvos desse tipo de operação. Esse contexto é mais similar ao sistema anárquico internacional do que um sistema onde a anarquia é constrangida (Lanoszka 2019, 6).

De fato, a anarquia internacional parece ditar as dinâmicas existentes no processo de desinformação, pois as principais operações desse tipo

ocorreram em momentos onde ela se materializou explicitamente, e.g. as campanhas contra o Japão na década de 1920 propagadas por Moscou e as da CIA contra a Alemanha Oriental. Entretanto, é importante frisar que o antagonismo direto não precisa estar presente para a utilização de campanhas de desinformação e é preciso ter em conta que o ator que empreende a operação tem como objetivo alterar o comportamento do seu alvo para pender a balança de poder ou mantê-la ao seu favor, ou de desestabilizá-lo internamente.

O fato da anarquia internacional existir não imprime uma relação de causalidade na construção de “barreiras” e “filtros” que irão permitir que um Estado bloqueie todas as informações advindas de outros atores. No sistema internacional conflituoso, os Estados vão se esforçar para buscar novas áreas de influência e também manter as que já existem. O fato de encontrarem algum tipo de resistência não é um impedimento para que deixem de instrumentalizar a informação ou de que não consigam obter algum sucesso a partir dela. Embora as análises sobre a incerteza ser elemento central na teoria realista, é um equívoco o posicionamento de que a desconfiança invalidaria qualquer tipo de sinal de comunicação emitido por atores externos e de que eles sempre seriam recebidos com descrença. Outro ponto importante, que é contrário ao argumento de que a incerteza impossibilita as campanhas de informação, é o de que os Estados possuem aspectos internos que podem favorecer a penetração desses sinais.

Em resumo, o campo das teorias das Relações Internacionais ainda carece de explicações robustas em relação às campanhas de desinformação ou sobre o uso da informação para fins políticos. Como eco desse contexto, são necessários o desenvolvimento de análises que possam construir modelos teóricos capazes de abarcar o tema nas interações complexas entre atores no sistema internacional.

## Subversão e RI

Na busca por uma teorização nas RI, destacam-se a perspectiva sobre a subversão como a reversão do poder estrutural e como instrumento estratégico (Maschmeyer 2022; Maschmeyer 2023; Krieg 2023). Os atores que detêm o poder estrutural possuem a capacidade de criar as estruturas de interação e as formam com o intuito de garantir vantagens. A subversão busca a exploração da estrutura do alvo para converter vantagens em prejuízos para quem detém o poder estrutural. As vulnerabilidades das regras e práticas da estrutura, tal como os agentes que interagem nas instituições e através delas, também são exploradas pela subversão. As operações de subversão

também podem ter como objetivo atingir os entendimentos de identidades constitutivas compartilhadas.

Dois fatores importantes determinam os efeitos que as atividades de subversão podem causar: a posição estrutural da entidade-alvo e a profundidade da subversão. Quanto ao primeiro fator, é preciso considerar que o poder subversivo não consegue mudar as posições estruturais, mas pode explorá-las de acordo com os seus interesses. Consequentemente, é necessária a realização de uma avaliação sobre os alvos possíveis para o sucesso das operações, através do esforço de influenciar a opinião pública a partir da disseminação de desinformação na mídia. Segundo, a profundidade da subversão depende principalmente da capacidade do perpetrador. Ao tentar subverter um adversário, é necessário identificar as vulnerabilidades e também elaborar as melhores formas de explorá-las. Para reverter o poder estrutural é necessária alguma familiaridade com o tipo de estrutura que se busca atingir, dessa forma, os Estados que possuem estruturas e níveis de poder estrutural semelhantes aos alvos, possuem menos barreiras que os que não apresentam essas condições (Maschmeyer 2022, 88).

Por seu turno, Krieg (2023) concebe a subversão como uma ferramenta estratégica. Difere-se quanto a Maschmeyer (2022, 2021) ao procurar relacionar a subversão e a guerra, a partir da abordagem tradicional de Clausewitz. Krieg aponta que a caracterização da subversão como um instrumento de poder orquestrado por redes de informação em coordenação, sem a presença de operações militares convencionais, parece ser incompatível com as definições de guerra tradicionais. A subversão busca a mudança do comportamento dos oponentes, mesmo sem o emprego de meios de coerção, distorcendo os limites entre a guerra e a paz. Também visa a exploração das vulnerabilidades sócio-psicológicas, físicas e infra-estruturais do ambiente informacional do alvo, para alterar o consenso sócio-político. Desse modo, a funcionalidade estratégica está em direcionar a consciência individual e de massa e, em casos mais extremos, causar a mudança de regime.

Para Krieg (2023, 73), as narrativas são determinantes na subversão, pois constroem realidades, fabricam identidades a indivíduos de uma comunidade e funcionam como enredos que se beneficiam “das fraquezas sociopsicológicas de forma a produzir a verdade como um fenômeno socialmente construído”.<sup>2</sup> Essa utilização estratégica das narrativas em um contexto de subversão é classificado como ‘armamento de narrativas’. Elas possuem como objetivo a alteração dos níveis de comunicação entre governantes e governados e a mudança nos padrões de comunicação entre diversos atores que coexistem

---

2 Tradução minha.

no processo decisório, como a imprensa, academia, sociedade civil e políticos. Para ser considerada como subversiva, a narrativa instrumentalizada como arma deve ser capaz de produzir mobilização e fabricar um alto nível de orquestração social através de diversos tipos de redes, e galvanizar o ativismo violento para obrigar reações por parte das lideranças políticas.

A mobilização é estruturada no caos do ecossistema informacional com informações falsas disseminadas de forma intencional ou não intencional. A consequência é a de que torna-se quase impossível filtrar as informações para se chegar a decisões políticas. Além disso, a incapacidade da política quanto à tomada de decisões efetivas diminui relativamente a confiança e a legitimidade dos órgãos do governo e polariza o discurso público. Nesse caso, os questionamentos levantados sobre as incapacidades do governo em lidar com a causa pública podem provocar violência política através de insurgências, por exemplo.

Sobre a vulnerabilidade dos Estados quanto aos impactos derivados de atividades de desinformação, Lanoszka (2019) aponta que essas ações não possuem efetividade, pois deveria refutar três hipóteses para serem exitosas: H1) a anarquia internacional gera incertezas sobre quaisquer informações transmitidas pelos adversários, logo os governos rivais sempre irão esperar as piores ações dos inimigos e vão construir meios de proteção em relação a elas; H2) os cidadãos geralmente confiam mais nas suas experiências prévias, possuem pré-conceitos sobre as elites políticas estrangeiras e seriam mais propensos a adotarem perspectivas ideológicas quando pensam sobre a dimensão internacional, do que as elites do Estado, fato que amplia a dificuldade de influência advinda de atores externos; H3) o Estado pode utilizar contramedidas mesmo em um cenário de polarização política, ele não é incapaz de tomar ações para reduzir os impactos das campanhas de desinformação e até mesmo desenvolver uma contra-campanha de desinformação para minimizar os danos da operação adversária.

## Primeira hipótese

O primeiro motivo que reduz a efetividade das campanhas de desinformação é o fato de que a anarquia internacional produz incertezas sobre as informações provenientes dos adversários. Logo, os sinais de comunicação emitidos por atores externos sempre serão vistos de forma ambígua, pois não existe nenhum tipo de certeza sobre a natureza das ameaças e o que pode ser feito para combatê-las. Para que a campanha de desinformação seja bem-sucedida na missão de influenciar a sociedade e desestabilizar o processo

político, é preciso considerar que os indivíduos aceitariam qualquer tipo de informação externa. Para testar essa hipótese no caso brasileiro, é necessário identificar como o país geralmente recebe e interpreta as informações transmitidas por atores externos e também analisar o nível de penetração das mídias de outros Estados no ambiente da imprensa brasileira.

Embora não se restrinjam à internet, os principais esforços articulados de desinformação nos últimos anos foram realizados no ambiente virtual, sobretudo através de redes sociais (Rid, 2020). Lanoszka concorda com essa tendência ao enfatizar o fato da Rússia ter aumentado suas atividades na internet e o caso da Cambridge Analytica capturando dados do Facebook para serem utilizados nas campanhas da eleição presidencial nos EUA em 2016. Nas primeiras décadas do século XXI, observa-se, no Brasil, um crescimento astronômico do número de usuários de redes sociais, de mensageiros e de plataformas de streaming de vídeo. Esses serviços são fornecidos por poucas corporações que oligopolizam esse setor. Por exemplo, o Instagram e o Facebook, as maiores redes sociais em número de usuários no Brasil, pertencem ao mesmo grupo empresarial: Meta Inc. Mais ainda, o WhatsApp, o aplicativo de mensagens mais utilizado pelos brasileiros, com larga vantagem em relação aos concorrentes, também pertence ao mesmo conglomerado do Instagram e do Facebook.

O Google, o Android, o Gmail e o Chrome são, respectivamente, o buscador, sistema operacional de dispositivos móveis, o servidor de e-mail e o navegador mais utilizados no Brasil. Todos eles pertencem ao conglomerado Alphabet Inc., conhecido por ser o grupo empresarial que detém a maior quantidade de dados de indivíduos espalhados pelo mundo, controlando mais de 90% do mercado brasileiro de sites de busca. O YouTube, maior plataforma de streaming do planeta e a mais usada no Brasil, também é da Alphabet.

Essa concentração da internet brasileira em basicamente duas empresas dos EUA revelam uma incerteza, não só sobre a segurança das informações dos cidadãos do país pela posse de dados sensíveis por parte das companhias, mas também sobre a seleção do conteúdo acessado por usuários, que é definido por algoritmos controlados por pouquíssimos atores. Por exemplo, o algoritmo do Instagram e do Facebook seleciona alguns tipos de publicações para aparecerem na seção primária (feed) dessas redes sociais e costuma a dar destaque para temas considerados polêmicos e que geram certo tipo de engajamento. Esse tipo de processo é acompanhado pela possibilidade de disseminar informação com determinado viés a partir de um efeito manada. Dessa maneira, quanto menor a diversidade de corporações que prestam serviço no setor das redes sociais ou do armazenamento de dados, maior é a possibilidade de canais de disseminação de desinformação.

Ademais, a inexistência de empresas nacionais atuantes nessa área também amplifica o cenário de incerteza.

A título de exemplo, antes mesmo do início da guerra com a Ucrânia (2022), a rede social mais utilizada pelos cidadãos russos era a VK, uma empresa privada nacional. Os conflitos com Kiev e a piora das relações entre Moscou e o Ocidente fizeram o Facebook ser proibido no país. Já no mercado dos buscadores, a Google perde para a Yandex e o Telegram também ultrapassou o WhatsApp como o mensageiro mais popular. Algo semelhante também ocorre na China, o WeChat, a Weibo e o Baidu, empresas chinesas, superam todas as suas concorrentes estrangeiras.

A alta concentração corporativa no setor das TICs, com o predomínio de empresas estrangeiras, somada ao fraco desempenho da indústria nacional e a falta de interesse político em desenvolver essa área da economia, levam à conclusão de que a primeira hipótese/obstáculo é contestável no caso brasileiro. O controle total dos dados dos usuários por parte dessas empresas e o oligopólio dos algoritmos de seleção de conteúdo, possibilita um campo de penetração informacional por parte de possíveis adversários, mais ainda, permite a utilização de dados sensíveis dos usuários, o que poderia trazer riscos à segurança nacional. Desse modo, a fabricação de identidade e de sentido em uma comunidade se torna factível graças à capacidade de gerenciamento por parte dessas corporações sobre o que chega até o usuário dos seus serviços (Krieg 2023). Esse cenário também reflete o papel do ator subversivo, definido por Maschmeyer (2022), na exploração da estrutura alvo para converter as vantagens existentes do ecossistema informacional do Brasil (poder estrutural) em prejuízos.

A construção de um ambiente informacional seguro e a obtenção de vantagens estratégicas passa também pela análise das áreas da economia que são relacionadas ao setor tecnológico e ao debate sobre a segurança nacional. Consequentemente, a quantidade de recursos e o crescimento econômico podem ser positivos ao poder militar e a falta deles pode produzir vulnerabilidades à segurança estatal (Knorr 1977). Uma das suas considerações que mais impactam esta pesquisa certamente são as relacionadas à importância da inovação tecnológica no potencial econômico militar. Se a expansão da produção for mais estruturada no desenvolvimento tecnológico, traduzido na maior produtividade do trabalhador, do que no simples crescimento econômico, ela terá maiores benefícios quanto ao potencial militar, pois as atividades econômicas que envolvem alta tecnologia possuem mais sinergias em relação à indústria militar (Knorr 1973).

Para aumentar o potencial econômico-militar de um Estado, torna-se indispensável investimentos públicos em Pesquisa e Desenvolvimento.

Isso pode ser comprovado ao observar a parcela de gastos mundiais na área, que estão substancialmente concentrados nos países mais desenvolvidos em termos industriais, com destaque para a Pesquisa e Desenvolvimento no setor militar. Nesses termos, um Estado precisa associar a segurança nacional ao desenvolvimento dos seus setores de alta tecnologia relacionados ao nexo cibernético/informacional para, não só aumentar a produtividade industrial, mas também para potencializar a sua defesa contra ataques cibernéticos, construindo um ambiente de sinergia entre o desenvolvimento de setores estratégicos da economia e os meios de dissuasão contra esse tipo de influência. A inexistência de empresas nacionais nesse setor demonstra que o Brasil está longe de alcançar o nexo segurança-economia, pelo menos em termos da área da informação e comunicação.

## Segunda hipótese

A hipótese de que os cidadãos confiam mais nas suas experiências prévias, possuindo pré-conceitos sobre as elites políticas estrangeiras e, por isso, seriam mais céticos à influência por parte de atores externos, também é contestável no caso do Brasil. Nessa hipótese, a relação entre o Estado e a sociedade geralmente afeta a forma pela qual o governo conduz a sua política externa. Entre essas duas partes, o acesso e o processamento de informação varia. Por exemplo, membros executivos envolvidos no processo de tomada de decisão em política externa possuem informações privilegiadas graças às instituições político-militares estatais que são controladas por esses agentes. Essas lideranças podem errar no processamento de informações, nos seus cálculos de poder relativo, na identificação de alternativas para lidar com os problemas e também na avaliação sobre as consequências de uma determinada ação (Lanoszka 2019).

Por outro lado, a sociedade não possui acesso a esse tipo de informação, tal como os decision makers. Quanto à visão sobre a condução da política externa, os cidadãos costumam confiar mais nas suas experiências, algo incomum para os envolvidos no processo de tomada de decisão nesse campo. Além disso, os cidadãos seriam mais propensos a adotarem perspectivas ideológicas, quando pensam sobre a dimensão internacional, do que as elites do Estado.

Na visão de Lanoszka (2019), as campanhas de desinformação têm como objetivo criar uma diligência entre os membros do executivo que estão envolvidos na política externa e o público em geral, de maneira a impactar o alinhamento do alvo no sistema internacional de acordo com os interesses

do Estado que empreende a operação. Para as operações de desinformação serem efetivas, deve-se levar em consideração a capacidade dos indivíduos influenciarem as políticas do Estado.

No caso do Brasil, essa hipótese pode ser refutada através de um ponto de vista sociológico. Por exemplo, Souza (2020) destaca elementos histórico-estruturais que auxiliaram o processo de adestramento da classe média do país na reprodução de um discurso anticorrupção, que na prática acabou transbordando o seu sentido. Esse processo histórico-estrutural está expresso na diferença ontológica entre seres humanos, sendo a base da vida política e social. Ele se traduz na ideia de que existe uma solução irrefutável para a vida social e política do mundo, portanto, essa resposta passa a ser tratada como sólida e impossível de ser contestada. Para isso, essa solução deve ser aceita como conhecimento científico universalmente válido, definindo o que é verdade e o que não é.<sup>3</sup>

Os controladores dessas definições sobre a validade do conhecimento, também costumam decidir o que é justo e o que é injusto e, portanto, podem justificar qualquer tipo de relação de dominação social e política.

No contexto público, a competição pelo sucesso da mensagem científica se dá através do acesso a investimento em recursos e em relações pessoais poderosas, a partir da dimensão simbólica das ideias e da sua efetividade na vida social. O Estado-nação moderno surge no contexto científico e na necessidade da legitimação e se traduz em pressuposições de identidade como a ideia de “povo eleito” e “nação escolhida”, como é o caso dos EUA, que detém recursos para fortalecer esses discursos. Em países como o Brasil, onde uma elite colonizada que teve e tem a sua riqueza construída pelo trabalho de intermediação e pela exploração dos comandados, a identidade nacional não assume o sentido de “nação escolhida”, mas sim de “vira-lata”. A identidade brasileira é a imagem negativa da identidade americana: enquanto os americanos são percebidos como melhores, os brasileiros se percebem como os piores e os mais corruptos.

A elite brasileira colonizada reflete essa identidade. Ela cria a sua própria ciência a partir da prática e transforma um conhecimento existente de acordo com os interesses das grandes empresas e de governos, indicando quais saberes serão hegemônicos. Nesse processo de adequação, a elite brasileira é profundamente influenciada pela americana, em um processo relacional que tem como meta a expansão do capital estadunidense. A partir

---

3 Souza (2020) aponta que grande parte dessa ideia de conhecimento científico como verdade absoluta se dá através da percepção histórica iluminista da produção do conhecimento desvinculada de qualquer setor ou visão política. Esse arcabouço vem da visão de continuidade entre religião e ciência, presente no Ocidente. .

disso, o complexo de vira-lata abre a cognição dos indivíduos para a influência externa. Essa tendência aponta para uma instrumentalização da própria elite por atores estrangeiros.

Penido e Stédile (2020, 44) também destacam as tentativas de colonização do pensamento estratégico do Sul, que se dá através da estruturação de ações de cooperação, de treinamento e de formação que envolvem as forças armadas dos EUA e as de outros países da América Latina. Dentre as propostas, destacam-se: as metas orçamentárias para a indústria de defesa incompatíveis com as necessidades de desenvolvimento locais, a transformação das forças armadas latino-americanas em forças policiais, sobretudo com o crescimento das ações militares no combate ao crime organizado, e a manutenção de bases militares físicas dos EUA na região. Enquanto isso, internamente, Washington não segue essas medidas que são propagadas para o resto. Os Estados com pouca capacidade de investimento continuam apostando em estratégias equivocadas que acentuam o seu status de dependência estratégica. Os aspectos de subordinação e dependência das elites possibilitam que os movimentos de disseminação de desinformação tenham como sustento instituições no aparelho estatal, sem a morfologia de uma classe política nova ou de um novo movimento social.

Sobre as predisposições dos indivíduos, é importante mencionar que as narrativas exploram as fraquezas sociais e psicológicas da sociedade (Krieg 2023, 73). São atalhos metaheurísticos que criam sentido e dividem o mundo em bom/mau e legítimo/ilegítimo. Para a formação dessas narrativas armadas, considera-se a polarização política pré-existente, os cismas no tecido social e outras potencialidades de tensão. Por essas razões, além do fato do setor de informação e comunicação ter grande influência externa, as fraturas internas do Brasil são um grande sinal de vulnerabilidade para campanhas de desinformação.

## Terceira hipótese

A terceira hipótese de Lanoszka (2019) é a de que o Estado pode utilizar contramedidas para minimizar as consequências das operações. O Estado não é um objeto inerte sem capacidade de tomar decisões para reduzir a força das operações de desinformação. Além disso, o Estado pode contratar com o mesmo *modus operandi*.

Essa tomada de contramedidas passa por alguns processos de decisão na arena política. Lanoszka menciona que a necessidade de uma rápida capacidade de resposta para desmentir a desinformação é determinante para a

minimização das consequências. Entretanto, na propagação da desinformação na atual revolução digital, como afirma Rid (2020), torna-se extremamente complexo identificar o perpetrador. Outro problema, é que as contramedidas geralmente utilizadas, como os sites de verificação de fatos ou a punição dos atores internos que divulgam as desinformações, geralmente se concentram em diminuir os danos causados ao alvo. Pela velocidade de espalhamento propiciada pelas tecnologias da internet, a contenção de danos não é capaz de acompanhar a dinamicidade das operações de desinformação.

No que tange a dimensão institucional e considerando as interações entre a segurança da informação e o setor cibernético, no Brasil, a concepção estratégica sobre o ciberespaço ganhou seus primeiros contornos na Política Nacional de Defesa (2005) e na Estratégia Nacional de Defesa (2008). Esse último posiciona a cibernética como um setor estratégico em que o Exército possui a principal responsabilidade. Nos anos posteriores, outras interações entre os documentos se tornam concretas, como a elaboração exploratória, em 2010, de um livro verde de defesa cibernética e uma doutrina em 2014.

Estes documentos serviram de base para a construção das estruturas de defesa cibernética do Brasil, como o Centro de Defesa Cibernética (CDCiber) em 2012, a Escola Nacional de Defesa Cibernética (ENaDCiber) criada em 2015 e o estabelecimento do serviço em conjunto envolvendo o Comando de Defesa Cibernética, estabelecido em 2016, responsável pela defesa cibernética estratégica, e o CDCiber exercendo função operacional. A institucionalização estratégica do poder militar perpassa o CDCiber na função de estabelecer o Destacamento Conjunto de Defesa Cibernética cujo objetivo é prover as capacidades para guerra cibernética que serão conduzidas em nível tático pelo Destacamento Conjunto de Guerra Cibernética.

Em 2018 foi instituída a Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI), com reformas na estrutura do país para cibersegurança e ciberdefesa. O novo modelo define a Segurança da Informação como uma área sistêmica que abrange a cibersegurança, a defesa cibernética, a segurança física e a proteção de dados. A PNSI designa o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) como o administrador da cibersegurança e executor do planejamento da política de segurança da informação ao lado do Ministério da Defesa (MD).<sup>4</sup>

O documento prevê que o MD deve prestar apoio ao GSI nas atividades associadas à cibersegurança, além disso, deve construir diretrizes e procedimentos que podem ser utilizados nos sistemas ligados à defesa cibernética do país. Para Devanny et al. (2022, 7), essa mudança no modelo institucional aumenta o nível de prioridade da segurança cibernética, enquanto

---

4 Principalmente o Exército Brasileiro (EB), que é o responsável pela defesa cibernética. .

relega um papel de segundo plano para a defesa cibernética.

O PNSI também cria a Estratégia Nacional de Segurança da Informação (ENSI) que prevê o seu desenvolvimento em cinco módulos: segurança cibernética, defesa cibernética, segurança de infraestruturas críticas, segurança de informação confidencial e proteção contra vazamento de dados. A elaboração dos módulos ainda está em andamento e, atualmente, somente o de segurança cibernética foi publicado através do E-Ciber (Estratégia Nacional de Segurança Cibernética). O E-Ciber reforça o fato do comando da cibersegurança ser do GSI e o da defesa cibernética ser do MD.

A E-Ciber aponta uma série de objetivos estratégicos para o Brasil no setor de segurança cibernética. O primeiro é tornar o país mais próspero e confiável no ambiente digital. O segundo é aumentar a resiliência do país às ameaças cibernéticas. Por último, o terceiro objetivo é o fortalecimento do papel do Brasil na área de segurança cibernética em âmbito internacional.

Devanny et al (2022, 9) destacam que, apesar do estabelecimento desses marcos, há uma espécie de confusão conceitual, com a inexistência de uma definição clara para poder cibernético, aliada à tensão institucional principalmente devido à mudança de foco organizacional em direção à segurança cibernética promovida pelo PNSI. Dessa maneira, o poder cibernético não é utilizado como um conceito de integração estratégica nacional para tentar unificar os esforços que existem de forma separada para possibilitar a cibersegurança e defesa cibernética. Apesar dessas distorções, é importante ressaltar que o Brasil prioriza, pelo menos nessas publicações, que o desenvolvimento de capacidades cibernéticas defensivas e ofensivas, somada à construção de uma base industrial de defesa cibernética são prioridades. O E-Ciber ressalta a demanda de se fomentar parcerias entre a academia e os setores público e privado, bem como a necessidade de cooperação internacional para fins estratégicos.

Outro mecanismo construído pelo Brasil com o intuito de garantir a segurança da informação do Estado é o decreto nº 11.856, de 26 de dezembro de 2023, estabelecendo a Política Nacional de Cibersegurança (PNCiber) e o Comitê Nacional de Cibersegurança. Estabelece os princípios, objetivos e instrumentos da Política Nacional de Cibersegurança e versa sobre a competência e a composição do Comitê Nacional de Telecomunicações.

Os objetivos da PNCiber são a promoção do desenvolvimento de produtos, serviços e tecnologias de caráter nacional destinados à segurança cibernética; a garantia da confidencialidade, autenticidade e disponibilidade das soluções e dos dados utilizados no processamento, armazenamento e transmissão eletrônica/digital de informações; incentivar o cuidado na atuação de crianças, adolescentes e idosos no ciberespaço; contribuir no combate ao

crime cibernético e outras ações maliciosas; incentivar o emprego de medidas de proteção cibernética e de gestão de riscos para prevenção, mitigação e neutralização de vulnerabilidades e ataques cibernéticos; promover a resiliência de entidades públicas e privadas quanto a ataques cibernéticos; promover a capacitação em segurança cibernética na sociedade; contribuir com as atividades de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação relacionadas à segurança cibernética; incentivar a coordenação e o intercâmbio de informações de segurança cibernética entre os entes federativos, os três poderes, o setor privado e a sociedade; criar dispositivos de regulação, fiscalização e controle com o intuito de aprimorar a segurança cibernética nacional e desenvolver estratégias de cooperação em segurança cibernética (Brasil 2023).

No contexto das Forças Armadas e a sua relação com o poder cibernético, Devanny et al. (2022) destacam que, apesar de ser designado como um setor estratégico no documento da Estratégia Nacional de Defesa, o percentual destinado à área no orçamento do Plano de Articulação de Equipamento e Defesa é de apenas 1,48% comparado a outros programas do Exército. Entretanto, é importante destacar que o custo de entrada para tecnologias associadas ao poder cibernético é relativamente menor em comparação a outras capacidades militares, porém, em 2019, o orçamento de defesa cibernética praticamente dobrou de média em comparação ao período entre 2012 e 2018.

Quanto às redes sociais, há um crescimento do debate quanto à regulamentação das plataformas, principalmente no bojo da depredação das sedes dos três poderes no dia 8 de janeiro de 2023, pois grande parte dos responsáveis foi mobilizada através desses sites. Um exemplo relevante é a retomada das discussões sobre o projeto de lei 2630/2020, a chamada PL das Fake News, para controlar a disseminação de desinformação nessas redes. As discussões em torno da regulamentação ainda são bastante embrionárias e possuem oposição importante, tanto por parte das corporações, como a Meta. e a Google, quanto por grupos de direita, alguns deles conhecidos por proliferarem desinformação nas mídias sociais. Apesar disso, em pesquisa publicada pela Atlas Intel em abril de 2023, 78% dos brasileiros defendem a necessidade de uma legislação que estabeleça regras bem definidas para a atuação das mídias sociais no país (Atlas Intel, 2023).

Na arena jurídica, o Brasil tem produzido algumas contramedidas e atividades de prevenção no que tange ao combate à desinformação. Como mencionado, o processo eleitoral brasileiro convive com a propagação de desinformação desde a popularização das redes sociais, tendo o seu ápice nas eleições de 2018 e 2022. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), desde 2019,

tem adotado uma série de medidas no combate à desinformação. Essas ações focam em campanhas visam a credibilização da Justiça Eleitoral. Para as eleições de 2022, foi criado o Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação, através da portaria nº 510, de 4 de agosto de 2021 (TSE 2021) e foram adotadas uma série de medidas contra notícias falsas e perfis que propagam esse tipo de conteúdo, além de punições contra as redes sociais que mantinham essas informações online. Estas medidas trouxeram uma série de críticas em relação à diminuição dos direitos à liberdade de expressão, principalmente das corporações multinacionais que atuam no país.

Em virtude do que foi analisado nesta seção sobre a terceira hipótese, pode ser afirmado que o Brasil tem adotado algumas contramedidas institucionais quanto às campanhas de desinformação. Isso não quer dizer que o país possui um ambiente completamente seguro em relação a esse problema. Ainda há diversas críticas que podem ser realizadas, principalmente sobre a defasagem do sistema de inteligência nacional, mas percebe-se que essa hipótese é a que mais é corroborada no caso brasileiro. Certamente, o país não é estático no combate à desinformação e tem colocado em prática uma série de ações de combate e prevenção.

## Conclusão

Esta pesquisa foi realizada de forma a analisar a efetividade das campanhas de desinformação no contexto do Brasil e discutir as políticas desenvolvidas pelo Estado na redução dos impactos desse tipo de operação. Dessa maneira, foi necessário identificar as vulnerabilidades do Brasil em relação à possibilidade de ser alvo de operações de desinformação promovidas por atores estatais ou não-estatais. Para isso, foram utilizadas as hipóteses/obstáculos construídas por Lanoszka (2019) em artigo publicado no *European Journal of International Security*, com o título 'Disinformation in International Politics'. Em sua análise, o autor busca corroborar o argumento de que as campanhas de desinformação não são efetivas, pois há diversos limites para o sucesso delas. Entretanto, as hipóteses criadas por Lanoszka (2019) corroboram o pressuposto da inefetividade se aplicadas apenas às grandes potências ou a Estados que possuem o setor das TICs relativamente estabelecido, e procuram despende esforços em segurança cibernética, através do desenvolvimento dessa área importante para a estratégia nacional.

Nesta presente pesquisa, através da testagem das três hipóteses no caso brasileiro, verificou-se que as duas primeiras falharam e a terceira foi corroborada de forma parcial. Na primeira, a alta concentração no setor das

TICs em empresas estrangeiras, além da presença incipiente da indústria nacional e da falta de interesse político nessa área da economia, indicam que o Brasil é vulnerável a campanhas de desinformação. Como mostrado a partir de dados sobre o setor das TICs, o Brasil ainda possui números bem menores, em termos de incentivo ao desenvolvimento nacional nessa área, em comparação a outros Estados em desenvolvimento, como a Índia. A falta de controle estatal sobre o algoritmo dessas empresas e a captação de dados sensíveis dos usuários por parte das corporações também ressaltam os riscos à segurança nacional. A maior parte dos serviços de internet são disponibilizados pelas big techs estadunidenses: Meta, Alphabet e Microsoft.

A segunda hipótese também é refutada, pois a sociedade brasileira possui predisposições internas que aumentam a probabilidade de sucesso de operações de desinformação, como a polarização política e a influência cultural externa. A polarização é traduzida, não apenas por eleições muito disputadas, mas pelo crescimento do discurso moral de condenação entre grupos, sobretudo a partir da ideia da existência de representantes da moral contra um grupo corrupto que passa a ser responsabilizado por todos os males sociais. Já a influência cultural externa se manifesta na experiência colonial que impede o desenvolvimento de um pensamento autônomo nacional e dita percepções como a corrupção inata na sociedade brasileira e a primazia ocidental.

Por último, através da testagem da terceira hipótese, pode-se afirmar que o Brasil cumpre parcialmente com os requisitos propostos por Lanoszka neste último obstáculo. Existe uma série de mecanismos que preveem contramedidas por parte das autoridades do país quanto à segurança da informação e segurança cibernética, como o PNSI e PNCiber. Também surgem medidas preventivas no escopo do Tribunal Superior Eleitoral para tentar preservar o transcurso das eleições. Há também um crescimento considerável da conscientização da população sobre a necessidade da regulamentação das redes sociais quanto à proliferação de desinformação, o que poderia garantir mais alternativas de contramedidas.

É necessário o desenvolvimento de mais estudos que investiguem a efetividade desse tipo de instrumentalização da desinformação, bem como investigações que analisem o impacto da subversão como forma de política estratégica. Torna-se imprescindível conceber as diferenças entre Estados no que tange às capacidades de defesa em relação ao problema, pois grande parte da literatura sobre o tema se restringe às grandes potências e ignora o espaço de atuação dos Estados emergentes onde a tecnologia digital possui um papel de grande importância.

## Referências

- Atlas Intel. 2023. Pesquisa sobre o impacto das redes sociais no bem-estar e segurança dos brasileiros. <https://cdn.atlasintel.org/95c2051e-cfcf-480d-b69b-d91c413bbd97.pdf>.
- Barnett, M. e R. Duvall. 2005. "Power in international politics". *International Organization*, v. 58, n. 1, 39-75.
- Brasil. 26 dez. 2023. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 11.856. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11856.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.856%2C%20DE%2026,que%20lhe%20confere%20o%20art.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11856.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.856%2C%20DE%2026,que%20lhe%20confere%20o%20art.)
- Bunce, V. e A. Hozic. 2016. "Diffusion-proofing and the Russian invasion of Ukraine", *Demokratizatsiya*, vol. 24, n. 4.
- Choucri, Nazli. 2012. *Cyberpolitics in International Relations*. Cambridge: MIT Press.
- Claverie, B. e F. Du Cluzel. 2022. *Cognitive warfare: the advent of the concept of cognitics in the field of warfare*. NATO Collaboration Support Office.
- Fallis, D. 2016. "What is disinformation?". *Library Trends*, v. 64, n. 3.
- Knorr, K. 1973. *Power and Wealth*. New Jersey: Princeton University Press.
- Knorr, K. 1977. "Economic Interdependence and National Security". Em *Economic Issues and National Security*. Kansas: Allen Press.
- Krebs, R. e P. Jackson. 2007. "Twisting tongues and twisting arms: the power of political rhetoric". *European Journal of International Relations*, v. 13, n. 1.
- Krieg, A. 2023. *Subversion: the strategic weaponization of narratives*. Washington, DC: Georgetown University Press.
- Lanoszka, A. 2019. "Disinformation in international politics". *European Journal of International Security*, v. 4, n. 2, 227-248.
- Maschmeyer, L. 2021. "The subversive trilemma: why cyber operations fall short of expectations". *International Security*, v. 46, n. 2, 51-90.
- Maschmeyer, L. 2022. "A new and better quiet option? Strategies of subversion and cyber conflict". *Journal of Strategic Studies*.
- Maschmeyer, L. 2023. "Subversion, cyber operations, and reverse structural power in world politics". *European Journal of International Relations*, v. 29, n. 1, 79-103.

- Ministério da Defesa [Brasil]. 2023. Doutrina Militar de Defesa Cibernética – MD 31-Mo7. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/estado-maior-conjunto-das-forcas-armadas/doutrina-militar/publicacoes-1/publicacoes/MD31Mo7DoutrinaMilitardeDefesaCiberntica2Edio2023.pdf>,
- \_\_\_\_\_. 2020. Defense White Paper. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/estado\\_e\\_defesa/livro\\_branco/Versaodolivroemportugues2020.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/estado_e_defesa/livro_branco/Versaodolivroemportugues2020.pdf).
- Nichols, G. C. Leal e C.R. Corrêa. 2023. “A Guerra Cognitiva nas Redes Sociais e suas Implicações para a Segurança dos Estados”. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 38, n. 82, 101-121.
- Penido, A e M. E. Stédile. 2021. *Ninguém regula a América: guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo.
- Rid, T. 2020. *Active Measures: The Secret History of Disinformation and Political Warfare*. New York: Farrar, Straus and Giroux.
- Rosenbach, E. e K. Mansted. 2019. “The Geopolitics of Information”. *The Belfer Center for Science and International Affairs*.
- Souza, J. 2020. *A guerra contra o Brasil: como os EUA se uniram a uma organização criminosa para destruir o sonho brasileiro*. Rio de Janeiro: Estação Brasil.
- Stassun, C. e S. Assmann. 2012. “Hipermobilidade estética e dispositivos de controle de circulação: o desejo de ser notado encontrado na internet”. *Revista FAMECOS, Porto Alegre*, v. 19, n. 2, 153-168. <https://doi.org/10.5007/1984-8951.2012v13n102p153>.
- Strange, S. 1998. *States and Markets*. London: Bloomsbury Academic.
- Suppo, H. R. 2011. “A importância do chamado soft power no paradigma realista clássico”. *Mural Internacional*, v. 2, n. 2, 47-50.
- TSE. 2021. Secretaria de Gestão de Informação e do Conhecimento. Portaria nffl 510. Brasília. <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/prt/2021/portaria-no-510-de-04-de-agosto-de-2021>.
- Ventre, Daniel (ed). 2013. *Cyber Conflict: Competing National Perspectives*. Hoboken: John Wiley & Sons.

## **RESUMO**

Algumas das maiores preocupações sobre a segurança da informação nas Relações Internacionais são os impactos da desinformação no processo político interno de forma a enfraquecer Estados adversários. Alguns estudos têm apontado para a falta de efetividade desse tipo de articulação em produzir resultados significativos na alteração do comportamento dos alvos. À luz desse pressuposto, esta pesquisa buscou testar, no caso do Brasil, três hipóteses que contestam a efetividade desse tipo de instrumento. Conclui-se que o país se encontra em uma situação de vulnerabilidade estratégica, mas tem movido esforços institucionais para contornar as possíveis consequências de uma campanha de desinformação.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Desinformação, Subversão, Segurança da Informação, Brasil

Recebido em 21 de janeiro de 2024

Aprovado em 30 de janeiro de 2025

# REFLEXÕES SOBRE O BRASIL E A COOPERAÇÃO EM DEFESA: ENTRE VANTAGENS E DESAFIOS HISTÓRICOS (1822-HOJE)

Kamilla Raquel Rizzi<sup>1</sup>

Danielle Jacon Ayres Pinto<sup>2</sup>

## Introdução

A cooperação em Defesa no Brasil envolve a colaboração com outros países e organismos internacionais para fortalecer a capacidade militar, tecnológica, de segurança e laços diplomáticos. Essa colaboração específica entre atores do sistema internacional pode abranger desde treinamentos conjuntos e exercícios militares até a aquisição e desenvolvimento de tecnologia militar e está inserida nos documentos de Defesa do Brasil, desde 1996, como forma de normatizar, viabilizar e incentivar suas ações.

O objetivo geral da pesquisa é analisar a cooperação em defesa que o Brasil empreende desde seu processo de independência. Os objetivos específicos são discutir teoricamente a cooperação em Defesa, periodizar historicamente as ações de cooperação em Defesa do Brasil (desde 1822 até hoje) e identificar suas vantagens e desafios históricos. Ao propor responder quais as características históricas mais evidentes da cooperação em Defesa do Brasil, como hipótese de trabalho aponta-se que as características são a) vantagens e desafios nas ações de cooperação em Defesa do Brasil, b) uma correlação entre política externa e defesa nessas ações, evidenciando-se ainda o c) mapeamento de áreas prioritárias, historicamente constituídas.

Metodologicamente, quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pampa, Bagé, Brasil. E-mail: kamillarizzi@unipampa.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8462-7497>

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. E-mail: danielle.ayres@ufsc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1105-1626>

aplicada, que busca “gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos” (GERARDT & SILVEIRA, 2009, p. 35) e, quanto aos objetivos, revela-se uma pesquisa descritivo-explicativa. Os procedimentos utilizados foram a pesquisa documental e bibliográfica e o levantamento de dados quantitativos, os quais, associados, classificam a pesquisa como qualitativa em seu protocolo, com o auxílio do método hipotético-dedutivo, conforme Karl Popper, compreendido pelo conjunto sequencial: “problema – hipóteses – dedução de consequências observadas – tentativa de falseamento – corroboração” (GERHARDT & SILVEIRA, 2009, p. 27). Além de um alcance do estudo no tempo maior, a pesquisa qualitativa tem ainda por características a

[..] objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (GERHARDT & SILVEIRA, 2009, p.32).

Buscar compreender a totalidade do fenômeno também é característica do protocolo qualitativo, mais do que focar em conceitos particulares. Concorde-se com Minayo, pois esse protocolo é adequado aos estudos da história “[...] das representações [...] das relações [...] ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam” (MINAYO, 2008, p.57).

## Por que cooperar em Defesa?

Para compreender a relevância de ações de cooperação em Defesa<sup>3</sup> do Brasil, no geral, é fundamental revisitar autores clássicos, que contribuíram historicamente com análises qualitativas e de pesquisa aplicada. O desenho

---

3 Neste artigo, optou-se pela conceituação relativa à cooperação em Defesa. As conceituações derivadas e/ou complementares, como cooperação em segurança e em segurança pública não serão aqui objeto de análise específica, embora possam, por vezes, ser contempladas.

teórico-conceitual que baseia esta pesquisa parte da percepção teórica das Relações Internacionais para auxiliar na compreensão das dinâmicas do sistema internacional, identificando que a cooperação, em todos os âmbitos, é uma variável relevante, associada à abordagem histórica como vital para compreender-se a evolução das ações do Brasil na cooperação em defesa.

A perspectiva do Sul geopolítico<sup>4</sup> permeia a proposta e identifica que a análise teórica complementar à pesquisa pelo viés do neorrealismo e de como a cooperação entre os Estados pode ser motivada pela estabilidade doméstica e regional. Leva-se em conta, ainda, a importância de analisar as relações internacionais considerando a história colonial e pós-colonial dos países do Sul geopolítico, pois estas moldam as estruturas de poder e as relações econômicas atuais. Logo, deve-se compreender a cooperação Sul-Sul como uma estratégia para fortalecer a posição dos países em desenvolvimento no cenário global, pois essa interação pode levar a soluções mais adequadas para os problemas que enfrentam, em comparação com as soluções propostas pelo Norte Geopolítico, pois “[...] insistimos que a cooperação Sul-Sul é uma estratégia de política externa com forte feição geopolítica” (DA ROCHA, 2019, s/p).

A partir dos anos 1970, o debate sobre as possibilidades e os desafios da cooperação passaram a se destacar na área de Relações Internacionais. Para os teóricos neoliberais, a cooperação deve ocorrer por meio de organizações internacionais, que seriam as instituições responsáveis pelo funcionamento da cooperação, além da promoção de comunicação entre os atores envolvidos, sendo que a ação coletiva conduziria a um objetivo maior comum (SMOUTS, 2004). Haas (apud MARRA, 2008) colabora com a discussão ao apresentar o conceito de “spill over”, que sugere que o conjunto de benefícios alcançados com a cooperação por meio das instituições de um certo setor pode incentivar a cooperação em outras áreas.

Keohane (1984) assinala que é mais difícil a cooperação em termos políticos do que em outras áreas, como a econômica – isso ocorre porque existem interesses comuns que admitem a cooperação, o que leva ao

---

4 O conceito de Sul Geopolítico refere-se a uma divisão global que vai além das categorias econômicas, abordando as dinâmicas de poder, influência e alianças internacionais entre os países considerados parte do Sul Global. Essa divisão geopolítica é complexa e multifacetada, refletindo as relações históricas, econômicas e políticas que moldam o mundo contemporâneo. O termo emergiu durante a Guerra Fria para distinguir os Países Não Alinhados, em desenvolvimento, do Hemisfério Sul dos países industrializados do Hemisfério Norte. Para Visentini (2019), o Sul Geopolítico “[...] concentra, aproximadamente, dois terços dos Estados existentes (bastante desiguais), a maioria esmagadora deles com grande fragilidade político-social e debilidade militar e econômica. A agenda internacional desses consiste, simplesmente, na manutenção de sua existência como nação e das elites locais no poder” (p.19).

estabelecimento de regimes que garantem a permanência e a continuidade da cooperação, mesmo sem hegemonia. Além disso, de acordo com o conceito de balança de poder, esta não é impossível de ser alcançada e pode ser usada como instrumento de autoajuda, mesmo aceitando as limitações impostas pelos conceitos de soberania e autoajuda sobre a predisposição à cooperação.

Já autores da corrente neoinstitucionalista, por sua vez, analisam pelo viés da escolha racional. A comunicação é outro pressuposto fundamental para essa corrente e, por meio desta, podem ser emitidos sinais que são custosos para um ator, o que seria uma forma de demonstrar a predisposição e o compromisso com os esforços cooperativos. Os neoinstitucionalistas explicam a continuidade da cooperação por meio da maior confiança devido ao cumprimento dos acordos de forma sucessiva – a repetição dos jogos – e também não consideram a questão de formações de identidades e a influência destas na mudança de percepções sobre o ambiente. Müller (2002) diz que a cooperação em Defesa é a cooperação entre os atores que podem estar em conflito, pois a cooperação não pode ser garantida por um longo período de tempo, o que pode fazer com que os Estados se tornem adversários entre si. Essa percepção, diz o autor, indica que um Estado confia nas habilidades e capacidades de outro – em contraposição à noção de autoajuda, que afirma que um Estado só deve confiar em sua própria capacidade de sobrevivência. Além disso, isso significaria a acumulação de poder e a perda de liberdade de ação (MÜLLER, 2002). O autor também discute os desafios e as limitações da cooperação em segurança e defesa, reconhecendo que, embora os regimes internacionais possam facilitar a cooperação, eles também enfrentam dificuldades devido a questões de confiança, interesses nacionais divergentes e mudanças nas dinâmicas de poder global.

Devido ao fato de que os construtivistas não fixam as prioridades dos atores nem a estrutura em que eles interagem, a colaboração em Defesa é considerada viável (para WENDT apud MÜLLER, 2002). Os construtivistas, em contraste com os realistas, argumentam que os atores podem moldar a estrutura. Eles argumentam que a estrutura do sistema internacional é definida por meios materiais (como a distribuição de poder) e pelo componente social (ADLER; BARNETT, 1998), o que torna a colaboração menos necessária. Os costumes e normas podem mudar o ambiente internacional de extremamente competitivo para extremamente cooperativo.

A Escola de Copenhague criou a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, para entender as questões de segurança internacional a partir de uma perspectiva regionalista. Essa teoria aprofundada por Buzan e Waever (2003) – afirma que, embora os problemas de segurança sejam mais relacionados à sua região, eles ainda são afetados pela polarização do sistema

internacional. Como resultado, isso é visto como uma aproximação entre o construtivismo e o realismo ofensivo nas teorias de relações internacionais (CEPIK, 2005). Os neorrealistas acreditam que a estabilidade nacional e regional pode incentivar a cooperação entre os Estados.

O ponto central da análise aqui realizada é que a ideia de estabilidade (ou sua ausência) é crucial para a análise das ações de cooperação em Defesa do Brasil, dando especial evidência ao seu Entorno Estratégico, compreendido como área de atuação prioritária brasileira. Conforme Fiori (2013), seria “a região onde o Brasil quer irradiar – preferencialmente – sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar, o que inclui a América do Sul, a África Subsaariana, a Antártida e a Bacia do Atlântico Sul” (s/p). A hipótese de trabalho aponta que as vantagens e desafios nas ações de cooperação em Defesa do Brasil estão correlacionados à defesa e à política externa nessas ações, evidenciando-se o mapeamento de áreas prioritárias, que foram construídas ao longo da história do país independente. A ideia de estabilidade ou sua ausência é crucial para a análise, não só do Entorno Estratégico brasileiro, mas para se pensar a definição da política de defesa do Brasil historicamente e as motivações que levam à cooperação, por parte da política de defesa.

Cooperar em Defesa é agir internacionalmente (bilateral e multilateralmente) com nações amigas e organismos para prover propositamente demandas dos dois lados. Concordando com Muthanna (2006 apud REZENDE, 2014), compreende-se aqui a cooperação em Defesa também entre civis e militares, envolvendo colaboração político-militar (atuações multilaterais como as operações de paz) e cooperação direta, que inclui os ministérios da área, as agências associadas e as Forças Armadas de diferentes Estados, abrangendo, ainda, a questão da cooperação militar.

No caso brasileiro, para Barros; Lima; Barros (2024), essa ação internacional do setor de defesa é

representada por cooperação técnica e assessorias militares, operações combinadas com nações amigas, cooperação fronteiriça, exercícios militares com forças estrangeiras, cooperação em ciência e tecnologia, cursos militares no exterior, reuniões bilaterais e multilaterais, viagens e programas de aquisição, desenvolvimento conjunto de produtos de defesa, e atuação de assessorias militares em organizações internacionais. **Essa ampla rede internacional é comumente referida como diplomacia de defesa, cooperação técnica, cooperação internacional do setor de defesa** (Carvalho, 2017; Cottey e Forster, 2004; Plessis, 2008), e até mesmo atividades de defesa na área internacional (Brasil, 2017b). (BARROS; LIMA; BARROS, 2024,

p.7, **grifo nosso**)

Para Rezende (2014),

cooperar em defesa pode ser um caminho para que esses Estados possam manter, modernizar e, eventualmente, até mesmo aumentar seus recursos de poder sem, contudo, (a) desencadear uma corrida armamentista que não possam manter ou (b) despertar a discordância da potência unipolar (REZENDE, 2014, p. 527).

Adicionalmente, a (incompleta) correlação entre a política de Defesa e a política externa brasileiras, compreendidas como políticas públicas, direciona a análise do posicionamento brasileiro. Aproximar a política de Defesa e a política externa é possível e também essencial, considerando o caminho histórico pelo qual ambas as políticas públicas passaram. Embora acadêmicos e técnicos discutam se a política externa é uma política de Estado, a verdade é que é uma ação contínua baseada no acumulado histórico e nos padrões de conduta (CERVO, 2003; 2008), que tem dado previsibilidade e continuidade à ação externa brasileira, mesmo com as mudanças necessárias para cada governo e seus problemas político-partidários. Três questões são relacionadas à política externa como política pública: a) a centralidade das relações entre o Ministério das Relações Exteriores e a Presidência da República; b) a adoção de medidas de modernização institucional no seio do Ministério; e c) a relevância da coordenação política, da transparência das decisões e da participação social. Adota-se o conceito empregado por Araújo Castro (1982, p. 206), segundo o qual a política externa é o conjunto de diretrizes que o país teria historicamente levado a efeito nas suas relações com os outros Estados. Tais diretrizes envolveriam, dentre outros, princípios como o da igualdade soberana das nações, e o da não-intervenção.

Compreende-se aqui que a Defesa Nacional é um bem público provido à sociedade por meio de políticas públicas. As políticas públicas costumam ser o resultado de intensa interação entre atores políticos e não a imposição de fórmulas e cálculos para cada problema. A política de Defesa trata de problemas específicos, insuscetíveis de transferência à iniciativa privada ou a qualquer outro campo da gestão governamental e procura implementar soluções para esses problemas. Um esforço de enquadramento da Defesa Nacional nesse contexto ocorreu com a elaboração e constante atualização dos documentos de defesa nacional (Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco da Defesa Nacional), desde 2000, como

eixo normativo básico da Defesa Nacional.

A política de Defes. Esta ação é o resultado de grasa Nacional pode se concentrar tanto dentro do país, reduzindo sua vulnerabilidade, quanto fora dele, reduzindo as ameaças externas por meio de negociações ou ataques armados diretondes processos históricos que levaram à sua composição. Concorde-se com Halliday (1999) ao afirmar que os Estados “[...] funcionam simultaneamente nos níveis doméstico e internacional e buscam maximizar seus benefícios em um domínio para melhorar suas posições no outro. As necessidades da competição interestatal explicam muito do desenvolvimento do Estado moderno, enquanto a mobilização dos recursos domésticos e os constrangimentos internos dão conta do sucesso dos Estados nessa competição” (p. 34).

Almeida (2010), Alsina Jr. (2006) e Oliveira (2006) argumentam que a política de Defesa é uma política de Estado, enquanto política pública, que trata de problemas específicos, insuscetíveis de transferência à iniciativa privada ou a qualquer outro campo da gestão governamental; pode ser compreendida por conceitos políticos, jurídicos e econômicos e deve mostrar-se incólume às disputas partidárias.

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que de fato faz [...] sendo uma ação intencional [...] e embora tenha impactos no curto prazo, é política de longo prazo [...] envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja implica também implementação, execução e avaliação (SOUZA, 2006, p. 36).

Para Proença Jr. e Duarte (2007) e Rudzit e Casarões (2003), a política de Defesa é uma política pública que deve considerar necessariamente a dinâmica de seu processo decisório sobre o qual incide, além dos constrangimentos sistêmicos e as determinações próprias da política doméstica (como as disputas partidárias, alternâncias governamentais e conflitos de interesses), o que a classificaria mais como uma política de governo. Já Santos (2018) identifica que a política de Defesa do Brasil possui características tanto de política de Estado (com continuidades) quanto de política de governo (com inovações conceituais e mudanças de ênfase).

A discussão é profícua e desponta a relevância de aprofundar a reflexão sobre o tema, pois cabe ainda a análise dos documentos nacionais de Defesa do Brasil, nos quais se encontram as questões vitais da cooperação em Defesa do país. Concorde-se com Lima (2015, p. 8) quando afirma que os autores supracitados “reforçam a importância da subordinação dos atores envolvidos

nas duas políticas a diretrizes de governo, destacam a dificuldade de interação entre eles quando suas organizações apresentam graus de maturação burocrática díspares e apresentam a necessidade de coerência entre os objetivos da ação externa do País”, identificando que os níveis institucional e internacional são básicos nessa análise.

Os documentos brasileiros analisados são as versões mais recentes da Política de Defesa Nacional (2020), Estratégia Nacional de Defesa (2020) e Livro Branco de Defesa Nacional (2020). A Política de Defesa Nacional, tanto em sua primeira versão (1996) como na segunda (2005), enfatizava as incertezas do sistema internacional pós-Guerra Fria. No entanto, estes documentos não explicitaram ameaças ou fontes de incerteza com origens na América do Sul. Além disso, ambas as políticas afirmam a postura defensiva adotada pelo Brasil. A PDN (2005), por sua vez, também ressaltava preocupações com recursos naturais em relação a ameaças extrarregionais, estando as maiores inquietações concentradas no Atlântico Sul e na Amazônia. Portanto, merece destaque a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), a qual, segundo a PDN (2005), é um dos processos que podem contribuir para reduzir a possibilidade de conflitos no Entorno Estratégico.

Tendo em vista as preocupações com ameaças extrarregionais, a END (2008) propôs uma maior presença das Forças Armadas nas fronteiras (cuja prioridade é a região amazônica) e no Atlântico Sul, com função, sobretudo, de vigilância. Está presente nesses documentos o elemento da dissuasão – o qual o Brasil se empenha em demonstrar, porém não em relação a seus vizinhos – e de acordo com a PDN, este será a segunda opção de estratégia, estando em primeiro lugar a ação diplomática para solucionar conflitos. Outro ponto colocado pela END (2008) trata dos setores prioritários para a Defesa nacional: cibernético, espacial e nuclear.<sup>5</sup> O Livro Branco (ano de 2012) ajuda a construir confiança por meio da transparência militar. Nele estão disponíveis informações sobre o número de soldados estrangeiros no Brasil, soldados brasileiros no exterior e exercícios militares conjuntos realizados por todas as Forças Armadas entre 2001 e 2011.

Em comparação com as versões anteriores, a PND de 2020 enfatiza a importância de uma política de Defesa sólida que leve em consideração o desenvolvimento de capacidades estratégicas, a cooperação internacional e a modernização das Forças Armadas. A END estabeleceu novas prioridades estratégicas, como ciberdefesa, espacial e biossegurança, em resposta aos

---

<sup>5</sup> Estes dois últimos são retomados no Livro Branco (2012), onde o Brasil reafirma a importância do intercâmbio bilateral nuclear, além do projeto do submarino de propulsão nuclear, o qual contará com tecnologia nuclear apenas neste aspecto – ou seja, os armamentos utilizados pelo submarino serão convencionais – em respeito ao comprometimento com os acordos nucleares

desenvolvimentos tecnológicos e globais. Além disso, o LBDN forneceu informações atualizadas sobre as capacidades das Forças Armadas e programas de modernização, bem como abordou questões emergentes como a proteção de fronteiras e a defesa do Atlântico Sul.

Assim, a combinação de elementos teóricos supracitados é complexa para a compreensão da cooperação em Defesa, concordando-se com Rezende, pois

Ainda que tenham produzido avanços importantes, há limites significativos para se entender a cooperação em defesa que não são aprofundados pela literatura. Enquanto as teorias de Relações Internacionais são muito amplas, localizando as condições mais ou menos propícias para a cooperação, aqueles que buscaram especificamente tratar do elemento da cooperação em defesa e segurança internacional são específicos demais (REZENDE, 2014, p. 520).

No entanto, finaliza-se este item com a certeza de que cooperar em Defesa é um instrumento militar e diplomático relevante para os Estados em sua projeção de poder, manutenção da soberania e desenvolvimento endógeno e que no caso brasileiro, política de Defesa e externa tem dialogado, em momentos mais ou menos próximos.

## Histórico da Cooperação em Defesa do Brasil

Metodologicamente, os acordos de cooperação em Defesa (ou atos internacionais no campo de Defesa e assuntos militares e seus derivados) são o foco de análise documental aqui. A partir de uma apreciação histórica e de dados levantados em fontes documentais, propõe-se uma periodização da cooperação na área posta em prática pelo país, em quatro fases subsequentes e complementares entre si, baseada em Visentini (2015), sendo: a) a primeira, do Brasil independente ao ingresso do país na Segunda Guerra Mundial (1822-1942), fortemente caracterizada pelas ações do Império no sul do continente e pela relação com a Inglaterra e posteriormente EUA, como foco de influência internacional; b) a segunda, entre o final da Segunda Guerra Mundial e a segunda metade da década de 1970, de unilateralidade brasileira no sistema internacional junto à órbita dos EUA no contexto da Guerra Fria (1942-1978); c) a terceira fase, com duração entre o final da década de 1970 e a criação do Ministério da Defesa, em 1999, no contexto da multilateralidade

frente ao desgaste da hegemonia norte-americana no sistema internacional e a correlata transição doméstica (1978-1999); e d) a quarta e atual fase, até os dias atuais, da cooperação em defesa aprofundada pela institucionalização e pelos próprios Documentos de Defesa (1999-hoje), ainda no contexto da multilateralidade internacional, sob transição sistêmica, com forte apelo à institucionalização.

A seguir, analisar-se-á cada fase, com as principais atividades de cooperação em Defesa, não tendo, no entanto, a intenção de esgotar-se em si; pretende-se aqui apresentar alguns exemplos pontuais de cada período, como forma de mapear as características, vantagens e desafios da cooperação em Defesa que o Brasil operou. Importante ressaltar que a análise documental optou por atos internacionais selecionados assinados entre o Brasil e alguns parceiros como fonte primária, deixando para outro momento a análise relativa às Adidâncias do país no exterior. Nesses atos, verificaram-se as principais intenções explicitadas pelos atores e também as possíveis atividades de cooperação supracitadas.

A primeira fase refere-se ao Brasil independente sob o regime monárquico e à República Velha até 1942, com a manutenção de propriedades do período colonial, sendo caracterizada pelas ações do Império brasileiro no sul do continente (intervenções no Uruguai e Argentina, Guerra da Tríplice Aliança) e pela relação com a Inglaterra e, posteriormente, EUA, como pólos de poder diplomático, econômico-comercial e de defesa do sistema internacional. Nesse longo período, não ocorreram atos de cooperação em Defesa propriamente ditos, mas sim missões e outras atividades correlacionadas, como a Missão Militar Francesa (entre 1850-1858), sendo a primeira missão militar no Brasil, liderada pelo Coronel francês Pierre Labatut, com atuação breve (devido a desentendimentos com as autoridades brasileiras), porém auxiliou na introdução de métodos de treinamento europeus no Exército Brasileiro; a Missão Militar Prussiana (1865-1870), a qual foi enviada durante a Guerra da Tríplice Aliança e teve um papel importante na reorganização e treinamento do Exército Brasileiro para modernizar a estrutura e a disciplina militar brasileira; e a Missão Militar Americana (entre 1922 e 1940), que influenciou significativamente as forças armadas brasileiras, na modernização do Exército e no desenvolvimento de táticas e estratégias militares. Em 1919, foi assinado novo acordo com a França para outra missão militar no Brasil, especialmente posta em prática pelo Exército Brasileiro.<sup>6</sup> Para Guerra (2019),

---

<sup>6</sup> A Missão era para auxiliar na instrução e modernização do Exército. Para CPDOC (s/a, s/p), “[...] as negociações para o contrato ocorreram em Paris, entre o adido militar brasileiro na França, coronel Malan d’Angrogne, e o ministro da Guerra francês, Georges Clemenceau (1917-1920). Já naquele momento o chefe designado, general Maurice Gamelin, se encontrava em

O Exército Brasileiro, cujas raízes estavam na doutrina militar do Exército Português e nas próprias experiências de conflitos internos e externos (sobretudo na Guerra da Tríplice Aliança), passaria à influência do Exército Francês no período de 1920 a 1940. Quando então, a MMF foi encerrada e o Exército Brasileiro passou a receber influências do Exército norte-americano, o qual também tinha em suas origens de formação o Exército Francês (GUERRA, 2019, p. 14).

Verifica-se que as nuances dessa primeira fase de cooperação colocam lado a lado a política de Defesa com a política externa brasileira, no século XIX e início do século XX, com primazia de relações com Inglaterra, França e EUA, dentro do escopo da Diplomacia da Agroexportação (CERVO & BUENO, 2002).

O início da segunda fase remonta ao Acordo Militar Brasil-Estados Unidos (1942), que firmou a aliança brasileira com os EUA e Aliados contra as Potências do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial.<sup>7</sup> O Brasil permitiu que os EUA utilizassem bases aéreas no Nordeste brasileiro, essenciais para operações no Atlântico Sul e na África. Por meio da criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) – uma demanda brasileira –, o Brasil enviou tropas para combater na Europa, demonstrando um compromisso expressivo com a aliança.<sup>8</sup> Em novembro de 1943, a FEB realizou a convocação de mais de 25 mil soldados (conhecidos como “pracinhas”), que foram liderados pelo general Mascarenhas de Moraes e integrados ao 5º Exército dos EUA para

---

missão de reconhecimento no Brasil. O contrato foi assinado poucos meses depois na capital francesa e ratificado logo em seguida no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Os termos do contrato estipulavam que oficiais franceses comandariam durante quatro anos as escolas de Estado-Maior (EEM), de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), de Intendência e Veterinária; e que o Brasil se comprometia a privilegiar a indústria francesa em suas compras de armas e equipamentos militares com a condição de que o material oferecido, o prazo de entrega e os preços fossem no mínimo equivalentes aos de outros países fornecedores. Embora tenha sido contratada por quatro anos, a missão se estendeu por 20 anos: seu contrato foi renovado seis vezes. Sua atuação, embora se concentrasse no Distrito Federal, teve impacto nacional”.

7 O Brasil já havia se alinhado com os EUA em janeiro de 1942, após a Conferência do Rio de Janeiro, quando decidiu romper relações com o Eixo – formado por Itália, Alemanha e Japão.

8 Vargas apresentou a Roosevelt em seu encontro em Natal, em 28 de janeiro de 1943, o Plano de Engrandecimento Internacional do Brasil, que consistia na recusa em enviar tropas para arquipélagos portugueses, dando prioridade ao Mediterrâneo, no intuito de ganhar visibilidade internacional. Bueno afirma que “a participação direta do Brasil no conflito decorreu mais de sua vontade do que por solicitação dos Estados Unidos” (CERVO & BUENO, 2002, p. 280). Logo, o Brasil não necessariamente precisava participar da guerra, mas Vargas almejava tal participação no sentido de auferir mais vantagens.

atuar no front de guerra na região norte da Itália. Dois dos resultados mais concretos deste Acordo foram a) a criação da Força Aérea Brasileira (FAB) – quando o Ministério da Aeronáutica foi criado, em 20 de janeiro de 1941, o Decreto-Lei Nº 2.961 já citava a criação da “Forças Aéreas Nacionais”, que deveriam reunir aeronaves e militares das aviações da Marinha e do Exército Brasileiro; e b) o suporte norte-americano posterior, junto à efetivação do projeto siderúrgico brasileiro proposto pelo governo Getúlio Vargas, resultado da diplomacia pendular entre 1936 e 1942.

Em 15 de março de 1952, os EUA e o Brasil assinaram o Acordo de Defesa e Assistência Mútua. Ao longo da Guerra Fria, esse acordo, também conhecido como MDAP (Mutual Defense Assistance Program), foi criado para aumentar a cooperação militar entre as duas nações e garantir a segurança no Hemisfério Ocidental. O acordo previa ajuda militar entre os Estados Unidos e o Brasil, incluindo treinamento e equipamentos militares. O objetivo do acordo era modernizar as Forças Armadas brasileiras e fortalecer a defesa hemisférica contra possíveis ameaças comunistas.<sup>9</sup>

Durante a maior parte da Guerra Fria, o Brasil se alinhou majoritariamente com os Estados Unidos, recebendo apoio militar e logístico, em uma posição de unilateralidade frente à hegemonia norte-americana (VISENTINI, 2015). A Doutrina de Segurança Nacional, influenciada pelos primeiros governos da Ditadura Militar, enfatizava a importância da cooperação com potências ocidentais para conter a influência comunista na América Latina.

A década de 1970 apresentou posicionamentos mais pragmáticos na política externa brasileira, com ações de verticalidade supracitadas conjugadas com a horizontalidade e a diagonalidade, o que, por vezes, refletiu em algumas atividades de cooperação em Defesa e na aproximação mais efetiva com a América do Sul. Logo, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), de 1978,<sup>10</sup> criada com o objetivo de promover o desenvolvimento

---

9 Como resultados concretos desse Acordo, ampliou-se: o apoio logístico e material (fornecimento de equipamentos militares, armamentos e assistência técnica dos EUA para as Forças Armadas Brasileiras), o treinamento militar (incremento significativo no treinamento de oficiais brasileiros em academias militares americanas, com participação em programas de intercâmbio e cursos especializados), as instalações militares (facilitação da construção e modernização de bases e instalações militares no Brasil, incluindo aeroportos e portos estratégicos, que podiam ser utilizados em casos de necessidade conjunta de defesa hemisférica), e a cooperação em defesa nas subáreas de inteligência, planejamento estratégico e operações conjuntas.

10 O Tratado de Cooperação Amazônica foi assinado inicialmente em 3 de julho de 1978, em Brasília, por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Em 1995, a República Cooperativa da Guiana se juntou à organização.

sustentável e a cooperação na Amazônia, incluindo aspectos de segurança e Defesa, é um marco para o início da terceira fase (1978-1999). Outro parceiro relevante desse período é a Argentina, quando também em 1978, ocorreram os primeiros exercícios combinados entre as Marinhas dos dois países, como as Operações Fraterno. Foi, entretanto, apenas em 2005 que os primeiros acordos de cooperação militar e de Defesa entre Brasília e Buenos Aires foram assinados.

Com a redemocratização na década de 1980, o Brasil começou a diversificar suas parcerias de Defesa. A Constituição de 1988 trouxe novos desafios e perspectivas para a política da área, tanto em termos domésticos e institucionais (processo de reorganização das pastas e de funções, Forças Armadas, organograma, orçamento), quanto externos (promovendo a integração sul-americana e a busca por uma autonomia estratégica). Com o fim da Guerra Fria, a cooperação evoluiu para incluir áreas como a luta contra o narcotráfico, a segurança regional e as operações de paz.

Um instrumento relevante dessa fase – que se aprofundou posteriormente – refere-se à atuação brasileira de cooperação em todas as áreas, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), criada em 1987 e vinculada ao Ministério das Relações Exteriores. A ABC passou a coordenar, negociar e implementar a cooperação técnica internacional oferecida pelo Brasil a outros países em desenvolvimento, além de gerenciar a cooperação técnica recebida pelo Brasil de outras nações e organizações internacionais.

A cooperação técnica do Brasil com o exterior é baseada na capacidade de instituições especializadas do país e ocorre em três níveis: bilateral, trilateral e com grupos de países, atendendo às demandas dos países em desenvolvimento. A partir dos princípios da horizontalidade, neutralidade, não-condicionalidade e benefícios mútuos, a colaboração da ABC com os ministérios, particularmente o da Defesa neste caso, tem ajudado a promover a cooperação Sul-Sul, pois

A cooperação técnica do Brasil para o exterior, comumente chamada de cooperação Sul-Sul (CSS), desenvolve-se em resposta a demandas recebidas de governos estrangeiros, por canais bilaterais, ou via organismos internacionais com os quais o País mantenha programas de cooperação trilateral. Nessa vertente, as iniciativas podem ser bilaterais, trilaterais ou com blocos de países. [...] Na CSS, não é necessário investir grandes recursos financeiros para alcançar excelentes resultados para todas as partes envolvidas. O país parceiro, ao adaptar o

conhecimento transferido à sua realidade, está garantindo a sustentabilidade futura das suas próprias ações (ABC, 2024, s/p).

A década de 1990, nos marcos do imediato período pós-Guerra Fria, refletiu em um aprofundamento dos processos de integração regional por parte do Brasil e da manutenção da cooperação em Defesa bilateral e multilateral (especialmente em missões de paz das Nações Unidas),<sup>11</sup> com os parceiros anteriormente estabelecidos.

Logo, a quarta (e atual) fase da cooperação em Defesa do Brasil iniciou-se com a criação do Ministério da Defesa, em 1999, que representou um marco significativo na organização e administração da defesa nacional. Antes disso, as Forças Armadas eram geridas por três ministérios militares distintos – do Exército, da Marinha e da Aeronáutica – e a unificação dessas pastas visava melhorar a coordenação e a eficiência das políticas de defesa do país, com a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Os principais objetivos da criação do Ministério incluíam o avanço a) da Coordenação (centralizar o comando das Forças Armadas sob um único ministério para fortalecer a integração entre o Exército, a Marinha e a Aeronáutica); b) de uma Política de Defesa Coerente (formular uma política de Defesa Nacional mais abrangente, alinhada com as necessidades estratégicas do país); c) da Eficiência Administrativa (aumentar a eficiência administrativa e operacional, eliminando redundâncias e

---

11 As principais missões de paz na década de 1990 foram a a) Missão das Nações Unidas para a Verificação na Guatemala (MINUGUA) - estabelecida em 1994 para verificar os acordos de paz entre o governo da Guatemala e a guerrilha da URNG (Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca). O Brasil enviou observadores militares para monitorar o cumprimento dos acordos e contribuir para a consolidação da paz; b) Missão das Nações Unidas em El Salvador (ONUSAL), criada em 1991 para verificar a implementação dos acordos de paz entre o governo de El Salvador e a guerrilha da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN). O Brasil participou com observadores militares e policiais para garantir a implementação dos acordos de paz e apoiar o processo de desarmamento; c) Missão das Nações Unidas em Angola (UNAVEM II e III), que tinham como objetivo supervisionar o cessar-fogo e o processo de paz entre o governo angolano e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). O Brasil enviou tropas e observadores militares para essas missões; d) Força de Paz das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) que foi estabelecida em 1992 para supervisionar a implementação do acordo de paz entre o governo de Moçambique e a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), sendo que o Brasil participou com observadores militares para monitorar o cessar-fogo, a desmobilização das forças combatentes e a realização de eleições livres; e) Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) - Embora a MINUSTAH tenha sido oficialmente estabelecida em 2004, o Brasil já participava de esforços de estabilização no Haiti na década de 1990 através de outras operações de paz e missões humanitárias. A participação brasileira na MINUSTAH se consolidou posteriormente, com o Brasil assumindo um papel de liderança..

promovendo a racionalização dos recursos); d) e do Fortalecimento da Defesa Nacional (fortalecer a capacidade de defesa do país, especialmente em um cenário internacional em constante mudança e repleto de novos desafios e ameaças).<sup>12</sup>

Nessa fase, as ações de cooperação em Defesa do Brasil se ampliaram quantitativa e qualitativamente, impulsionadas pela institucionalização da política de Defesa e pelos próprios Documentos de Defesa, que preveem suas ações e seu incentivo, especialmente no Entorno Estratégico brasileiro – conceito introduzido pelos Documentos de Defesa. De acordo com a Política Nacional de Defesa de 2020,

[...] a cooperação internacional em defesa é essencial para a segurança do país e a manutenção da paz e da estabilidade regionais. **O Brasil busca fortalecer suas relações bilaterais e multilaterais**, promovendo o intercâmbio de informações, a realização de exercícios conjuntos e a participação em missões de paz (BRASIL, 2020, p. 45, **grifo nosso**).

Logo, não apenas se aprofundaram ações anteriores com parceiros históricos nos níveis vertical e horizontal, como EUA e América do Sul, mas proporcionaram novas parcerias, com países africanos, europeus e asiáticos, além do incremento em participações em operações de paz.<sup>13</sup> A cooperação em Defesa com os Estados Unidos consolidou como estratégica para o Brasil, especialmente por meio de três acordos contemporâneos: a) Acordo de Cooperação em Defesa (DCA) assinado em 12 de abril de 2010,<sup>14</sup> sendo abrangente às áreas de pesquisa e desenvolvimento, tecnologia, apoio logístico e treinamento conjunto; b) Acordo de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação, de 2017 (Acordo RDT&E) com objetivo de facilitar a cooperação bilateral em atividades de pesquisa, desenvolvimento, teste e avaliação de tecnologias de defesa e promover o intercâmbio de informações e a colaboração

---

12 O Ministério da Defesa passou a ser responsável por diversas funções, incluindo: Planejamento Estratégico (elaboração e implementação das políticas e estratégias de defesa nacional); Coordenação Interforças (coordenação entre as três Forças Armadas para operações conjuntas e ações de defesa integradas); Relações Internacionais (gestão das relações internacionais de defesa, cooperação militar e de Defesa, bem como a participação em missões de paz); Orçamento e Recursos (gestão do orçamento de defesa e alocação de recursos para as diferentes áreas e projetos das Forças Armadas); e Modernização Militar (supervisão dos programas de modernização e desenvolvimento tecnológico das Forças Armadas).

13 Uma lista completa dos Atos internacionais selados pelo Brasil entre os anos 2000 e 2023 está disponível no Apêndice B de BARROS; LIMA; BARROS, 2024.

14 O qual entrou em vigor em 2015, conforme Decreto nº 8609/2015 (BRASIL 2015, s/p).

em projetos conjuntos que envolvem inovação tecnológica para cooperar em pesquisa, desenvolvimento, teste e avaliação de tecnologia e produtos de defesa; e c) Acordo de Compartilhamento de Informações de Defesa, de 8 de março de 2020, que permite o compartilhamento de informações sensíveis entre os dois países, facilitando a colaboração em projetos de Defesa.<sup>15</sup>

O compartilhamento de atividades em exercícios conjuntos (como o UNITAS, GUINEX, Vanguarda Sul 22, FELINO, entre outros) se manteve como ponto importante dessa cooperação bilateral, bem como a formação e especialização de recursos humanos militares brasileiros em academias dos EUA. Em novembro de 2021, os dois países concordaram em prosseguir com o treinamento conjunto de unidades malawianas destacadas para a Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), com apoio no treino pré-desemprego fornecido pela Iniciativa Global de Operações de Paz dos EUA (GPOI) e no treinamento de especialistas em guerra da selva que o Brasil oferece atualmente.

A França tem sido um parceiro significativo, especialmente com o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), que incluiu a construção de submarinos convencionais e o desenvolvimento de um submarino nuclear. Em 2014, estabeleceu-se o Acordo para Compra dos Caças Gripen (2014) com a Suécia, incluindo ainda transferência de tecnologia, treinamento de pilotos e pessoal de manutenção, além de cooperação no desenvolvimento de futuras versões do caça. Com Israel, celebraram-se Acordos de Cooperação em Defesa e Segurança em 2010, que envolvem a compra de sistemas avançados de defesa, como drones e sistemas de radar, além de colaboração em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia de defesa. Nos anos subsequentes, houve um aumento significativo na compra de equipamentos de defesa de Israel pelo Brasil. Exemplos incluem sistemas de radar, veículos aéreos não tripulados (drones) e sistemas de defesa cibernética. Em 2013, ocorreu a compra de drones da empresa israelense Elbit Systems para serem utilizados pela Polícia Federal e pelas Forças Armadas em operações de segurança e vigilância e no ano de 2019, celebrou-se a Cooperação em Segurança Cibernética, durante a visita do presidente Jair Bolsonaro a Israel, quando foram assinados memorandos de entendimento (MoUs) para fortalecer a cooperação em segurança cibernética, reconhecendo a importância crescente desta área na defesa nacional. Em 2020, a colaboração foi ampliada com a assinatura de novos acordos que visam promover a inovação tecnológica

---

15 Este é o único desse tipo na América do Sul. O acordo amplia as oportunidades para ambos os países desenvolverem conjuntamente capacidades de defesa através da cooperação em pesquisa aplicada, tecnologias emergentes, análises, estudos operacionais, demonstrações e testes e avaliação de protótipos.

e a transferência de tecnologia entre os dois países, particularmente em áreas de alta tecnologia e defesa (Acordos de Tecnologia e Defesa). Com a Itália, há o Acordo de Cooperação Militar de 1975, em projetos de desenvolvimento de veículos blindados e aeronaves, revisitado pelo acordo de cooperação em defesa bilateral celebrado em Roma, em 11 de novembro de 2008. Ainda, há o Ajuste Complementar Técnico do acordo sobre cooperação na área de defesa, relacionado ao campo aeroespacial de 30 de setembro de 2014 (gerar benefícios recíprocos resultantes da criação de parcerias estratégicas entre as indústrias brasileiras e italianas ).<sup>16</sup>

Com a Rússia, há o Acordo de Cooperação Técnico-Militar de 2008, o qual foca na troca de tecnologia, compra de equipamentos militares e colaboração em projetos de desenvolvimento de defesa. Com a Índia, o Acordo de Cooperação em Defesa de 2003, como parte do Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), envolve intercâmbio de tecnologia, treinamento militar e participação conjunta em exercícios militares. E com a África do Sul, também o Acordo de Cooperação em Defesa de 2003, com colaboração em projetos de defesa, intercâmbio de conhecimento e treinamento. Com a China, embora não existam acordos formais de cooperação em defesa como os estabelecidos com outros países, como EUA e França, o Brasil tem explorado oportunidades de colaboração em treinamento, intercâmbio de informações e visitas de delegações militares, no âmbito de um espectro mais amplo da cooperação bilateral. As forças armadas de ambos os países têm participado de exercícios militares conjuntos, principalmente no âmbito multilateral, como em exercícios promovidos pela ONU e outros fóruns internacionais. Brasil e China têm cooperado em questões de segurança regional, como o combate ao tráfico de drogas e operações de paz.

Entre o Brasil e os países da América do Sul, aprofundou-se a cooperação na área como aspecto vital para a segurança regional e a estabilidade política. A integração em Defesa na região tem várias dimensões, desde exercícios militares conjuntos até a busca pela coordenação em políticas de defesa e segurança. As principais formas de cooperação pesquisadas referem-se a ações bilaterais e multilaterais, especialmente evidenciadas na documentação: a) Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), de 1978; b) Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), estabelecido em 2008, com o objetivo de fortalecer a cooperação em defesa entre os países da União

---

<sup>16</sup> Pelo texto, o acordo vai permitir o desenvolvimento conjunto, a transferência ou a cessão de tecnologias decisivas de segurança e a troca das capacidades industriais de defesa nacional. As principais áreas para o desenvolvimento da cooperação serão as de veículos aéreos não tripulados, guerra eletrônica, espaço, treinamento de pilotos e pesquisa-inovação (BRASIL, 2017, s/p).

de Nações Sul-Americanas (UNASUL), por meio de exercícios militares conjuntos, troca de informações, treinamentos e desenvolvimento de uma indústria de defesa regional;<sup>17</sup> c) acordos bilaterais com vários países sul-americanos para a realização de exercícios militares conjuntos, cooperação tecnológica e intercâmbio de informações de inteligência, como exemplos, acordos com Argentina, Uruguai, Chile e Peru para cooperação em segurança nas fronteiras e combate a crimes transnacionais.

É relevante frisar a Argentina como parceiro estratégico do Brasil. O Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa entre a República Federativa do Brasil e a Argentina, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005 (que entrou em vigor pelo Decreto Nflf 6.084, de 19 de abril de 2007) é o marco normativo mais relevante da parceria. Na Carta de intenções para o projeto de integração da produção de defesa Brasil-Argentina de 23 de janeiro de 2023, os dois países

1. Reafirmam a conveniência de avançar na consolidação das relações bilaterais na área da Defesa e promover todas as ações que visem fortalecer a agenda de integração, cooperação e confiança mútua entre as Forças Armadas de ambos os países.
2. Encorajarão a negociação do contrato entre o Exército Argentino e a IVECO Veículos de Defesa para a incorporação de 156 unidades do Veículo Blindado de Combate sobre Rodas “Guaraní 6x6”, incluindo a transferência de tecnologia, a compensação para o aumento progressivo na fabricação de peças na Argentina, o apoio logístico e para o treinamento de tripulações e pessoal técnico do Exército Argentino.
3. Encorajarão o entendimento entre as partes envolvidas para que, uma vez finalizadas as negociações, seja possível a entrega ao Exército Argentino das primeiras unidades do Veículo Blindado de Combate sobre Rodas “Guaraní 6x6” o mais breve possível (BRASIL, 2023a, s/p).

Adicionalmente, o Plano de Ação para o relançamento da Aliança Estratégica Brasil-Argentina<sup>18</sup> prevê a retomada de ações de cooperação

---

<sup>17</sup> O CDS foi formalizado em dezembro de 2008 e tinha como finalidade “consolidar a América do Sul como uma zona de paz, criando condições para a estabilidade política e desenvolvimento econômico-social; bem como construir uma identidade de defesa sul-americana, gerando consensos para fortalecer a cooperação no continente” conforme a letra a, do Art 4, do Estatuto do CDS (UNASUL, 2008, s/p).

<sup>18</sup> Como exemplos de cooperação regional, podem ser citados os Exercícios Militares Conjuntos como o AmazonLog17 (exercício logístico realizado em 2017 com a participação do Brasil, Colômbia e Peru, além de observadores de outros países); o Exercício Multinacional

bilateral em vários campos, inclusive a cooperação espacial para construir e lançar o Satélite Argentino-Brasileiro de Informação Ambientais Marinhas (SABIA-Mar B), mas também

## [...] XI. DEFESA

**41. Ação:** Continuar realizando reuniões do Mecanismo Permanente de Consulta e Coordenação em matéria de Defesa e Segurança Internacional (2+2).

**42. Ação:** Dar continuidade aos ciclos de planejamento e execução do Exercício Binacional “Operação Aranduru”.

## XII. SEGURANÇA

**43. Ação:** Intercambiar informações por meio do Cadastro de Integrantes de Facções Criminosas (Organizações Criminosas) com atuação transnacional no Sistema ORCRIM.

**44. Ação:** Intercambiar experiências para ações de capacitação de Inteligência de Segurança Pública.

**45. Ação:** Intercambiar informações para enfrentar os crimes de Lavagem de Dinheiro por facções criminosas com atuação transnacional com o objetivo de ampliar os métodos de detecção de indícios desses crimes.

**46. Ação:** Intercambiar experiências sobre a política de drogas, com foco nos centros comunitários, entre a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD) e a Secretaria Nacional de Drogas da Argentina (SEDRONAR).

---

UNITAS (o qual inclui forças navais de vários países sul-americanos, realizado anualmente para fortalecer a cooperação naval); a Operação Ágata (iniciativa conjunta das Forças Armadas do Brasil, com apoio de outras agências de segurança, para reforçar a presença e a fiscalização na fronteira com países vizinhos) e Operação Sentinela, coordenada pela Polícia Federal do Brasil, em colaboração com a Polícia Nacional do Uruguai, para combater o contrabando e o tráfico de drogas na fronteira. A Operação Hermandad ocorre desde 2018 entre exércitos brasileiro e argentino, e é área próxima à fronteira entre o Brasil e a Argentina, destacando a importância da colaboração transfronteiriça. Também entre Brasil e Argentina, ocorre desde 2004, a operação Yaguareté, um exercício militar conjunto entre o Brasil e a Argentina, que teve seu primeiro ano de realização em 2004. Esse exercício visa aprimorar a cooperação militar, fortalecer a interoperabilidade e aumentar a capacidade de resposta conjunta a diferentes tipos de crises. A Operação Guarani é um exercício de adestramento combinado, no nível Unidade, entre tropas dos Exércitos Argentino e Brasileiro. Seu quadro tático situa-se no contexto de operações de guerra, com o estabelecimento uma Força-Tarefa (FT) Mecanizada, baseada em uma Unidade do país sede, com reforço de uma subunidade da nação amiga integrante, sendo de periodicidade anual, realizado desde 2011 (fase de planejamento) e 2012 (com tropas no terreno).

**47. Ação:** Estimular o intercâmbio de experiências a partir do Projeto Mapear da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

**48. Ação:** Discutir projetos da Polícia Federal nas áreas de crimes cibernéticos e de fraudes bancárias.

**49. Ação:** Implementar o Memorando de Entendimento entre a Polícia Federal do Brasil e a Polícia Federal Argentina sobre prevenção e combate ao crime organizado transnacional.

### **XIII. PAZ E SEGURANÇA**

**50. Ação:** Criar um mecanismo de coordenação em questões de paz e segurança (Conselho de Segurança das Nações Unidas, Conferência sobre Desarmamento, Primeira Comissão da Assembleia Geral, entre outros foros) (BRASIL, 2023a, s/p).<sup>19</sup>

Na subárea de educação e treinamento, o Brasil oferece vagas em suas academias militares para cadetes de outros países sul-americanos, promovendo intercâmbio de conhecimentos e fortalecimento dos laços militares. Outro ponto essencial no Entorno Estratégico refere-se ao combate ao Narcotráfico e Crimes Transnacionais, em que é necessária a cooperação em operações de inteligência e em operações conjuntas.

Atualmente, não há um acordo específico de Defesa entre o Brasil e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) como um todo. No entanto, dentro da CPLP, os Estados-membros têm relações bilaterais de cooperação em Defesa, e o Brasil, como país mais populoso e economicamente mais forte do bloco, desempenha um papel significativo nessas iniciativas.<sup>20</sup>

---

19 Além da X. COOPERAÇÃO OCEÂNICA E ANTÁRTICA, com “35. Ação: Dar continuidade ao Diálogo Oceânico entre Brasil e Argentina, com vistas a tratar de temas marítimos e oceânicos de interesse comum, compartilhar informações e coordenar posições em foros internacionais pertinentes. 36. Ação: Estimular a coordenação e o fortalecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), com vistas à manutenção do Atlântico Sul como zona de cooperação livre de disputas extrarregionais. 37. Ação: Atuar conjuntamente com vistas à aprovação do Santuário de Baleias do Atlântico Sul (SBAS) no âmbito da Comissão Internacional da Baleia (CIB). 38. Ação: Trabalhar para a aprovação parlamentar, quando for o caso, a troca de ratificações e entrada em vigor do Acordo de Cooperação Antártica entre Brasil e Argentina, assinado em 23/1/2023, em Buenos Aires. 39. Ação: Estimular iniciativas de cooperação em assuntos antárticos, tanto na área científica quanto em operações logísticas relacionadas a atividades nacionais na Antártida. 40. Ação: Dar continuidade ao apoio brasileiro aos legítimos direitos da Argentina na disputa de soberania com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte em relação às Malvinas, Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul e espaços marítimos circundantes” (BRASIL 2023ffi, s/p).

20 O início formal da cooperação de defesa na CPLP foi a 11ª Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP, em Oeiras, Portugal, em 1998. Outros instrumentos da Arquitetura de defesa

O Brasil tem relações de Defesa estreitas com vários países da CPLP, como Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, entre outros. Essas relações incluem intercâmbio de experiências militares, cooperação em treinamento e exercícios conjuntos, sendo o exercício da série FELINO o mais relevante na Comunidade e que acontece desde o ano de 2000 (bianualmente), como parte de esforços para aumentar a interoperabilidade e a capacidade de resposta conjunta em situações de crise, de acordo com Bernardino & Rizzi (2023). A cooperação em segurança marítima e costeira é uma área de interesse mútuo prioritário, especialmente para países como Brasil, Portugal e Cabo Verde, que possuem extensas zonas marítimas. Jogos Desportivos Militares, Fórum de Saúde Militar e a promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres na Comunidade, a partir da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, também são atividades contínuas na CPLP.

Também dentro da área adjacente do Entorno Estratégico brasileiro – a costa ocidental africana e o Atlântico Sul –, a cooperação em Defesa é uma área de crescente importância. Este relacionamento é moldado por laços históricos, culturais e estratégicos, e abrange uma série de atividades, desde treinamento militar e intercâmbio de conhecimentos até operações conjuntas de manutenção da paz. As principais áreas são relativas ao treinamento e capacitação militar, com intercâmbio de Oficiais<sup>21</sup> (e cursos especiais de operações de paz, combate ao terrorismo, e técnicas de engenharia militar são alguns dos programas oferecidos), as operações de paz,<sup>22</sup> no desenvolvimento de tecnologias de defesa, com transferência de tecnologia e conhecimento

---

da CPLP são as Conferências de Chefes de Estado e de Governo, Reuniões dos Ministros da Defesa e de CEMGFA, Reuniões dos Diretores de Política de Defesa Nacional (DPDN), Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa da CPLP, Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Programa Integrado de Exercícios Militares Combinados da CPLP., Exercícios Militares da Série “FELINO”, Conferências das Marinhas (e Guardas Costeiras) da CPLP, Reuniões de Diretores dos Serviços de Informações Militares (DSIM), Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa, Fórum de Saúde Militar da CPLP, Mecanismo de Resposta a Catástrofes na CPLP, Plano de Ação da Componente de Defesa da CPLP para Implementação da Resolução 1325/2000 do CS/NU sobre Mulheres, Paz e Segurança, conforme BERNARDINO & RIZZI, 2023.

21 Oficiais africanos são convidados a participar de cursos em academias militares brasileiras, como a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

22 Com contribuição com tropas e apoio logístico em várias missões de paz na África, como a MONUSCO (República Democrática do Congo) - o Brasil tem enviado observadores militares e MINUSMA (Mali) – também participa com observadores militares, ao apoio logístico e técnico, ajudando a desenvolver capacidades em áreas como manutenção de equipamentos, construção de infraestrutura militar e operações logísticas.

para o desenvolvimento de indústrias de defesa locais.<sup>23</sup>

Alguns exemplos concretos de cooperação em Defesa com países africanos são o a) Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz), localizado no Rio de Janeiro/RJ,<sup>24</sup> que tem sido um núcleo de formação de militares africanos em técnicas de operações de paz. Militares de vários países africanos, como Angola, Moçambique, Namíbia, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Nigéria, Senegal e Gana participaram de cursos no CIOpPaz; b) a parceria com Angola, que inclui programas de formação militar, apoio na modernização das forças armadas angolanas e a participação em exercícios militares conjuntos; c) a cooperação com Moçambique em programas de capacitação e apoio técnico, além de participar em projetos de desminagem e segurança marítima; d) parceria com a Namíbia, nas subáreas de treinamento e capacitação, desenvolvimento de infraestrutura naval (construção e doação de navios) e apoio técnico e logístico (fornecimento de suporte técnico contínuo para a manutenção e operação das embarcações namibianas, ajudando a desenvolver a capacidade autônoma do país na área naval) e troca de conhecimentos e tecnologias, com os sistemas de Comunicações e Vigilância (compartilhamento de tecnologias para aprimorar os sistemas de comunicações e vigilância da Namíbia, essenciais para a segurança marítima e a monitorização das suas águas territoriais) (RIZZI, COSSUL & BUENO, 2023).

## Entre vantagens e desafios: considerações finais

A cooperação em Defesa no Brasil é um campo complexo e multifacetado, que envolve uma combinação de alianças estratégicas tradicionais e novas parcerias com países emergentes e vizinhos regionais.

---

23 Incluindo a colaboração em projetos de pesquisa e desenvolvimento em áreas como a construção naval: parcerias no desenvolvimento de embarcações militares, como navios-patrolha e aeronáutica, com cooperação no setor de aeronáutica, incluindo a venda e manutenção de aeronaves militares fabricadas pela Embraer.

24 O CIOpPaz foi criado em 23 de junho de 2010, como uma evolução do Centro de Preparação e Avaliação para Missões de Paz do Exército Brasileiro (CEPAOP), fundado em 2005. A criação do CIOpPaz refletiu a crescente participação do Brasil em operações de paz e a necessidade de uma estrutura dedicada à formação e treinamento especializado para essas missões. A missão do CIOpPaz é capacitar militares, policiais e civis para atuarem em operações de paz, humanitárias e de ajuda em desastres, proporcionando treinamento e educação que enfatizam a interoperabilidade, a cultura de paz e a compreensão das normas e procedimentos das Nações Unidas. Entre os principais cursos oferecidos, estão o Curso de Preparação para Missões de Paz (CPMP), Curso de Observador Militar da ONU (UNMO), Curso de Coordenação Civil-Militar (CIMIC) e Curso de Proteção de Civis (BRASIL, 2024).

O sucesso dessa cooperação depende de uma visão estratégica clara, gestão eficiente dos recursos e a capacidade de adaptação às mudanças geopolíticas, numa clara alusão à relação entre política de Defesa e externa.

Este tipo de cooperação pode trazer muitos benefícios para o Brasil, como a melhoria da capacidade militar, economia de recursos, e fortalecimento da segurança regional. No entanto, também apresenta desafios, como a dependência tecnológica, riscos à soberania nacional e custos financeiros. O Brasil deve pesar cuidadosamente esses fatores ao estabelecer parcerias de defesa para garantir que elas atendam aos seus interesses estratégicos e de segurança a longo prazo. O objetivo geral da pesquisa foi analisar a cooperação em Defesa que o Brasil empreende desde seu processo de independência, discutindo teoricamente a cooperação, propondo uma breve divisão em quatro fases das ações de cooperação em Defesa do Brasil (1822-hoje) e identificando as vantagens e os desafios históricos. Os procedimentos metodológicos adotados indicaram, pela revisão de literatura, pesquisa bibliográfica e análise documental, que as principais vantagens e os desafios da cooperação em Defesa do Brasil são amplos, complexos e estrategicamente importantes na mesma direção. Após testada, corroborou-se a hipótese inicial. É importante citar a dificuldade relativa ao procedimento metodológico de coleta dos dados quantitativos da cooperação na área que o Brasil empreende, pois tratam-se de ações e iniciativas que ocorrem nas três Forças concomitantemente, sem arquivamentos específicos e ordenados.

Outro ponto relevante identificado é o tom dessa cooperação em Defesa empreendida pelo Brasil, pois concorda-se com Hirst quando argumenta sobre a retroalimentação da cooperação, em um caminho de mão dupla que vai se reinventando pelas demandas apresentadas:

O envolvimento de entidades brasileiras em programas que oferecem cooperação horizontal não está, portanto, associado a uma política que busque prescindir do recebimento de conhecimentos técnicos necessários para consolidar áreas de expertise. Mais do que uma dinâmica substitutiva, que expresse uma lógica de soma zero, observa-se uma dinâmica de via dupla que se retroalimenta, com vistas a aprimorar as competências dos quadros técnicos estatais. **Uma simultaneidade de programas de cooperação recebidos e oferecidos é observada em diversas entidades da federação, o que favorece um processo de aprendizagem e intercâmbio entre os dois circuitos que, por sua vez, amplia e diversifica o espectro das conexões internacionais do Estado (HIRST, 2012, p. 15, grifo nosso).**

As principais vantagens identificadas incluem o fortalecimento da capacidade militar por meio da promoção de treinamentos conjuntos, educação, especializações e qualificações. A participação em exercícios militares conjuntos e em programas de treinamento com as forças armadas de outros países pode aprimorar as habilidades e o preparo das tropas brasileiras. O acesso a tecnologias avançadas e a equipamentos de defesa que o Brasil possa não possuir ou produzir localmente é uma possível vantagem obtida por meio de acordos bilaterais. Em termos de economia de recursos, há um relativo compartilhamento de custos, em que as colaborações podem levar à divisão dos gastos com o desenvolvimento de novas tecnologias e equipamentos militares, reduzindo o ônus financeiro para o Brasil. Para aprimorar a segurança regional, a cooperação com países vizinhos pode contribuir para a estabilidade e a segurança regionais, prevenindo tensões e conflitos, buscando dismantelar redes criminosas transnacionais e fortalecendo os laços diplomáticos.

A troca de informações de cunho estratégico e de inteligência é um ponto nevrálgico, pois essas parcerias podem facilitar a troca de informações de inteligência, ajudando a prevenir ameaças como o terrorismo e o crime organizado. Por fim, no quesito em que política de Defesa e política externa se encontram e dialogam, a participação em iniciativas de cooperação em Defesa pode aumentar a influência e o prestígio do Brasil no cenário internacional, fortalecendo suas relações diplomáticas. Para Barros, Lima e Barros (2024),

Do lado do Itamaraty, há um crescente aumento de espaço do tema de defesa na agenda política. Há duas evidências desse processo. Em 2009, o MD e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do MRE assinaram um acordo de cooperação com o objetivo de facilitar a cooperação técnica internacional em defesa. Na prática, o convênio visou facilitar a contabilização e o oferecimento de iniciativas para militares estrangeiros no Brasil, contribuindo para alinhar os objetivos de política externa e defesa. Essa interação é importante, posto que grande parte dos acordos de cooperação em defesa tem foco nos temas de treinamentos, exercícios, capacitação e cursos (BARROS; LIMA & BARROS, 2024, p. 22).

Quanto aos desafios, identificaram-se a) possível dependência de fornecedores externos, pois o Brasil pode se tornar dependente de outros países para o fornecimento de tecnologias e equipamentos de defesa, o que pode ser problemático em caso de conflitos de interesse; b) possibilidade remota de interferência externa, quando parcerias muito próximas podem levar a

uma interferência em questões internas e à perda de autonomia em decisões estratégicas e operacionais; c) alinhamento geopolítico e articulação externa, item fortemente interligado à política externa; d) custos financeiros, pois a cooperação em defesa exige investimentos significativos em infraestrutura, treinamento e equipamentos para alinhar as capacidades militares às dos parceiros.

A sustentabilidade financeira dos programas de Defesa é uma preocupação constante e sua inconstância ficou evidente. O orçamento de defesa precisa ser gerido de forma eficaz para garantir a continuidade dos programas. Além desses itens, as divergências políticas e econômicas entre os países parceiros, a necessidade de harmonização das políticas de defesa e segurança e as limitações orçamentárias para a implementação de projetos conjuntos também são delineadas nos desafios.

Quando se faz uma análise comparada entre cooperação em defesa com países do Norte ou do Sul geopolítico, fica evidente, pelos procedimentos metodológicos, que os países do Norte detêm a tecnologia avançada (como os EUA, Reino Unido, França, Israel e Alemanha), podendo a cooperação proporcionar acesso a equipamentos modernos e inovações tecnológicas, além de Forças armadas bem treinadas, podendo ainda oferecer programas de treinamento e intercâmbio para as forças brasileiras, aliadas à experiência acumulada em conflitos e missões. Entretanto, o Brasil pode se tornar dependente de tecnologia e equipamentos estrangeiros, o que pode ser problemático em casos de tensões diplomáticas, além de as políticas externas e interesses geopolíticos poderem não sempre se alinhar, levando a possíveis conflitos de interesse, bem como a aquisição de tecnologia e treinamento de países desenvolvidos pode ser muito caro.

Em relação aos países do Sul Geopolítico, a cooperação pode fortalecer as relações diplomáticas e econômicas com nações que compartilham desafios e interesses semelhantes. Há uma maior chance de alinhamento de interesses e prioridades em termos de desenvolvimento, segurança regional e política externa, o custo-benefício pode ser valorizado, pois parcerias podem ser mais econômicas e adaptadas às necessidades específicas do Brasil, com foco em tecnologias apropriadas e soluções inovadoras, além de a questão da solidariedade regional fortalecer a cooperação regional entre países em desenvolvimento, promovendo a estabilidade e a segurança regional. No entanto, as limitações tecnológicas e de recursos e a oferta de treinamento e capacitação menos avançada exigem mais esforços conjuntos para atingir níveis elevados de eficácia – nesse sentido, a cooperação em defesa em nível multilateral mostra-se mais propositiva (porém, atualmente, os processos de integração e cooperação na América do Sul passam por um momento de

fragilidade institucional).

Assim, fica evidente que há um mapeamento definido dos principais temas e atividades da cooperação em Defesa do Brasil, corroborando-se o que fora apresentado por Lima (2015), mas ampliando-se aqui com os seguintes grupos temáticos: a) Formação, especialização e treinamento de recursos humanos em diversos níveis; b) Aquisição de material, equipamentos e tecnologias da área; c) Intercâmbio de conhecimentos e práticas, com formação em missões de paz; d) Realização de visitas bilaterais, reuniões técnicas, cursos e seminários, grupos de trabalho e missões; e) Visitas de embarcações e aviões militares mútuos; e f) Realização de eventos desportivos conjuntos.

Teoricamente, resume-se que a cooperação em defesa é viável, profícua e facilitada pela estabilidade regional. A análise bibliográfica-documental realizada identificou que há coerência política nos acordos-quadro firmados na área de defesa pelo Brasil e seus parceiros, pois todos apresentam áreas/subáreas de cooperação em Defesa constantes dos Documentos de Defesa. Em resumo, a escolha entre cooperação com países do Norte ou do Sul Geopolítico não é simples e deve ser baseada em uma análise cuidadosa dos objetivos estratégicos e das necessidades do Brasil em termos de Defesa, levando-se em conta a correlação entre política de Defesa e externa, mas não se pode negar que a cooperação Sul-Sul traz consigo o aspecto geopolítico e está intrinsecamente presente na história do Brasil.

## Referências

- Abdenur, Adriana Erthal, and Danilo Marcondes de Souza Neto. "O Atlântico Sul e a cooperação em defesa entre o Brasil e a África." In *O Brasil e a segurança em seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*, edited by Reginaldo Mattar Nasser and Rodrigo Fracalosi de Moraes, 215–238. São Paulo: IPEA, 2014.
- Amorim, Celso. Discurso do Ministro da Defesa, Celso Amorim, na abertura do III Simpósio das Marinhas da Comunidade de Língua Portuguesa (CPLP), Rio de Janeiro, em 08 de maio de 2012.
- Barros, Pedro Silva, Raphael Camargo Lima, and Paula Macedo Barros. *O setor de defesa brasileiro no exterior: desafios, oportunidades e subsídios para a revisão dos documentos de defesa*. Rio de Janeiro: IPEA, 2024. Texto para Discussão, n. 2973.
- Brasil. *Aprovado acordo entre Brasil e Itália para cooperação na área de defesa*. Agência Senado, 10 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Brasil-+It%C3%A1lia%2C+Acordo+de+Coope>

- ra%C3%A7%C3%A3o+Militar. Acesso em 19 de junho de 2024.
- Brasil. Carta de intenções para o projeto de integração da produção de defesa Brasil-Argentina. 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/central-de-conteudo/textos/carta-de-intencoes-para-o-projeto-de-integracao-da-producao-de-defesa-brasil-argentina>. Acesso em 19 de junho de 2024.
- Brasil. Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. 2024. Disponível em: <https://www.ccopab.eb.mil.br/index.php/pt/>. Acesso em 18 de junho de 2024.
- Brasil. Decreto nº 8.609, de 18 de dezembro de 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/decreto/d8609.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8609.htm). Acesso em 18 de junho de 2024.
- Brasil. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília: Ministério da Defesa, 2012a. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2020.
- Brasil. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília: Ministério da Defesa, 2012b. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2020.
- Brasil. Nota à imprensa nº 154. Plano de Ação para o relançamento da Aliança Estratégica Brasil-Argentina. 26 de junho de 2023b. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/plano-de-acao-para-o-relancamento-da-alianca-estrategica-brasil-argentina](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/plano-de-acao-para-o-relancamento-da-alianca-estrategica-brasil-argentina). Acesso em 19 de junho de 2024.
- Brasil. Política de Defesa Nacional. Brasília: Ministério da Defesa, 1996. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesa-nacional-1996.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2020.
- Brasil. Política Nacional de Defesa, 2020. Brasília: Ministério da Defesa. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congressonacional\\_22\\_07\\_2020.pdf/view](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf/view). Acesso em 10 de junho de 2024.
- Castro, Therezinha. “O Brasil e a nova ordem mundial: enfoque geopolítico.” Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, v. 136, n. 2, 1997.
- Castro, Therezinha de. Geopolítica: Princípios, Meios e Fins. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.
- Cervo, Amado Luiz, and Clodoaldo Bueno. História da política exterior do Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

- Coelho, Wanderson O. “Uma análise crítica da trajetória de Meira Mattos: pensamento e ação de um apoiador da Ditadura Civil-Militar de 1964.” *Oficina do Historiador* 12, no. 2 (2019): e34184. <https://doi.org/10.15448/2178-3748.2019.2.34184>.
- CPDOC. “Missão militar francesa [verbete].” Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MISS%C3%83O%20MILITAR%20FRANCESA.pdf>. Acesso em 29 de junho de 2024.
- Da Costa, Wanderley Messias. “Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia.” *Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia*, nffl 22 (2014). Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/9839?lang=pt#text>. Acesso em 17 de outubro de 2019.
- Da Rocha, André Santos. “Cartografia e geopolítica das relações sul-sul: sobre a cooperação técnica Brasil-África.” *Confins*, no. 39 (2019). Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/17327>. Acesso em 12 de junho de 2024.
- De Carvalho, Thiago Bonfada. *Geopolítica Brasileira e Relações Internacionais nos Anos 50: o pensamento do General Golbery do Couto e Silva*. Brasília: FUNAG, 2010. Disponível em: [https://funag.gov.br/loja/download/627\\_geopolitica\\_brasileira\\_e\\_relacoes\\_internacionais.pdf](https://funag.gov.br/loja/download/627_geopolitica_brasileira_e_relacoes_internacionais.pdf). Acesso em 9 de abril de 2024.
- Eiras, Ruben. “Segurança Energética na CPLP: um imperativo estratégico.” *Nação e Defesa: Estratégia*, Lisboa, v. 136 (2013): 234–252.
- Estratégia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para os Oceanos. I Reunião Formal dos Ministros do Mar da CPLP, 21 de março de 2010, Oeiras.
- Gabriel, Pedro Henrique Luz. *O pensamento geopolítico brasileiro: a originalidade das contribuições de Carlos de Meira Mattos*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2012.
- Gerhardt, Tatiana Engel, and Denise Tolfo Silveira, eds. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- Guerra, João Paulo Diniz. *100 anos da Missão Militar Francesa no Brasil e sua contribuição para a evolução da doutrina militar terrestre brasileira*. Trabalho de Conclusão de Curso, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2019. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/6166/1/MO%206207%20-%20GUERRA.pdf>. Acesso em 2 de julho de 2024.
- Hirst, Mônica. *Aspectos conceituais e práticos da atuação do Brasil em cooperação Sul-Sul: os casos de Haiti, Bolívia e Guiné Bissau*. Texto

- para Discussão, nffl 1687. Brasília: IPEA, 2012.
- Hurrell, Andrew. “An Emerging Security Community in South America?” In *Security Communities*, edited by Emanuel Adler and Michael Barnett, Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- Keohane, Robert. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- Lima, Raphael Camargo. *A articulação entre política externa e política de defesa no Brasil: uma grande estratégia inconclusa*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, Universidade Estadual Paulista, 2015.
- Marinha do Brasil. “Marinha do Brasil encerra sua participação no exercício multinacional ‘Obangame Express 2019’.” *DefesaTV*, 18 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.defesa.tv.br/marinha-do-brasil-encerra-sua-participacao-no-exercicio-multinacional-obangame-express-2019/>. Acesso em 15 de outubro de 2019.
- Marinha do Brasil. “Marinhas do Brasil e Portuguesa conduzem iffl exercício de partilha de informações sobre o Tráfego Marítimo entre os países da CPLP.” Ministério da Defesa, 2019. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/marinhas-do-brasil-e-portuguesa-conduzem-10-exercicio-de-partilha-de-informacoes-sobre-o>. Acesso em 12 de outubro de 2019.
- Marra, Teresinha. “Integração latino-americana e sua inserção no mundo globalizado.” *Revista Mosaico* 1, no. 2 (2008): 245–260.
- Minayo, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento*. 11ffi ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- Miyamoto, Shiguenoli. “O Brasil e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).” *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 52 (2009): 22–42.
- Mongiardim, Maria Regina de. *A nova face da CPLP*. 2014. Disponível em: [https://www.academia.edu/10284452/A\\_Nova\\_face\\_da\\_CPLP](https://www.academia.edu/10284452/A_Nova_face_da_CPLP). Acesso em 25 de setembro de 2019.
- Müller, Harald. “Security Cooperation.” In *Handbook of International Relations*, edited by Walter Carlsnaes, Thomas Risse, and Beth A. Simmons.
- Penha, Eli Alves. *Relações Brasil-África e a geopolítica do Atlântico-Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011.
- Prazeres, Flávio Luiz Lopes dos. “O Brasil e a CPLP: oportunidade a ser ainda mais explorada.” *Defesanet*, 2019. Disponível em: <http://www>.

- defesanet.com.br/pensamento/noticia/31646/O-Brasil-e-a-CPLP--oportunidade-a-ser-ainda-mais-explorada/. Acesso em 12 de outubro de 2019.
- Rizzi, Kamilla Raquel, and Isabella Cruzichi. "A CPLP como mecanismo de atuação do Brasil no Atlântico Sul: a ampliação da cooperação, os desafios e a possibilidade de liderança." *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 2, no. 4 (2017): 32–63.
- Rizzi, Kamilla Raquel, Naiane I. Cossul, and Patrick Bueno. "Cooperação técnico-militar do Brasil com a Namíbia: aspectos de uma parceria estratégica." *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 8, no. 15 (2023). <https://doi.org/10.22456/2448-3923.132060>.
- Silva, Daniele Dionisio da, and Carolina Ambinder de Carvalho. "Military Technical Cooperation for Development – The Brazilian Perspective of Interaction for the 21st Century." *Revista da Escola de Guerra Naval* 25 (2019): 167–196.
- Smouts, Marie-Claude, org. *As novas relações internacionais: práticas e teorias*. Brasília: UnB, 2004.
- Soares de Lima, Maria Regina, et al. *Atlas da política brasileira de defesa*. Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: Latitude Sul, 2017.
- Souza, J. M. de. "Mar territorial, zona econômica exclusiva ou plataforma continental?" *Revista Brasileira de Geofísica* 17, no. 1 (1999): 79–82. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbg/v17n1/v17n1a07.pdf>. Acesso em 17 de outubro de 2019.
- Teixeira, António Manuel Felícia Rebelo. *Possibilidades e oportunidades de emprego das Forças Armadas da CPLP no quadro da arquitetura de paz e segurança africana*. Trabalho de Investigação Individual, Instituto Universitário Militar, Lisboa, 2011.
- Varela, Odair B. "The Crossroads of Defence and Security in the Middle Atlantic: Cape Verde between NATO's Sword and the African Wall?" *Direito e Cidadania VII*, nos. 25/26 (2007): 219–248.
- Visentini, Paulo F. "Eixos do poder mundial no século XXI: uma proposta analítica." *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* 8, no. 15 (2019). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/91767>. Acesso em 1 de junho de 2024.
- Visentini, Paulo F. "O Brasil e a história das relações internacionais." *Revista Esboços* 21, no. 32 (2015): 18–40.

## RESUMO

Trata-se de pesquisa que analisa a cooperação em Defesa no Brasil, buscando viabilizar uma discussão teórica e uma proposta de periodização histórica das ações desse tipo de cooperação do Brasil. Ao responder quais as características mais evidentes da cooperação na área, como hipótese de trabalho aponta-se que há a) vantagens e desafios nas ações de cooperação em Defesa do Brasil, b) uma correlação entre política de Defesa e externa nessas ações e c) evidencia-se o mapeamento de áreas prioritárias, ao longo da história. A cooperação em Defesa é uma estratégia que envolve colaboração entre países para aumentar a capacidade de defesa, compartilhar informações, realizar treinamentos conjuntos, desenvolver tecnologias e fortalecer laços diplomáticos. A revisão da literatura teórica da área aponta diversas possibilidades, entendimentos e caminhos para a cooperação em Defesa, mas nesta pesquisa optou-se pelo uso do conceito de estabilidade como fator gerador da cooperação, bem como a evolução da correlação entre política de Defesa e externa na história brasileira.

## PALAVRAS-CHAVE

Cooperação em Defesa, Política de Defesa do Brasil, Política externa brasileira

Recebido em 19 de setembro de 2024

Aprovado em 22 de maio de 2025

# A GUERRA DA UCRÂNIA COMO IMPERATIVO ANTISSISTÊMICO E SUAS CONSEQUÊNCIAS GEOPOLÍTICAS: O AUMENTO DA INFLUÊNCIA DO BRICS<sup>1</sup>

Charles Pennaforte<sup>2</sup>

## Introdução

A chamada Operação Militar Especial (Guerra da Ucrânia) colocada em prática pela Rússia em fevereiro de 2022, vem provocando impactos importantes na geopolítica, na economia e nas relações internacionais. As sanções econômicas promovidas pelos EUA e a União Europeia (UE), tornaram a Rússia um dos países mais sancionados do mundo.

A ideia principal dos EUA e UE com as sanções, era promover a asfixia econômica do governo de Vladimir Putin na tentativa de dificultar os objetivos de anexação definitiva da região do Donbass e, se possível, promover um *regime change* na Rússia, ainda que não declarado abertamente. Por outro lado, os países do BRICS não acompanharam o Ocidente na aplicação das sanções econômicas, bem como o chamado Sul Global apesar da grande pressão política.

Tal cenário traz uma nova perspectiva não só geopolítica como econômica: a consolidação do declínio da chamada hegemonia dos EUA (Wallerstein 2004) e a aceleração do enfraquecimento do dólar como padrão para as trocas internacionais. Processo que ainda está em sua fase embrionária como veremos no decorrer do nosso trabalho.

No que se refere às sanções econômicas, elas não se configuram

---

<sup>1</sup> Este artigo foi apresentado no XVIII Colóquio em Economia Política dos Sistemas-Mundo O cenário geopolítico global, a crise de hegemonia dos EUA e os avanços da extrema-direita: rumo ao caos sistêmico? Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 21 a 23 de outubro de 2024, e posteriormente atualizado.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil. E-mail: charlespennaforte@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5623-7689>.

como um fato novo; pelo contrário remontam à Antiguidade. Exemplo é o banimento de comerciantes de Megara de Atenas em 432 a.C. com o objetivo de promover estrangulamento econômico da cidade-estado adversária. No século XX, a utilização desse mecanismo de asfixia econômica passou a ser mais recorrente. Segundo Alexander (2009), “O uso de sanções econômicas tem sido, ao longo da história, um componente integral da política externa da maioria dos estados-nação”. Sob esta perspectiva, inúmeros países sofreram ou sofrem impactos de sanções econômicas desde o século XX, como Cuba, Irã, Líbia, Coreia do Norte, Síria, Iugoslávia, Vietnã, Iraque, Afeganistão e agora a Rússia, são alguns dos principais exemplos desta forma de atuação das potências.

A ideia de que as sanções seriam uma forma eficaz para alcançar os objetivos contra os inimigos pode ser resumida pela declaração do presidente dos EUA, Woodrow Wilson, em 1919:

Uma nação que é boicotada é uma nação que está à vista da rendição. Aplique este remédio econômico, pacífico, silencioso e mortal e não haverá necessidade de força. Não custa uma vida fora da nação boicotada, mas traz uma pressão sobre a nação que, no meu julgamento, nenhuma nação moderna poderia resistir (Padover, p.108, 1942).

Contudo, ao longo do tempo foi observado que os seus impactos eram maiores sobre as populações mais vulneráveis do que efetivamente sobre os governos, bem como as consequências sobre as nações não envolvidas diretamente nas sanções, que também sofriam os chamados “efeitos colaterais”.<sup>3</sup> Em 1997, Kofi Annan, o ex-Secretário Geral das Nações Unidas, reconheceu isso em seu relatório para a ONU. Mesmo com as sanções “inteligentes” também conhecidas como “direcionadas”, ou seja, com objetivos específicos sobre determinados setores e pessoas, principalmente após o 11 de setembro, mostra-se que os impactos ainda são elevados sobre as populações mais vulneráveis. Mais recentemente, em 2021, a Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos e ex-presidente do Chile, Michelle Bachelet, conclamou a uma reavaliação sobre o uso das sanções econômicas que impactam os direitos humanos.

De modo geral, as sanções econômicas como um mecanismo para punir regimes que desafiam o Ocidente têm sido analisadas por especialistas

---

3 Os países que mantinham relações comerciais com a nação que passou a sofrer a sanção perde a capacidade de mantê-las, ou seja, perde o seu mercado.

ao longo do tempo. Podemos citar brevemente Kimberly Ann Elliott (1997), por exemplo, que analisou o sucesso ou não das sanções econômicas impostas, em especial, pelos EUA. E cuja conclusão não apontava para um percentual elevado de sucesso. Além dos trabalhos de Peter A.G. van Bergeijk (2021), David Cortright e George A. Lopez (2000, 2002) e Kern Alexander (2009), entre outros, os quais todos, sob variadas perspectivas, procuram explicar o uso e a forma do mecanismo.

Deste modo, a perspectiva defendida pelo Ocidente de utilizar as sanções como mecanismo para desestabilizar regimes classificados como hostis aos interesses dos EUA não vem conseguindo obter sucesso no caso russo. Ou até mesmo nos outros casos já mencionados.

O objetivo deste trabalho é analisar a Operação Militar Especial na Ucrânia como ponto de partida para importantes transformações geopolíticas (o surgimento de possíveis novos centros de poder que desafiarão o eixo Washington-Bruxelas), econômicas (o avanço na diminuição do dólar como moeda hegemônica nas trocas comerciais, a chamada desdolarização, já em curso entre vários países BRICS com a utilização de moedas nacionais entre seus membros) e o possível papel do BRICS como ator geopolítico relevante, além da pouca efetividade das sanções econômicas contra a Rússia.

Denominamos essas transformações como **imperativo antissistêmico**, a saber: a resposta do país afetado (ou grupo de países afetados de maneira organizada ou não), a tais ações originadas pelo Ocidente que acabam por modificar e/ou colaborar para tal mudança com reflexos geoeconômicos importantes no médio e longo prazo.

Para a compreensão do leitor, assinalamos que o “sistema” é o atual Ciclo Sistêmico de Acumulação (Arrighi 1996), liderado pelos EUA, também sob o ponto de vista geopolítico. Deste modo a atuação antissistêmica ocorre contra a liderança dos EUA sem a necessidade de romper ou alterar a atual dinâmica do sistema-mundo visto que, por exemplo, alguns países se beneficiam do atual processo em curso.

Observamos que grandes atores geopolíticos globais (China e Rússia) investem esforços na ampliação e aprofundamento do BRICS, cada um com seus objetivos estratégicos específicos.<sup>4</sup> Avaliamos que a partir conflito russo-ucraniano os EUA não possuem mais a capacidade de exercer a influência de maneira efetiva como antes sobre parte da comunidade internacional para

---

4 Beijing vem procurando expandir sua atuação geoeconômica por meio do Cinturão e Rota da Seda enquanto a Rússia vê o agrupamento como uma plataforma importante para não ficar isolada pelo Ocidente no cenário internacional. Ambos os países acreditam na multipolaridade como forma de enfraquecer o poder ocidental.

impor seus objetivos econômicos, geopolíticos e estratégicos como antes.<sup>5</sup>

Por meio de análise qualitativa de leitura especializada na temática sobre as sanções econômicas e seus impactos, de compilação de informações jornalísticas oriundas de segmentos econômicos (economistas, analistas, etc.) que se dedicam ao tema e por meio de um processo de revisão do material, buscaremos responder às seguintes indagações no decorrer do trabalho: o conflito russo-ucraniano contribuiu para a aceleração do consenso do BRICS e do chamado Sul Global no processo de diminuição da importância do dólar como única moeda de troca comercial internacional? O aumento da influência do BRICS em seu formato Plus agrega impacto geopolítico e econômico maior do que antes a partir do conflito?

Utilizaremos como base teórica a Análise dos Sistemas-Mundo (ASM), cujo enfoque é o enfraquecimento da hegemonia dos EUA (Wallerstein 2004; Pennaforte 2020), que vem permitindo a contestação das diretrizes tradicionais de Washington no que tange a obter apoio da comunidade internacional aos seus interesses. Sob o ponto de vista econômico, utilizaremos o conceito de Ciclos Sistêmicos de Acumulação (Arrighi 1996), atualmente liderado pelo EUA. Contudo, este Ciclo está em processo de declínio/transição para outro ainda não definido e cuja característica é o enfraquecimento/declínio do poderio econômico estadunidense.

A perspectiva antissistêmica será utilizada para examinar como o conflito na Ucrânia colabora para a criação de um novo cenário geoeconômico. Assim, desenvolveremos nossa abordagem analítica da atuação de países que procuram combater diretamente (Proativa) – como a China, Rússia, Coreia do Norte e Irã, por exemplo –, ou indiretamente (Ativa) – como Brasil, Índia e África do Sul –, a atuação imposta pelo Ocidente de manter o seu domínio no cenário internacional.

Para responder a estas questões, o trabalho é dividido em quatro partes: na primeira, definimos nossa abordagem teórica sob a perspectiva antissistêmica. Na segunda, abordamos a Guerra da Ucrânia como imperativo antissistêmico. Na terceira parte, analisamos o processo de desdolarização e suas dificuldades no médio prazo – porém, fenômeno já em curso em função das sanções contra a Rússia – e, finalmente, abordaremos o aumento da importância do BRICS com a sua versão plus.

Este artigo argumenta que as sanções econômicas contra a Rússia aceleraram a importância do afastamento dos países BRICS do dólar

---

5 As ilusões do Ocidente: não há como parar as transformações geopolíticas em curso. Le Monde Diplomatique Brasil. 13/09/2023. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/as-ilusoes-do-ocidente-nao-ha-como-parar-as-transformacoes-geopoliticas-em-curso/>>

americano ao demonstrar o quanto é perigoso depender somente de uma moeda para fazer transações comerciais, sinalizando uma transformação significativa nas ordens econômicas e geopolíticas globais.

## Atuação Antissistêmica: uma perspectiva de análise

Em 2013 no livro *Movimentos Antissistêmicos na América Latina: o caso venezuelano*,<sup>6</sup> utilizamos pela primeira vez essa abordagem antissistêmica inspirada na obra de Immanuel Wallerstein, Terence K. Hopkins e Giovanni Arrighi (1989), para tentar compreender a liderança do então mandatário venezuelano Hugo Chávez em sua atuação não só regional como internacional durante o seu período à frente do Palácio Miraflores.

Mais tarde (Pennaforte 2020) aprofundamos a análise para uma visão mais ampla das Relações Internacionais. Nossa meta era fazer uma leitura da atuação de países que não aceitam mais a lógica de poder emanada dos países centrais sob a realidade pós-Guerra Fria, tendo como pano de fundo o declínio hegemônico dos EUA e, simultaneamente, o processo de transição do atual Ciclo Sistêmico de Acumulação para outro ainda não definido que não será controlado por Washington (Wallerstein 2004; Arrighi 1996).

Sob a perspectiva antissistêmica procuramos compreender as atuais disputas geoeconômicas e dividimos algumas nações em dois grupos: Proativos e Ativos. Pelo lado Proativo estão localizados a Rússia, Irã, Coreia do Norte e China, por exemplo. Esses países, denominados de “Eixo do Mal”, possuem um enfrentamento mais efetivo contra a atuação do Ocidente e são combatidos de maneira constante pelo eixo Washington-Bruxelas em várias áreas.

Do lado Ativo encontramos países como Índia, Brasil, África do Sul, etc. Este grupo atua de maneira “diplomática” nos principais fórum internacionais, defendendo a multipolaridade, o multilateralismo, o “fim das hegemonias” etc., e mantém o bom relacionamento com as potências sistêmicas (Ocidente), sem assinalar uma postura antiocidental. O atual cenário interestatal pode ser compreendido também por esse processo.

Usando a perspectiva antissistêmica, examinaremos agora como eventos geopolíticos recentes, particularmente o conflito na Ucrânia, exemplificam os desafios à ordem global estabelecida.

---

6 Uma adaptação da tese de doutorado com o mesmo título defendida por nós no Instituto de Relaciones Internacionales (IRI) da Universidad Nacional de La Plata, Argentina.

## A Guerra da Ucrânia e seus impactos geopolíticos: um imperativo antissistêmico

O conflito, iniciado em fevereiro de 2022 com a segunda invasão da Ucrânia (em 2014 Moscou havia invadido e anexado a península da Crimeia), marcou um turning point importante na disputa geopolítica entre EUA/União Europeia (doravante Ocidente) e Rússia. As ações de grande envergadura por parte do Ocidente contra a Rússia – a saber: milhares de sanções sobre praticamente todos os setores de sua economia<sup>7</sup> e agentes políticos<sup>8</sup> – e o banimento do país do sistema SWIFT (Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications), não conseguiram afetar a liderança de Vladimir Putin. Ao contrário: o apoio popular à “Operação Militar Especial” é grande na Rússia.<sup>9</sup>

Apesar da pouca efetividade contra Moscou (enfraquecimento e/ou estrangulamento econômico do governo Putin), tais ações pela sua amplitude e consequência podem provocar mudanças significativas no quadro geopolítico e econômico internacional, se configurando no que chamamos de “imperativo antissistêmico”: a resposta do país afetado (ou grupo de países afetados) à tais ações acaba por modificar e/ou colaborar para tal mudança com reflexos importantes no médio e longo prazo.

A atuação de países contrários à manutenção de uma ordem internacional comandada pelo Ocidente com a defesa de um mundo multipolar e “sem hegemonias” de ordem financeira e geopolítica, configura uma atuação antissistêmica. Entendemos aqui como “Sistema” a lógica geopolítica e econômica liderada pelo Ocidente na busca e/ou manutenção de seus privilégios.

A Guerra da Ucrânia como imperativo antissistêmico se deu pela mobilização gerada no centro sistêmico contra a Rússia e vem gerando alguns efeitos colaterais geopolíticos como o aumento da cooperação entre Moscou e Beijing, por exemplo, além da perda de capacidade de Washington em exercer pressão sobre inúmeros países para isolar a Rússia. De modo geral, o conflito Rússia versus Ocidente vem criando condições mais favoráveis para a

---

7 As sanções congelaram e tornaram fundos russos inacessíveis pelo governo russo. Ver mais em <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/sanctions-against-russia/>. Acesso em 25/08/2024.

8 Existem mais de 2300 sanções contra pessoas e entidade russas. <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/sanctions-against-russia/>. Acesso em 25/08/2024.

9 Aprovação de Putin na Rússia é de 81%, contrapondo Ocidente. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/aprovacao-de-putin-na-russia-e-de-81-contrapondo-ocidente/> 28/06/2023. Acesso em 31/08/2024.

cooperação mais intensa dos países Proativos e abrindo caminho para atuação dos Ativos também.

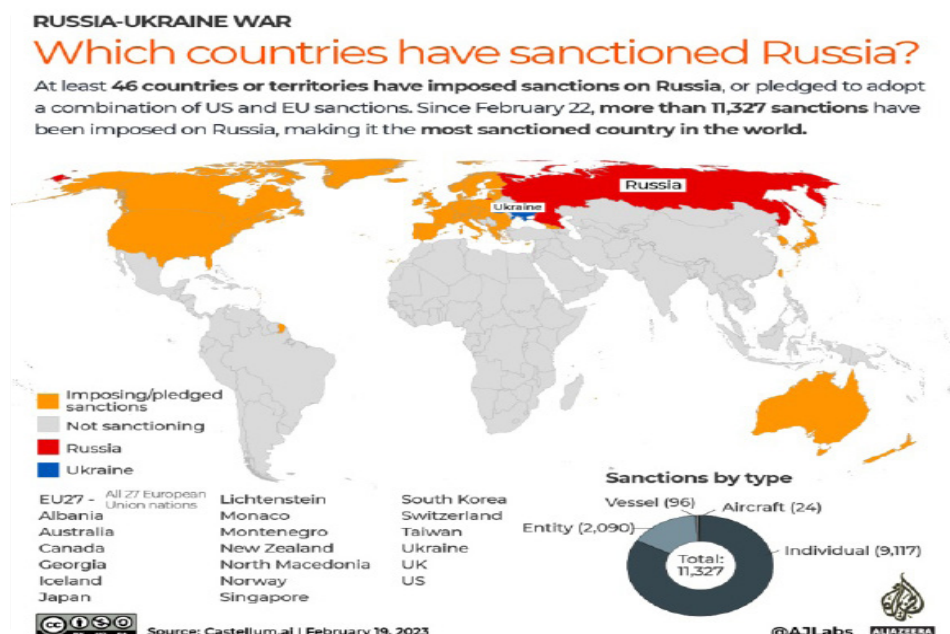
As mudanças geopolíticas resultantes do conflito na Ucrânia não apenas alteraram a dinâmica do poder, mas também provocaram uma reavaliação urgente da ordem econômica global, particularmente em relação à questão da dependência do dólar americano.

## **Desdolarizando o comércio internacional: um processo de longo prazo**

A reação do Ocidente com rígidas sanções econômicas e políticas à Rússia (ver mapa abaixo), e sua configuração como imperativo antissistêmico, levou tanto Beijing como outros países, a se colocarem no lugar de possíveis alvos caso contrariem o centro sistêmico. Aliás, tanto o Irã como a Coreia do Norte já possuem essa experiência. Até mesmo Cuba.

As sanções possuem efeitos colaterais, pois afetam países que faziam comércio com as nações sancionadas, trazendo prejuízo de alguma forma. Ou seja: há que diminuir a dependência de um sistema controlado totalmente pelo Ocidente sob o ponto de vista estratégico, na perspectiva desses países.

Figura 1:



Source: <https://www.aljazeera.com/news/2023/2/16/mapping-where-every-country-stands-on-the-russia-ukraine-war>

Há algum tempo, várias nações vêm questionando a questão do dólar como principal moeda de troca internacional. Desde Bretton Woods o predomínio refletiu o aumento do poderio econômico e geopolítico dos EUA até os dias de hoje. Tal mecanismo permite um imenso poder a Washington em exercer sua influência global, além de poder financiar com tranquilidade os seus déficits econômicos.

Por outro lado, a utilização da moeda de um país para ditar o processo econômico global é, no mínimo, sem sentido à luz da lógica: por que o dólar e não outra moeda? A resposta nós sabemos. O imenso poderio militar de Washington desde o final da Segunda Guerra, o tamanho de sua economia, sua estabilidade política entre outros fatores, proporcionaram essa supremacia.<sup>10</sup> Contudo, a realidade internacional está se transformando.

Com o declínio da primazia estadunidense e do atual ciclo sistêmico de acumulação, engendradas pelo enfraquecimento estrutural de Washington

<sup>10</sup> Ver bom artigo de Kathy Jones. Will the U.S. Dollar Be Dethroned? April 4, 2023. <https://www.schwab.com/learn/story/will-us-dollar-be-dethroned> Acesso em 28/09/2024.

que já mencionamos, o padrão-dólar está sendo questionado. Quando se analisa o “enfraquecimento” do dólar, não é possível afirmar que em algumas décadas a economia mundial trocará esse padrão. Mas é perceptível que no longo prazo o dólar terá, pelo menos, a presença ao seu lado de outras moedas nas transações comerciais. E sua proeminência tenderá a ser muito menor. A análise sobre o tema não pode ser exclusivamente econômica, mas geopolítica também.

A China tem sido uma defensora da diminuição da importância do dólar no comércio internacional nos últimos anos e vem negociando commodities em sua moeda com vários parceiros comerciais, entre eles o Brasil e a Argentina, por exemplo. No âmbito do BRICS, o comércio bilateral vem procurando deixar em segundo plano o uso do dólar. Beijing vem oferecendo várias linhas de swap cambial para facilitar o uso do renminbi no seu comércio com outras nações. A preocupação de Beijing pode se expressada com:

O acordo mais retumbante foi o assinado em 2018 em renminbi e rublos para o fornecimento de gás russo à China pelo equivalente a cerca de US\$ 400 bilhões. Deve-se ter em mente que ela importa US\$ 250 bilhões em petróleo e outros US\$ 150 bilhões em commodities como aço, cobre, carvão e soja do resto do mundo todos os anos. Todas essas commodities são hoje avaliadas e comercializadas internacionalmente em dólares. Portanto, a China também tem que pagar por elas em moeda americana. O uso do renminbi, portanto, tornou-se uma prioridade estratégica para Pequim. O comércio em renminbi é feito intensivamente com os outros países do BRICS, mas mais em geral com as outras economias emergentes em todo o mundo (Raimondi 2023).

Ao mesmo tempo, o BRICS vem avançando em discussões para uma moeda compartilhada, fato que incentiva outras ações no mesmo sentido por outros países fora do centro sistêmico. Segundo o assessor do Kremlin, Yury Ushakov, em uma entrevista à agência russa de notícias TASS:

“Acreditamos que criar um sistema de pagamento independente do BRICS é uma meta importante para o futuro, que seria baseado em ferramentas de última geração, como tecnologias digitais e blockchain. O principal é garantir que seja conveniente para governos, pessoas comuns e empresas, bem como econômico e livre de política” (Singhi

2024).

A ferramenta é uma plataforma de pagamentos em blockchain que vem sendo elaborada e denominada de BRICS Bridge (plataforma de pagamentos multilateral). Ela conectaria os sistemas financeiros dos países-membros por gateways de pagamentos para liquidações nos bancos centrais (Nasdaq 2024).

Em agosto de 2024, a senadora russa Valentina Matviyenko comunicou que o novo sistema de pagamentos já estava sendo testado em fase avançada em todos os países membros.<sup>11</sup> Também afirmou que o “BRICS Bridge, novo meio de pagamento digital, será uma bomba mundial, no bom sentido” caso funcione. Segundo informações russas, 159 países poderiam utilizar o meio de pagamento digital (Bertolucci 2024). A Rússia ocupa a presidência rotativa do agrupamento desde fevereiro de 2024, e está se dedicando ao projeto cujo pano de fundo é atenuar os efeitos das sanções ocidentais.<sup>12</sup> O tema foi debatido na Cúpula do BRICS em Kazan.

Por outro lado, uma “moeda BRICS”, para os especialistas, traria benefícios intraorganização, como o fortalecimento da integração, a diminuição do dólar como moeda global de reserva e de comércio, a queda nos índices de riscos de volatilidade global associados a atos unilaterais por parte do Ocidente, bem como incentivar países a se organizarem em alianças para o desenvolvimento de moedas regionais (Pistilli 2024). Na prática temos uma tendência de mudança na dinâmica comercial, mas isso não pode refletir um cenário “catastrófico” no curto e médio prazo para o dólar.

Cerca de 90% do comércio internacional na atualidade é feito por meio da moeda estadunidense. Quando abordamos comércio de petróleo, por exemplo, o uso do dólar atinge quase 100%. Em 2023, cerca de um quinto da venda de petróleo tinha ocorrido em dólar. Alguns especialistas apontam que o que poderá ocorrer na prática será a existência de outras moedas concorrentes ao dólar, e o surgimento de dois sistemas financeiros no futuro, a saber: um dolarizado e outro não dolarizado (Jones 2024). Vale lembrar que a moeda estadunidense representa 60% das reservas internacionais e 80% das transações no mercado financeiro.

Outras moedas nacionais estão sendo utilizadas no comércio e nas

---

11 Segundo a senadora russa, “BRICS Bridge, novo meio de pagamento digital, será uma bomba mundial, no bom sentido”. <https://livecoins.com.br/sistema-de-pagamentos-do-brics-sera-bomba-global/> 19/08/2024. Acesso em 02/09/2024.

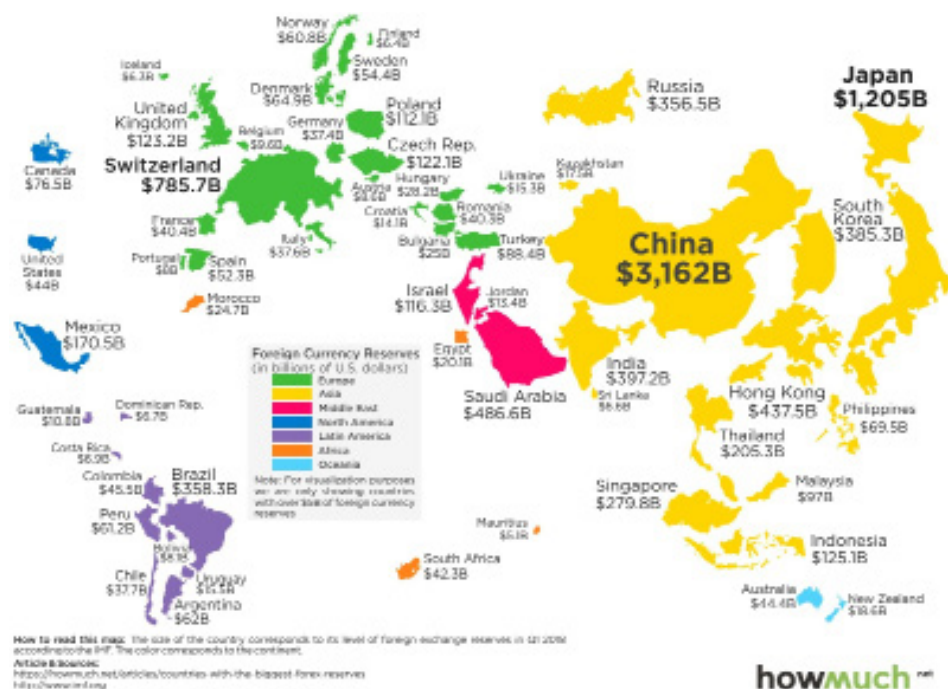
12 BRICS Pay (<https://brics-pay.com/>). Acesso em 03/09/2024. Ver também a utilização de criptomoedas por Moscou em Rússia planeja lançar duas corretoras de criptomoedas e stablecoin de moedas do BRICS. 23/08/2024, <https://livecoins.com.br/russia-planeja-lancar-duas-corretoras-de-criptomoedas-e-stablecoin-de-moedas-do-brics/> Acesso em 02/09/2024.

reservas internacionais (ver Figura 2). O euro ocupa o segundo lugar como moeda de reserva internacionalmente. A China, com o renminbi, vem avançando como reserva pelos bancos centrais ao redor do mundo, apesar de representar menos de 3%. Aparecem ainda como moedas de reserva a libra esterlina, o franco suíço e o iene japonês.

Apesar deste cenário favorável para a moeda estadunidenses na atualidade, ele deve ser visto também sob uma perspectiva diferente. A ideia de países trabalharem na direção de novas alternativas para o dólar já demonstra que algo mudou no cenário econômico internacional. A transformação já está acontecendo e isso é um fato. Mesmo que seja irrisório sob o ponto de vista estatístico no momento.

Outro membro do BRICS, a Índia também está se preparando para ter a sua moeda, a rúpia, atuando nos mercados internacionais. E a leitura de Nova Délhi é a mesma dos chineses e russos: a necessidade de diminuir o peso do dólar nas transações comerciais. As sanções econômicas ocidentais, além de prejudicar os países punidos, também criam um “efeito cascata” ao prejudicar o seu comércio com esses países, como já mencionamos anteriormente. Irã e Venezuela, por exemplo, já foram outrora parceiros comerciais da Índia no fornecimento de petróleo bruto. A solução para esses problemas passa pela diminuição do uso da moeda estadunidense (Raimondi 2023).

Figure 2: The Countries with the Most Foreign Currency Reserves (2018)



Source: <https://www.visualcapitalist.com/countries-most-foreign-currency-reserves/>

O economista italiano Paolo Raimondi em artigo intitulado BRICS: The role of the unit of account for the new “basket of currencies” (2023), escrito para o site Indian Foundation, adverte que o debate sobre o surgimento de moedas concorrentes ao dólar já vem ocorrendo nos EUA, mesmo sem conseguir uma ampla divulgação pela mídia, segundo ele. Raimondi cita o filho do lendário economista John Kenneth Galbraith (1908-2006), o também economista James Kenneth Galbraith, que fez a seguinte indagação: “Os EUA podem sobreviver à ascensão de um mundo multipolar?” em seu artigo publicado pelo Institute for New Economic Thinking.

Em seu texto, Raimondi diz que James Galbraith assinala que os EUA conseguiriam sobreviver, acrescentando que “não sem uma convulsão política, estimulada pela inflação e recessão e por um mercado de ações em declínio no curto prazo e, finalmente, por demandas por uma estratégia realista em sintonia com o atual equilíbrio global de poder”. E que “a ordem baseada no dólar tem sido sustentada até agora principalmente pela instabilidade em outros lugares e pela falta de uma alternativa confiável” (Raimondi 2023). A

Guerra da Ucrânia está acelerando a mudança econômica pela necessidade dos países em alterar o domínio do dólar nas transações comerciais.

Além do processo de diminuição do uso do dólar como única moeda de comércio internacional, o BRICS, com a sua expansão, aumenta a sua influência no cenário geopolítico internacional. Vamos analisar essa expansão e suas consequências para o sistema internacional.

## **De single para plus: BRICS aumenta a sua importância geopolítica**

A expansão do BRICS para incluir outros membros, conhecida como BRICS Plus, marca uma evolução significativa em seu papel no cenário mundial. Essa inclusão amplia a influência geográfica e econômica da coalizão, ressaltando seu desafio ao tradicional domínio euro-atlântico.

A 15ª Cúpula do Brics em Joanesburgo (2023) marcou a expansão do número de seus membros e de sua área geográfica de atuação. A transformação do BRICS em um grupo BRICS Plus, incluindo Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã, representou um sinal importante do novo cenário geoeconômico e geopolítico internacional no século XXI.

A Argentina, sob o governo Javier Milei, não aceitou o convite para aderir ao agrupamento em 2024. Constatamos que, sob o ponto de vista estatístico, o BRICS torna-se um gigante geopolítico e econômico. Dos 10 maiores produtores de petróleo do mundo, seis estão no grupo, representando 42% do comércio mundial. Além disso, o BRICS detém 72% das reservas de minerais de terras raras do mundo. Em termos demográficos, a população do grupo passou de 41% para 46% da população mundial. O PIB, em termos de paridade de poder de compra, corresponde a 36% do total mundial. Estes são apenas alguns dos pontos que destacam a importância do BRICS.

Sauditas e chineses, por exemplo, já estão com importantes acordos econômicos assinados. Os dois países possuem projetos de grande envergadura, como o Iniciativa Cinturão e Rota da Seda, e o Visão 2030, dos sauditas, que incluem manufatura e desenvolvimento industrial, além de cooperação nos setores nuclear, bélico, novas energias (hidrogênio), e a construção de cidade de USD 500 milhões, que será chamada de “Neom”. A Huawei participa também com a rede 5G, mesmo com as objeções dos EUA. E um detalhe importante: Beijing oferecendo o renminbi como forma de pagamento para algumas transações.

O Egito, um membro plus, já pensa em emitir títulos em renminbi

para o mercado chinês. Outro fator que ajuda a moeda chinesa a ganhar mais peso internacionalmente é a Belt and Road Initiative que, aliada ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, ajuda no projeto de Beijing.

O projeto geoeconômico chinês é importante no crescimento e aprofundamento do BRICS, sendo inclusive uma proposta do país desde 2017. O seu aumento – que a partir de agora é inevitável – aumentará a sua capacidade geopolítica de influenciar a economia internacional ao oferecer opções fora do centro sistêmico para o desenvolvimento do Sul Global e mercados emergentes.

A expansão do BRICS é um sinal claro do novo cenário geopolítico global, do qual os países de inúmeras áreas geográficas estão participando no atual momento das relações internacionais: novos pólos de poder estão se configurando e podem ser mais interessantes do que os “antigos”. E a lógica realmente parece ser essa com a nova expansão do BRICS – agora com “países parceiros” (participação limitada e sem direito a voto) aprovados na XVI Cúpula o BRICS em Kazan: Turquia, Indonésia, Bielorrússia, Cuba, Bolívia, Malásia, Uzbequistão, Cazaquistão, Tailândia, Vietnã, Nigéria, Uganda e Argélia.

Por outro lado, não podemos esquecer dos próprios projetos geopolíticos de Moscou e Beijing na expansão do agrupamento, algo que vem sendo muito debatido entre os especialistas na transformação do BRICS. Fala-se em um bloco “antiocidental” pelos dois países, “proposta” que não é defendida por brasileiros e indianos, por exemplo.

## Conclusão

Como já salientamos, a Guerra da Ucrânia tornou-se um marco importante nas relações internacionais ao acelerar processos que já estavam em curso, como o aumento da cooperação sino-russa e o início do processo de enfraquecimento relativo do dólar no longo prazo. Por outro lado, é preciso ter em mente que a diminuição da importância da moeda estadunidense não correrá de maneira rápida.

O conflito russo-ucraniano está sendo importante para a criação de um ambiente de maior cooperação do Sul Global que não aceita mais os ditames políticos e geopolíticos do centro sistêmico, e ocorre simultaneamente à expansão da capacidade da China, no âmbito econômico, de oferecer mais vantagens aos seus parceiros – vantagens que o Ocidente não tem mais a capacidade ou não quer mais oferecer como antes. Será preciso, ao Ocidente, reconhecer que o processo de transição para outro polo ou polos é um fato.

Para grande parte da mídia a ocidental, o BRICS continua sendo visto somente como um acrônimo sem lógica alguma. Grande parte das análises ressaltam mais as assimetrias econômicas e geopolíticas, como o tamanho das economias, interesses geoeconômicos divergentes, rivalidades geopolíticas, do que as confluências que estão sendo adquiridas ao longo da última década.

Sabemos que tal processo está associado à ideia de não reconhecer o novo cenário que está sendo construído fora do centro sistêmico. Se, no passado, tivemos diferentes expressões de autonomismo a partir das lógicas de debate sobre a Guerra Fria e os desafios do desenvolvimento, hoje temos uma dinâmica diferente. O BRICS será um vetor determinante na superação do atual domínio do Ocidente em direção a outra Ordem Mundial como foco no Sul Global e nos seus próprios interesses.

## Referências

- Abughris, Noura. A Brief History of Economic Sanctions. <https://www.carter-ruck.com/insight/a-brief-history-of-economic-sanctions/> Access: 5 Set. 2024.
- Alexander, Kern. 2009. "The Origins and Use of Economic Sanctions." In: Economic Sanctions. London: Palgrave Macmillan. [https://doi.org/10.1057/9780230227286\\_2](https://doi.org/10.1057/9780230227286_2)
- ARRIGHI, Giovanni. 1996. O Longo século XX. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Bergeijk, Peter A.G. van (Ed.). 2021. Research Handbook on Economic Sanctions. Cheltenham, UK.
- Bertolucci, G. Sistema de pagamentos do BRICS será uma "bomba global", diz senadora russa. Disponível em: <<https://livecoins.com.br/sistema-de-pagamentos-do-brics-sera-bomba-global/>>. Accessed on: 5 Sep. 2024.
- Cortright, David & Lopez, George A. (eds). 2000. The Sanctions Decade: Assessing UN Strategies in the 1990s. Boulder: Lynne-Rienner Pub.
- Cortright, David & Lopez, George A. (eds). 2002. Smart Sanctions: Targeting Economic Statecraft. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- Desjardins, J. Mapped: The Countries With the Most Foreign Currency Reserves. Disponível em: <<https://www.visualcapitalist.com/countries-most-foreign-currency-reserves/>>. Access em: 28 ago. 2024.
- Elliott, Kimberly Ann. Evidence on the Costs and Benefits of Economic Sanctions. (PIIE) October 23, 1997. <<https://www.piie.com/>

- commentary/testimonies/evidence-costs-and-benefits-economic-sanctions> Accessed on: 22 Sep 2024.
- EU Sanctions on Russia home. Disponível em: <<https://www.eifec.org/eu-sanctions-on-russia-home>>. Accessed on: 25 Aug. 2024.
- Henrique, HK. Rússia planeja lançar duas corretoras de criptomoedas e stablecoin de moedas do BRICS. Disponível em: <<https://livecoins.com.br/russia-planeja-lancar-duas-corretoras-de-criptomoedas-e-stablecoin-de-moedas-do-brics/>>. Accessed on: 5 Sep. 2024.
- Jones, K. Will the U.S. Dollar Be Dethroned? Available at: <<https://www.schwab.com/learn/story/will-us-dollar-be-dethroned>>. Access em: 25 set. 2024
- Katinas, P. June 2024 — Monthly analysis of Russian fossil fuel exports and sanctions – Centre for Research on Energy and Clean Air. Available at: <<https://energyandcleanair.org/june-2024-monthly-analysis-of-russian-fossil-fuel-exports-and-sanctions/>>. Access em: 5 set. 2024.
- Padover, Saul K. (Editor). 1942. Wilson's Ideals. Washington: American Council for Public Affairs.
- Pennaforde, Charles. As ilusões do Ocidente: não há como parar as transformações geopolíticas em curso. *Le Monde Diplomatique Brasil*. 13/09/2023. Available at: <<https://diplomatique.org.br/as-ilusoes-do-ocidente-nao-ha-como-parar-as-transformacoes-geopoliticas-em-curso/>>
- Pennaforde, Charles. 2020. Movimentos Antissistêmicos e Relações Internacionais – Uma perspectiva teórica para compreender o a atual sistema-mundo. Pelotas: Editora UFPel.
- Pennaforde, Charles. 2013. Movimentos antissistêmicos na América Latina: o caso venezuelano. Rio de Janeiro: CENEGRI.
- Pistilli, Melissa. How Would a New BRICS Currency Affect the US Dollar? (Updated 2024). Available at: <<https://www.nasdaq.com/articles/how-would-new-brics-currency-affect-us-dollar-updated-2024>>. 21 Aug. 2024
- Raimondi, Paolo. BRICS: The role of the unit of account for the new “basket of currencies”. Available at: <<https://indiafoundation.in/articles-and-commentaries/brics-the-role-of-the-unit-of-account-for-the-new-basket-of-currencies/>>. 26 Aug. 2024
- Ross, S. What It Would Take for the U.S. Dollar to Collapse. Available at: <<https://www.investopedia.com/articles/forex-currencies/091416/what-would-it-take-us-dollar-collapse.asp>>. 20 Aug. 2024

- Singh, A. BRICS Will Create Payment System Based on Digital Currencies and Blockchain: Report. Available at: <<https://www.coindesk.com/policy/2024/03/05/brics-will-create-payment-system-based-on-digital-currencies-and-blockchain-report/>>. Access em: 28 Oct. 2024.
- Stuenkel, Oliver. 2017. BRICS e o futuro da ordem global. São Paulo: Paz e Terra.
- The Council of the EU. EU sanctions against Russia. Available at: <<https://www.consilium.europa.eu/en/policies/sanctions-against-russia/>> Access em: 25 Aug. 2024.
- Wallerstein, Immanuel. 2004. O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico. Rio de Janeiro: Contraponto.
- SINGH, A. BRICS Will Create Payment System Based on Digital Currencies and Blockchain: Report. Available at: <<https://www.coindesk.com/policy/2024/03/05/brics-will-create-payment-system-based-on-digital-currencies-and-blockchain-report/>>. Access em: 28 Oct. 2024.
- STUENKEL, Oliver. BRICS e o futuro da ordem global. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- The Council of the EU. EU sanctions against Russia. Available at: <<https://www.consilium.europa.eu/en/policies/sanctions-against-russia/>> Accessed on: 25 Aug. 2024.
- WALLERSTEIN, Immanuel. O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

## RESUMO

A Guerra da Ucrânia tornou-se um catalisador de importantes transformações geopolíticas e econômicas, desafiando a ordem global estabelecida, liderada pelos Estados Unidos e seus aliados. Este artigo analisa o conflito como um “imperativo antissistêmico”, uma resposta dos países afetados que colabora para uma mudança com importantes repercussões a médio e longo prazo. Utilizando a Análise de Sistemas-Mundo e o conceito de Ciclos Sistêmicos de Acumulação como quadros teóricos, argumentamos que as sanções econômicas contra a Rússia aceleraram o processo de afastamento dos países BRICS do dólar americano, demonstrando os riscos de depender de uma moeda única para o comércio internacional. O conflito também aumentou a cooperação entre os países que se opõem a hegemonia ocidental e abriu caminho para a expansão dos BRICS, que agora incluem a Arábia Saudita, o Egito, os Emirados Árabes Unidos, a Etiópia e o Irã. Este formato “BRICS Plus” aumentou significativamente a influência geográfica, demográfica e econômica do grupo, posicionando-o como um ator geopolítico relevante. Embora o processo de desdolarização ainda esteja na sua fase inicial, a utilização crescente de moedas e sistemas de pagamento alternativos assinala uma mudança significativa na ordem econômica mundial. O artigo conclui que a Guerra da Ucrânia acelerou os processos em curso, como o enfraquecimento relativo do dólar e o aumento da cooperação entre o Sul Global, contribuindo, em última análise, para a transição para uma nova ordem mundial multipolar.

## PALAVRAS-CHAVE

BRICS, Sanções Econômicas, Guerra da Ucrânia, Imperativo Antissistêmico

Recebido em 9 de novembro de 2024

Aprovado em 22 de maio de 2025

# AS CONTRIBUIÇÕES DO CANADÁ PARA A MANUTENÇÃO DA PAZ NO LÍBANO: PRESERVANDO A PAZ E A ESTABILIDADE

Mohamad Zreik<sup>1</sup>

## Introdução

Manutenção da paz (peacekeeping em inglês) é um termo usado para descrever uma ampla gama de esforços das Nações Unidas (ONU) e outros esforços internacionais destinados a manter a paz e a segurança em áreas afetadas por conflitos ou distúrbios. Esses esforços são normalmente liderados pela ONU, mas também podem envolver outras organizações internacionais, organizações regionais ou estados individuais (Melin e Kathman 2023).

A sua evolução ocorreu ao longo de várias décadas e assistiu ao desenvolvimento de uma série de abordagens diferentes para manter a paz e a segurança em áreas afetadas por conflitos (Bara e Hultman 2020). As primeiras missões de paz centraram-se na monitorização de acordos de cessar-fogo, com as forças de manutenção da paz (peacekeepers em inglês) servindo principalmente como observadores e mediadores entre as partes em conflito. Com o tempo, as missões tornaram-se mais complexas e as forças de manutenção da paz assumiram um conjunto maior de responsabilidades, incluindo o apoio ao desarmamento de antigos combatentes, a proteção de civis e a ajuda a criação de condições para uma paz duradoura (Bove et al., 2022).

Nos últimos anos, a manutenção da paz concentra-se cada vez mais na prevenção de conflitos, bem como na abordagem das causas profundas destes, o que inclui a pobreza, a desigualdade e a ausência de boa governança. Isto levou ao desenvolvimento de uma série de abordagens inovadoras, tais como a manutenção de paz baseada na comunidade, que busca envolver as comunidades locais e desenvolver a sua capacidade para manter a paz e a

---

<sup>1</sup> Sun Yat-sen University, Guangzhou, China. E-mail: zreik@mail.sysu.edu.cn. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6812-6529>.

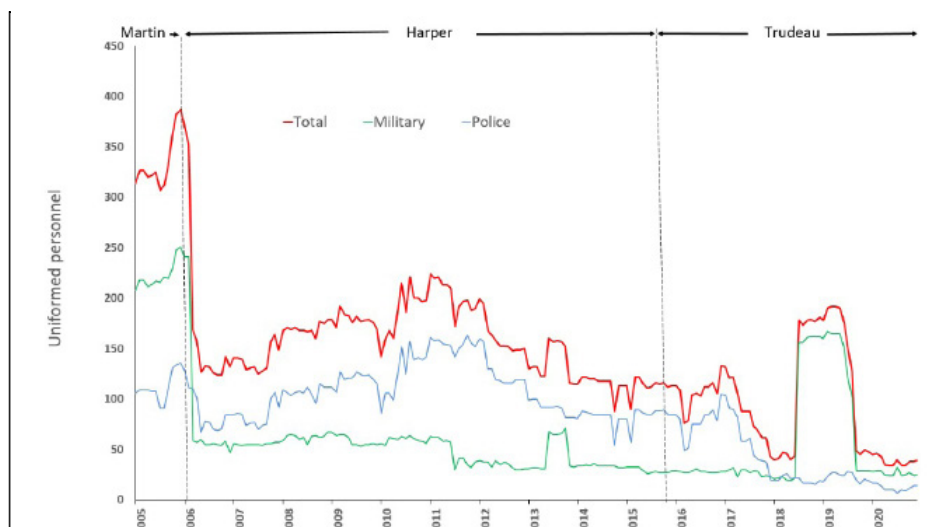
segurança (Blair et al., 2022).

Apesar destas mudanças, as missões continuam sendo um instrumento importante para promover a paz e a estabilidade em zonas impactadas por conflitos. No entanto, é também amplamente aceito que os esforços pela paz enfrentam desafios relevantes, incluindo a necessidade de recursos adequados, as dificuldades em operar em ambientes complexos, e muitas vezes hostis, e a necessidade de coordenação e cooperação eficazes entre os diferentes atores envolvidos em missões de paz.

O Canadá tem uma longa história de participação em missões de manutenção da paz e é amplamente reconhecido como um dos maiores contribuintes de tropas e agentes policiais de manutenção da paz no mundo (Spoonner 2010). O país participou em mais de 50 missões desse tipo desde a criação da ONU em 1945 (Maloney 2002).

Começando com o primeiro chefe observador militar, o General Harry Angle da UNMOGIP (a primeira missão de observação, estabelecida em abril de 1948 para a Caxemira), o Canadá tem sido um grande contribuidor de recursos humanos para as operações de paz da ONU. O país propôs a Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF, na sigla em inglês) no Egito em 1956 e colaborou expressivamente, fornecendo tropas de um batalhão inteiro, durante o período de implantação (1956-67). Também enviou unidades substanciais (batalhões) para a Força de Manutenção das Nações Unidas em Chipre (UNFICYP, na sigla em inglês) durante quase trinta anos (1946-1993). O Canadá foi o único país a participar de todas as operações de manutenção da paz durante a Guerra Fria, com cerca de 1.000 militares em média ao longo de 40 anos. De fato, continuou a ser uma força importante até o início da década de 1990. Em 1993, enviou 3.300 militares uniformizados para a ONU (incluindo para a Bósnia, Camboja, Moçambique e Somália). A partir da sua criação em 1974 até à retirada da administração Harper em 2006, o Canadá forneceu cerca de 200 especialistas em logística à Força de Observação de Desengajamento da ONU nas Colinas de Golã (UNDOF, na sigla em inglês) (ver figura 1).

**Figure 1: Contribution by month, from 2005 to 2020 (Dec), showing governments in power at the time**



**Source: Davis et al, 2021; using data from Department of National Defence**

Nos primeiros anos das operações de paz, o Canadá foi um dos principais contribuintes de tropas e desempenhou um papel fundamental no estabelecimento dos princípios e práticas das missões de paz modernas. O país tem sido um forte defensor do uso da manutenção de paz como uma ferramenta para promover a paz e estabilidade, além de ser um apoiante vocal dos esforços para melhorar a eficácia e eficiência das operações (Dorn e Libben 2018).

Ao longo dos anos, o Canadá forneceu tropas, agentes policiais e outros recursos humanos para missões de manutenção de paz numa variedade de países e regiões, incluindo África, os Balcãs, o Oriente Médio e o Haiti (Dorn 2005). Adicionalmente, o país destinou apoio financeiro e logístico considerável às missões de paz, notadamente através do envio de equipamentos de transporte e comunicações, bem como através da disponibilização de programas de formação e capacitação para as forças (Maloney 2005).

Não obstante a sua longa história de participação na manutenção da paz, o Canadá tem enfrentado desafios nos últimos anos, que incluem preocupações sobre a eficácia das operações e a segurança das forças no terreno (Wagner 2006). Ainda assim, o país continua a desempenhar um importante papel nos esforços de paz e continua comprometido a apoiar a paz

e segurança internacionais (DFAIT 2013a).

### Objetivo do estudo

Este estudo objetiva examinar o papel da missão de manutenção da paz do Canadá no Líbano e a sua contribuição para a preservação da paz e da estabilidade na região. A missão de paz do Canadá no Líbano é um caso importante a ser estudado por várias razões.

Para começar, o Líbano é um ambiente complexo e desafiador, com uma longa história de conflito e instabilidade política. Ao examinar os esforços de paz do Canadá nesse contexto, é possível explorar a eficácia da manutenção da paz na abordagem das causas profundas do conflito e na promoção da paz e estabilidade duradouras.

Além disso, a missão de paz do Canadá no Líbano oferece uma oportunidade para examinar os desafios e limitações dessas operações na era moderna. Com as crescentes exigências impostas às forças de manutenção da paz para tratarem de uma gama mais ampla de questões, incluindo a proteção de civis, o desarmamento de antigos combatentes e o apoio à construção da paz e à reconstrução, este estudo ajudará a compreensão dos desafios e limites das operações de paz em ambientes complexos e desafiadores.

Por fim, ao examinar as ações de paz do Canadá no Líbano, este estudo contribuirá para a compreensão do papel que os Estados individuais podem desempenhar na promoção da paz e da segurança internacionais. O Canadá tem um longo histórico de envolvimento em operações de paz, tendo aportado contribuições significativas com tropas e recursos para missões em todo o mundo. Dessa forma, a presente análise ajudará a esclarecer os pontos fortes e fracos das missões de paz canadenses, fornecendo subsídios para aprimorar a eficácia de iniciativas futuras.

A missão de manutenção da paz do Canadá no Líbano constitui, portanto, um caso relevante de estudo, pois revela tanto os desafios e as limitações dessas ações em ambientes complexos e desafiadores, quanto o papel que os Estados podem exercer, além de explorar a eficácia das missões em enfrentar as causas profundas dos conflitos e estabelecer uma paz duradoura.

### Perguntas de pesquisa

As seguintes questões nortearão este trabalho:

Qual foi o papel da missão de paz do Canadá no Líbano na promoção da paz e da estabilidade na região?

Como a missão canadense no Líbano contribuiu para os esforços mais amplos de manutenção da paz da ONU e de outros atores internacionais na região?

Quais foram os principais desafios enfrentados pela missão de paz canadense no Líbano e como eles foram abordados?

Quais foram os pontos fortes e as limitações da atuação do Canadá no Líbano, e que lições podem ser extraídas dessa experiência para aumentar a eficácia de futuras missões de paz?

## Revisão de literatura

PA manutenção da paz tem sido uma ferramenta central da comunidade internacional para promover a paz e a estabilidade global. O conceito tem raízes na ideia de prevenir a escalada de conflitos e de fomentar a segurança por meio do envio de forças internacionais neutras.

A sua evolução histórica remonta ao final dos anos 1940 e 1950, com o estabelecimento das primeiras missões de paz pela ONU. O foco inicial era manter o cessar-fogo entre partes em conflito e monitorar os acordos de armistício (ONU 2021). Gradualmente, o escopo da manutenção da paz se expandiu, passando a incluir a proteção de civis, o desarmamento de ex-combatentes, o apoio à consolidação da paz e à reconstrução, e a promoção do Estado de Direito e dos direitos humanos.

O fim da Guerra Fria marcou uma nova fase na evolução das operações, com a ONU assumindo um papel cada vez maior na resposta aos conflitos em todo o mundo (DFAIT 2013b). Isso se refletiu no aumento do número de missões e na ampliação da gama de tarefas atribuídas aos capacetes azuis.

A despeito dessas mudanças, os princípios fundamentais permaneceram consistentes ao longo do tempo. A manutenção da paz continua baseando-se nos princípios da imparcialidade, do consentimento das partes, e do uso da força apenas em legítima defesa (ONU 2022). As missões foram concebidas para proporcionar uma presença neutra e imparcial que possa ajudar a prevenir o agravamento de conflitos e fomentar a resolução pacífica das disputas.

Um dos principais pontos fortes das operações de paz é sua capacidade de estabelecer uma presença estabilizadora em áreas afetadas por conflitos. Ao manter uma atuação no terreno, as forças de manutenção da paz ajudam a

reduzir tensões, prevenir violências e criar um ambiente mais seguro para os civis. Ainda, as missões desempenham um papel crucial no apoio à transição do conflito para a paz, facilitando o desarmamento de antigos combatentes, apoiando a reintegração de refugiados e pessoas deslocadas internamente e promovendo o Estado de direito e os direitos humanos (ONU 2016).

Contudo, a manutenção da paz não está isenta de desafios. Um dos maiores obstáculos é a natureza mutável dos conflitos, que se tornaram mais complexos e multifacetados nos últimos anos. Exige-se, assim, que as forças de paz, como os capacetes azuis, tenham habilidades e capacidades especializadas, bem como mandatos mais robustos, que lhes permita responder adequadamente às novas dinâmicas (Murphy 2007).

Outro desafio que os capacetes azuis enfrentam é a necessidade de manter o consentimento das partes envolvidas no conflito. Isso demanda que elas permaneçam neutras e imparciais, abstendo-se de tomar partido. A neutralidade torna-se particularmente difícil na prática, especialmente em ambientes em que as partes têm fortes laços políticos, étnicos ou religiosos (Shinar 2009).

O Líbano é um pequeno país localizado no Oriente Médio, que tem uma história complexa e marcada por turbulências. Os conflitos no território libanês podem ser traçados até o final da década de 1940, quando o país conquistou a independência da França e se tornou um dos primeiros Estados árabes a adotar uma forma democrática de governo (CSNU 2000).

No entanto, apesar da sua promessa inicial, o Líbano tem sido atormentado por conflitos e instabilidade ao longo dos anos. Isso tem sido impulsionado por uma série de fatores, incluindo divisões políticas e econômicas, tensões étnicas e influências externas de países vizinhos.

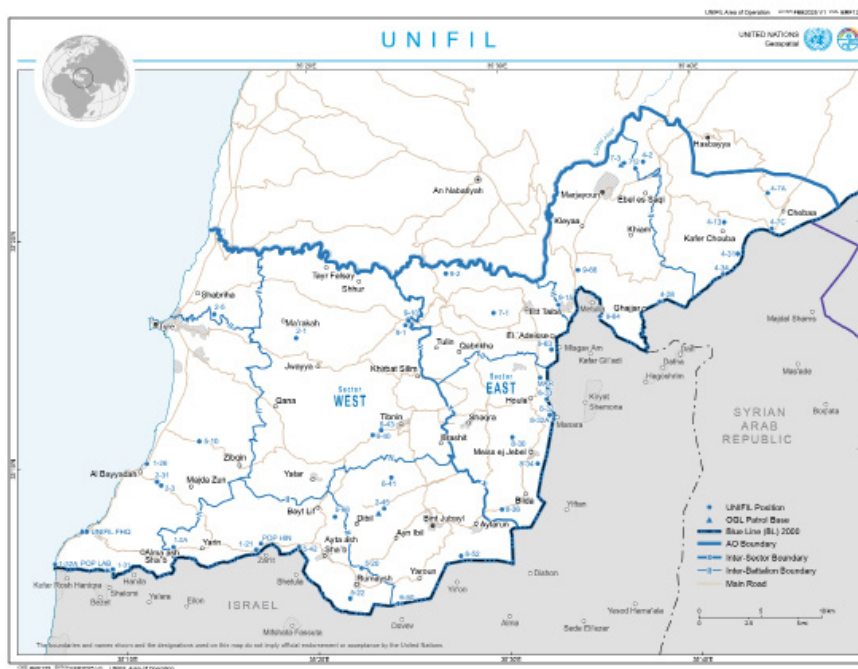
Um dos períodos mais críticos de disputas no Líbano foi a guerra civil, que se estendeu de 1975 a 1990. Durante esse período, o país foi dilacerado por combates sectários entre diferentes grupos religiosos e étnicos, resultando na morte de dezenas de milhares de pessoas e no deslocamento forçado de centenas de milhares (Zreik 2021).

Desde o término da guerra civil, o Líbano enfrenta diversos desafios, como instabilidade política e econômica, surtos esporádicos de violência e tensões persistentes com países vizinhos. Recentemente, o país tem sofrido impactos diretos do conflito sírio, lutando para gerenciar o fluxo massivo de refugiados provenientes da Síria (Zreik 2022).

Após o fim da guerra civil em 1990, a ONU se envolve em missões de paz no Líbano, com o objetivo de promover a paz e a estabilidade no país (Murphy 2007). A primeira operação no Líbano foi a Força Interina das Nações

Unidas no Líbano (UNIFIL, na sigla em inglês), que foi criada em 1978 com o mandato de confirmar a retirada de forças israelenses do sul do Líbano e de restaurar a paz e a segurança internacionais na área. Com o decurso do tempo, a UNIFIL passou por múltiplas ampliações e modificações no seu mandato, refletindo a natureza dinâmica do conflito (UNIFIL 2019).

**Mapa 1: Áreas de implantação da UNIFIL no Líbano**



Source: Site oficial da UNIFIL <https://unifil.unmissions.org/unifil-maps>

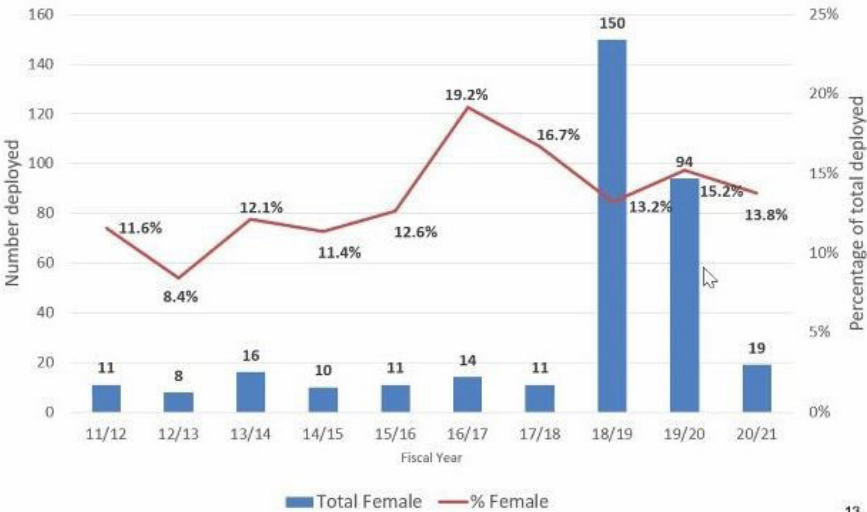
Além da UNIFIL, a ONU também esteve envolvida em outras iniciativas de manutenção e consolidação da paz (peacebuilding em inglês) no Líbano. Por exemplo, a ONU apoiou o governo libanês nas suas ações de desarmamento e desmobilização de grupos armados e contribuiu para o fortalecimento do Estado de Direito e a promoção dos direitos humanos no país. A ONU também desempenhou um papel fundamental no rescaldo da guerra de 2006 entre Israel e o Líbano, fornecendo ajuda humanitária e assistência às populações afetadas pelo conflito (Shinar 2009).

O Canadá tem um longo histórico de participação em operações de paz, que remonta à primeira missão de paz no Oriente Médio em 1948. O país tem sido um dos maiores fornecedores de capacetes azuis para as forças de paz da ONU e tem desempenhado um papel de liderança no fomento dos ideais de manutenção da paz e cooperação internacional (Chief of Defence Staff 2016).

As contribuições canadenses para os esforços de manutenção da paz assumiram muitas formas, incluindo o envio de forças militares, agentes policiais e civis para zonas de conflito em todo o mundo. O Canadá também forneceu apoio financeiro e técnico a missões de paz e desempenhou um papel de liderança no desenvolvimento de novas estratégias e práticas para esse propósito (World Bank 2022).

Figura 2: Mulheres nas Forças Armadas Canadenses enviadas para operações de paz da ONU durante a década de 2011-2021 por ano fiscal

**Number and Percentage of Women Deployed to UN Peace Operations, 2011/12 - 2020/21**



Fonte: Davis et al 2021; usando dados do Department of National Defence

Recentemente, o Canadá continua a ser um grande contribuidor

para as ações de paz a nível global, com capacetes azuis canadenses servindo em missões em países como o Haiti, o Sudão do Sul e o Mali. Ainda, tem sido um forte defensor de reformas nas operações e apelou à ONU para que melhorasse as suas capacidades para manutenção da paz, nomeadamente aumentando a utilização de novas tecnologias e fortalecendo parcerias com organizações regionais (Chief of Defence Staff 2019).

O Canadá tem auxiliado significativamente a UNIFIL desde a sua criação, e as suas forças de paz têm desempenhado um papel importante na promoção da paz e da estabilidade no sul do Líbano (Myers e Dorn 2022).

O mandato da UNIFIL evoluiu ao longo do tempo para abordar a natureza mutável do conflito no Líbano. Inicialmente, a UNIFIL tinha a tarefa de confirmar a retirada das forças de Israel do sul do Líbano e de restaurar a paz e a segurança na área (Makdisi 2014). Com o decorrer do tempo, o seu mandato expandiu, incluindo outras tarefas, como o apoio ao governo libanês nas suas ações de desarmamento e desmobilização dos grupos armados, além da promoção do Estado de Direito e dos direitos humanos no país.

Assim, a contribuição canadense tem sido consistente, e as suas forças de paz desempenharam diversas funções, inclusive como observadores militares, pessoal de infantaria e agentes policiais. Não obstante, o Canadá também forneceu apoio financeiro e logístico à missão e desempenhou um papel de liderança no apoio às operações de paz em outros países (Canada Parliament House of Commons 2019a).

## Metodologia

O estudo utiliza documentos oficiais da ONU, tais como os relatórios anuais da UNIFIL e de outras missões de paz relevantes, visando obter uma visão abrangente do envolvimento canadense nos esforços para a paz no Líbano. Outros documentos utilizados são os relatórios governamentais e de políticas, tais como os produzidos pelo Canadian Department of National Defence e pelo Canadian Department of Foreign Affairs, para compreender a abordagem do Canadá à manutenção da paz e as suas prioridades políticas na região. Incluí também os relatórios de mídias sociais, como os de organizações de notícias respeitadas, para obter uma compreensão ampla do contexto do conflito no Líbano e dos desafios enfrentados pelos capacetes azuis.

Este trabalho faz uso de análise temática, envolvendo a identificação e codificação de temas comuns, que emergem dos dados, organizando-os em categorias para compreender as questões centrais e perspectivas relacionadas à missão de paz do Canadá no Líbano. Adicionalmente, utiliza a

análise de conteúdo por meio do exame sistemático dos documentos e fontes escritas, como documentos oficiais da ONU, relatórios governamentais e de mídias. Objetiva-se entender a evolução dos esforços de paz no Líbano e as contribuições canadenses.

## Resultados

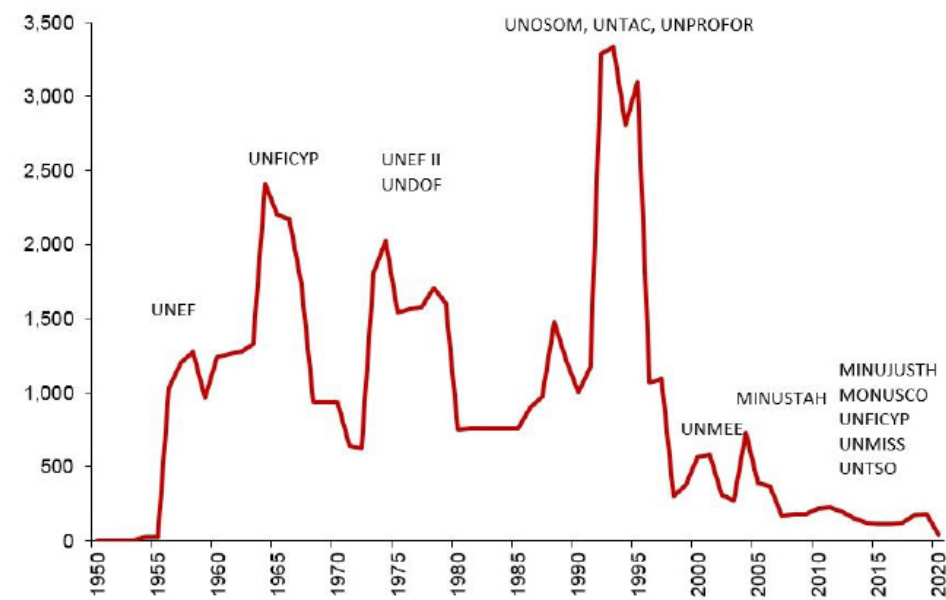
Visão geral da contribuição do Canadá para a UNIFIL no Líbano

O Canadá colaborou substancialmente para a UNIFIL desde o início da missão, em 1978 (Shinar 2009). As contribuições canadenses incluem recursos financeiros e de pessoal.

O país financia a UNIFIL por meio de contribuições para o orçamento destinado à manutenção da paz da ONU. Estes recursos apoiam as operações globais da missão, incluindo logística, equipamento e a prestação de serviços necessários às forças de paz (Canada Parliament House of Commons 2019b).

Forneceu recursos humanos à UNIFIL em capacidades diversas, como pessoal militar, civil e agentes policiais (ver figura 2). Militares canadenses serviram como forças de manutenção da paz, proporcionando segurança e estabilidade na área da missão. Os agentes de polícia contribuíram para o desenvolvimento das capacidades policiais locais e ajudaram a promover o Estado de Direito. O pessoal civil canadense ofereceu suporte essencial às ações de paz, incluindo-se apoio administrativo, logístico e de comunicações (Hatto 2009).

**Figura 3: Contribuições canadenses de pessoal uniformizado de 1950 a 2020 (máximo a cada ano)**



Fonte: Canada DND, Canadiansoldier.com, W. Durch, UN DPI

Nos últimos anos, o Canadá tem conservado uma presença militar relevante na UNIFIL, com os capacetes azuis servindo a uma variedade de funções, desde posições de liderança, oficiais de liaison a observadores militares. O compromisso do país com a UNIFIL reflete o seu comprometimento com a manutenção e promoção da paz e segurança na região (Marta 2009).

Seu envolvimento na UNIFIL objetiva promover a paz e a segurança no Líbano e na região circundante. Isso é atingido por meio da presença de forças de paz, que ajudam a prevenir e mitigar conflitos, e da ajuda às autoridades locais para reforçar sua capacidade de segurança.

A participação canadense na missão é uma demonstração do seu apoio à ONU e seus esforços de manutenção da paz. Ao fornecer pessoal e outros recursos, o Canadá ajuda a assegurar o sucesso da UNIFIL, em particular, e das Nações Unidas, de forma mais ampla.

Um dos objetivos principais da UNIFIL é a proteção dos civis, de modo a garantir a sua segurança. Os capacetes azuis canadenses desempenham um papel relevante nesse esforço, monitorando a situação securitária e prevenindo

a violência, trabalhando com as autoridades locais.

O engajamento do Canadá na UNIFIL também almeja promover o Estado de Direito e apoiar o desenvolvimento de capacidades de policiamento locais. Auxilia, assim, na criação de um ambiente estável e seguro, no qual os civis possam viver livres de medo e da violência (Edström e Gyllensporre 2013).

Ao fomentar a paz e a segurança no Líbano, o Canadá ajuda a construir a estabilidade no território e contribui para prevenção de conflitos e de violência. Esse é um objetivo importante para o Canadá, dada a importância estratégica da região e o potencial de irradiação da instabilidade para outros países.

O impacto dos esforços canadenses no processo de paz

Existe uma série de métricas pelas quais se pode avaliar a contribuição do Canadá para a UNIFIL e para o subsequente processo de paz no Líbano. O seu envolvimento ajudou a reduzir o derramamento de sangue e os conflitos no território, sendo um dos resultados mais importantes para o país. Isso ocorreu por meio do envio de forças de manutenção da paz para evitar e diminuir incidentes violentos, bem como do fornecimento de recursos para ajudar governos locais a aumentar a eficácia das suas forças de segurança (Shinar 2009). A participação também difundiu o Estado de Direito e reforçou a aplicação da lei local. Isso colaborou para o processo de paz ampla no Líbano, tornando o país mais seguro e protegido para pessoas comuns viverem as suas vidas quotidianas, sem medo de represálias. Como consequência, ocorreu o alívio da crise humanitária.

O aporte canadense para o bem-estar da população faz referência ao comprometimento do país com a manutenção da paz e da ordem (Canadian Armed Forces nd) . Ainda, a sua participação na UNIFIL corroborou com a paz e segurança da região, reduzindo conflitos e eventos violentos na área. Considerando a importância estratégica do território e o risco de um efeito dominó causado pela insegurança, trata-se de um desenvolvimento relevante. A presença do Canadá indica a sua dedicação à manutenção da estabilidade internacional e o seu apoio às missões de paz da ONU. Do mesmo modo, os seus esforços na UNIFIL, tanto em termos de pessoal como de financiamento, demonstram o seu compromisso com segurança e paz internacionais (UNIFIL 2021).

Por meio de seu envolvimento na UNIFIL, contribuiu para o avanço do Estado de Direito e da proteção de direitos humanos no Líbano (Canada

Parliament House of Commons 2008). Inclui-se a colaboração com líderes regionais para fomentar sistemas policiais e jurídicos, abertos e transparentes, que defendam os direitos de todos os cidadãos. As ações do Canadá para a estabilidade do Líbano vão além da ajuda financeira. Como resultado, auxiliou na recuperação de comunidades duramente atingidas pela violência e pelos conflitos, melhorando a vida dos cidadãos nessas áreas. Em grande medida devido à presença do Canadá, a região tornou-se mais pacífica e segura (Department of Foreign Affairs, Trade and Development Canada 2015). Isso favoreceu a sua estabilidade e segurança, beneficiando a população local e toda a região.

### Desafios e sucessos na manutenção de paz no Líbano

O Canadá fez contribuições importantes para a paz no Líbano, mas enfrentou vários desafios para manter a estabilidade na região. As mudanças no governo e as disputas políticas entre facções criaram um clima político altamente imprevisível. Os esforços canadenses para promover a paz e a estabilidade foram dificultados pela incerteza quanto às identidades e motivações dos principais atores (Murphy 2007).

O volume de ajuda que o Canadá pode fornecer ao Líbano é limitado. Devido à dependência das contribuições nacionais, o compromisso do país com a paz da UNIFIL precisou ser ponderado em relação à sua participação em outras missões de paz internacionais e domésticas. O país teve que fomentar a paz em um ambiente difícil e, por vezes, hostil, devido à violência generalizada e aos conflitos que assolam a região. A resistência à mudança também tem representado um obstáculo no Líbano (Thakur 2019). Alguns grupos dentro do país são resistentes à presença de forças de paz estrangeiras e tem se oposto aos esforços de pacificação da ONU e de outros atores internacionais.

A paz e a estabilidade no Líbano foram fortalecidas pelas atividades de paz do Canadá de várias maneiras. A participação do Canadá na UNIFIL como força estabilizadora obteve como resultados diretos a redução da violência e dos conflitos, além de um maior sentimento de segurança para a população local. O Canadá tem trabalhado com grupos locais e líderes comunitários para apoiar as suas ações de paz nas comunidades. Em colaboração com autoridades municipais e outros atores, o Canadá tem ajudado a consolidar as instituições locais, contribuindo para o crescimento da sua capacidade institucional e a estabilidade do país (UNIFIL 2019). Ao incentivar o diálogo e a compreensão entre as variadas populações do Líbano, o Canadá conseguiu

aliviar as tensões e criar um ambiente mais pacífico. Desse modo, o país tem sido um defensor relevante dos direitos humanos no Líbano, promovendo ativamente os direitos dos grupos marginalizados e prestando assistência a iniciativas que salvaguardam os civis e avançam a paz (Goes e Leenders 2006).

O impacto amplo dos esforços canadenses de manutenção da paz na comunidade internacional

Os efeitos das atividades do Canadá se espalharam para além das fronteiras das missões individuais das quais participou. A dedicação coletiva à promoção da paz e da estabilidade globais foi reforçada pelo envolvimento canadense. Por isso, a comunidade internacional e o público em geral reconhecem o Canadá como um dos principais responsáveis pela manutenção da paz, em razão da extensa história de auxílio canadense. Os esforços das Nações Unidas para espalhar a paz e a estabilidade em todo o mundo são consolidados por seu apoio financeiro às missões de paz (OCDE 2018). Assim, o país contribui para um mundo mais pacífico, trazendo calma a áreas atormentadas pela guerra e pelo derramamento de sangue. As missões de paz do Canadá levaram ao desenvolvimento de colaborações e relações com outros países e organizações, o que ajudará futuramente no incentivo à paz e à estabilidade (Wagner 2006).

Como símbolo da dedicação do Canadá à promoção da paz e da estabilidade globais, as atividades do país têm consequências de longo alcance. Um dos resultados disso é o aumento das capacidades de manutenção da paz de outros países. Sua participação em missões de paz consolida a atuação das Nações Unidas no tocante à segurança e paz internacionais (Global Affairs Canada 2021). A cooperação e coordenação internacionais, facilitadas pelas operações canadenses, têm o potencial de fazer avançar significativamente a causa da paz e da estabilidade nos próximos anos. A confiança e as relações construídas pelo Canadá nas missões ajudaram na resolução de conflitos e no fomento da estabilidade. O país contribuiu para formulação de melhores práticas no domínio da manutenção da paz, por meio da utilização da sua vasta experiência e conhecimento.

## Discussão

As conclusões do estudo adicionam ao conjunto da literatura no tema, fornecendo novas perspectivas sobre o papel das operações de paz no incentivo

à paz e estabilidade em países afetados por conflitos. Ao examinar os esforços do Canadá no Líbano, o trabalho contribui para a compreensão do impacto das missões nos processos de paz, os desafios enfrentados e as estratégias utilizadas para superá-los. Também é possível compreender de forma mais aprofundada o papel da comunidade internacional na resolução dos conflitos e na promoção de uma cultura de paz. Pode fornecer, assim, novas direções para pesquisas futuras e informar decisões de políticas públicas sobre manutenção da paz e resolução de disputas.

As descobertas deste artigo sobre a missão de paz canadense no Líbano fornecem insights para a aplicação de ações similares em outros países impactados por conflitos. As lições aprendidas com o envolvimento do Canadá na UNIFIL, como a importância de recursos, pessoal e objetivos na promoção da paz e da estabilidade, podem ser aplicadas em futuras missões. Além disso, a avaliação do impacto do país no processo de paz e a identificação dos desafios enfrentados durante as operações podem orientar eventuais missões de paz em situações de conflito semelhantes. Ao analisar a eficácia das ações canadenses no Líbano, futuras operações podem buscar adotar as melhores práticas e evitar possíveis obstáculos em sua busca pela paz e estabilidade.

Recomenda-se uma investigação adicional sobre a função e o impacto das missões de paz no desenvolvimento da estabilidade em diversos países em situações similares. As dificuldades enfrentadas pelas forças de paz e os métodos utilizados para superá-las podem ser examinados. Análises aprofundadas sobre como as operações de paz afetam as populações locais e como são capazes de manter a paz a longo prazo. Também é possível estudar o papel dos atores locais e da sociedade civil na construção da paz. A participação de atores externos, como a comunidade internacional, países vizinhos e agentes não-estatais, no sucesso ou fracasso das missões também pode ser explorada. Ainda, pode-se analisar a eficácia dos capacetes azuis na proteção de civis, na promoção dos direitos humanos e na responsabilização de pessoas que violam esses direitos em países pós-conflito. Não obstante, novas pesquisas podem examinar como os avanços tecnológicos recentes, como veículos aéreos não tripulados (drones) e sensoriamento remoto, têm alterado a natureza das missões e impactado a sua capacidade de alcançar seus objetivos em zonas de conflito.

As pesquisas sugeridas podem também abordar os efeitos das missões de paz no crescimento econômico, estabilidade política e prestação de serviços públicos em países devastados pela guerra. Uma apuração das dificuldades encontradas na promoção da estabilidade em ambientes pós-conflito, com foco na função de programas de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR, na sigla em inglês) e no envolvimento de atores internacionais em sua

implementação.

Os resultados deste estudo podem informar investigações adicionais sobre tópicos relevantes para a paz e a resolução de conflitos, mencionados a seguir: testar o sucesso de diferentes táticas de manutenção de paz para restaurar a calma em nações impactadas pela guerra; analisar a eficácia de vários grupos, como a ONU, organizações regionais e a sociedade civil, na manutenção da paz; examinar a eficácia das operações de paz na manutenção da estabilidade em nações pós-conflito; descobrir quais os obstáculos enfrentados pelas forças de paz e como eles podem ser superados, sendo um aspecto importante das operações (Jung 2009); observar como as forças de paz, ou capacetes azuis, interagem com as populações locais e como essas interações podem ser melhoradas para maior benefício da paz e da estabilidade; investigar o efeito da cooperação regional e internacional na manutenção da paz e resolução de conflitos; analisar os efeitos das operações na reconstrução e desenvolvimento pós-conflito a longo prazo; e, por fim, avaliar como novas tecnologias podem afetar ou aprimorar as missões de paz e outras formas de resolução de disputas.

## Conclusão

O que se segue é um resumo dos principais pontos apresentados no estudo sobre o envio de forças de paz canadenses no Líbano e seu papel na manutenção da segurança no local. A pesquisa fornece uma introdução abrangente ao conceito de manutenção da paz, sua história e sua função na preservação da segurança e tranquilidade. Este artigo resume os antecedentes do conflito no Líbano e o desenvolvimento dos esforços de paz no país. A participação do Canadá na UNIFIL é apenas um exemplo dos muitos lugares em todo o mundo onde as forças canadenses ajudaram a manter a paz. A investigação examina as suas atividades e o seu efeito no processo de paz, utilizando uma variedade de fontes de dados e abordagens. Assim, elucida as motivações do Canadá ao se envolver na UNIFIL e detalha os fundos, tropas e equipamentos fornecidos para a missão. O seu papel no apoio à paz e estabilidade, bem como os problemas que tem enfrentado, são abordados neste trabalho, juntamente com o seu impacto no processo de pacificação como um todo. Este projeto de pesquisa analisa os efeitos globais das atividades de paz canadenses. Destaca as lições aprendidas durante a missão de paz no Líbano e faz sugestões para futuras pesquisas sobre o tema da manutenção da paz e da resolução de conflitos.

A importância dessas conclusões pode ser avaliada em termos do seu

impacto no corpo de conhecimento existentes, das duas implicações para futuros esforços de paz e da sua contribuição para o campo de resolução de conflitos e estudos para a paz. Elas podem oferecer novas perspectivas sobre a missão de paz do Canadá no Líbano e o seu papel na preservação da paz e da estabilidade na região, tal como sobre as consequências amplas dessas ações na comunidade internacional. Não obstante, os resultados deste estudo podem informar eventuais operações de paz, destacando os sucessos e desafios enfrentados pelo Canadá no Líbano, incluindo as lições aprendidas e melhores práticas, que podem ser consideradas por outros países em contextos semelhantes. Além disso, as conclusões podem contribuir para o desenvolvimento de novas teorias ou estruturas teóricas, por meio da identificação de lacunas na literatura existente e sugestão de áreas para futuros trabalhos.

Contribuições para o campo da manutenção da paz e resolução de conflitos

A contribuição deste estudo para os campos acima referidos reside em fornecer informações sobre as experiências e resultados do envolvimento do Canadá na UNIFIL no Líbano. Desse modo, fornece informações relevantes sobre a eficácia de suas ações na promoção da paz e da estabilidade em um país afetado por conflitos. Ainda, as conclusões podem ser utilizadas para identificar as melhores práticas e lições dessa missão, o que pode informar futuros esforços de paz por parte do governo e das forças militares canadenses, bem como de outros países e organizações. Não obstante, contribui para o corpo de conhecimento existente, comparando as suas conclusões com as teorias existentes no campo e destacando as suas lacunas ou limitações. Ao fazê-lo, pode fornecer uma base para futuras pesquisas e avanços no campo.

O estudo avança a nossa compreensão dos esforços para a paz, oferecendo informações sobre as experiências e resultados específicos do envolvimento canadense na missão no Líbano, explorando também o seu impacto no processo de paz e na estabilidade da região. Ao explorar os seus objetivos, os recursos e o pessoal enviados, os desafios enfrentados e sucessos alcançados, informa eventuais ações de promoção da paz por parte do Canadá e de outras nações. Outrossim, as recomendações podem orientar pesquisas futuras neste campo e avançar ainda mais a nossa compreensão dos esforços de manutenção de paz e do seu papel.

As conclusões também podem subsidiar investigações futuras sobre manutenção da paz e resolução de conflitos, fornecendo uma base para estudos em áreas relacionadas. Outras missões de paz em nações afetadas

por conflitos poderiam ser avaliadas como uma potencial direção de pesquisa. Isso pode se mostrar útil para aferir o sucesso das ações de paz e descobrir os pontos que podem ser aprimorados.

Nos últimos anos, os atores não-estatais, incluindo ONGs e organizações da sociedade civil, tornaram-se cada vez mais ativos na manutenção da paz (Dorn e Libben 2018). A sua contribuição para o processo de paz pode ser estudada no futuro. Os direitos humanos devem ser observados nas análises dos efeitos das operações de paz em países em guerra. Para promovê-los e preservá-los de forma eficaz são necessárias mais pesquisas sobre os efeitos das missões de paz.

Recentemente, a análise do impacto da perspectiva de gênero na manutenção da paz tem recebido mais atenção. Para melhor compreensão sobre como as missões de paz sensíveis ao gênero podem ajudar nos processos de paz e quais medidas podem ser tomadas para tornar as operações mais acolhedoras para todos, são necessários mais estudos. O sucesso das missões pode ser largamente avaliado pela forma como a paz se sustenta no decurso do tempo. Para manter a paz a longo prazo, investigações futuras podem se concentrar nas medidas para tornar as operações mais sustentáveis.

## Referências

- Bara, C., & Hultman, L. (2020). Just different hats? Comparing UN and non-UN peacekeeping. *International Peacekeeping*, 27(3), 341-368.
- Blair, R. A., Di Salvatore, J., & Smidt, H. M. (2022). UN Peacekeeping and Democratization in Conflict-Affected Countries. *American Political Science Review*, 1-19.
- Bove, V., Salvatore, J. D., & Elia, L. (2022). UN Peacekeeping and Households' Well-Being in Civil Wars. *American journal of political science*, 66(2), 402-417.
- Canada Parliament House of Commons. (2008). Standing Committee on Foreign Affairs and International Development. Report of the Standing Committee on Foreign Affairs and International Development: Canada in Afghanistan. 2nd Sess., 39th Parliament, 2008. Committee Report 10. <https://www.ourcommons.ca/Content/Committee/392/FAAE/Reports/RP3598043/faaer10/faaerpi0-e.pdf>
- Canada Parliament House of Commons. (2019a). Improving diversity in the Canadian Armed Forces: Report of the Standing Committee on National Defence. 1st sess., 42nd Parliament. <https://www.ourcommons.ca/Content/Committee/421/NDDN/Reports/>

- RP10573700/nddnrp17/nddnrp17-e.pdf
- Canada Parliament House of Commons. (2019b). Standing Committee on National Defence. 1st sess., 42nd Parliament. Number 131. <https://www.ourcommons.ca/DocumentViewer/en/42-1/NDDN/meeting-131/evidence>
- Canadian Armed Forces. (n.d.). Women in the Canadian Armed Forces. Canadian Armed Forces. Retrieved February 13, 2020, from <https://forces.ca/en/women-in-the-caf/>
- Chief of Defence Staff. (2019). The Operation HONOUR manual (Interim edition): A comprehensive guide to information and resources on sexual misconduct. [https://www.canada.ca/content/dam/dnd-mdn/documents/reports/2019/20190719\\_OPERATION%20HONOUR%20MANUAL\\_EN.PDF](https://www.canada.ca/content/dam/dnd-mdn/documents/reports/2019/20190719_OPERATION%20HONOUR%20MANUAL_EN.PDF)
- Chief of the Defence Staff. (2016). CDS directive for integrating UNSCR 1325 and related resolutions into CAF planning and operations. Retrieved 24 January 2023, from [https://www.canada.ca/content/dam/dnd-mdn/migration/assets/FORCES\\_Internet/docs/en/about-reports-pubs-cds/cds-directive-unscr-1325-directive-cemd-rcsnu-1325.pdf](https://www.canada.ca/content/dam/dnd-mdn/migration/assets/FORCES_Internet/docs/en/about-reports-pubs-cds/cds-directive-unscr-1325-directive-cemd-rcsnu-1325.pdf)
- Department of Foreign Affairs, Trade and Development Canada. (2015). Synthesis Report – Summative Evaluation of Canada’s Afghanistan Development Program. Québec, Canada: Government of Canada, 2015. <https://publications.gc.ca/site/eng/9.809780/publication.html>
- DFAIT (2013a). “About the Department.” April 16. Available at: [www.international.gc.ca/about-a\\_propos/index.aspx](http://www.international.gc.ca/about-a_propos/index.aspx).
- DFAIT. (2013b). “Funding Programs.” April 29. Available at: [www.tradecommissioner.gc.ca/eng/funding/home.jsp](http://www.tradecommissioner.gc.ca/eng/funding/home.jsp).
- Dorn, A. W., & Libben, J. (2018). Preparing for peace: Myths and realities of Canadian peacekeeping training. *International Journal*, 73(2), 257-281.
- Edström, H., Gyllensporre, D. (2013). Mission in the Middle East—UNIFIL. Political Aspirations and Perils of Security: Unpacking the Military Strategy of the United Nations, 70-85.
- Global Affairs Canada. (2021). “Evaluation of Diplomacy, Trade and Development Coherence in the Latin American and Caribbean Region.” Evaluation Reports. January 2021. <https://www.international.gc.ca/gac-amc/publications/evaluation/2021/americas-finalevaluation-amerique.aspx?lang=eng#a2>
- Goes, E., & Leenders, R. (2006). Promoting Democracy and Human Rights in Lebanon and Syria. *Crescent of Crisis: US-European Strategy for*

- the greater Middle East, 94-109.
- Hatto, R. (2009). UN command and control capabilities: Lessons from UNIFIL's Strategic Military Cell. *International Peacekeeping*, 16(2), 186-198.
- Jung, K. (2009). *Of peace and power: promoting Canadian interests through peacekeeping* (Vol. 575). Peter Lang.
- Makdisi, K. (2014). Reconsidering the struggle over UNIFIL in Southern Lebanon. *Journal of Palestine Studies*, 43(2), 24-41.
- Maloney, S. M. (2002). *Canada and UN peacekeeping: Cold War by other means, 1945-1970*. Vanwell Pub.
- Maloney, S. M. (2005). From myth to reality check; from peacekeeping to stabilization. *POLICY OPTIONS-MONTREAL*, 26(7), 40.
- Marta, L. (2009). The UNIFIL II Mission in Lebanon: Italy's Contribution. Real Instituto Elcano Papers, at [http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano\\_eng/Content](http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano_eng/Content).
- Melin, M. M., & Kathman, J. D. (2023). Sticking it out: Instability, regime type, and personnel withdrawals from UN peacekeeping operations. *Conflict Management and Peace Science*, 07388942221147862.
- Murphy, R. (2007). *UN peacekeeping in Lebanon, Somalia and Kosovo: operational and legal issues in practice*. Cambridge University Press.
- Myers, Z., & Dorn, W. (2022). UN Peacekeeping Missions in the Middle East: A Twenty-First Century Review. *International Peacekeeping*, 29(3), 413-435.
- OECD. (2018). *OECD Development Co-operation Peer Reviews: Canada 2018*, OECD Development Co-operation Peer Reviews, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264303560-en>
- Shinar, D. (2009). Can peace journalism make progress? The coverage of the 2006 Lebanon war in Canadian and Israeli media. *International Communication Gazette*, 71(6), 451-471.
- Spooner, K. A. (2010). *Canada, the Congo Crisis, and UN Peacekeeping, 1960-64*. ubc Press.
- Thakur, R. (2019). *International Peacekeeping in Lebanon: United Nations Authority and Multinational Force*. Routledge.
- UN. (2021). 'Middle East – UNIFIL.' [www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unefibackgr2.html](http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unefibackgr2.html) (accessed 2 December 2022)
- UN. (2016). 'Peacekeeping Statistics: Contributors.' Available online at [www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/conttbitors\\_archive.shtml](http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/conttbitors_archive.shtml) (accessed 18 December 2022)
- UN. (2022). 'UNIFIL Maritime Task Force.' Available online at <http://>

- unifil.unmissions.org/Default.aspx?tabid=11584&language=en-US (accessed 15 January 2023)
- UNIFIL. (2019). 'FAQs.' Available online at <http://unifil.unmissions.org/Default.aspx?tabid=11561&language=en-US> (accessed 23 January 2023)
- UNIFIL. (2019). 'Fatalities by Nationality and Mission'. Available online at [www.un.org/en/peacekeeping/fatalities/documents/stats\\_2.pdf](http://www.un.org/en/peacekeeping/fatalities/documents/stats_2.pdf) (accessed 13 January 2023)
- UNIFIL. (2021). 'Maritime Task Force's Role in UNIFIL'. Available online at <http://unifil.unmissions.org/Default.aspx?tabid=11552&ctl=Details&mid=15105&ItemID=18549&language=en-US> (accessed 8 January 2023)
- UNSC. (2000). Report of the Secretary-General on the United Nations Interim Force in Lebanon (for the Period from 17 Jan. to 17 Jul. 2000). UN doc., S/2000/718, 20 July 2000.
- UNSC. (2006). Resolution 1701. S/RES/1701, 11 Aug. 2006
- Wagner, E. (2006). The peaceable kingdom? The national myth of Canadian peacekeeping and the Cold War.
- World Bank. (2022). "Net bilateral aid flows from DAC donor." The World Bank Group. Accessed 27 January 2023. <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=DC.DAC.CANL.CD&country=AFG>
- Zreik, M. (2021). The Potential of a Sino-Lebanese Partnership through the Belt and Road Initiative (BRI). *Contemporary Arab Affairs*, 14(3), 125-145.
- Zreik, M. (2022). The Chinese presence in the Arab region: Lebanon at the heart of the Belt and Road Initiative. *International Journal of Business and Systems Research*, 16(5-6), 644-662.

## RESUMO

O Canadá tem uma longa história de participação em missões de paz em todo o mundo, desempenhando um papel importante na manutenção da paz e da estabilidade em muitos países afetados por conflitos. Este estudo objetiva examinar as contribuições do Canadá para os esforços de paz no Líbano, com foco na atuação canadense para a preservação da paz e da estabilidade no país. A pesquisa analisará o envolvimento do Canadá na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL, na sigla em inglês), incluindo o impacto da sua presença no processo de paz, os desafios e sucessos que o país enfrentou na manutenção da paz e o impacto dos esforços de paz canadenses na comunidade internacional. Ao examinar as operações de paz do Canadá no Líbano, este estudo busca elucidar as formas pelas quais o Canadá contribui para a paz e estabilidade em todo o mundo, além de explorar a eficácia de suas missões na resolução de conflitos e promoção da estabilidade.

## PALAVRAS-CHAVE

Canadá, Manutenção da Paz, Líbano, UNIFIL, Estabilidade

Recebido em 8 de abril de 2024

Aprovado em 14 de abril de 2025

Traduzido por Nathalia de Castro e Souza

# A ASCENSÃO DO POPULISMO DE DIREITA NA UNIÃO EUROPEIA: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Adrian Cuevas Talens<sup>1</sup>

## Introdução

Nos últimos anos, o populismo de direita ganhou considerável força ao redor da Europa, com partidos populistas alcançando sucesso eleitoral sem precedentes em vários Estados-membros da UE. A ascensão destes movimentos gerou amplo debate entre acadêmicos, formuladores de políticas e o público. Este artigo investiga as razões multifacetadas por trás da ascensão do populismo de direita, suas características definidoras e seu potencial impacto no futuro da UE.

O crescimento do populismo de direita na UE pode ser atribuído a uma série de desenvolvimentos socioeconômicos e políticos que se desenrolaram ao longo das últimas décadas. A crise financeira de 2008, a crise dos refugiados de 2015 e os debates em curso sobre a soberania nacional e a integração da UE contribuíram para o crescente apelo da retórica populista. Os partidos populistas de direita capitalizaram o descontentamento público, apresentando-se como defensores das “pessoas comuns” contra as “elites corruptas” e ameaças externas como a imigração.

## Objetivos de Pesquisa

Este artigo visa fornecer uma análise abrangente da ascensão do populismo de direita na UE, abordando os seguintes objetivos:

1. Identificar os principais fatores que contribuem para o crescimento do populismo de direita na UE.

---

<sup>1</sup> Tamkang University, Tamsui, Taiwan. E-mail: [acuevastalens@gmail.com](mailto:acuevastalens@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-1062-2451>.

2. Examinar as características e estratégias dos partidos populistas de direita.
3. Avaliar o impacto do populismo de direita na integração da UE e nos valores democráticos.
4. Explorar as implicações do populismo de direita para o futuro da UE.

## Estrutura do Artigo

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: a próxima seção fornece uma revisão detalhada da literatura, definindo o populismo de direita e examinando suas causas e consequências, seguida de uma seção de metodologia que descreve a abordagem da pesquisa. Na seção subsequente, de cunho analítico, a investigação foca nos fatores econômicos, culturais e políticos que impulsionam o populismo de direita, apoiados por extensos estudos de caso de vários Estados-membros da UE. A seção de discussão traz à tona as implicações mais amplas destas conclusões para a integração e a democracia na UE. Por último, o artigo conclui com um resumo dos pontos-chave e sugestões para futuras investigações.

## Revisão de Literatura

O populismo de direita é caracterizado por sua oposição ao establishment político, ênfase na soberania nacional e, frequentemente, por sua retórica xenófoba ou anti-imigração. Mudde (2007) define o populismo como uma “ideologia tênue” que separa a sociedade em “o povo puro” versus “a elite corrupta”. Os populistas de direita combinam essa ideologia com o nativismo e o autoritarismo, defendendo políticas que priorizem os interesses dos cidadãos nativos em detrimento daqueles dos imigrantes e minorias (Mudde; Kaltwasser, 2012).

A ascensão do populismo de direita na UE pode ser atribuída a uma combinação de disparidades econômicas, reação cultural e desilusão política. Fatores econômicos, como a crise financeira de 2008 e subsequentes medidas de austeridade, exacerbaram as desigualdades sociais e alimentaram sentimentos anti-establishment (Kriesi; Pappas, 2015). Fatores culturais, incluindo temores sobre a imigração e o multiculturalismo, também desempenharam um papel significativo (Golder, 2016). Além disso, o déficit

democrático percebido dentro das instituições da UE contribuiu para o crescente ceticismo em relação ao bloco (Taggart; Szczerbiak, 2004).

## Metodologia

Este estudo emprega uma abordagem qualitativa, analisando literatura, dados eleitorais e estudos de caso de partidos populistas de direita em vários Estados-membros da UE. A pesquisa tem como objetivo identificar padrões e impactos desses movimentos na política da UE.

## Coleta de Dados

Os dados foram coletados a partir de diversas fontes para garantir uma compreensão aprofundada do populismo de direita na UE. Periódicos acadêmicos fornecem os referenciais teóricos e resultados empíricos, com contribuições importantes da *European Political Science Review*, *Journal of Common Market Studies* e *West European Politics*. Livros como *Populist Radical Right Parties in Europe*, de Cas Mudde, e *What is Populism?*, de Jan-Werner Müller, oferecem análises abrangentes e perspectivas históricas sobre os movimentos populistas.

Relatórios de políticas de instituições como o European Policy Centre, Chatham House e Bertelsmann Stiftung fornecem análises atuais das tendências políticas e dos efeitos práticos do populismo na governança e na integração da UE. Os dados eleitorais das eleições nacionais e da UE, provenientes de resultados oficiais e bancos de dados como o European Election Database e o IDEA, facilitam a análise quantitativa dos padrões de votação e do apoio populista.

Estudos de caso de movimentos populistas de direita na Hungria, Polônia, Itália, Alemanha e Reino Unido fornecem exames aprofundados de seu contexto histórico, paisagens políticas e características específicas. Entre eles, estudos do partido Fidesz, de Viktor Orbán, na Hungria, do Partido Lei e Justiça (PiS), na Polônia, da Lega, na Itália, da Alternativa para a Alemanha (AfD) e do Partido da Independência do Reino Unido (UKIP), com foco em seus impactos nas instituições democráticas e nas políticas da UE.

Ao integrar essas diversas fontes, o estudo oferece uma compreensão heterogênea e abrangente do populismo de direita na UE.

## Fatores para a Ascensão da Direita na Europa

A insegurança econômica é um dos motores mais críticos do populismo de direita na UE. A crise financeira de 2008 e a subsequente recessão tiveram um profundo impacto nas sociedades europeias, levando a altas taxas de desemprego, especialmente entre os jovens, e aumentando os níveis de pobreza. As medidas de austeridade implementadas por vários governos da UE exacerbaram ainda mais as desigualdades sociais, criando terreno fértil para movimentos populistas.

Os partidos populistas de direita capitalizaram esse descontentamento econômico culpando as dificuldades econômicas pela globalização, pelas políticas da UE e pela imigração. Eles argumentam que os partidos políticos tradicionais não conseguiram proteger os interesses econômicos das “pessoas comuns” e, em vez disso, priorizaram os interesses das elites e entidades estrangeiras.

Preocupações culturais, particularmente em relação à imigração e identidade nacional, também alimentaram a ascensão do populismo de direita. A crise dos refugiados de 2015 aumentou os temores de diluição cultural e ameaças à segurança, que partidos populistas têm explorado para angariar apoio. O enquadramento da imigração como ameaça à identidade nacional e à estabilidade econômica repercutiu em muitos eleitores (Betz, 2019).

Os partidos populistas de direita costumam enfatizar a necessidade de preservar a cultura, as tradições e os valores nacionais, apresentando-se como defensores da identidade nacional contra as ameaças que percebem ser representadas pelos imigrantes e pelo multiculturalismo. Essa reação cultural é particularmente pronunciada em países com fluxos migratórios significativos, onde partidos populistas argumentam que os imigrantes estão corroendo o tecido social e a homogeneidade cultural da nação.

A desilusão política e a desconfiança nas instituições políticas tradicionais têm sido fundamentais na ascensão do populismo de direita. Muitos cidadãos se sentem desconectados dos processos decisórios da UE, percebendo falta de transparência e prestação de contas. Os partidos populistas capitalizaram esses sentimentos ao se posicionarem como defensores da soberania nacional contra uma UE além dos limites (De Vries; Edwards, 2009).

O déficit democrático percebido dentro das instituições da UE também contribuiu para o aumento do euroceticismo, com partidos populistas argumentando que o bloco tem se constituído em uma instituição antidemocrática e burocrática que mina a soberania nacional. Esse sentimento é particularmente forte em países onde há uma percepção de que as políticas da UE são impostas sem a devida consideração dos interesses nacionais e da

opinião pública.

## Consequências do Populismo de Direita

A ascensão do populismo de direita coloca vários desafios à UE. Isso inclui ameaças potenciais às normas democráticas, aumento do nacionalismo e desafios à integração e coesão do bloco como um todo. O referendo do Brexit e o sucesso de partidos como a AfD, na Alemanha, e a Lega, na Itália, ilustram a crescente influência dos movimentos populistas na política nacional e em todo o continente (Hobolt, 2016).

O populismo de direita muitas vezes mina as normas democráticas, promovendo estilos de governança que favorecem o autoritarismo, reduzindo freios e contrapesos e corroendo a independência das principais instituições. Líderes populistas frequentemente atacam o Judiciário, a mídia e outras instituições democráticas, alegando que essas entidades são controladas por elites corruptas e não representam a vontade do povo. Essa erosão das normas democráticas pode levar a mudanças significativas na forma como os processos democráticos funcionam e são percebidos pelo público. Mudde (2007) argumenta que os movimentos populistas muitas vezes prosperam na ideia de um povo monolítico versus uma elite corrupta. Essa dicotomia pode levar à deslegitimação das vozes da oposição e das instituições críticas.

Na Hungria, o primeiro-ministro Viktor Orbán e seu partido Fidesz desmantelaram sistematicamente as instituições democráticas. Desde que chegou ao poder, em 2010, o governo de Orbán aprovou leis para centralizar o poder, reduzir a independência judicial e restringir a liberdade de imprensa (Batory, 2016). O governo húngaro também usou recursos estatais para promover sua agenda e reprimir a dissidência, minando os princípios da governança democrática. Da mesma forma, na Polônia, o PiS tem buscado políticas que minam a independência judicial e concentram o poder. As reformas do Judiciário pelo partido provocaram críticas nacionais e internacionais significativas, com muitos argumentando que essas mudanças ameaçam o estado de direito na Polónia (Sadurski, 2019). A UE iniciou um processo contra o governo polonês por essas ações, destacando a tensão entre a soberania nacional e os princípios da UE de democracia e estado de direito.

A ascensão do populismo de direita está intimamente associada a uma onda de nacionalismo. Os partidos populistas costumam enfatizar a soberania e a identidade nacional, defendendo políticas que priorizem os interesses da população nativa em detrimento dos imigrantes e grupos minoritários. Esse aumento do nacionalismo pode levar à xenofobia, a políticas anti-imigração

e a um clima geral de exclusão e intolerância. O aumento do nacionalismo também se manifesta em políticas econômicas que favorecem o protecionismo e se opõem à globalização, que os partidos populistas argumentam prejudicar as indústrias e os trabalhadores nacionais.

O referendo do Brexit é um excelente exemplo de como o aumento do nacionalismo pode ter consequências de longo alcance. A Leave Campaign enquadrou com sucesso a UE como uma ameaça à soberania e identidade britânicas, argumentando que deixar a UE permitiria ao Reino Unido “retomar o controle” de suas leis, fronteiras e economia (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017). O sucesso do referendo do Brexit não só levou à saída do Reino Unido da UE, como também encorajou outros movimentos eurocéticos em todo o continente. A ascensão de partidos eurocéticos como a AfD e a Lega ilustra ainda mais a crescente influência do nacionalismo na política europeia.

O sucesso dos partidos populistas de direita coloca desafios significativos à integração e à coesão da UE. Os partidos populistas muitas vezes se opõem a uma integração mais profunda e defendem a repatriação de poderes de Bruxelas para os governos nacionais. Essa oposição complica os esforços para alcançar uma maior unidade política e econômica dentro da UE. Por exemplo, a plataforma da AfD inclui forte oposição ao euro e pede um referendo sobre a adesão da Alemanha à UE (Lees, 2018). Da mesma forma, a Lega criticou as políticas econômicas da UE e defendeu um maior controle nacional sobre a política fiscal e monetária (Albertazzi; Giovannini; Seddone, 2018).

A ascensão do populismo de direita também ameaça a coesão da UE ao fomentar divisões entre os Estados-membros. Os partidos populistas costumam enquadrar o bloco europeu como um projeto elitista que serve aos interesses de alguns países poderosos em detrimento de outros. Essa narrativa pode aprofundar as divisões existentes dentro da UE, dificultando a obtenção de consenso sobre questões críticas, como migração, política econômica e mudanças climáticas. Os países do Grupo de Visegrado (Polônia, Hungria, Tchêquia e Eslováquia), por exemplo, têm frequentemente entrado em conflito com outros membros da UE sobre questões como política migratória e estado de direito, impulsionados em parte pela influência do populismo de direita em sua política interna (Vachudova, 2019).

A ascensão do populismo de direita apresenta um conjunto complexo de desafios para a UE, ameaçando as normas democráticas, aumentando o nacionalismo e complicando os esforços de integração e coesão. O sucesso de movimentos populistas como a campanha Brexit, a AfD e a Lega destaca a crescente influência dessas forças na política nacional e em toda a UE. Enfrentar esses desafios exigirá uma abordagem multifacetada que inclua o

fortalecimento das instituições democráticas, a promoção da coesão social e a promoção de uma maior solidariedade entre os Estados-membros da UE.

## Implicações Democráticas

A ascensão do populismo de direita também levanta preocupações sobre o retrocesso democrático. Governos populistas em países como Hungria e Polônia implementaram políticas que minam a independência do Judiciário, restringem a liberdade da mídia e enfraquecem as instituições democráticas. Essas ações ameaçam os valores democráticos sobre os quais o bloco europeu foi fundado (Batory, 2016).

O populismo de direita frequentemente se manifesta na erosão do estado de direito, à medida que líderes populistas buscam consolidar o poder enfraquecendo os mecanismos de freios e contrapesos essenciais para o funcionamento da democracia. Na Hungria, o governo do primeiro-ministro Viktor Orbán tem desmontado sistematicamente a independência do Judiciário, submetendo os tribunais a um controle político mais rigoroso. Desde que assumiu o poder em 2010, o partido Fidesz, de Orbán, aprovou leis que permitem ao governo nomear e promover juízes, minando a independência judicial (Bánkuti; Halmai; Scheppele, 2012). O governo também “empacotou” o Tribunal Constitucional com aliados leais, reduzindo sua capacidade de agir como um controle sobre o Poder Executivo.

A liberdade da mídia é outra área crítica na qual governos populistas de direita têm avançado significativamente. Na Hungria, o governo Orbán utilizou uma combinação de medidas legais e financeiras para controlar o panorama midiático. A propaganda estatal foi direcionada a veículos pró-governo, enquanto a mídia independente enfrentou assédio e pressão financeira. A criação de um Conselho de Mídia, composto por aliados do governo, reforçou o controle sobre a imprensa (Bajomi-Lázár, 2013). Essas ações levaram a uma queda significativa no pluralismo e na liberdade midiática, conforme apontado por organizações internacionais de monitoramento, como a Repórteres Sem Fronteiras.

A Polônia apresenta tendências semelhantes sob o governo do PiS. Desde que assumiu o poder em 2015, o PiS implementou uma série de reformas judiciais que provocaram preocupações generalizadas, tanto internamente quanto no âmbito internacional. Essas reformas incluem mudanças no Tribunal Constitucional que comprometem sua independência, além de medidas que ampliam o controle do governo sobre a nomeação e disciplina de juízes (Sadurski, 2019). Essas ações desencadearam protestos

e desafios legais, com a Comissão Europeia iniciando processos de infração contra a Polônia por violação da legislação da UE.

A liberdade da mídia na Polônia também está sob ameaça. O governo PiS tem perseguido uma estratégia de “repolonização” da mídia, visando reduzir a propriedade estrangeira e aumentar a influência governamental. A mídia pública foi transformada em porta-voz do governo, com linhas editoriais alinhadas às políticas do PiS. Jornalistas e veículos independentes enfrentam forte pressão, incluindo assédio legal e desafios econômicos (Glowacki; Kus, 2019). Essas medidas contribuíram para um declínio na liberdade e no pluralismo da mídia, situação semelhante à da Hungria.

As ações desses governos populistas ameaçam os valores democráticos sobre os quais a UE foi fundada. A resposta do bloco incluiu a abertura de processos previstos no Artigo 7, que podem levar, em última instância, à suspensão do direito de voto de um Estado-membro no Conselho da União Europeia. No entanto, essas medidas tiveram sucesso limitado em reverter o retrocesso democrático na Hungria e na Polônia. A UE enfrenta desafios significativos para fazer valer suas normas democráticas, especialmente quando os Estados-membros resistem a pressões externas e contam com apoio doméstico para suas agendas populistas (Kelemen, 2017).

O retrocesso democrático na Hungria e na Polônia também tem implicações mais amplas para a UE. Ele compromete a credibilidade da União como promotora dos valores democráticos e dos direitos humanos tanto dentro quanto fora de suas fronteiras. A erosão das normas democráticas em Estados-membros pode incentivar outros movimentos e líderes populistas, levando a um possível efeito dominó. Isso ameaça a coesão e a estabilidade da UE, pois o retrocesso democrático em um Estado-membro pode gerar efeitos em cascata por todo o continente (Rupnik, 2016).

Em conclusão, a ascensão do populismo de direita levanta preocupações significativas sobre o retrocesso democrático na UE. As ações dos governos populistas na Hungria e na Polônia, incluindo o enfraquecimento da independência judicial, a restrição da liberdade da mídia e o enfraquecimento das instituições democráticas, ameaçam os valores democráticos fundamentais do bloco europeu. Enfrentar esses desafios exigirá um esforço conjunto da UE para defender seus princípios, apoiar as instituições democráticas e assegurar que os Estados-membros respeitem o estado de direito e os direitos fundamentais.

## Impacto na Integração Europeia

O populismo de direita tem exercido um impacto significativo sobre os esforços de integração da UE. Partidos populistas frequentemente se opõem a uma integração mais profunda e defendem a repatriação de competências de Bruxelas para os governos nacionais. Essa oposição tem dificultado as tentativas de alcançar uma maior unidade política e econômica dentro da UE (Hix, 2008).

Um dos princípios centrais do populismo de direita é a ênfase na soberania nacional e a rejeição das estruturas de governança supranacionais. Partidos populistas argumentam que a integração europeia compromete a soberania nacional e a responsabilidade democrática, posicionando-se como defensores dos interesses nacionais frente a uma burocracia europeia excessivamente intervencionista. Essa postura ressoa junto a eleitores que sentem que suas demandas não são devidamente atendidas por instituições europeias distantes e aparentemente irresponsáveis perante a população.

O referendo do Brexit constitui um exemplo emblemático de como o populismo de direita pode desestabilizar o processo de integração europeia. A campanha pela saída do Reino Unido, liderada por figuras como Nigel Farage, do UKIP, apresentou a UE como uma ameaça à soberania e identidade britânicas. Slogans como “Take Back Control” sintetizaram a narrativa populista de que a permanência na UE comprometia a autodeterminação nacional. O êxito do referendo em 2016 levou à saída britânica da UE, marcando a primeira vez que um Estado-membro deixou o bloco (Hobolt, 2016). Este evento teve profundas implicações políticas, econômicas e sociais, criando incertezas e divisões tanto no Reino Unido quanto na própria UE.

A ascensão de partidos populistas em outros Estados-membros também ilustra os desafios impostos à integração. Na Alemanha, a AfD conquistou significativo apoio eleitoral ao se opor ao euro e defender a realização de um referendo sobre a permanência da Alemanha na UE. A plataforma de tal partido inclui posições fortemente eurocéticas, sustentando que a União impõe restrições excessivas à soberania nacional e às políticas econômicas do país (Lees, 2018). O sucesso do partido influenciou o debate político na Alemanha, pressionando partidos tradicionais a adotarem posturas mais críticas em relação à UE.

De forma semelhante, na Itália, o partido Lega, sob a liderança de Matteo Salvini, criticou as políticas econômicas da UE e defendeu maior controle nacional sobre as políticas fiscal e monetária. A ascensão da Lega foi impulsionada pelo descontentamento público com a gestão da crise da zona do euro pelo bloco europeu e pelos efeitos negativos percebidos dessas políticas na economia italiana. A postura eurocética do partido encontrou eco entre eleitores que consideraram que a adesão à União não trouxe os benefícios

econômicos prometidos (Albertazzi; Giovannini; Seddone, 2018).

O sucesso desses partidos populistas representa desafios substanciais para os esforços de integração europeia, fomentando divisões entre os Estados-membros. Partidos populistas frequentemente apresentam a UE como um projeto elitista que atende aos interesses de poucos países poderosos em detrimento dos demais. Essa narrativa aprofunda divisões já existentes no bloco, dificultando a construção de consensos sobre temas críticos como migração, política econômica e mudanças climáticas. O grupo de Visegrado, por exemplo, tem protagonizado conflitos com outros Estados-membros, especialmente em questões migratórias e relacionadas ao estado de direito, impulsionados em parte pela influência do populismo de direita em suas políticas domésticas (Vachudova, 2019).

A oposição dos partidos populistas à integração aprofundada também afetou a capacidade da UE de responder de forma eficaz a crises. Durante a crise da zona do euro, partidos populistas exploraram o descontentamento popular com as políticas de austeridade impostas pela União, argumentando que tais medidas priorizavam os interesses de países credores em detrimento das nações devedoras. Essa narrativa enfraqueceu o apoio à solidariedade europeia e dificultou a implementação de respostas coesas e eficazes à crise (Bickerton; Hodson; Puetter, 2015).

Além disso, a ascensão do populismo de direita trouxe implicações para as relações externas da UE. Partidos populistas tendem a defender políticas externas mais isolacionistas, sustentando que a União deveria se concentrar na proteção de suas fronteiras e interesses, em vez de se engajar na governança global e na cooperação internacional. Essa postura pode comprometer os esforços da UE para promover estabilidade e desenvolvimento além de suas fronteiras, bem como sua capacidade de lidar com desafios transnacionais, como as mudanças climáticas e as migrações (Zielonka, 2018).

O populismo de direita, portanto, teve um impacto significativo nos esforços de integração europeia, ao se opor à maior centralização de competências e defender a repatriação de poderes para os governos nacionais. O êxito de movimentos populistas, como a campanha pelo Brexit, a AfD e a Lega, evidencia a crescente influência dessas forças tanto nas políticas nacionais quanto no debate político em nível europeu. Enfrentar esses desafios exigirá um esforço coordenado da UE para fortalecer suas instituições democráticas, promover a coesão social e fomentar maior solidariedade entre os Estados-membros.

## Estudo de Caso: Grécia e o Partido Golden Dawn

A Grécia enfrentou severas dificuldades econômicas durante a crise financeira, resultando em altos níveis de desemprego e pobreza. O partido de extrema-direita Golden Dawn capitalizou sobre essas dificuldades econômicas, conquistando apoio ao culpar imigrantes e a UE pelos problemas do país. Sua retórica nacionalista e anti-austeridade ressoou entre muitos cidadãos gregos que se sentiram traídos pelos partidos políticos tradicionais (Ellinas, 2013).

A crise financeira grega teve início em 2009, quando o governo revelou um déficit orçamentário muito superior ao divulgado anteriormente, levando a pacotes internacionais de resgate financeiro acompanhados de rigorosas medidas de austeridade. Essas medidas agravaram as dificuldades econômicas e provocaram amplo descontentamento social. O Golden Dawn, conhecido por sua retórica violenta e simbologia neonazista, obteve expressivo apoio eleitoral ao se posicionar como defensor da identidade grega frente a ameaças externas e internas.

As severas políticas de austeridade resultaram no aumento da pobreza e do desemprego, criando terreno fértil para a mensagem do Golden Dawn. O partido soube explorar o descontentamento popular, apresentando-se como uma alternativa nacionalista aos partidos tradicionais. Contudo, as táticas violentas empregadas pela legenda acabaram por conduzir à sua derrocada. Em 2013, diversos membros, incluindo seu líder, foram presos e acusados de liderar uma organização criminosa, resultando em condenações em 2020.

Apesar do declínio do partido, seu legado continua a influenciar a política grega, com outros partidos populistas de direita tentando ocupar o espaço deixado. A ascensão e queda do Golden Dawn evidenciam os perigos que crises econômicas representam ao alimentar movimentos extremistas e destacam a importância de se enfrentar as questões econômicas e sociais que favorecem o surgimento dessas forças políticas.

## Fatores Culturais

Questões culturais, sobretudo relacionadas à imigração e à identidade nacional, também contribuíram para a ascensão do populismo de direita. A crise dos refugiados de 2015 intensificou os receios de diluição cultural e de ameaças à segurança, elementos que partidos populistas exploraram para conquistar apoio. A apresentação da imigração como uma ameaça à identidade nacional e à estabilidade econômica encontrou ressonância junto a amplos setores da sociedade (Betz, 2019).

Partidos populistas de direita frequentemente enfatizam a necessidade

de preservar a cultura, as tradições e os valores nacionais, posicionando-se como defensores da identidade nacional diante das supostas ameaças representadas por imigrantes e pelo multiculturalismo. Esse movimento de reação cultural é particularmente evidente em países que registraram elevados fluxos migratórios, onde os partidos populistas argumentam que os imigrantes estariam degradando o tecido social e a homogeneidade cultural da nação.

## Estudo de Caso: Suécia e os Democratas Suecos

O Partido dos Democratas Suecos utilizou com sucesso as preocupações culturais para obter apoio eleitoral, enfatizando a imigração como uma ameaça à cultura e aos valores suecos (Rydgren, 2018; Mudde, 2007). Sua forte postura anti-imigração e anti-multiculturalismo ressoou com os eleitores que sentem que sua identidade cultural está sob cerco, particularmente em áreas com alta imigração e tensões sociais percebidas (Kitschelt; McGann, 1995).

As políticas liberais de imigração da Suécia levaram a influxos significativos de refugiados, criando tensões em algumas áreas. Os Democratas Suecos argumentam que a imigração sobrecarrega os serviços públicos, aumenta os índices de criminalidade e ameaça a cultura sueca (Norris, 2005). Inicialmente um partido marginal, eles integraram sua mensagem, concentrando-se no bem-estar, segurança e identidade nacional, atraindo uma base mais ampla de eleitores desiludidos (Rydgren, 2010).

Seu uso estratégico de narrativas culturais ecoou profundamente com segmentos da população, particularmente em áreas rurais e suburbanas, onde a presença de imigrantes é vista como mais disruptiva (Inglehart; Norris, 2016). O partido suavizou sua imagem extremista para ganhar legitimidade, enfatizando bem-estar e segurança para atrair eleitores simpáticos à sua postura sobre imigração e preservação cultural (Eatwell; Goodwin, 2018).

A ascensão dos Democratas Suecos destaca a importância das questões culturais no discurso político e a necessidade de os partidos tradicionais abordarem as preocupações dos eleitores sobre as mudanças culturais e demográficas sem recorrer a táticas excludentes (Mudde; Rovira Kaltwasser, 2012).

Em conclusão, os Democratas Suecos alavancaram efetivamente as preocupações culturais para obter apoio eleitoral, mostrando o papel significativo que os fatores culturais desempenham na ascensão do populismo de direita na Europa. Seu sucesso ressalta a importância de abordar as ansiedades culturais para promover a inclusão e a harmonia social.

## Estudo de Caso: Alemanha e a Alternativa para a Alemanha (AfD)

A AfD capitalizou as ansiedades culturais relacionadas à imigração e à identidade nacional. A postura anti-imigração do partido e as críticas à política de refugiados da chanceler Angela Merkel repercutiram nos eleitores que se sentem ameaçados pelas mudanças culturais e pela competição econômica dos imigrantes (Berbuir; Lewandowsky; Siri, 2015).

A ascensão da AfD pode ser rastreada até sua oposição à forma como a UE lida com a crise dos refugiados. O partido tem se apresentado como defensor da cultura e da soberania alemãs, apelando para os eleitores que sentem que suas preocupações com a imigração e a integração foram ignoradas pelos partidos tradicionais (Arzheimer, 2015). O sucesso eleitoral da AfD, particularmente na antiga Alemanha Oriental, destaca as variações regionais no apoio ao populismo de direita e a importância dos fatores culturais na formação das preferências políticas (Hansen; Olsen, 2019).

A decisão da Alemanha de admitir mais de um milhão de refugiados durante a crise de 2015 foi elogiada por alguns, mas também provocou uma reação significativa (Triadafilopoulos; Zaslove, 2017). A AfD explorou esse descontentamento ao enquadrar o influxo de refugiados como uma ameaça à segurança nacional, à estabilidade econômica e à identidade cultural. A retórica do partido repercutiu particularmente bem em áreas com altos níveis de imigração e em regiões economicamente desfavorecidas, onde as preocupações com a competição por empregos e recursos são mais pronunciadas (Betz, 2018).

O sucesso da AfD nas últimas eleições foi marcado por sua capacidade de atrair uma ampla coalizão de apoiadores, incluindo ex-não-eleitores, apoiadores desiludidos de partidos tradicionais e indivíduos com simpatias de extrema-direita. A plataforma do partido combina políticas anti-imigração com euroceticismo, conservadorismo social e nacionalismo econômico, apelando para uma ampla gama de eleitores que se sentem alienados pelo establishment político (Golder, 2016).

A ascensão do partido é o indicador das ansiedades culturais mais amplas que têm sido formadas na Alemanha e em outras partes da Europa. O fluxo de refugiados em 2015, muitos dos quais vieram de países predominantemente muçulmanos, alimentou temores sobre a integração cultural e a potencial erosão dos valores tradicionais alemães (Vieten; Poynting, 2016). A AfD tem efetivamente usado esses medos para angariar

apoio, enfatizando a necessidade de proteger a cultura e a identidade alemãs de ameaças externas percebidas (Oesch, 2008).

Além disso, o sucesso da AfD ressalta as disparidades regionais na Alemanha, particularmente entre a antiga Alemanha Oriental e Ocidental. No leste, onde o desenvolvimento econômico ficou para trás e as taxas de desemprego são mais altas, a mensagem de nacionalismo e protecionismo da AfD encontrou um público particularmente receptivo. As frustrações econômicas dessas regiões se entrelaçaram com ansiedades culturais, criando uma mistura potente que a AfD tem sido capaz de explorar (Hansen; Olsen, 2019).

A crítica da AfD à política de refugiados de Merkel tem sido um componente central de sua plataforma. O partido sempre argumentou que a decisão do governo de admitir um grande número de refugiados foi equivocada e teve consequências negativas para a Alemanha. Essa mensagem repercutiu entre os eleitores que acham que o fluxo de refugiados prejudicou os serviços públicos, aumentou a competição por empregos e levou a um aumento da criminalidade. Ao enquadrar essas questões em termos de segurança nacional e preservação cultural, a AfD conseguiu atrair um amplo espectro de eleitores preocupados com os rumos do país (Arzheimer, 2015).

O euroceticismo do partido também desempenha um papel significativo em seu apelo. A AfD critica a UE por ultrapassar seus limites e infringir a soberania nacional. Essa mensagem repercutiu nos eleitores que sentem que os interesses da Alemanha não estão adequadamente representados em Bruxelas e que a UE impõe políticas prejudiciais ao país. O apelo da AfD por um retorno à soberania e ao controle nacional atingiu aqueles que são céticos em relação a uma maior integração europeia e sentem que a Alemanha deve priorizar seus próprios interesses (Mudde, 2007).

Em conclusão, a AfD capitalizou efetivamente as ansiedades culturais relacionadas à imigração e identidade nacional, bem como as frustrações econômicas e as disparidades regionais. Ao enquadrar a imigração como uma ameaça à segurança nacional, à estabilidade econômica e à identidade cultural, o partido conseguiu atrair uma ampla coalizão de apoiadores. O sucesso da AfD destaca a importância dos fatores culturais na formação das preferências políticas e a complexa interação entre as queixas culturais e econômicas na condução do apoio ao populismo de direita.

## Fatores Políticos

A desilusão política e a desconfiança nas instituições políticas

tradicionais têm sido fundamentais na ascensão do populismo de direita. Muitos cidadãos se sentem desconectados dos processos decisórios da UE, percebendo falta de transparência e prestação de contas. Os partidos populistas capitalizaram esses sentimentos se posicionando como defensores da soberania nacional contra uma UE exagerada (De Vries; Edwards, 2009).

O déficit democrático percebido dentro das instituições da UE também contribuiu para o aumento do euroceticismo, com partidos populistas argumentando que a UE é uma instituição antidemocrática e burocrática que mina a soberania nacional. Esse sentimento é particularmente forte em países onde há uma percepção de que as políticas da UE são impostas sem a devida consideração dos interesses nacionais e da opinião pública.

## **Estudo de caso: Brexit e o Partido da Independência do Reino Unido (UKIP)**

O referendo do Brexit é um excelente exemplo de desilusão política que leva à ascensão do populismo de direita. O UKIP, liderado por Nigel Farage, enquadrou com sucesso a UE como uma instituição burocrática que mina a soberania britânica. A campanha do partido aproveitou a frustração generalizada com as elites políticas tradicionais e o desejo de recuperar o controle nacional, contribuindo, em última análise, para a decisão do Reino Unido de deixar a UE (Goodwin; Milazzo, 2017).

A ascensão do UKIP foi alimentada por sua capacidade de canalizar a insatisfação pública com o status quo político para o apoio ao Brexit. A mensagem do partido de retomar o controle repercutiu nos eleitores que sentiram que suas vozes não estavam sendo ouvidas em Bruxelas. O sucesso do UKIP nas eleições para o Parlamento Europeu de 2014 e seu papel no referendo do Brexit de 2016 destacam a importância de fatores políticos na condução do apoio ao populismo de direita.

A campanha do Brexit foi marcada por sua capacidade de explorar uma ampla gama de queixas, incluindo preocupações com imigração, desigualdade econômica e soberania nacional. O UKIP e outros ativistas pela saída britânica do bloco europeu enquadraram a UE como uma instituição antidemocrática que impôs regulamentações onerosas e permitiu a imigração descontrolada. Essa mensagem repercutiu nos eleitores que sentiram que seus interesses estavam sendo ignorados pelo establishment político.

A mensagem estratégica do UKIP capitalizou efetivamente o sentimento de privação nacional. O partido enfatizou a necessidade de o Reino Unido recuperar o controle sobre suas leis, fronteiras e finanças,

argumentando que a adesão à UE limitava a autonomia britânica. O slogan “Take Back Control” encapsulou esse sentimento, apelando ao desejo dos eleitores por maior soberania nacional e autodeterminação. Essa narrativa foi particularmente poderosa em regiões que se sentiam economicamente negligenciadas e culturalmente marginalizadas pela elite política.

O sucesso da campanha para deixar o bloco e a subsequente decisão de sair da UE tiveram profundas implicações políticas, econômicas e sociais para o Reino Unido e a UE. O processo do Brexit destacou as profundas divisões dentro da sociedade britânica e levantou questões sobre o futuro da integração europeia. Também encorajou outros movimentos eurocéticos em todo o continente, demonstrando que é possível desafiar o status quo e alcançar mudanças políticas significativas.

O Brexit não apenas alterou o cenário político no Reino Unido, mas também teve um efeito cascata em toda a Europa. A decisão de deixar a UE provocou debates sobre a soberania nacional, os benefícios e desvantagens da adesão à UE e o futuro do projeto europeu. Em outros Estados-membros da UE, partidos populistas de direita usaram o Brexit como estudo de caso para defender referendos e renegociações semelhantes de sua relação com a UE.

As consequências da votação do Brexit foram caracterizadas por uma incerteza política e econômica significativa. As negociações entre o Reino Unido e a UE têm sido complexas e controversas, destacando os desafios de desembaraçar o Reino Unido dos marcos legais e regulatórios da UE. Esse processo revelou as profundas interdependências que se desenvolveram ao longo de décadas de integração e levantou preocupações sobre os potenciais custos econômicos e sociais do Brexit.

O cenário político no Reino Unido também foi transformado pelo Brexit. O referendo expôs e exacerbou as divisões existentes na sociedade britânica, incluindo aquelas entre áreas urbanas e rurais, jovens e idosos e diferentes grupos socioeconômicos. Essas divisões continuaram a influenciar a política britânica, contribuindo para debates contínuos sobre identidade nacional, imigração e o papel do Reino Unido no cenário global.

Em conclusão, o referendo do Brexit é um excelente exemplo de como a desilusão política pode levar à ascensão do populismo de direita. A capacidade do UKIP de canalizar a insatisfação pública com o status quo político e enquadrar a UE como uma instituição burocrática que mina a soberania britânica desempenhou um papel crucial na decisão do Reino Unido de deixar a UE. O sucesso da campanha do Brexit em explorar uma ampla gama de queixas teve profundas implicações políticas, econômicas e sociais, tanto no Reino Unido quanto em toda a Europa, destacando a importância de abordar as causas subjacentes do descontentamento político para evitar o surgimento

de movimentos populistas.

## Estudo de caso: Itália e Lega

A Lega, antiga Lega Nord, sob a liderança de Matteo Salvini, transformou-se em uma proeminente força populista de direita. A postura anti-imigração do partido e o euroceticismo repercutiram em muitos italianos, contribuindo para seu sucesso eleitoral. A ascensão da Lega ilustra o impacto significativo da desilusão política e das queixas econômicas no apoio ao populismo de direita (Albertazzi; McDonnell, 2015).

A mudança da Lega de um partido regionalista para um nacionalista sob a liderança de Salvini ampliou seu apelo aos eleitores em toda a Itália. As críticas do partido à forma como a UE lida com a imigração e seus apelos por uma maior soberania nacional atingiram os eleitores que sentem que os interesses da Itália não estão sendo adequadamente representados em Bruxelas. O sucesso da Lega nas eleições gerais de 2018 e sua participação no governo de coalizão destacam a crescente influência do populismo de direita na política italiana.

A Itália enfrentou desafios econômicos significativos nos últimos anos, incluindo altos níveis de desemprego, particularmente entre os jovens, e crescimento econômico lento. Essas queixas econômicas alimentaram o descontentamento público e forneceram terreno fértil para a mensagem populista da Lega. O partido também capitalizou a frustração pública com a corrupção política e a ineficiência, apresentando-se como uma alternativa limpa e eficaz aos partidos tradicionais.

A postura anti-imigração da Lega tem sido um elemento central de sua plataforma, apelando para os eleitores preocupados com o impacto da imigração na sociedade italiana. O partido enquadrou a imigração como uma ameaça à segurança nacional, estabilidade econômica e identidade cultural, ressoando com os eleitores que sentem que o governo não conseguiu abordar essas questões de forma adequada.

A ascensão da Lega ao poder teve implicações significativas para a política italiana e para a UE. A participação do partido no governo de coalizão permitiu que ele influenciasse a política nacional, inclusive em questões como imigração, reforma econômica e relações com a UE. Isso levou a tensões com a UE, particularmente em questões como regras orçamentárias e política de imigração, destacando os desafios de gerenciar a relação entre soberania nacional e integração da UE.

## Síntese dos Resultados

A análise revela que a ascensão do populismo de direita na UE é impulsionada por uma complexa interação de fatores econômicos, culturais e políticos. A insegurança econômica, as ansiedades culturais e a desilusão política contribuíram para o apelo dos partidos populistas. Esses fatores muitas vezes estão interligados, com as dificuldades econômicas exacerbando as queixas culturais e políticas.

Os estudos de caso da Grécia, Suécia, Alemanha, Reino Unido e Itália ilustram como esses fatores atuam em diferentes contextos nacionais, destacando a importância de compreender as circunstâncias e dinâmicas específicas que impulsionam o apoio ao populismo de direita em cada país. Esse entendimento heterogêneo é crucial para o desenvolvimento de respostas políticas eficazes para abordar as causas profundas do populismo e mitigar seu impacto na integração da UE e nos valores democráticos.

## Discussão

A ascensão do populismo de direita na UE apresenta tanto desafios quanto oportunidades. Embora ameace a coesão e os valores democráticos da União, também força uma reavaliação das políticas e das estruturas de governança europeias. Enfrentar as causas estruturais do populismo, como a desigualdade econômica e a insegurança cultural, é fundamental para a estabilidade futura da UE.

O populismo de direita teve um impacto significativo nos esforços de integração europeia. Os partidos populistas frequentemente se opõem a uma integração mais profunda e defendem a repatriação de competências de Bruxelas para os governos nacionais. Essa oposição dificultou as tentativas de promover maior unidade política e econômica no bloco (Hix, 2008). O sucesso desses partidos populistas de direita resultou em um aumento das demandas por soberania nacional e pela limitação dos poderes das instituições da UE, tornando mais difícil para o bloco implementar políticas que exijam cooperação e consenso entre os Estados-membros. Além disso, o avanço do populismo fortaleceu o euroceticismo, com alguns partidos defendendo abertamente a saída de seus países da União (Hobolt, 2016).

O referendo do Brexit constitui um exemplo claro de como o populismo de direita pode desestabilizar os esforços de integração europeia. A decisão do Reino Unido de deixar a UE trouxe consequências políticas, econômicas e sociais significativas, gerando incertezas e divisões dentro do bloco. A ascensão

de partidos eurocéticos em outros Estados-membros representa uma ameaça semelhante, uma vez que essas legendas frequentemente defendem políticas que comprometem a coesão e a solidariedade europeias.

Contudo, a ascensão do populismo de direita também representa uma oportunidade para a UE enfrentar seu déficit democrático percebido e se reconectar com seus cidadãos. Ao ampliar a transparência, a prestação de contas e a capacidade de resposta, a União pode contrariar as narrativas populistas e reconstruir a confiança pública em suas instituições. Reformas voltadas para a redução da desigualdade econômica e para o fortalecimento da coesão social podem igualmente contribuir para reduzir o apelo dos partidos populistas (Schmidt, 2019).

A resposta da UE aos desafios impostos pelo populismo de direita será crucial para definir sua trajetória futura. Ao lidar com as causas estruturais do populismo e reafirmar seu compromisso com os valores democráticos e a justiça social, a UE pode fortalecer sua legitimidade e resiliência. Isso exigirá uma abordagem abrangente, que combine reformas políticas e esforços de diálogo com a sociedade, buscando atender às preocupações dos cidadãos.

A ascensão do populismo de direita também levanta preocupações sobre o retrocesso democrático. Governos populistas em países como Hungria e Polônia implementaram políticas que comprometem a independência do Judiciário, restringem a liberdade de imprensa e enfraquecem instituições democráticas. Tais medidas ameaçam os valores sobre os quais a UE foi construída (Batory, 2016). Sob a liderança de Viktor Orbán, o partido Fidesz, na Hungria, exemplificou essa tendência, centralizando o poder e restringindo liberdades civis (Batory, 2016). Embora a UE tenha iniciado procedimentos legais contra a Hungria, a eficácia dessas medidas tem sido limitada.

De forma semelhante, o PiS, liderado por Jarosław Kaczyński, na Polônia, adotou uma agenda nacionalista que desafia as normas europeias de independência judicial e liberdade de imprensa (Stanley, 2019). A resposta da UE incluiu ameaças de sanções e ações legais, destacando o embate entre soberania nacional e integração europeia. No entanto, a eficácia dessas medidas também tem sido restrita, levantando questionamentos sobre a capacidade do bloco europeu de impor padrões democráticos aos seus Estados-membros.

As implicações mais amplas da ascensão do populismo de direita na UE transcendem os desafios políticos e econômicos imediatos. Esse fenômeno possui o potencial de redefinir a identidade europeia, influenciar sua posição internacional e alterar as dinâmicas das relações exteriores. A ascensão do populismo de direita questiona a identidade da UE enquanto promotora da democracia liberal, dos direitos humanos e do multiculturalismo, o que pode enfraquecer sua legitimidade e seu papel na governança global (Manners,

2002).

À medida que o populismo de direita se fortalece no interior da União, a posição global da UE também pode ser afetada. As divisões internas e a ascensão de governos eurocéticos podem comprometer a capacidade do bloco de atuar como ator unificado nas relações internacionais, enfraquecendo sua influência na governança global e sua capacidade de enfrentar desafios transnacionais (Biscop, 2016). Partidos populistas frequentemente defendem políticas mais nacionalistas e protecionistas, o que pode gerar tensões com outros países e organizações internacionais. Essa mudança tende a afetar as relações da UE com grandes potências e comprometer seus esforços de ação coletiva em questões globais, como mudanças climáticas, comércio e segurança.

Enfrentar a ascensão do populismo de direita exige uma abordagem multidimensional, que envolva medidas econômicas, sociais e políticas. As políticas econômicas devem priorizar a redução da desigualdade e a promoção do crescimento inclusivo, como forma de responder às demandas sociais e diminuir o apelo dos partidos populistas (Rodrik, 2018). No campo social, é essencial promover a coesão popular e enfrentar as ansiedades culturais, por meio da integração de imigrantes, do combate à discriminação e do fortalecimento dos vínculos comunitários (Banting; Kymlicka, 2017). No plano político, reformas devem buscar ampliar a prestação de contas democrática, a transparência e a participação cidadã nos processos decisórios, além de enfrentar o déficit na democracia percebido no âmbito europeu (Norris, 2011).

Em síntese, a ascensão do populismo de direita na UE se configura como um fenômeno complexo e multifacetado. Compreender suas causas e implicações permite aos formuladores de políticas desenvolver estratégias para mitigar seus efeitos negativos e reforçar as bases democráticas do projeto europeu. Pesquisas futuras devem se concentrar no impacto de longo prazo do populismo de direita sobre a integração europeia e na eficácia das respostas institucionais adotadas para conter sua expansão.

## Referências

- Albertazzi, Daniele, and Duncan McDonnell. *Populists in Power*. Routledge, 2015.
- Banting, Keith, and Will Kymlicka. *The Strains of Commitment: The Political Sources of Solidarity in Diverse Societies*. Oxford University Press, 2017.
- Batory, Agnes. "Populists in Government? Hungary's 'System of National

- Cooperation'." *Democratization* 23, no. 2 (2016): 283-303.
- Betz, Hans-Georg. *The New Politics of Resentment: Radical Right-Wing Populist Parties in Western Europe*. Springer, 2019.
- Biscop, Sven. *The EU Global Strategy: Realpolitik with European Characteristics*. Egmont Paper 82. Egmont Institute, 2016.
- De Vries, Catherine E., and Erica E. Edwards. "Taking Europe to Its Extremes: Extremist Parties and Public Euroscepticism." *Party Politics* 15, no. 1 (2009): 5-28.
- Ellinas, Antonis A. "The Rise of Golden Dawn: The New Face of the Far Right in Greece." *South European Society and Politics* 18, no. 4 (2013): 543-565.
- Golder, Matt. "Far Right Parties in Europe." *Annual Review of Political Science* 19 (2016): 477-497.
- Hix, Simon. *What's Wrong with the European Union and How to Fix It*. Polity, 2008.
- Hobolt, Sara B. "The Brexit Vote: A Divided Nation, a Divided Continent." *Journal of European Public Policy* 23, no. 9 (2016): 1259-1277.
- Inglehart, Ronald F., and Pippa Norris. "Trump, Brexit, and the Rise of Populism: Economic Have-Nots and Cultural Backlash." HKS Faculty Research Working Paper Series RWP16-026, 2016.
- Kriesi, Hanspeter, and Takis S. Pappas, eds. *European Populism in the Shadow of the Great Recession*. ECPR Press, 2015.
- Lavenex, Sandra. "The External Face of Differentiation: Third Country Participation in EU Sectoral Bodies." *Journal of European Public Policy* 25, no. 10 (2018): 1445-1458.
- Manners, Ian. "Normative Power Europe: A Contradiction in Terms?" *Journal of Common Market Studies* 40, no. 2 (2002): 235-258.
- Mudde, Cas. *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge University Press, 2007.
- Mudde, Cas, and Cristóbal Rovira Kaltwasser. *Populism in Europe and the Americas: Threat or Corrective for Democracy?* Cambridge University Press, 2012.
- Norris, Pippa. *Democratic Deficit: Critical Citizens Revisited*. Cambridge University Press, 2011.
- Rodrik, Dani. *Straight Talk on Trade: Ideas for a Sane World Economy*. Princeton University Press, 2018.
- Rooduijn, Matthijs. "The Rise of the Populist Radical Right in Western

- Europe.” *European View* 14, no. 1 (2015): 3-11.
- Rydgren, Jens, ed. *The Oxford Handbook of the Radical Right*. Oxford University Press, 2018.
- Schmidt, Vivien A. *Europe’s Crisis of Legitimacy: Governing by Rules and Ruling by Numbers in the Eurozone*. Oxford University Press, 2019.
- Stanley, Ben. “Backsliding Away? The Quality of Democracy in Central and Eastern Europe.” *Journal of Contemporary European Research* 15, no. 4 (2019): 419-431.
- Turnbull-Dugarte, Stuart J. “Explaining the End of Spanish Exceptionalism and Electoral Support for Vox.” *Research & Politics* 6, no. 2 (2019): 1-8.

## RESUMO

A ascensão do populismo de direita na União Europeia (UE) nas últimas duas décadas remodelou a política europeia. Este artigo explora as causas, características e impactos dessa tendência, com foco em fatores políticos, econômicos e sociais. A crise financeira de 2008, a crise dos refugiados de 2015 e os debates sobre a soberania e a integração da UE aumentaram o apelo da retórica populista. Os populistas de direita enquadram-se como defensores das “pessoas comuns” contra as “elites corruptas” e a imigração. Estudos de caso da Grécia, Suécia, Alemanha, Reino Unido e Itália destacam como estes partidos ganharam força e os seus efeitos na coesão e nos valores democráticos da UE. Enfrentar estes desafios implica fortalecer as instituições democráticas e reforçar a solidariedade entre os Estados-membros do bloco.

## PALAVRAS-CHAVE

Populismo, União Europeia, Integração Europeia

Recebido em 25 de julho de 2024

Aprovado em 22 de maio de 2025

Traduzido por João Manoel Vieira de Araújo

# UMA NOVA PARTILHA? A ECONOMIA GEOPOLÍTICA DA MULTIPOLARIDADE NO SAHEL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SOBERANIA ECONÔMICA DA ÁFRICA

Al Chukwuma Okoli<sup>1</sup>  
Abdulkareem Alhassan<sup>2</sup>

## Introdução

A África encontra-se numa conjuntura crítica de sua história política. Os destinos políticos da maioria dos seus Estados estão atualmente a ser negociados e ameaçados por forças internas ou externas. Internamente, tem-se assistido a ondas crescentes de terrorismo e extremismos associados em muitos países africanos (Gaye, 2018; Okoli, 2023). Também se tem assistido a um recrudescimento de golpes militares em partes do continente (Omotola, 2023). Externamente, a África tem sido o novo palco da geopolítica multipolar, essencializada por estratégias estatais oportunistas e disputas geoestratégicas entre as potências globais.

O Sahel representa o microcosmo das atuais provações políticas da África. Segundo o Índice Global de Terrorismo de 2023, o Sahel tornou-se o epicentro mundial do extremismo (IEP, 2023). A região também se tornou um foco global de mudanças violentas e inconstitucionais de regime, frequentemente evidenciadas pela ocorrência de golpes militares. Desde 2020, ocorreram nada menos que dez (10) golpes militares na região (Omotola, 2023). Atualmente, seis (6) países da região estão efetivamente sob regimes militares, a saber: Burkina Faso, Mali, Níger, Chade, Guiné e Sudão. O ressurgimento dos golpes militares na região rendeu-lhe a alcunha de “arco

---

1 Federal University of Lafia, Lafia, Nigeria. E-mail: okochu007@yahoo.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1685-3230>.

2 Federal University of Lafia, Lafia, Nigeria. E-mail: sabimory@yahoo.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6152-7728>.

dos golpes” da África (Omotola, 2023).

Além das ocorrências de terrorismo e mudanças violentas de regime, o Sahel também tem sido um polo continental de crime organizado e transações ilícitas transnacionais (Gaye, 2018). Há alta incidência de tráfico de armas, tráfico de drogas, tráfico humano, extrativismo ilegal, contrabando, banditismo e outras formas de crime organizado transnacional na região (Gaye, 2018; Okoli, 2024). Esses padrões criminosos não apenas tomaram forma por si só como, com o tempo, se fundiram e convergiram em uma mistura e conexão nebulosas. Isso é evidenciado nas dinâmicas de oportunismo entre crime e terrorismo em várias partes da região (Okoli & Nwangwu, 2023; Okoli, 2023).

Mais recentemente, o Sahel tornou-se também um teatro da geopolítica volátil multipolar (Pollichieni, 2024). Com o surgimento de novos atores, interesses e apostas geopolíticas, têm ocorrido mudanças e contramudanças nos alinhamentos diplomáticos e geoestratégicos da região. Essas mudanças de alianças e relações têm sido associadas a desdobramentos importantes, como o crescimento do populismo e ressentimento anti-França e antiocidente, o aumento do alinhamento diplomático pró-Rússia-China e o enfraquecimento dos organismos regionais (Okoli, 2024).

Mais recentemente, o Sahel tornou-se ainda mais palco de uma geopolítica volátil e multipolar (Pollichieni, 2024). Com o surgimento de novos atores geopolíticos, interesses e disputas, têm ocorrido muitas mudanças nos alinhamentos diplomáticos e geoestratégicos da região. Essas alianças e relações em constante transformação estão associadas a alguns desdobramentos críticos, como, por exemplo, o aumento do populismo e ressentimento anti-França e anti-Occidente, o crescente alinhamento diplomático pró-Rússia e pró-China, e a fragmentação dos organismos regionais (Okoli, 2024).

As novas juntas militares na região têm utilizado uma retórica populista e decolonial para obter legitimidade em meio aos esforços das potências ocidentais para deslegitimá-las. Mali, Níger e Burkina Faso se retiraram da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), após a tentativa deste organismo de sancioná-los por violação do Protocolo sobre Democracia e Governança (ECOWAS Protocol on Democracy and Governance, Article 45, 2001). Esses países também abandonaram o G5 Sahel, formando por conta própria a Aliança dos Estados do Sahel (AES/ASS).

Os desdobramentos geopolíticos no Sahel e suas dinâmicas locais associadas têm implicações políticas e econômicas fundamentais tanto para os Estados-membros quanto para as autoridades (sub)regionais da região. Embora diversos estudos tenham abordado as dimensões políticas dessa problemática (Degterev, 2024; Okoli, 2024), as implicações econômicas

ainda foram pouco exploradas. Ainda mais importante, a interação dinâmica entre imperativos políticos, econômicos e geoestratégicos que sustentam essa situação — e como eles impactam a soberania dos Estados africanos — têm sido raramente investigadas. É à luz disso que este artigo propõe uma análise da economia política da geopolítica multipolar no Sahel, argumentando que esta possui implicações tanto positivas quanto negativas para a soberania econômica da África.

## **Panorama Conceitual: Geopolítica, economia geopolítica, multipolaridade, soberania econômica**

Colin (2022) define geopolítica como a luta pelo controle de entidades geopolíticas dentro do espaço internacional e/ou global e o uso dessas entidades para vantagem política. Em outras palavras:

A geopolítica analisa os meios e o uso do poder dentro de esferas competitivas globais, com referência a como atores estatais e não estatais competem para controlar e explorar essas esferas em prol do avanço de seus interesses estratégicos competitivos (Okoli, 2024, p.121).

A geopolítica, portanto, explica as ações e omissões dos Estados — mas também de outros atores formais e informais — em relação à competição geoestratégica, disputas e controle (Okoli, 2024). Em essência, a geopolítica busca compreender como os atores mencionados perseguem seus interesses competitivos nos territórios geopolíticos globais.

A noção de economia geopolítica, de forma simples, refere-se à economia política do capitalismo na era da multipolaridade (Desai, 2015). No entanto, existem concepções mais aprofundadas, como a da Associação Mundial de Economia Política (WAPE):

Enraizada na tradição marxista clássica, crítica de muitas de suas versões contemporâneas, centrada na compreensão do capitalismo e de suas contradições, bem como do imperialismo e do anti-imperialismo, atribuindo aos Estados, juntamente com as classes sociais, o devido papel como atores centrais na conformação do mundo capitalista moderno, valendo-se da economia política clássica e de outras tradições críticas à economia neoclássica, a economia

geopolítica busca investigar as relações internacionais do mundo capitalista de maneira materialista histórica (WAPE, 2024, p.1).

Polaridade deriva da noção de “polo de poder”, que se refere a “um Estado ou uma aliança de Estados que detém um poder significativo para influenciar o comportamento de outros Estados no contexto da política internacional” (Okoli, 2024, p.119). Ashford e Cooper (2023) entendem polaridade como a distribuição de poder no sistema internacional e como essa distribuição muda ao longo do tempo. O sistema mundial atual é considerado multipolar, pois há uma considerável difusão da influência hegemônica entre um conjunto de potências globais grandes, médias e emergentes. Nenhuma dessas potências detém um domínio econômico, militar e político absoluto que lhe permita se impor como o hegemon global definitivo.

A soberania econômica abrange o direito de manter e preservar atividades econômicas intimamente ligadas à existência do Estado. Ela é determinada, principalmente, por diversos fatores, incluindo: 1) a interferência em uma política estatal fundamental preexistente; 2) a relação entre a parte envolvida na disputa e a política estatal; e 3) a presença ou ameaça de dano direto ao próprio Estado (Walker & Simon, 1985, p.8). Em outras palavras, a soberania econômica implica na “capacidade de um Estado impor regras de apropriação, troca e uso de recursos” (Savanovic, 2014, apud Okoli & Atelhe, 2021, p.233) dentro de sua área de jurisdição, sem imposições externas.

## **Premissa Teórica: Economia Política da Geopolítica e a ‘Nova Partilha’**

A economia política está fundamentalmente preocupada em compreender as relações intrincadas entre a política e a economia (Ake, 1981; Okoli, 2001; Okoli, 2014; Okoli, 2017). Seu objeto de estudo gira em torno da “investigação sistemática sobre a natureza e as causas da riqueza das nações” (McLean & McMillan, 2003, p. 415). Em essência, a economia política examina os determinantes econômicos e as implicações das relações de poder nos contextos dos assuntos internos e internacionais.

A concepção de economia política adotada neste artigo está, em grande parte, alinhada com sua aplicação no plano internacional. Nesse sentido, a economia política oferece uma estrutura para a compreensão do conjunto de conexões que sustentam as relações entre Estado e economia no sistema internacional. Ela abrange todas as dimensões da política da economia internacional e, inversamente, da economia da política internacional (Oatley,

2019). Mais fundamentalmente, engloba os nexos multidimensionais que definem a dialética político-econômica das relações internacionais contemporâneas.

Neste artigo, defende-se uma economia política da geopolítica. O foco está em como poder, influência, interesses e recursos são disputados dentro de um espaço geoestratégico. Também destaca como as interações entre diversos atores geopolíticos nesse espaço podem competir, cooperar ou se confrontar na busca por seus interesses estratégicos. Isso inclui aspectos da política das relações econômicas internacionais, da economia da política externa e da diplomacia, além de outras dimensões das relações de produção e mercado que moldam a riqueza das nações. Em termos simples, a economia política da geopolítica nos permite compreender a interseção complexa entre geografia, política e economia, e como isso determina as dinâmicas de poder global, a distribuição de recursos e as relações econômicas internacionais.

A economia política da geopolítica no Sahel explica a *realpolitik* da ‘nova partilha’ na região. Por “nova partilha” entende-se o crescente envolvimento e a competição entre atores globais e regionais no Sahel. Essa disputa é caracterizada por uma competição e contestação geopolítica e geoestratégica, remanescente da “partilha da África” do século XIX pelas potências imperiais (Ake, 1981). A nova partilha é impulsionada por uma série de imperativos, conforme destacado na Tabela 1.

Tabela 1: Fatores da Nova Partilha no Sahel

| Factor                   | Commentary                                                                                                                              |
|--------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Economic interests       | Competition over access to strategic natural resources: oil and gas, solid minerals, agro-forestial resources, maritime resources, etc. |
| Geostrategic interests   | Location and protection of military bases, security and counter-terrorism concerns, protective military presence, etc.                  |
| Geopolitical interests   | Maintenance of competitive influence and stakes                                                                                         |
| Commerce and development | Involvement in trade and investment as well as infrastructural development.                                                             |

Fonte: compilação original dos autores (2024).

A nova partilha envolve conflitos e confluências de interesses geoestratégicos entre diversos atores estrangeiros e regionais atuantes na região. Esses atores incluem tanto os protagonistas historicamente dominantes quanto os emergentes, cujos interesses abrangem diferentes esferas como segurança, comércio, investimento, infraestrutura e estratégia

militar. A Tabela 2 ilustra a situação com mais detalhes. infrastructure, and military strategy. Table 2 is instructive in this respect.

Tabela 2: Atores Chave na Nova Partilha do Sahel

| Actor                                                  | Commentary                                                                                                        |
|--------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| France                                                 | Maintaining its historical geopolitical dominance amid rising anti-French populism                                |
| China                                                  | Seeking expansion in economic and infrastructural investments                                                     |
| USA                                                    | Pursuing security and counter-terrorism concerns                                                                  |
| EU                                                     | Supporting governance in the areas of development, security, migration, and humanitarian concerns                 |
| ECOWAS                                                 | Seeking regional integration and stabilization                                                                    |
| Turkey                                                 | Expanding economic and political influence through strategic partnerships in defence and economic diplomacy       |
| Russia                                                 | Seeking greater economic and military presence and influence through military basing and undercover interventions |
| African Regional Powers (Nigeria, Egypt, South Africa) | Seeking to assert their stakes and influence through multilateral platforms such as the AU and ECOWAS.            |
| Saudi Arabia                                           | Increasing its influence through soft-power diplomacy                                                             |

Fonte: Compilação original dos autores (2024).

Perspectivas sobre a Economia Geopolítica Multipolar do Sahel

A economia geopolítica multipolar no Sahel refere-se ao nexu entre interesses estrangeiros e dinâmicas locais no contexto da ordem geopolítica regional em processo de multipolarização, e a como essas forças afetam o funcionamento do Estado e da economia nos países membros (Okoli, 2024). Trata-se de interações complexas e multifacetadas entre potências globais, atores regionais e interesses locais (Abdulle, 2024). Mais importante ainda, destaca como as forças locais, regionais e globais interagem para gerar dinâmicas que afetam — e são afetadas por — interesses e disputas tanto de atores estatais quanto não estatais.

A economia geopolítica multipolar no Sahel se manifesta em diversas dimensões. Primeiramente, há uma crescente competição e contestação multipolar. À medida que potências globais como Estados Unidos, França, China e Rússia se envolvem em uma disputa estratégica por influência, interesses e recursos, a região experimenta um ambiente geopolítico tenso,

marcado por exigências da *realpolitik* (Abdulle, 2024). Uma tendência perigosa nesse cenário é o uso de proxies, mercenários e agentes clandestinos para promover os interesses geoestratégicos dessas potências (cf. Tabela 3). Um exemplo claro é o papel encoberto e desestabilizador do Grupo Wagner, alinhado à Rússia, em partes da região (Matusevich, 2019; Gruzd & Ramani, 2022).

Em segundo lugar, organismos regionais como a CEDEAO e o G5 Sahel têm buscado desempenhar papéis relevantes no destino geopolítico da região, enfrentando desafios decorrentes da atual dinâmica multipolar. A CEDEAO foi abalada pela saída de Mali, Burkina Faso e Níger, que deixaram o bloco em protesto contra as sanções aplicadas pela organização após mudanças de regime consideradas inconstitucionais, violando o Protocolo sobre Democracia e Governança (ECOWAS, 2021). Esses países não apenas se retiraram da CEDEAO, como também abandonaram o arranjo sub-regional de segurança coletiva conhecido como G5 Sahel. Atualmente, os três se constituíram em um novo bloco rival chamado Aliança dos Estados do Sahel (AES).

Em terceiro lugar, observa-se um crescente desejo dos Estados do Sahel de afirmar sua autonomia e promover uma descolonização frente ao Ocidente (Degterev, 2024). Isso se evidencia pelas ondas de ressentimento e populismo anti-França e anti-Ocidente que se espalham pela região. As juntas militares têm se apoiado nessa narrativa para mobilizar apoio popular e consolidar sua legitimidade, mesmo diante das pressões de potências continentais e extrarregionais para que retornem à ordem constitucional. A retórica decolonial parece ter ganhado força e popularidade impulsionada por campanhas de desinformação e propaganda patrocinadas por Rússia e China, com o objetivo de desacreditar a política eleitoral e os processos democráticos na região (Elbassoussy, 2023).

Em quarto lugar, tem havido um ressurgimento de governos militares no Sahel. Seis países da região — Mali, Chade, Burkina Faso, Níger, Guiné e Sudão — encontram-se atualmente sob regimes militares (Omotola, 2023). Houve também tentativas frustradas de golpe na região, como o exemplo da Gâmbia em 2022. Alguns desses golpes teriam sido instigados por potências globais engajadas em uma diplomacia oportunista, voltada para atender aos seus interesses próprios (Duursma & Masuhr, 2022).

Em quinto lugar, o Sahel tem sido o epicentro global do terrorismo e do extremismo violento associado (IEP, 2023). Diversos grupos terroristas — tanto locais quanto filiados a redes internacionais — operam na região, incluindo o Boko Haram e seus dissidentes, a Al-Qaeda e seus afiliados, o Estado Islâmico e outros (Okoli, 2023). Há também um aumento na incidência

de financiamento e franquias do terrorismo, o que por vezes envolve tanto atores estatais quanto não estatais (Okoli, 2023). O envolvimento de atores ou interesses estrangeiros na questão do terrorismo no Sahel representa uma dimensão crítica da atual e volátil dinâmica geopolítica da região.

Para além do terrorismo, há alta incidência de crime organizado e violência armada no Sahel (Gaye, 2018; Okoli & Nwangwu, 2023). As atividades de traficantes de drogas e armas, assaltantes, piratas, contrabandistas e outros elementos que se opõem ao Estado têm impactado negativamente a estabilidade e o desenvolvimento da região. Além disso, tais atividades criam condições que minam a funcionalidade do Estado e da economia, bem como reforçam e reproduzem o quadro de fragilidade estatal (Okoli & Nwangwu, 2023).

Sexto, a atual configuração geopolítica do Sahel tem sido marcada por uma mudança no padrão de alinhamentos externos entre os Estados membros. A tradicional postura pró-Occidente de muitos desses países vem sendo alterada e substituída por uma orientação pragmática que se inclina em direção ao antigo bloco oriental de aliados — especialmente China e Rússia (Okoli, 2024). Os regimes militares da região têm demonstrado uma inclinação mais evidente em fortalecer relações diplomáticas com esses países, aparentemente numa tentativa de se contrapor ao Ocidente em razão de sua postura hostil.

Por fim, a economia geopolítica do Sahel se dá em um contexto em que atores distintos empregam estratégias desesperadas para alcançar objetivos igualmente desesperados. Entre esses atores estão entidades estrangeiras que não apenas buscam seus próprios interesses, mas também almejam vantagens estratégicas de soma zero em relação a outros. Combinadas às atividades de diversos grupos criminosos armados e violentos, o que se configura na região é um atoleiro de oportunismo geopolítico, no qual os interesses dos países membros são, em grande parte, comprometidos.

Tabela 3: diversos tipos de atores na atual geopolítica do Sahel

| Category of Actor    | Examples                                                                                                                                                                                                          |
|----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| State actors         | <ul style="list-style-type: none"><li>• National government and militaries</li><li>• Political regimes</li><li>• Multilateral and minilateral bodies</li><li>• Foreign diplomatic and military missions</li></ul> |
| Clandestine actors   | <ul style="list-style-type: none"><li>• Terrorists</li><li>• Insurgents</li><li>• Terror franchises</li><li>• Transnational organized crime syndicates</li></ul>                                                  |
| Businesses           | <ul style="list-style-type: none"><li>• Industries/ firms</li><li>• Investments</li></ul>                                                                                                                         |
| Foreign agents       | <ul style="list-style-type: none"><li>• Proxies</li><li>• Spies</li><li>• Mercenaries</li></ul>                                                                                                                   |
| Civil society actors | <ul style="list-style-type: none"><li>• Charities</li><li>• Non-governmental Organizations (NGOs)</li><li>• Humanitarian workers</li></ul>                                                                        |

Fonte: Okoli (2024, p.121).

### Soberania Econômica do Sahel em meio à Dinâmica Geopolítica Multipolar: Burkina Faso, Mali e Níger

A atual onda de influência multipolar na geopolítica da região do Sahel tem implicações econômicas de longo alcance sobre a dinâmica econômica da região — especialmente em Burkina Faso, Mali e Níger. A disputa para ganhar influência e controle sobre os recursos e a política desses países através de forças internas (Nigéria, África do Sul, CEDEAO) e de forças externas (França, Estados Unidos, China, Rússia e União Europeia) tem implicações sem precedentes para a economia desses países e da África como um todo (Góes & Bekkers, 2023). Essas dinâmicas afetam diversos indicadores econômicos da região do Sahel.

Em um contexto geopolítico multipolar, a soberania econômica de Burkina Faso é influenciada por várias potências globais e regionais. As potências globais exercem controle sobre setores críticos da economia e da política do Sahel. A França mantém influência significativa nos campos econômico, militar e cultural em razão de seus laços históricos coloniais. Enquanto isso, a China vem expandindo seus investimentos em

infraestrutura, mineração e agricultura, desafiando a dominância francesa. Além disso, os Estados Unidos mantêm uma forte presença militar focada no contraterrorismo, com alguns interesses econômicos na região. Da mesma forma, a União Europeia firma numerosos acordos comerciais com os países do Sahel e fornece ajuda ao desenvolvimento com o objetivo de promover a integração econômica, o que permite à Europa acesso irrestrito aos recursos e manipulação política desses países.

Além disso, as potências regionais africanas também participam da geopolítica do Sahel. A Nigéria é uma potência regional com significativa influência econômica, particularmente na África Ocidental, enquanto a África do Sul é uma potência econômica com interesses nos setores de mineração e infraestrutura nos países do Sahel, especialmente em Burkina Faso, Mali e Níger. O Marrocos é outro ator regional com interesses econômicos e de segurança, especialmente no Sahel. Gana e Argélia são vizinhos regionais e parceiros comerciais regionais dos países do Sahel, com laços econômicos e cooperação, respectivamente, nas áreas de agricultura e energia. Assim se configura a complexa geopolítica multipolar na região do Sahel.

A geopolítica multipolar no Sahel está associada à instabilidade política incessante, agitação civil, conflitos militares, ameaças terroristas, entre outras tensões, muitas vezes causadas por potências mundiais que disputam controle e influência na região (Caldara & Iacoviello, 2022; Góes & Bekkers, 2023). Isso tem efeitos sem precedentes nas economias dos países afetados, especialmente Burkina Faso, Mali e Níger. A influência se exerce por meio de instituições financeiras, mercados, relações comerciais e preços globais de commodities. Nos mercados financeiros, essa influência se manifesta por meio de controles de capital diretos e indiretos e sanções financeiras, que aumentam a incerteza, elevam os prêmios de risco e geram picos e flutuações nos preços de ativos (Gurvich & Prilepskiy, 2015).

Da mesma forma, os fluxos comerciais dos países do Sahel sofrem alterações devido ao aumento de restrições comerciais associadas às tensões que decorrem da interrupção da paz e da democracia, frequentemente exacerbadas pelas dinâmicas da geopolítica multipolar. A geopolítica multipolar também desorganiza as cadeias de suprimentos da região. As restrições comerciais criam escassez de oferta e obstruem o fluxo de recursos críticos como petróleo, gás e minerais — que são a base das economias dos países do Sahel. Por exemplo, Burkina Faso e Mali são economias dependentes do ouro, enquanto o Níger depende fortemente das exportações de urânio, o que os torna vulneráveis à volatilidade dos preços globais de commodities. Isso prejudica a produção industrial e a soberania econômica desses países. No entanto, a geopolítica multipolar também oferece oportunidades econômicas,

como a diversificação econômica, o estabelecimento de novas relações diplomáticas, maior integração econômica e acesso ampliado a mercados globais para os países do Sahel.

A análise expositiva apresentada neste artigo fornece uma visão sobre o nexo entre geopolítica, soberania econômica e progresso sustentável nos países do Sahel selecionados (Burkina Faso, Mali e Níger). As dinâmicas desse nexo entre riscos geopolíticos e soberania econômica são examinadas por meio de uma análise de correlação pareada. Os coeficientes de correlação são apresentados na Tabela 4. Os resultados mostram que os riscos geopolíticos globais, as tensões entre EUA e China, bem como as tensões geopolíticas unilaterais (específicas de cada país) e incertezas originadas de França, China, Rússia e EUA estão negativamente relacionadas ao crescimento econômico e positivamente associadas ao desemprego, à inflação e à fragilidade (ou falência) do Estado nos países do Sahel, em especial Burkina Faso, Mali e Níger. Isso implica que o aumento da geopolítica multipolar leva à redução do crescimento econômico, aumento de desemprego, alta da inflação e expõe as economias desses países a choques e incertezas políticas e econômicas globais, comprometendo, assim, sua soberania econômica. A influência das múltiplas potências globais sobre os países do Sahel se reforça mutuamente e prejudica suas economias ao gerar incertezas que resultam em inflação elevada, desemprego e baixo crescimento econômico (Góes & Bekkers, 2023; Catalán & Tsuruga, 2023).

Por outro lado, a geopolítica regional (representada pelo índice de risco geopolítico da África do Sul) está positivamente associada ao crescimento econômico e inversamente relacionada ao desemprego, à inflação e à fragilidade econômica do Estado. Isso sugere que a influência de potências regionais pode melhorar a soberania econômica da região do Sahel.

Comparando os índices de geopolítica e de soberania econômica entre as eras unipolar (2007) e multipolar (2023), revela-se que as ameaças e oportunidades da atual geopolítica multipolar são maiores do que as da era unipolar. Isso é apresentado na Tabela 5. Embora as ameaças geopolíticas se manifestem na forma de baixo desempenho econômico e dominação estrangeira, há também oportunidades como diversificação econômica, desenvolvimento de infraestrutura, relacionamentos diplomáticos novos e mais fortes e maior integração econômica para a região do Sahel (Flint, 2021). A título de exemplo, como resultado da geopolítica multipolar, Burkina Faso, Mali e Níger experimentaram aumento na diversificação econômica e comercial, e a margem extensiva de exportações (número de produtos na lista de exportação) aumentou ao longo dos anos (Tabela 5 e Figuras 1–4). Isso representa uma oportunidade para os países expandirem seu comércio e

promoverem o crescimento e desenvolvimento econômico sustentável.

**Tabela 4: Relação entre os índices de soberania geopolítica e econômica – Coeficientes de correlação pareada**

| Variables                                | (1)    | (2)    | (3)    | (4)    | (5)    | (6)    | (7)    | (8)    | (9)    | (10)   | (11)   | (12)   | (13)   | (14)  |
|------------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|
| (1) Economic growth                      | 1.000  |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |       |
| (2) Unemployment                         | -0.054 | 1.000  |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |       |
| (3) Inflation                            | -0.109 | 0.077  | 1.000  |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |       |
| (4) Economic freedom index               | -0.203 | 0.558  | -0.036 | 1.000  |        |        |        |        |        |        |        |        |        |       |
| (5) US-China tensions                    | -0.110 | 0.140  | 0.028  | 0.445  | 1.000  |        |        |        |        |        |        |        |        |       |
| (6) Geopolitical risk                    | -0.143 | 0.118  | 0.121  | 0.283  | 0.535  | 1.000  |        |        |        |        |        |        |        |       |
| (7) Geopolitical risk from China         | -0.185 | 0.168  | 0.002  | 0.351  | 0.877  | 0.544  | 1.000  |        |        |        |        |        |        |       |
| (8) Geopolitical risk from France        | -0.090 | 0.060  | 0.018  | 0.156  | 0.197  | 0.747  | 0.185  | 1.000  |        |        |        |        |        |       |
| (9) Geopolitical risk from Russia        | -0.034 | 0.157  | 0.302  | 0.303  | 0.649  | 0.676  | 0.547  | 0.362  | 1.000  |        |        |        |        |       |
| (10) Geopolitical risk from the US       | -0.163 | 0.152  | 0.131  | 0.317  | 0.679  | 0.923  | 0.741  | 0.489  | 0.708  | 1.000  |        |        |        |       |
| (11) Geopolitical risk from South Africa | 0.188  | -0.033 | -0.136 | -0.112 | -0.348 | -0.127 | -0.231 | 0.055  | -0.111 | -0.164 | 1.000  |        |        |       |
| (12) Fragile state index                 | 0.084  | 0.083  | 0.032  | 0.132  | 0.330  | 0.226  | 0.168  | 0.234  | 0.292  | 0.181  | -0.086 | 1.000  |        |       |
| (13) Fragile economy index               | 0.159  | -0.218 | 0.002  | -0.498 | -0.753 | -0.414 | -0.621 | -0.255 | -0.599 | -0.490 | 0.154  | -0.041 | 1.000  |       |
| (14) Fragile economic inequality index   | 0.228  | 0.285  | -0.091 | 0.236  | -0.009 | 0.048  | -0.107 | 0.090  | 0.034  | -0.021 | -0.010 | -0.403 | -0.185 | 1.000 |

Fonte: Cálculo dos autores. Nota: Os dados sobre crescimento econômico, inflação e desemprego são provenientes do Banco Mundial (World Development Indicators); o índice de liberdade econômica é obtido no banco de dados do Fraser Institute; os índices de riscos geopolíticos são obtidos no banco de dados do Federal Reserve Board; e os índices de fragilidade estatal são obtidos no conjunto de dados do The Fund for Peace.

**Tabela 5: Índices de soberania geopolítica e econômica na era unipolar (era da França) e na era multipolar na região do Sahel**

| Geopolitical and economic sovereignty indices | Burkina Faso                   | Burkina Faso             | Mali                     | Mali                           | Niger                          | Niger                    |
|-----------------------------------------------|--------------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------------------|
|                                               | 2007<br>(Unipolar -France era) | 2023<br>(Multipolar era) | 2007<br>(Multipolar era) | 2023<br>(Unipolar -France era) | 2007<br>(Unipolar -France era) | 2023<br>(Multipolar era) |
| Economic growth                               | 4.11                           | 2.96                     | 3.49                     | 5.24                           | 3.14                           | 2.50                     |
| Unemployment (as % of labour force)           | 3.30                           | 5.29                     | 1.37                     | 3.01                           | 2.03                           | 0.55                     |
| Inflation rate                                | -0.23                          | 0.74                     | 1.41                     | 2.06                           | 0.05                           | 3.70                     |
| Economic freedom index                        | 5.88                           | 6.14                     | 5.99                     | 5.80                           | 5.39                           | 5.80                     |
| US-China tensions                             | 77.61                          | 147.42                   | 77.61                    | 147.42                         | 77.61                          | 147.42                   |
| Global Geopolitical risk                      | 97.92                          | 104.27                   | 97.92                    | 104.27                         | 97.92                          | 104.27                   |
| Geopolitical risk from France                 | 0.27                           | 0.56                     | 0.27                     | 0.56                           | 0.27                           | 0.56                     |
| Geopolitical risk from Russia                 | 0.33                           | 1.97                     | 0.33                     | 1.97                           | 0.33                           | 1.97                     |
| Geopolitical risk from the USA                | 2.37                           | 2.41                     | 2.37                     | 2.41                           | 2.37                           | 2.41                     |
| Geopolitical risk from China                  | 0.40                           | 0.55                     | 0.40                     | 0.55                           | 0.40                           | 0.55                     |
| Fragile state index                           | 89.70                          | 94.00                    | 91.20                    | 93.40                          | 75.50                          | 99.50                    |
| Fragile economy index                         | 8.20                           | 7.00                     | 9.20                     | 6.60                           | 8.70                           | 7.70                     |
| Fragile economic inequality index             | 8.90                           | 8.30                     | 7.20                     | 7.80                           | 6.60                           | 7.20                     |
| External intervention index                   | 7.00                           | 8.70                     | 8.00                     | 7.40                           | 6.90                           | 9.50                     |
| Trade diversification index                   | 0.76                           | 0.88                     | 0.84                     | 0.90                           | 0.79                           | 0.84                     |
| Number of products in export list             | 97.00                          | 117.00                   | 136.00                   | 173.00                         | 104.00                         | 97.00                    |

Fonte: Cálculo dos autores. Nota: Os dados sobre crescimento econômico, desemprego e inflação são provenientes do Banco Mundial (World Development Indicators); o índice de liberdade econômica é obtido no banco de dados do Fraser Institute; os índices de risco geopolítico são obtidos no banco de dados do Federal Reserve Board; e os índices de fragilidade do Estado são obtidos no

conjunto de dados do The Fund for Peace.

Figura 1: Índice de risco geopolítico

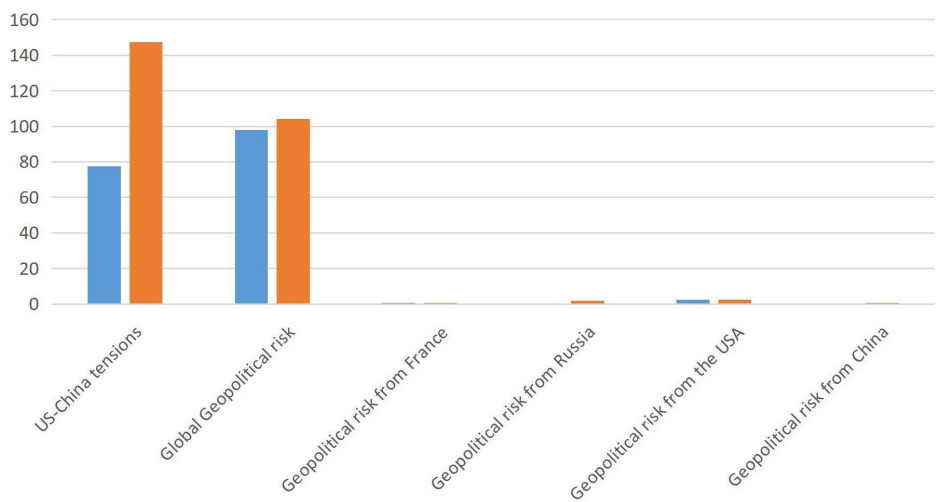
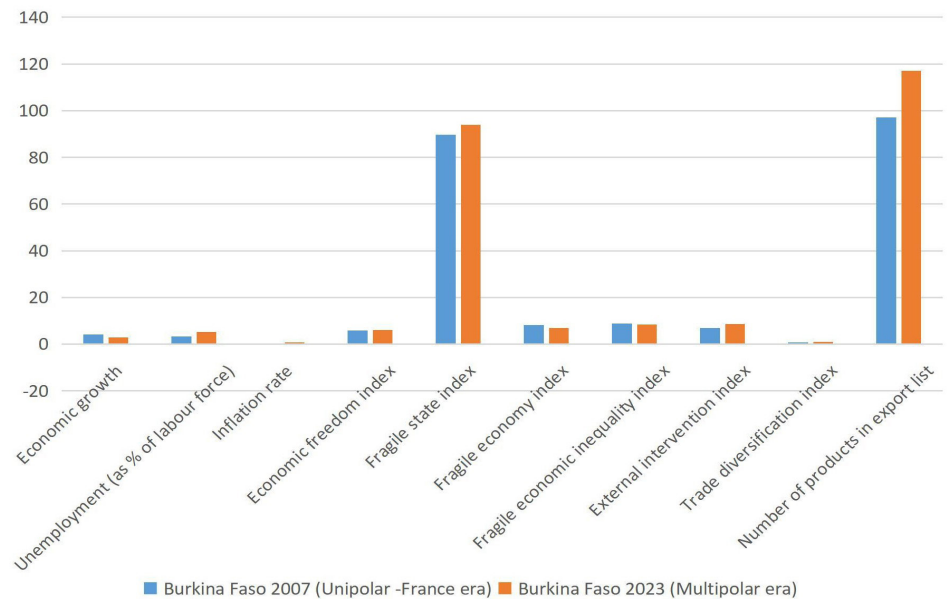
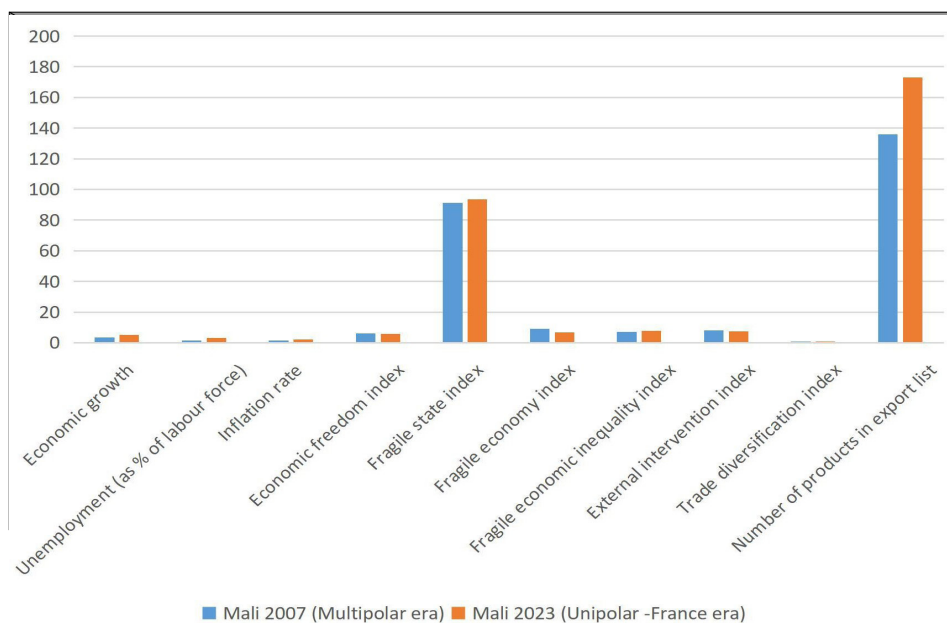


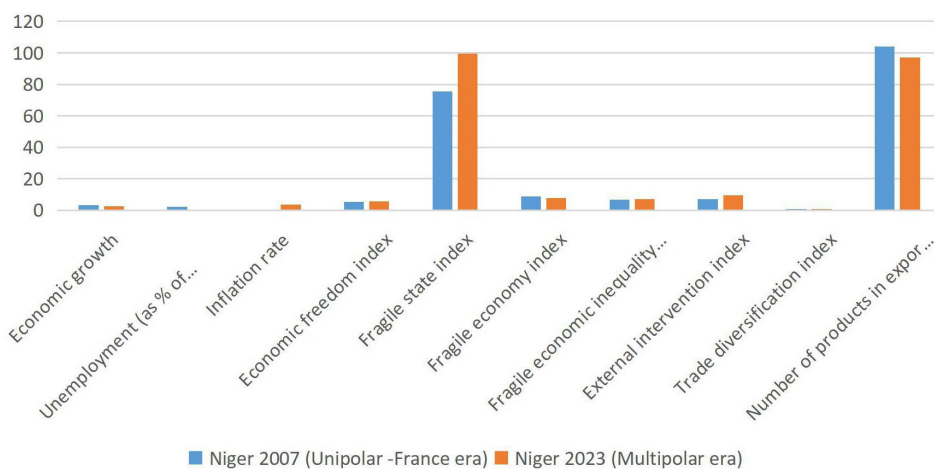
Figura 2: Burkina Faso - Índice de soberania econômica



**Figura 3: Mali - Índice de soberania econômica**



**Figura 4: Níger - Índice de soberania econômica**



## Conclusão: implicações para a soberania econômica da África

A nova geopolítica multipolar na África oferece ao continente perspectivas de uma economia geopolítica baseada na competição justa e na diversificação. Dependendo de como o continente atuar dentro do contexto das dinâmicas em curso, pode ganhar ou perder. Para o Sahel, o surgimento de novas grandes potências globais, particularmente a Rússia e a China, apresenta aos estados membros novas oportunidades para acordos geoestratégicos mais favoráveis. Em outras palavras, isso traz a perspectiva de um espaço geopolítico mais competitivo, no qual os interesses dos estados africanos podem ser negociados de forma mais vantajosa. Como isso se aplica aos estados sahelianos?

Primeiro, ao oferecer aos estados sahelianos oportunidades de parcerias estratégicas diversificadas e mais competitivas, isso lhes dá o poder de engajar com múltiplas potências globais em novos termos, reduzindo assim a dependência excessiva de países de forma individual ou em blocos, como ocorria até então. O alinhamento político-econômico tradicional dos estados do Sahel com a França e seus aliados ocidentais está sendo radicalmente alterado pela atual configuração geopolítica na região.

Segundo, as mudanças geopolíticas na região estão aumentando o poder de barganha dos estados membros para negociar acordos mais justos e estrategicamente mais vantajosos com as potências globais. A competição entre os Estados Unidos e suas contrapartes orientais (Rússia e China) apresenta oportunidades que os estados da região podem explorar para maximizar suas vantagens estratégicas. Os estados sahelianos devem aproveitar tais oportunidades para fortalecer suas conquistas em termos de diplomacia econômica.

Terceiro, a ordem multipolar na região está abrindo novos mercados e oportunidades comerciais para os estados sahelianos. Isso é exemplificado pelo crescente comércio e investimentos da China e da Rússia nesse contexto (Hassen, 2023). Além de reduzir a dependência histórica dos estados sahelianos em relação ao Ocidente, esse desenvolvimento também oferece aos estados uma ampla oportunidade para negociar acordos de comércio e investimento viáveis.

Apesar das possibilidades supracitadas, a geopolítica multipolar no Sahel está igualmente associada a alguns desdobramentos negativos. Ela está alimentando ondas de rivalidade entre grandes potências, tornando a região um campo de batalha para disputas geopolíticas. O uso de proxies,

desinformação estratégica e outras táticas oportunistas pelas potências globais em disputa tem sido um fator fundamental para a instabilidade vigente na região.

Há também o risco de um novo padrão de exploração pós-colonial por parte das novas potências geopolíticas no Sahel. As tendências exploratórias da China, evidenciadas em sua política de extrativismo, geram uma preocupação relevante nesse sentido (Okoli, 2024). Além disso, há a preocupação com a dívida proveniente de múltiplas fontes e a dependência de ajuda externa. Com os novos atores no espaço geopolítico da região, a probabilidade de múltiplos endividamentos pelos estados membros é alta. Como consequência, esses estados podem ser pressionados a comprometer sua política, prioridades e autonomia para atender às exigências de sua dívida.

Para enfrentar os desafios impostos à África pela ordem geopolítica multipolar e garantir a proteção de sua soberania econômica, os estados sahelianos precisam tomar várias medidas:

- i. Desenvolver uma agenda econômica sub-regional mais forte e unificada para promover suas aspirações econômicas coletivas
- ii. Diversificar parcerias globais por meio do engajamento com mais atores e blocos globais
- iii. Negociar acordos justos e proteger suas virtudes econômicas soberanas de todas as ramificações da exploração neocolonial
- iv. Fortalecer sua autonomia e soberania por meio da diplomacia econômica e da construção do Estado nacionalista

## Referências

- Abdulle, M. A. (2024). The Rise of the Multipolar World Order: Opportunities and Challenges for Africa. *Journal of International Relations and Policy* 5(1), 1–10.
- Ake, C. (1981). *A Political Economy of Africa*. London: Longman.
- Ashford E., Cooper E. (2023). Yes, the world is multipolar. *Foreign Policy*. 05.10.2023. <https://foreignpolicy.com/2023/10/05/usa-china-multipolar-bipolar-unipolar/> (accessed 03.06.2024)
- Caldara, D., & Iacoviello, M. (2022). Measuring geopolitical risk. *American Economic Review*, 112(4), 1194–1225.
- Catalán, M., & Tsuruga, T. (2023). Geopolitics and financial fragmentation: Implications for macro-financial stabilityI. *Goeconomic Fragmentation The Economic Risks from a Fractured World Economy*.

- Colin F. (2022). *Introduction to Geopolitics* (4th Edition). London: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003138549>
- Degtarev, A. D. (2024). Collective self-reliance: Restarting the concept in the Sahel in the context of a multipolarizing world order. *Journal of Institute of African Studies*, 2(62), 60-81.
- Duursma A., Masuhr N. (2022). Russia's return to Africa in a historical context: Anti-imperialism, patronage, and opportunism. *South African Journal of International Affairs*. 29(4), 407-423. <https://doi.org/10.1080/10220461.2022.2136236>
- ECOWAS (2001). *Protocol on Democracy and Governance*. Abuja: Economic Community of West African States.
- Elbassoussy A. (2021). The growing Russia's role in Sub-Saharan Africa: interests, opportunities and limitations. *Journal of Humanities and Applied Social Sciences*.4(3), 251-270. <https://doi.org/10.1108/JHASS-11-2020-0210>
- Flint, C. (2021). *Introduction to geopolitics*. Routledge.
- Gaye B. (2018). *Connections between Jihadist Groups and Smuggling and Illegal Trafficking Rings in the Sahel*. FES Peace and Security Series No. 29. Dakar: Friedrich-Ebert-Stiftung.
- Góes, C., & Bekkers, E. (2022). The impact of geopolitical conflicts on trade, growth, and innovation. *arXiv preprint arXiv:2203.12173*.
- Gruzd S., Ramani S. (2022). Russia in Africa: Who is courting whom. *South African Journal of International Affairs*. 29(4) 401-465. <https://doi.org/10.1080/10220461.2022.2146184>
- Gurvich, E., & Prilepskiy, I. (2015). The impact of financial sanctions on the Russian economy. *Russian journal of economics*, 1(4), 359-385
- Hassen D. Y. (2023). *China's soft power in Africa: A qualitative content analysis on China's strategic narrative projection in Ethiopia and South Africa*. Thesis, Department of Global Political Studies, Malmö University.
- Matusevich M. (2019). Russia in Africa: A Search for Continuity in a Post-Cold War Era. *Insight Turkey*. 21(1), 25-40. <https://doi.org/10.25253/99.2019211.03>
- McLean, I. & McMillan, A. [eds.] (2003) *Oxford Concise Dictionary of Politics*. London/Oxford: Oxford University Press.
- Oatley, T. (2019). *International Political Economy: Sixth Edition*. Routledge.
- Okoli A. C. (2023). Al Qaeda\*: Scoping and countering jihadist nebula in West Africa. In: Kieh Jr. G. K.,

- Okoli A. C., Atelhe G. A. (2021). Africa and the ‘globalization bargain’: Towards a collective economic security. *Austral: Brazilian Journal of Strategy and International Relations*. Vol. 10. N. 19. Pp. 230–251. <https://doi.org/10.22456/2238-6912.113344>
- Okoli A. C., Ngwu C. (2019). Borderlines, Natural Resources and Conflicts: Towards a territorial materialism of boundary disputes in East Africa. *Central European Journal of International and Security Studies*. 13(2), 91–110. <https://doi.org/10.51870/CEJISS.A130203>
- Okoli, A. C. (2001). The political economy of intra-party opposition in Anambra State, 1999-2001. B.Sc. Project submitted to the Department of Political Science, Nnamdi Azikiwe University, Awka. Nigeria.
- Okoli, A. C. (2014). The State and the Global Economic Meltdown: Challenges and Options of Crisis Management in Nigeria (pp.376-386). In Biereenu-Nnabugwu, M. (ed.), *The State and the Global Economic Crisis*. Nigerian Political Science Association.
- Okoli, A. C. (2017). Globalisation and extractive economy: A study of Nigerian petroleum sector (589-608). In: U.A. Tar, M.E.U. Tedheke, and E. B. Mijah (eds), *Readings in globalization and development in Africa*. Kaduna: Nigerian Defence Academy Press.
- Omotola, J. S. (2023). The reincarnation of military coups in Africa. The 2023 Clause Ake Memorial Lecture, Uppsala, Sweden, Tuesday 28 November 2023,15:15- 17:00 (CET)
- Pollichieni, L. (2021). A crowded place with few solutions: Old and new players in the geopolitics of the Sahel. *Conflict & Resilience*, October.<https://www.accord.org.za/analysis/a-crowded-place-with-few-solutions-old-and-new-players-in-the-geopolitics-of-the-sahel/>
- Walker, S. W. & Simon, A. M. 1985. “Analysing claims of sovereignty in international economic disputes”. *Northwestern Journal of International Law and Business*, 7 (1),1-11.

## RESUMO

Este estudo explora como o Sahel emergiu como um espaço de disputa de influência, interesses competitivos, recursos e mercados. O artigo propõe que a economia geopolítica do Sahel é caracterizada por uma nova disputa – uma disputa multipolar entre potências globais e regionais – por domínio e vantagem estratégica, com implicações de longo alcance para a soberania dos Estados-membros, bem como para a estabilidade e o desenvolvimento regionais. O artigo destaca as questões complexas que sustentam a evolução do cenário geopolítico no Sahel e o que elas representam para a agência africana e suas virtudes soberanas, especialmente nos âmbitos da economia e da geoestratégia.

## PALAVRAS-CHAVE

Geopolítica, Potências Globais, Multipolaridade, Economia Política, Soberania, a Partilha

Recebido em 5 de setembro de 2024

Aprovado em 21 de maio de 2025

Traduzido por Cássio D. Monteiro D'Ávila

# ENERGIA E RECURSOS NATURAIS NA RELAÇÃO ARGENTINA-CHINA: INTERESSES, COOPERAÇÃO E DESAFIOS<sup>1</sup>

Julian Bilmes<sup>2</sup>

## Introdução

As relações entre a República Popular da China (RPC) e a América Latina e o Caribe (ALC), em geral, e a Argentina, em particular, têm aumentado consideravelmente nas últimas duas décadas. Em 2022, o comércio entre a China e a ALC atingiu um recorde de 485 mil milhões de dólares, e no final de 2021, o stock de investimento chinês na região atingiu 693 bilhões de dólares, representando um quarto do total do investimento chinês no estrangeiro (CEPAL, 2023). A energia, os alimentos e as matérias-primas representam os principais interesses da China na América Latina, com base nas suas excelentes dotações nessas áreas e nas necessidades chinesas de segurança alimentar, energética e de abastecimento.

No caso da Argentina, para além do seu papel histórico de destaque na produção agrícola, o país possui recursos de classe mundial de lítio (um dos minerais críticos para a transição energética), hidrocarbonetos (petróleo e gás) e algumas energias renováveis como a solar e a eólica, para além de importantes capacidades e recursos noutras fontes energéticas como a nuclear e a hidroelétrica. É por isso que a energia e os recursos naturais (RN) têm representado um dos principais temas das relações bilaterais nos últimos anos.

A Argentina e a RPC mantêm relações diplomáticas desde 1972,<sup>3</sup> e

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado de uma pesquisa financiada com o apoio do Fudan Development Institute (FDDI), Fudan University, China, por meio do Programa FLAUC Fellow 2023.

<sup>2</sup> Pós-doutorando vinculado ao Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET – Argentina). Universidad Nacional de La Plata, La Plata, Argentina. E-mail: jbilmes@fahce.unlp.edu.ar. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1170-1526>.

<sup>3</sup> Como assinala Oviedo (2023), nesse ano a República Argentina reconheceu a República Po-

desde o final do século passado iniciaram um processo de fortalecimento das suas relações através da assinatura de numerosos acordos bilaterais de investimento e comércio. Já no novo século, e no âmbito da política chinesa de Going Out, os dois países assinaram uma Parceria Estratégica em 2004, seguida nos anos subsequentes por outros instrumentos como o Diálogo Estratégico para a Cooperação e Coordenação Económica, em 2010, e a ampliação da associação bilateral com a assinatura de uma Parceria Estratégica Abrangente em 2014. Mais recentemente, a Argentina aderiu a iniciativas internacionais de base chinesa como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), em 2020, e a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), em 2022, por ocasião do Ano da Amizade e Cooperação China-Argentina (devido ao 50º aniversário do estabelecimento de laços diplomáticos formais). Adicionalmente, por impulso do Brasil e da China, o país foi convidado, em 2023, a integrar o fórum alargado BRICS+, embora, finalmente, o atual governo argentino, assumido em dezembro de 2023, tenha desistido de aceitar este convite gerido pelo anterior governo.

Ao longo deste processo de reforço da relação bilateral, o comércio entre a Argentina e a China passou de dois bilhões de dólares em 2000 para mais de vinte e cinco em 2023, ou seja, multiplicou-se 15 vezes, o que levou a RPC a tornar-se o segundo parceiro comercial da

1 Universidad Nacional de La Plata. La Plata, Argentina. E-mail: jbilmes@fahce.unlp.edu.ar / ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1170-1526>.

2 Como assinala Oviedo (2023), nesse ano a República Argentina reconheceu a República Popular da China como o governo legítimo do país. Até então, o país reconhecia a chamada República da China - governo do Kuomintang confinado em Taiwan desde a revolução - como o legítimo desde 1945, data do primeiro estabelecimento de relações diplomáticas entre as duas nações.

anterior. Ao mesmo tempo, a China desempenhou nos últimos anos um papel fundamental para a economia argentina como destino das suas exportações, principal financiador de grandes projectos de infra-estruturas energéticas e de transportes e expansão das reservas do Banco Central (através do mecanismo de swap).

---

pular da China como o governo legítimo do país. Até então, o país reconhecia a chamada República da China - governo do Kuomintang confinado em Taiwan desde a revolução - como o legítimo desde 1945, data do primeiro estabelecimento de relações diplomáticas entre as duas nações.

Existem várias abordagens na literatura econômica especializada sobre a ligação entre RN e desenvolvimento (Altomonte & Sánchez, 2016; Schteingart, 2017; Katz, 2021). A este respeito, brevemente, podem ser assinaladas as seguintes posições: A) o postulado do estruturalismo latino-americano quanto à deterioração tendencial dos termos de troca, segundo o qual o padrão de especialização na exportação de bens primários dos países periféricos dificulta a superação da condição de subdesenvolvimento; B) a teoria das vantagens comparativas da escola neoclássica e seu postulado liberal segundo o qual cada país se beneficia ao se especializar naquela atividade para a qual tem melhores condições e onde é mais eficiente, seja a RN ou a manufatura; C) as teorias da “maldição” da RN e os postulados segundo os quais a abundância destes recursos conduziria ao aprofundamento de relações internacionais desiguais, à corrupção, ao atraso económico, à volatilidade macroeconómica e/ou à depredação ambiental; D) certos postulados neo-estruturalistas e neo-schumpeterianos que afirmam que a RN pode constituir alavancas de desenvolvimento e de inovação no caso de se conseguir uma maior diversificação produtiva baseada em ligações com outras actividades e com os sistemas nacionais de inovação. Adicionalmente, algumas perspectivas recentes questionam os postulados anteriores, considerando que grande parte das estratégias de desenvolvimento suportadas pela RN e pela inovação são afetadas multidimensionalmente por novas relações centro-periferia que tensionam as ideias de soberania e de desenvolvimento económico (Sztulwark, 2020; Bilmes et al., 2022; Kataishi & Brixner, 2023).

Para alguns estudiosos, a China recria na América Latina o processo de dependência, posicionando a maioria dos países como fornecedores de RN nas cadeias globais de valor controladas pelo gigante asiático, enquanto a região mantém seu histórico carácter extrativista e inserção periférica na economia mundial (Svampa & Slipak, 2018). Alguns dados da relação bilateral poderiam corroborar essa perspectiva (extraídos de CEPAL, 2023), uma vez , a par da crescente relação económica China-América Latina nas últimas duas décadas, tem-se verificado uma tendência de reprimarização do padrão exportador regional, uma vez que as matérias-primas básicas passaram de representar, em média, 31% do total das exportações no triénio 2000-2002, para 80% no período 2020-2022. Em contrapartida, as exportações de produtos manufacturados baseados em recursos naturais passaram de 48% para 14%, e a repartição do comércio bilateral por nível de intensidade tecnológica mostra que a região só tem um excedente de bens primários. Se esta ligação com a China for prosseguida, existem certos riscos económicos de aprofundamento de um perfil exportador primário sem valor acrescentado na origem, de desindustrialização e de perda de complexidade económica das

matrizes produtivas locais.

Observando os factos precedentes, mas com uma perspectiva diferente, tem sido sugerida a existência de uma geoeconomia híbrida da China na América do Sul (Salgado Rodrigues, 2021), que apresenta uma cooperação paradoxal, cujos benefícios também podem ser prejudiciais para a estrutura industrial e a matriz produtiva, devido às assimetrias, envolvendo tanto o desenvolvimento como a dependência (ou o desenvolvimento do subdesenvolvimento, nos termos de André Gunder Frank, 1967). Assim, coloca-se aqui a questão de como transcender as lógicas do sistema mundial de base ocidental, do desenvolvimento desigual e combinado do processo de acumulação de riqueza e poder, da dinâmica centro-periferia e das regras do jogo da globalização neoliberal, tão nefastas para a América Latina (Martins, 2020). Neste sentido, e em consonância com Fernández et al. (2023), alguns desafios articulados para a agenda bilateral podem ser propostos em termos de agregação de valor e desenvolvimento de capacidades e complexidade locais, conexões com redes de produção locais, transferência de tecnologia e cooperação em P&D, relações com comunidades locais e mitigação de impactos socio ambientais, entre outros.

Pode ser proposta uma agenda bilateral, em termos de valor acrescentado e de desenvolvimento das capacidades e da complexidade locais, de ligações com redes de produção locais, de transferência de tecnologia e de cooperação em I&D, de relações com as comunidades locais e de atenuação dos impactos socioambientais, etc.

Neste contexto, o objetivo deste artigo é analisar o papel que a energia e o NR desempenham na relação Argentina-China para indagar que tipo de desenvolvimento se delineia, tendo em conta os interesses e apostas de cada uma das partes, e os êxitos e obstáculos dos numerosos acordos de cooperação nestes domínios. As questões preliminares que se colocam são as seguintes: Qual é o estado da situação, as tensões, os obstáculos e os desafios desta agenda bilateral? Até que ponto a proclamada Cooperação Sul-Sul e as relações internacionais win-win são uma reprodução da clássica relação centro-periferia? A perspetiva teórica baseia-se em alguns postulados das escolas da dependência e do sistema-mundo, da economia política estruturalista heterodoxa e latino-americana, articulados com a perspetiva geopolítica. A estratégia metodológica adopta uma abordagem híbrida, combinando a revisão de fontes documentais, institucionais e jornalísticas com a análise de indicadores económicos e informação retirada de algumas entrevistas a informadores-chave, a par da revisão de literatura especializada.

Este artigo está estruturado da seguinte forma. Após esta introdução, analisa-se a ascensão da China contemporânea e os seus esforços maciços

no fornecimento de energia e NR, uma área em que a América Latina e a Argentina têm grandes esforços. Em seguida, é apresentado o fortalecimento da relação Argentina-China, destacando o papel proeminente que a energia e a RN desempenham nessa relação. A secção seguinte consiste numa visão geral das principais áreas de interesse e cooperação bilateral: petróleo e gás, energia nuclear e hidroelétrica, energia eólica e solar, mineração e a posição de destaque do lítio, o “mineral estrela” para a atual agenda de transição energética. Em seguida, é efectuado um balanço analítico, observando o principal tipo de realizações, obstáculos e desafios que surgiram panorâmica. Por fim, são apresentadas as considerações finais, com as considerações decorrentes do estudo realizado e as perspectivas para o relacionamento bilateral.

## **A ascensão da China contemporânea e as suas relações com a América Latina**

De acordo com a leitura aqui efectuada, neste século XXI, o sistema mundial está a viver uma transição histórico-espacial, assente no declínio da hegemonia anglo-americana e ocidental a par da ascensão das forças emergentes e multipolares com centro na Ásia-Indo- Pacífico, Eurásia e China (Autor et al., 2024). A RPC implementou, desde o início deste século, a sua estratégia Going Global, complementada uma década depois com a BRI, para expandir a sua presença global em todo o globo, na qual a promoção de projectos de infra- estruturas de abastecimento de energia e de RN como hidrocarbonetos e minerais desempenham um papel cada vez mais importante.

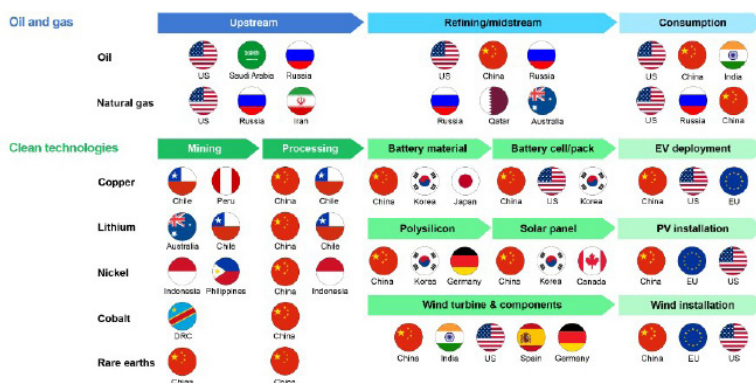
Um importante motor deste processo é a agenda da transição energética, baseada no fenómeno das alterações climáticas. A RPC tem impulsionado planos maciços de descarbonização, incluindo os seus investimentos estrangeiros, que impulsionam uma reconfiguração energética global, uma vez que a China representa sozinha cerca de um terço das emissões globais de gases com efeito de estufa e promete a neutralidade carbónica, ou seja, que as suas emissões serão neutralizadas pela absorção do seu território, até 2060. Para ver este processo em alguns dados, basta notar que o crescimento económico da China em 2023 foi impulsionado pela indústria das energias limpas, incluindo setores como energia solar, eólica e nuclear, veículos eléctricos, eficiência e armazenamento energéticos, hidrogénio, caminhos-de-ferro e redes eléctricas (Myllyvirta, 2024).

Ao mesmo tempo, estes esforços chineses na transição energética

inscrevem-se também na corrida em torno da nova revolução tecno-produtiva em curso (a chamada “Quarta Revolução Industrial” ou “Indústria 4.0”), na qual a RPC se posicionou como um dos principais actores. Neste sentido, uma espécie de “tecnologias-chave nucleares” foi codificada em documentos de planeamento económico de alto nível, como o Décimo Quarto Plano Quinquenal, em 2020, implicando a aposta na construção de complexos nacionais de investigação-industriais para as mesmas, sendo que a “tecnologia de campos de petróleo e gás” e a “energia nuclear” estão incluídas nas dez tecnologias para 2020, e as “fontes de energia emergentes” são uma das nove tecnologias-chave nucleares para 2030 (The Center for Strategic Translation, 2022).

Como mostra Nedopil (2023), a energia aparece como o principal setor de investimento da BRI, com cerca de um terço e metade do investimento total ao longo da primeira década da iniciativa. No início, o carvão e o petróleo tinham um papel importante, com cerca de metade do investimento em energia, mas este diminuiu fortemente, especialmente o carvão, enquanto as fontes renováveis, como a solar e a eólica, aumentaram a sua participação (de cerca de 5% para mais de 40%), e outras, como a hidroelétrica e o gás, oscilaram em torno de 10/30% cada. Ao mesmo tempo, a geopolítica da energia passou a ter um papel de destaque na política mundial nos últimos anos, especialmente em função do caos sistêmico global e do acirramento da disputa por recursos naturais estratégicos em função da pandemia de Covid-19 e da nova etapa da guerra na Ucrânia. Nesse quadro, observa-se uma tendência de fragmentação geopolítica das cadeias de suprimentos em função da crescente presença dos objetivos de segurança nacional ocidentais em detrimento dos imperativos económicos da globalização das últimas décadas. O papel proeminente da China nesta concorrência global pode ser observado mais adiante.

**Figura 1: Lideranças indicativas das cadeias de abastecimento de petróleo e gás, minerais críticos selecionados e tecnologias de energia limpa**



IEA. All rights reserved.

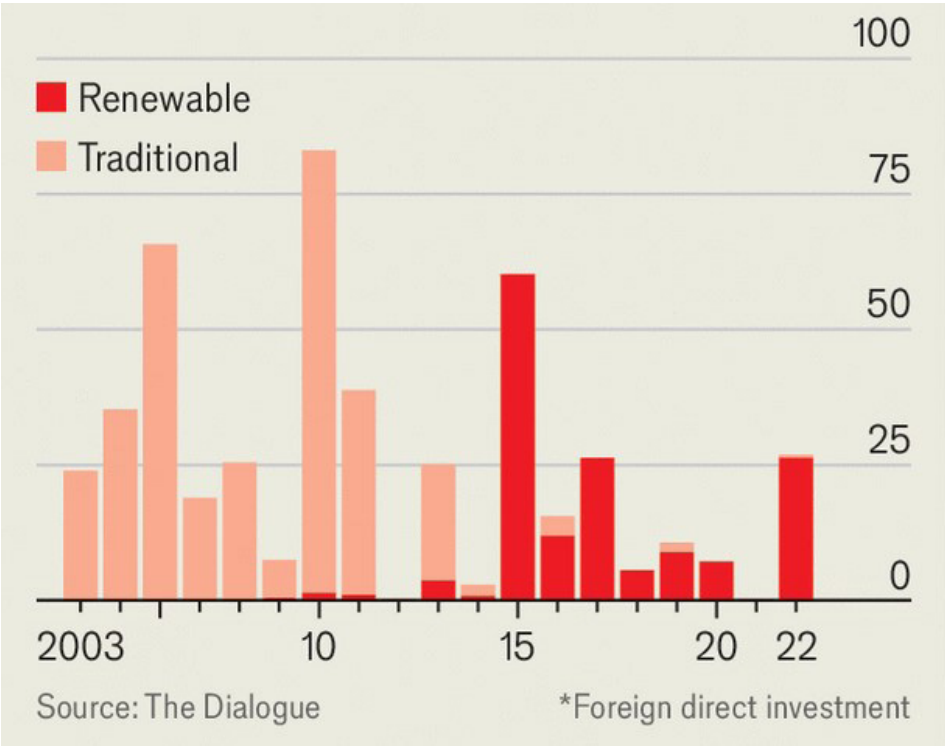
Notes: DRC = Democratic Republic of the Congo; EU = European Union; US = United States; Russia = Russian Federation; China = People's Republic of China. Largest producers and consumers are noted in each case to provide an indication, rather than a complete account.

**Fonte: Agência Internacional da Energia (2021).**

Sendo a grande oficina industrial do mundo e um enorme mercado consumidor em plena expansão, a China é o maior importador mundial de matérias-primas. Neste sentido, a relação com a América Latina, grande produtora deste tipo de bens críticos como os alimentos, a energia e os minerais, é estrutural. Isto traduz-se em números: o volume de comércio entre a China e a América Latina aumentou 35 vezes neste século, passando de 14 bilhões de dólares em 2000 para

500 bilhões de dólares em 2022 (CEPAL, 2023). De acordo com dados do Conselho Chinês para Promoção do Comércio Internacional, esta região é o segundo maior destino do investimento estrangeiro da China, com mais de 2.700 empresas chinesas a operar na região (Rey, 2022, citado em Sales, 2023). Tem havido um desembarque maciço e crescente de chineses na região através de comércio, investimentos, empréstimos, aquisição de empresas e terras, e acordos e projectos conjuntos ao longo das últimas duas décadas. Com base na crescente demanda chinesa e em diversos acordos bilaterais, a China tornou-se o segundo parceiro comercial da ALC, depois dos EUA, e o primeiro da América do Sul. Ao mesmo tempo, a energia tem representado um item relevante do IED chinês para a região, como verá a seguir.

Figura 2: IDE chinês no sector da energia na América Latina e no Caribe



Nota: é medido como percentagem do total do IDE chinês na região.  
Fonte: The Economist (2024a).

Como assinalam Cao et al. (2020), desde 2012 a América Latina tem vindo a reforçar continuamente a sua posição na perspectiva diplomática da China. O item “Energia e recursos” apareceu tanto como uma das seis áreas de cooperação prioritárias do quadro de cooperação pragmática China-América Latina, conhecido como “1+3+6”, que Xi Jinping propôs durante a sua visita à região em 2014, como também figurou como uma das dez áreas do Plano de Ação Conjunta para a Cooperação em Áreas-Chave China-CELAC (2022-2024). No entanto, o investimento da China na América Latina tem apostado em transcender a energia e o NR para abranger formas mais diversificadas de produção, cooperação e intercâmbio, em âmbitos como o ensino superior, a cultura, o turismo, o desporto e a ciência e tecnologia. Em 2018, os países latino-americanos foram convidados a integrar o BRI como uma “extensão natural” da Rota da Seda Marítima do século XXI. Atualmente, 22 países da

região já aderiram a esta iniciativa, enquanto doze assinaram uma parceria estratégica ou estratégica abrangente com a RPC (Gao, 2023, citado em Juste, 2024).

## **Relações Argentina-China: papel preponderante da energia e dos recursos naturais**

A República Argentina foi o primeiro dos grandes países da região a aderir ao BRI, assinando em fevereiro de 2022 o Memorando de Entendimento (MoU) e treze acordos secundários entre agências estatais e empresas de cada lado em diferentes áreas, três dos quais se referem aos tópicos desta investigação: A) cooperação em energia limpa e desenvolvimento sustentável; B) cooperação em energia nuclear com ênfase em medicina nuclear; C) acordo para a criação de um Centro de Cooperação em Geociências China- Argentina. Nesse evento, foi anunciado um importante montante de investimento na ordem dos 23 bilhões de dólares, que seria obtido em duas parcelas: uma, já aprovada, de 14 bilhões de dólares no âmbito do mecanismo de Diálogo Estratégico de Cooperação e Coordenação Económica (DECCE) e outra de cerca de 9,7 bilhões de dólares, que a Argentina apresentaria ao Grupo Ad Hoc criado para a sua entrada na BRI. No portfólio do DECCE, a energia desempenha um papel crucial, considerando os seguintes sete dos dez projectos totais: as barragens patagônicas “Kirchner-Cepernic”, a quarta central nuclear “Atucha III”, o parque eólico e solar “Cerro Arauco”, a expansão da central fotovoltaica “Cauchari”, a segunda fase do grande gasoduto “Transport.Ar”, a linha de transmissão de energia elétrica “AMBA I”, e a linha de transmissão elétrica e o gasoduto “Cierre Energético Norte” (DangDai, 2023).

Depois, em junho de 2023, os dois países foram mais longe, assinando o Plano de Cooperação para o BRI, que implica um “roteiro” da entrada da Argentina na iniciativa com uma lista de projectos conjuntos específicos. Nessa lista, que apresenta um papel proeminente das infra-estruturas (caminhos-de-ferro, vias, pontes, aquedutos, etc.), a energia e a RN ocupam um lugar importante, com quatro dos seis projectos prioritários: os parques eólicos “Antonio Morán” e “El Escorial”, a central hidroelétrica “Potrero del Clavillo - El Naranjal”, um sistema de transporte elétrico na província de Buenos Aires e o projeto de energia regenerativa “Bio Futuro”; e várias das dezessete obras complementares, como a central fotovoltaica e o lago de sal de lítio “Tres Quebradas”, as centrais fotovoltaicas “Villa María de Río Seco” e “Cura Brochero”, a central fotovoltaica “Ibarreta” e a central termoelectrica “Manuel Belgrano II” (China Observatory, 2023a, 2023b).

Outros eventos de 2023 também ilustram o papel relevante da energia e da RN na intensificação da agenda de cooperação bilateral. Em primeiro lugar, a Argentina apresentou vinte projetos de energias renováveis com financiamento chinês - sendo muitos deles os mesmos que integram o Plano de Cooperação para a BRI - no âmbito da Green Belt & Road e da Global Civilization Initiative, que foram lançados pela RPC nos últimos anos. De facto, perante a agenda global de transição energética e com base no seu grande potencial em diferentes tipos e fontes de energia limpa, o país tem visto a China como um aliado fundamental para esta missão. Em segundo lugar, foi aprovado o primeiro empréstimo do AIIB para o país, destinado à construção do parque eólico “Río Grande” na província mais a sul da Terra do Fogo, no valor de 65 milhões de dólares. Em terceiro lugar, foi assinado um Memorando de Entendimento de cooperação científico-tecnológica sobre recursos naturais e transição energética, por ocasião da missão oficial do então ministro argentino da Ciência e Tecnologia na China, tendo sido acordado promover o investimento chinês na industrialização do lítio argentino para a indústria automóvel. Por último, foi anunciada a construção de duas fábricas em Bahía Blanca para a produção de fertilizantes (ureia e NPK) pelo China Potassium Chemical Group, por cerca de 1250 milhões de dólares, juntamente com a assinatura de um acordo de cooperação em I+D+I para a produção de fertilizantes utilizando potássio de salmouras argentinas.

O investimento chinês no país cresceu rapidamente na última década, devido ao fortalecimento da relação bilateral, e tornou-se um dos principais receptores de investimento e financiamento chinês na América Latina. De acordo com o AidData's Global Chinese Development Finance Dataset do “William & Mary's” Global Research Institute, a Argentina foi o terceiro receptor de financiamento chinês da região entre 2000 e 2017, com o mesmo nível do Equador e muito abaixo da Venezuela e do Brasil (Sales, 2023). Entre 2007 e 2020, a Argentina recebeu cerca de US\$ 13 em investimentos de empresas chinesas (Treacy, 2023). Mais da metade do investimento chinês anunciado foi destinado à mineração (58%), seguido por imóveis (27%), energia (4%), máquinas industriais, equipamentos e ferramentas (4%), automóveis e motocicletas (3%) e alimentos e bebidas (3%). Ao mesmo tempo, entre 2000 e 2020, a Argentina recebeu empréstimos de bancos e agências governamentais chinesas superiores a US\$ 28 bilhões, nos quais a geração de energia apareceu como o principal setor de empréstimos chineses no país (33%), seguido por transporte e armazenamento (22%), e indústria, mineração e construção (6%) (Moretti & Fernández, 2022). No nível subnacional, oito das vinte e três províncias argentinas têm a China como principal destino de suas exportações (D'Angelo et al., 2023, citado em Juste, 2024).

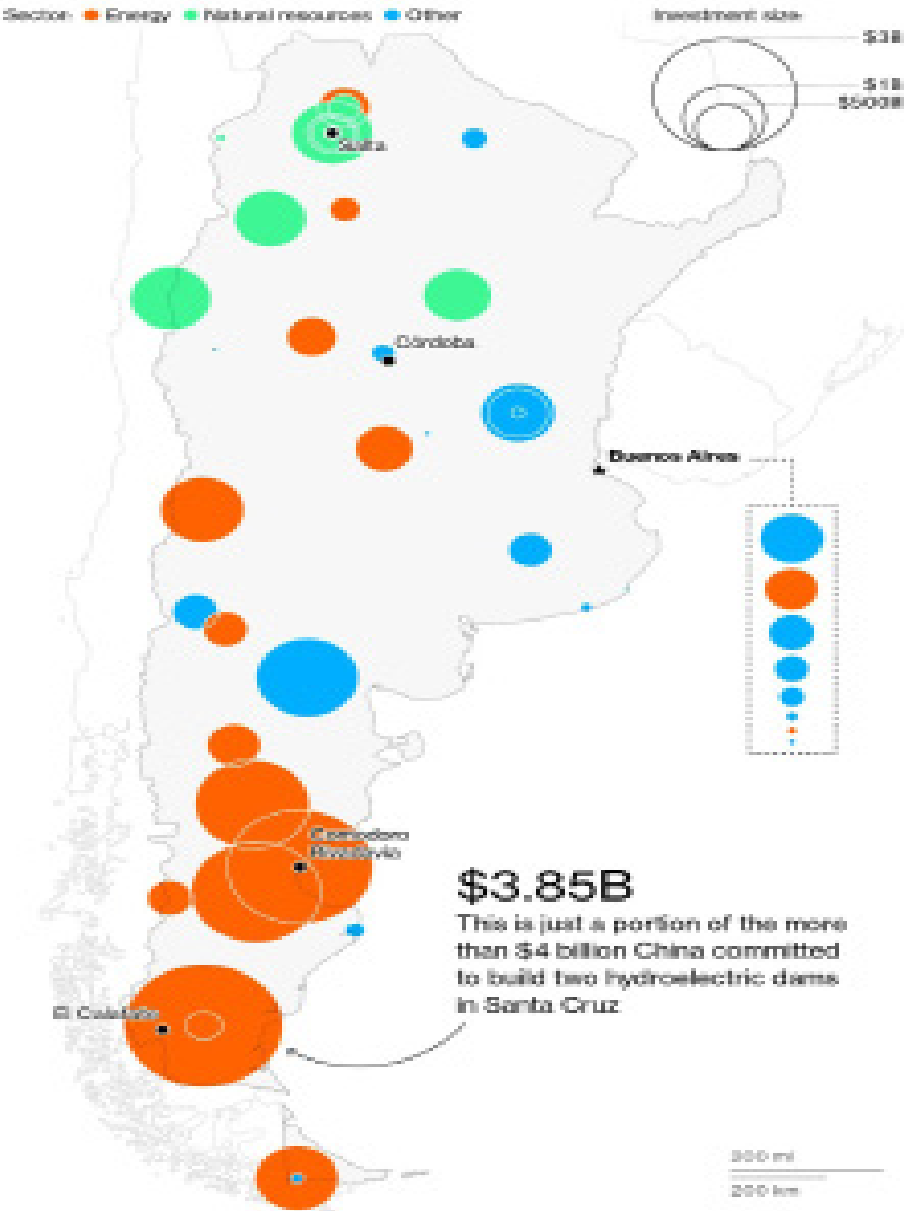
A matriz produtiva argentina sofreu um processo de desindustrialização a partir do final dos anos 70, juntamente com uma crescente demanda por matérias-primas relacionadas ao RN.<sup>4</sup> Na última década, tem sido levantada a aposta no estabelecimento de novos complexos exportadores fornecedores de moeda, item que aparece como o principal problema da estabilidade macroeconômica do país (a chamada “restrição externa ao crescimento”), com base no grande posicionamento argentino em termos de energia e mineração no cenário econômico mundial contemporâneo. Neste quadro, existe uma luta de orientações estratégicas sobre a forma específica que este processo poderia assumir e em torno das estratégias de desenvolvimento.

Na imagem seguinte pode observar-se a relevância destes tópicos para a China.

---

4 A participação da indústria no PIB argentino atingiu um nível máximo de mais de 50% ca. 1976 e um nível mínimo de cerca de 22% ca. 2017 (Haro Sly, 2023).

Figura 3: Investimentos chineses na Argentina e o papel proeminente da energia e dos recursos naturais



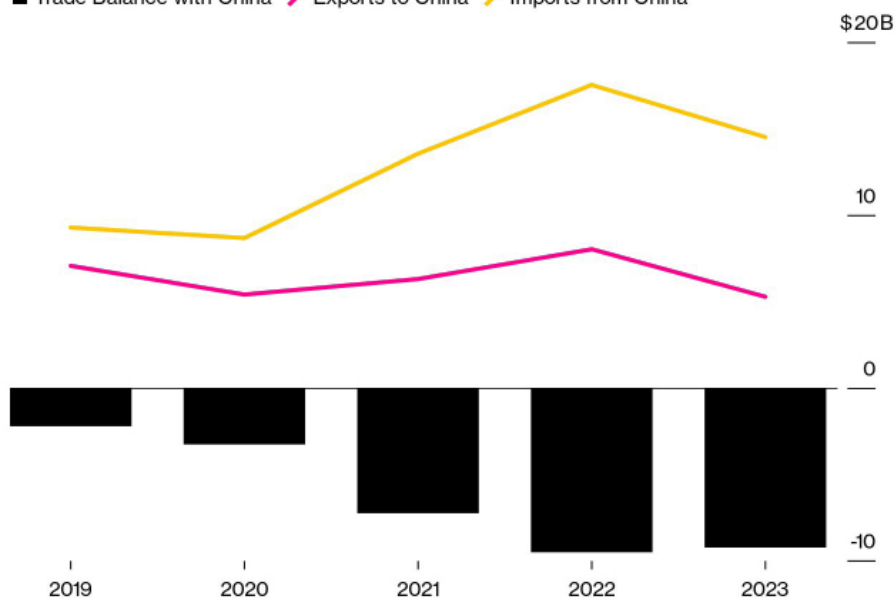
Fonte: Gilbert & Tobias (2024), com base em dados retirados do Núcleo do Milénio sobre os Impactos da China na América Latina e nas Caraíbas.

Observando os dados do comércio bilateral em 2023, nota-se que as exportações argentinas para a China estão concentradas em poucos produtos, cerca de 45% cada, tanto para produtos primários quanto para bens manufaturados de origem agrícola (China Observatory, 2023a), e os principais produtos consistem em derivados de soja, carne bovina congelada, grãos de sorgo e cevada, camarões e carbonato de lítio. As importações chinesas, por seu lado, são mais diversificadas, rondando os 25/30% para bens intermediários, bens de equipamento e peças e acessórios para bens de equipamento, sendo o restante composto por veículos e combustíveis, e os principais produtos consistiram em componentes para smartphones, televisores e outros artefatos eléctricos, automóveis e autopeças, fertilizantes e geradores eléctricos. Desde 2008, tem-se registado um défice comercial bilateral crescente, como se pode observar na imagem seguinte para os últimos cinco anos:

Figura 4: Balança comercial entre a Argentina e a China

#### Argentina Has a \$9.2 Billion Trade Deficit With China

■ Trade Balance with China    Exports to China    Imports from China



Source: Bloomberg Economics

Bloomberg

Fonte: Gilbert & Tobias (2024).

Este déficit é uma das maiores preocupações dos líderes e decisores políticos argentinos. sentido, o Chefe da Secção de Investimento e Comércio da Embaixada da Argentina na China expressou as seguintes ideias:

A Argentina não explorou plenamente as suas vantagens comparativas e a sua extrema complementaridade com a China ao contrário de outros países da região, que creio terem uma melhor compreensão deste facto. Devemos observar o que fizeram os países vizinhos, como o Brasil ou o Chile, que têm saldos totalmente excedentários na sua relação com a China,<sup>5</sup> e a forma foi apostar na mineração e na energia. O problema da Argentina é que estes dois setores estão totalmente subdesenvolvidos, pelo que aí reside a grande oportunidade para o país ter um comércio equilibrado com a China. A Argentina tem de criar as condições para que estes setores sejam competitivos e para equilibrar o comércio com a China; caso contrário, teremos uma relação deficitária (comunicação pessoal, 5 de dezembro de 2023).

Nesse sentido, em 2023, juntamente com a assinatura do Plano de Cooperação para o BRI e várias visitas de alto nível à China, que incluíram reuniões com as principais empresas de mineração chinesas, foi expresso um compromisso de impulsionar o grande potencial do lítio argentino, um mineral crítico fundamental para a transição energética global. Foi lançada a primeira Câmara de Comércio Argentino-Chinesa e os líderes argentinos manifestaram a vontade de estabelecer um tipo de exploração mineira com valor acrescentado local, empregos, fornecedores e capacidades, ligações com as comunidades locais e cumprimento das normas ambientais. Ao mesmo tempo, com o objetivo de acelerar a relação comercial e eliminar a intermediação, foi anunciada a abertura do comércio direto entre os dois países através do RMB, e - não casualmente - teve lugar a primeira operação de investimento direto através da moeda chinesa no país, pelo Banco da China e para impulsionar o negócio mineiro chinês, especialmente no lítio (DangDai, 2023).

## Energia e minas: panorâmica dos principais domínios de interesse bilateral

---

5 Observando os dados disponíveis para dimensionar esta ideia, estes grandes excedentes em 2020 ascendiam a quarenta mil milhões de dólares para o Brasil, oito mil milhões para o Chile e ainda três mil milhões para o Peru (Bustelo & Rubiolo, 2023).

É bem conhecido o potencial energético da Argentina, devido à sua grande radiação solar na área da cordilheira para a produção de energia fotovoltaica, alguns dos melhores ventos do planeta na região da Patagônia para a energia eólica terrestre, o campo de Vaca Muerta e as suas enormes reservas de petróleo e gás não convencionais, a terceira maior reserva de lítio do mundo, juntamente com algumas novas fontes promissoras de produção e armazenamento de energia, como o seu potencial marítimo para o desenvolvimento da energia das ondas e das marés, hidrogénio verde, biocombustíveis e muito mais. Em seguida, é apresentada uma panorâmica geral dos principais sectores, detalhando a presença das empresas chinesas, os projectos bilaterais e os acordos de cooperação.

## Hidrocarbonetos

É um ditado popular que diz que a Argentina é um país com petróleo e gás (O&G), mas não um país petrolífero, como a Venezuela e os países do Médio Oriente. Essa ideia começou a ser contestada a partir de 2010 com o boom da formação geológica “Vaca Muerta”, localizada centro-oeste do território, rica em hidrocarbonetos não convencionais: gás e petróleo de xisto e tight, principalmente. Os seus recursos de classe mundial foram estimados pela Administração de Informação Energética dos EUA como o segundo maior recurso de gás não convencional (cerca de 308 trilhões de pés cúbicos de gás) e o quarto em termos de petróleo não convencional (cerca de 16 bilhões de barris de petróleo), colocando a Argentina como o terceiro país do mundo em termos recursos de gás de xisto tecnicamente recuperáveis, depois da China e dos EUA.

A China, por seu lado, é um ator importante no setor dos hidrocarbonetos, sendo o segundo maior consumidor de petróleo e o terceiro de gás natural, o segundo em termos de capacidade de refinação de petróleo e situando-se entre os dez primeiros em termos de produção de petróleo e gás. Uma grande parte das suas capacidades é controlada por empresas estatais, como as suas empresas petrolíferas nacionais (NOC) China National Petroleum Corporation (CNPC) - e a sua filial PetroChina -, China Petroleum & Chemical Corporation (Sinopec) e China National Offshore Oil Corporation (CNOOC). Na Argentina, o investimento chinês no sector da energia começou a desempenhar um papel importante entre 2010 e 2011, quando duas das três principais NOC entraram no sector do petróleo e do gás argentino: A Sinopec comprou a subsidiária argentina da empresa norte-americana Occidental Petroleum por US\$ 2,45 bilhões, alcançando alguns anos depois o quinto lugar em termos extração de petróleo no país, e a CNOOC adquiriu uma

participação de 50% na empresa argentina Bidas, por US\$ 3 bilhões. Esta empresa local faz parte, juntamente com a BP, da Pan American Energy, que opera o maior campo de petróleo do país, o “Cerro Dragón”.

A empresa espanhola Repsol, que controlava a histórica NOC argentina, Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), desde a sua privatização entre 1993 e 1999, lançou uma campanha de promoção da formação de Vaca Muerta desde 2010, e em 2012 estava a negociar com empresas transnacionais como a CNOOC e a Sinopec a venda da sua participação de 57% na YPF, valorizada pelo boom de Vaca Muerta. Não obstante, devido à responsabilidade da Repsol frente à YPF sobre o déficit energético nacional, e em relação posicionamento global dos hidrocarbonetos não convencionais de Vaca Muerta, o governo argentino desse momento decidiu a expropriação da YPF, numa medida que caracterizamos como uma renacionalização híbrida (Autor, 2022, 2023).

A nova administração tentou estabelecer joint ventures com empresas chinesas, entre outras, para impulsionar o investimento em Vaca Muerta, e em 2015 a YPF firmou um MoU com a Sinopec, dias antes da viagem presidencial argentina à China em que ambos os países assinaram uma série de acordos de cooperação bilateral para aprofundar a Parceria Estratégica Integral. A aposta era diversificar os aliados de interesses geopolíticos para o desenvolvimento de Vaca Muerta, na qual empresas norte-americanas, britânicas, francesas e alemãs haviam começado a operar. No entanto, o acordo entre a YPF e a Sinopec ficou sem efeito durante o governo seguinte de Mauricio Macri (2015-2019), que anunciou uma revisão dos termos e condições de todos os acordos assinados com a RPC nos anos anteriores, no âmbito de uma importante reestruturação da estratégia de desenvolvimento, da política externa e da cooperação internacional do país.

Em 2017, a Bidas, a BP e a CNOOC acordaram a fusão dos seus ativos, criando o Pan American Energy Group (PAEG), que se tornou a maior empresa privada de O&G do país e entrou em Vaca Muerta. O desenvolvimento desta promissora formação geológica foi impulsionado em grande escala pela renacionalizada YPF em associação com a empresa norte-americana Chevron desde 2013, e atualmente a NOC argentina detém a maior parte dos blocos (acima de 40%, principalmente em joint ventures com outras empresas). A PAEG, na qual a CNOOC detém uma participação de 25%, é um dos principais actores e o segundo produtor de petróleo do país. A Sinopec, por seu lado, abandonou o país em 2021, quando vendeu os seus ativos argentinos à empresa local CGC, e alguns fornecedores explicaram isso devido a problemas com os sindicatos e com a política energética e macroeconómica argentina (Bidegaray, 2021).

Durante a presidência de Alberto Fernández (2019-2023), a relação com

a China voltou a ganhar força, e foram assinados diferentes tipos de acordos para a construção da infraestrutura de distribuição da produção crescente exponencial de Vaca Muerta, especialmente um sistema de dutos e um trem, tanto para autoabastecimento quanto para exportação, e considerando os altos custos de capital e a enorme necessidade de financiamento e infraestrutura que o setor energético argentino possui (FARN, 2022). Entre 2020 e 2023, diferentes tipos de negociações e acordos foram alcançados entre o governo argentino e as empresas China Machinery Engineering Corporation (CMEC), Railway Construction Corporation Limited (CRCC), CRRC Corporation Limited e Yutong, por valores em torno de US\$ 900 milhões, para o projeto de readequação do Trem Norpatagônico, que liga a cidade de Añelo (“coração” de Vaca Muerta) ao porto de Bahía Blanca (uma rota de 800 km), a fim de facilitar a logística de suprimentos para a produção de O&G.

Paralelamente, em 2021, foi assinado um MoU com as empresas PowerChina e Shanghai Electric para a engenharia, concepção, fornecimento de equipamentos e financiamento do chamado sistema de gasodutos Transport.Ar (que incluía a construção de dois gasodutos e a extensão de vários gasodutos antigos), por mais de 3 mil milhões de dólares e com o financiamento previsto de bancos chineses para 85% das obras. Em 2022, foi assinado outro memorando de entendimento com a PowerChina, no valor de quase 2 bilhões de dólares, para a construção da segunda fase deste projeto de sistema de gasodutos, com destaque para a construção do chamado gasoduto “Néstor Kirchner” (de Saliqueló, na província de Buenos Aires, a San Jerónimo, na província de Santa Fé, com quase 500 km), sendo um projeto incluído no portfólio do DECCE. No entanto, a primeira fase do gasoduto foi atribuída à empresa ítalo-argentina Techint, graças aos termos e condições do concurso, em que as empresas chinesas que deveriam participar nem sequer apresentaram as suas propostas (FARN, 2022).

Finalmente, em 2023, na visita de alto nível da Argentina à China, quando foi assinado o Plano de Cooperação para o BRI, o Presidente da YPF, Pablo González, expôs os principais projetos argentinos (Valli, 2023): Sistema de produção e infraestrutura de Vaca Muerta, como o oleoduto “Vaca Muerta Sur”; “Palermo Aike”, o segundo maior player não convencional, na província de Santa Cruz, com potencial de recursos de um terço de Vaca Muerta e que estava a iniciar o seu primeiro poço exploratório; o projeto de centro de gás natural liquefeito (GNL) em Bahía Blanca;<sup>6</sup> e a segunda ronda de concursos para a exploração offshore no Mar da Argentina, que representa uma das fronteiras exploratórias mais extensas, com recursos a descobrir na ordem das dezenas de milhares de milhões de barris, de acordo com informações

---

6 Desde 2021, a China tornou-se o principal importador de GNL do mundo.

institucionais. González organizou reuniões de alto nível com o objetivo de convidar as empresas chinesas a investirem nesses projectos: com a CNPC e a CNOOC, a China Communications Construction Company (a principal empresa chinesa de infra-estruturas portuárias, especializada em terminais portuários de regaseificação), a COFCO (líder da indústria agrícola chinesa e uma das principais empresas agrícolas do mundo) e os bancos ICBC e CICC. Em consonância com este último ponto, foi anunciado que a YPF poderia entrar na Bolsa de Valores de Hong Kong, aumentando as oportunidades para as empresas chinesas adquirirem ações da YPF.

No entanto, apesar deste tipo de acordos e aproximações bilaterais, nada disso prosperou, e toda a agenda bilateral foi paralisada pelo novo presidente argentino, Javier Milei (2023- dias atuais), que acusou a China de ditadura comunista na campanha eleitoral e que fez um alinhamento subordinado com os EUA e o bloco ocidental.

## Energia nuclear

Nesta fonte de energia limpa e promissora, fundamental para a transição energética, a Argentina possui uma indústria nuclear madura, orientada por um Plano Nuclear e um forte papel do Estado desde a década de 1950. Atualmente, é um dos poucos países do mundo com capacidades de conceção e fabrico nesta área, tendo três centrais nucleares em funcionamento e sendo capaz de produzir e exportar pequenos reatores modulares (Hurtado & Haro Sly, 2023). A China, por seu lado, tem fortes capacidades de construção de energia nuclear e estabeleceu um sistema abrangente de indústria nuclear, surgindo como o principal ator neste domínio, considerando que a sua construção de reactores nucleares ultrapassa o resto do mundo e que está prevista a construção de 150 reactores nucleares na próxima década e meia, o que representa mais do que o que foi construído em todo o mundo nos últimos 35 anos (Bloomberg, 2022).

A cooperação entre os dois países nesta área remonta a 1985, com a assinatura de um acordo de cooperação para o uso pacífico da energia nuclear, que foi aprofundado em 2014, aquando da visita de Xi Jinping à Argentina, quando foi assinado um Acordo Intergovernamental de Cooperação Sino-Argentina para a Construção de uma Central Nuclear de Reator de Água Pesada na Argentina (Cao et al., 2023). Entre 2014 e 2015, durante os últimos anos do governo de Cristina Fernández de Kirchner, foram assinados acordos preliminares para a construção de duas centrais nucleares, denominadas “Atucha III e IV”, quatro décadas após a última construída no país, mas desde

então os planos iniciais foram modificados várias vezes (González Jáuregui, 2021). Embora em 2016, sob o governo de Macri, tenha sido assinado um memorando de entendimento para avançar em ambos os projectos, dois anos mais tarde, após o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) devido à crise financeira desencadeada nesse ano, o projeto Atucha IV foi cancelado<sup>7</sup> e foi alterado o esquema contratual para Atucha III, que passou de um consórcio entre as empresas Nucleoeléctrica Argentina (NASA) e China National Nuclear Corporation (CNNC), que incluía a transferência de tecnologia no domínio dos reactores PWR, para um contrato chave-na-mão (Hurtado & Haro Sly, 2023).

Em 2022, no âmbito da entrada da Argentina na BRI, a NASA e a CNNC assinaram um contrato de engenharia, aquisição e construção (EPC) para a construção da quarta central nuclear argentina (Atucha III) em Lima, província de Buenos Aires, com 1200 MW de geração de energia (registrada na carteira DECCE). Trata-se do maior projeto de investimento chinês na Argentina e de classe mundial no sector, avaliado em cerca de 9,2 mil milhões de dólares e que contempla um financiamento previsto de 85% pelo Banco Industrial e Comercial da China (ICBC) e o restante pelo tesouro nacional argentino. Prevê-se que esta central adopte o reator HPR1000, com tecnologia chinesa Hualong One, utilizando urânio enriquecido como combustível e água leve como refrigerante e moderador, com uma potência bruta de 1200 MW. Foram anunciadas estimativas de criação de mais de sete mil empregos diretos e a integração de cerca de 40% de fornecedores nacionais neste projeto, incluindo a transferência de tecnologia para o fabrico argentino de conjuntos de combustível.

Ao mesmo tempo, a empresa argentina de alta tecnologia Investigaciones Aplicadas (INVAP) e a empresa chinesa State Power Investment Corp. (SPIC) assinaram, no âmbito da ICR, um acordo de cooperação em medicina nuclear, aprofundado alguns meses depois com o acordo entre a INVAP e a Jiangxi Nuclear Power e o Shanghai Engineering Research and Design Institute para a exportação de reactores e a produção de isótopos médicos. No ano seguinte, este foi reforçado com outro acordo para a exportação argentina de tecnologia nuclear para as suas congéneres chinesas, especificamente sobre a conceção e construção de instalações de produção de radioisótopos e geradores de tecnécio para medicina nuclear, com tecnologia

---

<sup>7</sup> Esse primeiro projeto consistia numa central do tipo CANDU, com urânio natural e água pesada, e poderia ter implicado 70% de participação nacional. Foi afetado pela mobilização das comunidades locais contra o projeto devido aos seus impactos socioambientais, por volta de 2017, o que levou à proibição da instalação de centrais nucleares na província de Río Negro, onde o projeto estava previsto para se localizar.

argentina (Glezer, 2023). Além disso, a NASA assinou outro contrato com a CNNC para fornecer assistência técnica (serviços de engenharia) para apoiar o trabalho de retubagem para a renovação da Central Nuclear de Qinshan, na China, devido ao conhecimento argentino sobre a tecnologia CANDU. Estes casos podem ser vistos como um marco e um exemplo virtuoso para a Argentina, considerando que nesta área pode exportar e transferir tecnologia e, assim, quebrar a posição clássica de um país periférico (é um dos poucos países latino-americanos capazes de exportar este tipo de tecnologia), com base na massa crítica argentina, nas capacidades tecno-produtivas e no poder do Estado empresário nesta matéria (Hurtado & Haro Sly, 2023). Neste sentido, o INVAP e a Comissão Nacional de Energia Atômica da Argentina têm reconhecimento mundial pela capacidade e experiência de exportação de reatores de pesquisa, fornecimentos como radioisótopos e componentes nucleares qualificados para vários países como Austrália, Holanda, Índia, Egito e Argélia.

Não obstante, toda esta cooperação gerou alarmes nos EUA, que expressaram o seu desacordo sobre a construção de Atucha III, a central de Hualong I e o financiamento chinês, aduzindo o potencial roubo de informação por parte da China e a possibilidade de que a construção desta central pudesse gerar acidentes nucleares, e têm sido evidentes as pressões para a travar (Blinder & Vila Seoane, 2023). É por isso que um projeto como Atucha

III foram paralisados, juntamente com outros factores como a instabilidade macroeconómica argentina, o acordo com o FMI devido ao enorme empréstimo de 2018, as disputas políticas internas e a complexidade dos procedimentos financeiros e institucionais necessários. Finalmente, em 2024, Milei comprometeu-se com os EUA a parar ou cancelar este projeto e paralisou todo o desenvolvimento do sector nuclear argentino.

## Energia hidroelétrica

Este tipo de energia representa a maior fonte mundial de eletricidade a partir de recursos renováveis - neste caso, a água.<sup>8</sup> O poder chinês neste tipo de energia está bem representado na icónica barragem das “Três Gargantas”, localizada em Yichang, sobre o rio Yangtsé, inaugurada em 2003 e que se apresenta como a maior do mundo em extensão e capacidade instalada. Os

---

8 Como os grandes projectos hidroeléctricos podem afetar negativamente a disponibilidade de água, alterar os ecossistemas e as populações, na Argentina, apenas os pequenos projectos hidroeléctricos (até 30/50 megawatts) são considerados renováveis.

financiamentos chineses para infra-estruturas hidroeléctricas de grande escala, como a construção de barragens, têm vindo a aumentar nas últimas duas décadas, sendo que este tipo de geração de energia representa o segundo em termos de investimento e financiamento dos bancos de desenvolvimento chineses, cerca de 20% dos montantes totais no mundo desde 2000 (Gallagher, 2020, citado em González Jáuregui, 2021).

As barragens patagônicas “Néstor Kircher - Jorge Cepernic” no rio Santa Cruz são o maior projeto energético chinês na região, estimadas como as barragens de maior latitude e com maior capacidade produtiva da América do Sul, com 950 MW e 360 MW, respetivamente. Foram planeadas para tirar partido do caudal constante do rio Santa Cruz, o maior rio do país. Avaliadas em USD 4700, fazem também parte do portefólio da DECCE e representam o maior investimento chinês em curso no país (DangDai, 2023). O primeiro acordo foi assinado em 2015 entre Fernández de Kirchner e Xi, após um concurso público aberto em 2012, mas depois foi interrompido durante o governo seguinte.

O projeto foi retomado pelo governo de Fernández, em 2020, com um ritmo lento de avanço, a cargo da joint venture Represas Patagonia, integrada pela empresa chinesa Gezhouba (54%) e as suas congéneres argentinas Eling Energía -anteriormente denominada Electroingeniería- (36%) e Hidrocuyo (10%), e contemplou financiamento do Banco Chinês de Desenvolvimento, do ICBC e do Banco da China. A barragem de Cepernic atingiu um progresso de 42% dos trabalhos previstos e a barragem de Kirchner cerca de 20%, mas o projeto foi novamente paralisado pelo governo de Milei. Como mostra González Jáuregui (2021), tem sido amplamente criticado por causa de seus impactos ambientais e sociais negativos por diferentes organizações da sociedade civil argentina, e algumas ONGs apresentaram uma medida cautelar nos tribunais, mas o governo nacional a levantou em 2017 e aprovou a Avaliação de Impacto Ambiental do projeto, embora a disputa jurídica não tenha parado.

Outro projeto com incidência chinesa é o complexo hidrelétrico “Potrero del Clavillo - El Naranjal” (125MW), localizado nas províncias de Catamarca e Tucumán, estimado como o maior projeto hídrico do norte do país, avaliado em cerca de mil milhões de dólares. Este é um dos projectos incluídos no Plano de Cooperação BRI, planeado para ser construído por uma joint venture entre a Power China e a Panedile Argentina e em procura de financiamento internacional. Uma empresa comum das duas empresas está já a construir a barragem “El Tambolar” na província de San Juan, com uma capacidade de 70 MW.

## Energia eólica e solar

A Argentina possui recursos de energia solar e eólica de classe mundial, com alguns dos melhores potenciais fotovoltaicos (PV) nas regiões andinas e sub-andinas e alguns dos melhores ventos na região da Patagônia. Como González Jáuregui (2021), o país tornou-se um importante receptor de investimentos e financiamentos chineses para a implantação destes tipos de energia, enquanto a China aproveitou esta oportunidade para participar na estratégia de transição energética da Argentina. Isto obedece ao papel de liderança que a RPC tem assumido no processo de transição energética, explicando uma medida muito relevante do fabrico de tecnologias-chave de energia limpa, como a energia solar fotovoltaica (entre 60 e 90%) e as turbinas eólicas (40%) (Bian et al., 2024). A China aparece como o principal produtor e exportador mundial de painéis solares, exportando-os para a ALC juntamente com produtos fotovoltaicos como wafers de silício, células e módulos fotovoltaicos, e turbinas eólicas (Cao et al., 2020).

A Argentina tem vários projetos eólicos e solares nos mecanismos bilaterais descritos. Em primeiro lugar, a central solar fotovoltaica de Cauchari, localizada na província de Jujuy, que se apresenta como a mais alta do mundo (acima dos quatro mil metros de altitude) e o maior parque fotovoltaico chinês na ALC. A empresa provincial JEMSE, responsável pelo projeto, contratou a PowerChina e a Shanghai Electric para a engenharia, aquisição, construção e arranque, e a Talesun forneceu os painéis. A extensão prevista da capacidade, de 300 para 500 MW (fases IV e V), faz parte da carteira do DECCE (DangDai, 2023). Outro projeto da DECCE é a expansão do parque eólico/solar “Cerro Arauco”, na província de La Rioja (200 MW), também a cargo da Power China. Por outro lado, os parques eólicos “El Escorial” e “Antonio Morán”, situados na província de Chubut e com uma capacidade projectada de 233 MW, fazem parte do portfólio da BRI, a cargo da empresa chinesa Gezhouba. Além disso, como projectos complementares a discutir na carteira da BRI, figuram as centrais fotovoltaicas “Villa María de Río Seco” e “Cura Brochero”, localizadas na província de Córdoba (35 MW e 30 MW respetivamente) e a central fotovoltaica “Ibarreta”, na província de Formosa - 100 MW (China Observatory, 2023a).

No Programa RenovAr, destinado ao fornecimento de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis, as empresas chinesas obtiveram 27% do total atribuído nas suas três fases, entre 2016 e 2017, tendo este investimento chinês sido distribuído em 57% para a energia solar, 42% para a energia eólica e 1% para o biogás (Núñez, 2020). Além disso, a empresa chinesa Goldwind, segundo fabricante mundial de turbinas eólicas, adquiriu

os parques eólicos “Loma Blanca” I, II e III, em Chubut (150 MW) e outro em Miramar, na província de Buenos Aires (96 MW). A Power China, o maior operador chinês nestes segmentos de energias renováveis, construiu parques solares como “Cafayate” (província de Salta, 101 MW), “Diaguitas” e “Tamberías” (província de San Juan, 2 MW e 4 MW). A Envision Energy ganhou contratos para a construção de vários parques: “García del Río” e “Vientos del Secano” (de Buenos Aires, 10 MW e 50 MW), e “Los Meandros” (província de Neuquén, 125 MW). A Jinko Solar ganhou um contrato para a construção do parque solar “Iglesia Estancia Guañizuil” (província de San Juan - 80 MW). E, finalmente, a Sinohydro também ganhou um contrato para a construção do parque eólico “Pampa” (província de Buenos Aires - 100 MW), mas foi cancelado posteriormente devido a atrasos no arranque de da fase de construção (González Jáuregui, 2021). Por último, a China- ALC

Fundo de Cooperação, Energy China e China Huadian Engineering participam na construção do parque eólico “Viento Reta” (província de Buenos Aires - 100 MW).

Em suma, a RPC tornou-se um ator importante no sector argentino das energias renováveis em termos de fornecimento de tecnologia, construção e exploração de parques eólicos e solares e venda de equipamento (Lewcowicz, 2022).

A exploração mineira e o mineral estrela: o lítio

A Argentina tem um grande potencial mineiro, com um baixo grau de exploração se comparado com os vizinhos Chile e Peru, dois dos maiores produtores de minerais, com quem partilha a Cordilheira dos Andes. Embora a mineração tenha sido uma atividade menor na sua história, desde o final do século passado começou a ser fortemente impulsionada. Os minerais mais relevantes (em termos económicos) na Argentina são o cobre, o ouro, a prata e o lítio, enquanto outros minerais, como o potássio, o ferro, o urânio, o boro, o molibdénio, o vanádio e o zinco, podem ter oportunidades de desenvolvimento (Bustelo & Rubiolo, 2023).

Entretanto, a China é um ator importante neste campo, líder em termos de reservas e extração de alguns dos chamados minerais críticos, e especialmente no que diz respeito ao processamento, um segmento em que domina fortemente para vários deles, para os quais depende da importação de concentrados e matérias-primas, pelo que a segurança do abastecimento é uma grande preocupação (Bian et al., 2024). A presença da RPC na Argentina adquiriu uma grande relevância nos últimos anos, escalando a sua presença

desde a compra de 50% da participação da mina “Veladero” (província de San Juan, de minério e prata) pela Shandong Gold, em 2017. De acordo com dados da Secretaria de Mineração da Argentina (2023), desde 2020, a China aparece como o segundo país em importância em termos de anúncios de investimentos, depois do Canadá, atingindo mais de US\$ 3 bilhões. As empresas mineiras chinesas, como a Hanaq, Shandong, MCC e CAM, têm uma forte presença na Argentina, em projetos e investimentos que abrangem uma vasta gama de minerais em várias províncias do país. De Jujuy a Chubut, estas iniciativas incluem a extração de lítio, ouro, prata, cobre, zinco, ferro e chumbo, posicionando a China como um ator-chave no sector mineiro argentino.

Atualmente, o maior interesse centra-se no lítio, que se posicionou na última década como o “mineral estrela” para a transição energética devido às suas utilizações para a emergente economia verde, especialmente em baterias: tanto para dispositivos electrónicos como para veículos eléctricos (VE), sendo esta última uma das áreas de mais rápido crescimento e mais competitivas a nível mundial nos últimos anos.<sup>9</sup> A Argentina faz parte do “Triângulo do Lítio” (com a Bolívia e o Chile), onde se estima que se concentre mais de metade dos recursos mundiais de lítio. A par, o país aparece como o segundo do mundo em termos de recursos, terceiro em reservas e quarto em produção, enquanto apresenta um potencial maior do que os seus vizinhos devido à grande quantidade de projectos (mais de 40 atualmente) em comparação com eles (Autor et al., no prelo). Em 2022, a Argentina exportou mais de US\$ 300 milhões em minerais para a China, e mais de 92% desse valor correspondeu ao carbonato de lítio, seguido pela prata e seus concentrados. A RPC apareceu como o principal destino das exportações de lítio, com quase 42% do total (Secretaria de Mineração da Argentina, 2023).

As empresas chinesas alcançaram um papel de liderança na cadeia de valor global deste cobiçado mineral, tanto em termos de produção e processamento (como Tianqi e Ganfeng) como de fabrico de baterias de iões de lítio e produção de veículos eléctricos (como CATL e BYD, respetivamente). De acordo com González Jáuregui (2024), as empresas chinesas apresentam peculiaridades em relação às outras empresas: o seu interesse no lítio argentino não se limita a um negócio financeiro nem à rentabilidade a curto ou médio prazo, mas apontam para o controlo do carbonato de lítio de grau

---

9 A RPC estabeleceu o objetivo de que, até 2025, pelo menos 20% dos novos automóveis vendidos anualmente sejam veículos movidos a energias renováveis e que, até 2035, este tipo de veículos se torne o “mainstream” das vendas de automóveis novos, representando o mercado chinês da electromobilidade metade das vendas mundiais de veículos eléctricos (The Economist, 2024b).

bateria que as fábricas produzirão para exportar para a China e utilizá-lo aí para o fabrico de baterias e outros produtos relacionados. Nos últimos anos, empresas chinesas como a Ganfeng, Tsingshan, Zijin, Zangge, Tibet Summit Resources, Hanaq e Revotech adquiriram uma posição importante no sector do lítio argentino através de diferentes medidas como fusões e aquisições e joint ventures com congéneres ocidentais, e têm participação em treze projetos, principalmente em fases avançadas.

Ao mesmo tempo, e ao contrário de outros tipos de gestão das tensões locais geradas por esta “febre do lítio” no Norte do país, as empresas chinesas (bem como as canadianas) assinaram acordos com todas as comunidades indígenas afetadas nos territórios onde cada projeto está localizado. Estes acordos implicam investimentos e donativos para a construção ou reparação de escolas, bibliotecas, centros comunitários, fornecimento de acesso à Internet e PCs, oferta de emprego, formação e compensação monetária (González Jáuregui, 2021). Com efeito, este é um problema sensível para todos os tipos de projetos extrativistas relacionados com o RN e a energia, dado o relevante movimento anti-extrativista e a oposição social aos mesmos ao longo do país, devido à falta ou deficiências de estudos de impacto ambiental; processos de consentimento livre, prévio e informado e controlos públicos aos projetos extrativos.

Finalmente, pode-se notar um conjunto de acordos assinados entre 2021 e 2023 por governos e empresas argentinas, tanto a nível nacional como provincial, com contrapartes chinesas para avançar a industrialização na fonte através da localização de fábricas de baterias, do fornecimento de equipamentos e máquinas, e da cooperação científica e tecnológica, embora muitos destes acordos não se tenham materializado (Autor et al., no prelo). Não obstante, como observa González Jáuregui (2024), apesar da proliferação de acordos de cooperação recentes, eles não incluem cláusulas específicas de transferência de tecnologia e/ou desenvolvimento tecnológico e industrial conjunto entre as empresas chinesas e suas contrapartes argentinas, seja o Estado, o sistema científico e/ou as empresas locais.

## **Balanço geral: realizações, obstáculos e desafios**

Como se pode observar ao longo da reconstrução anterior dos principais domínios de interesse e cooperação bilateral, existe uma importante heterogeneidade de situações, com diferentes tipos de iniciativas e instrumentos de cooperação, posicionamentos das empresas e progressos e resultados desiguais em cada caso. De seguida, apresenta-se uma síntese

articulada deste quadro de situações diversas, destacando as trajetórias com maior e menor sucesso.

Os instrumentos de sucesso são apresentados em primeiro lugar: 1) Posicionamento das empresas chinesas através de mecanismos de mercado como fusões e aquisições e joint ventures, especialmente em O&G, energia eólica e mineração - não isentos de problemas, como a saída da Sinopec do país -. 2) Posicionamento das empresas chinesas através de conexões, especialmente na energia eólica e solar, um setor onde se tornaram atores importantes em termos de fornecimento de tecnologia, construção e exploração de parques. Em seguida, os instrumentos que têm não resultaram bem sucedidos, pelo menos até agora: 3) Diferentes tipos de acordos de cooperação em matéria de petróleo e gás - quer de produção quer de construção de infra-estruturas de distribuição -, energia nuclear e hidroelétrica - construção de centrais e barragens -, e lítio - investimentos conjuntos e projectos de industrialização de baterias de íons de lítio.

Assim, como conclusão geral, pode notar-se que a presença chinesa cresceu consideravelmente por si só, enquanto a cooperação bilateral encontrou uma espécie de obstáculos que impediram a concretização dos numerosos acordos assinados em cada área. Como observam Povse & Pedrosa (2023), abundam os acordos, memorandos, expressões de intenção e até contratos com fornecedores, mas poucos projetos são financiados, e ainda menos são levados até ao fim, estimando-se em quase dezasseis bilhões de dólares que se espera que sejam desembolsados e utilizados em benefício mútuo da China e da Argentina.

Trata-se de uma questão fundamental e, a este respeito, e com base na panorâmica precedente das principais áreas de interesse e de cooperação bilateral, são a seguir apresentados alguns factores explicativos: A) Geopolítica, dadas as pressões dos EUA, de forma transparente em alguns casos (como em torno do setor nuclear) e de forma dissimulada noutros, no sentido de cortar ou paralisar projetos estratégicos chineses no país;

B) Instabilidade macroeconómica argentina desde 2018, que tem implicado tensões cambiais, impostos e problemas relacionados, e uma inflação crônica e incontrolável; C) Questão da licença social, dada a resistência de grupos da sociedade civil, como as comunidades locais das regiões onde alguns projetos são concebidos para serem colocados e membros do importante movimento anti-extrativista no país; D) Gestão, relacionada com a alternância política de governos que paralisam ou modificam certos acordos bilaterais, quer com questões regulamentares, quer com a falta de eficiência e uma certa lógica de “um ovo em cada cesto” (dado que alguns projectos do BRI foram negociados ao mesmo tempo com outros organismos internacionais de

financiamento como o Banco Interamericano de Desenvolvimento -Álvarez et al, 2024-), entre outros.

Para apresentar os principais pormenores de alguns dos fatores precedentes, podem referir-se os seguintes extractos de certos protagonistas, com base em algumas entrevistas a eles, tanto feitas pela investigação do autor como retiradas de jornais. Em primeiro lugar, o Chefe da Seção de Investimento e Comércio da Embaixada da Argentina na China expressou que, geralmente, o país alcançou meros acordos políticos, mas poucos chegaram à fase comercial (contratos EPC) e menos ainda a passos financeiros para concretizar. Ao mesmo tempo, as seguintes ideias são eloquentes para serem citadas longamente:

Existe uma grande vontade de cooperação por parte da China, mas esta cooperação mantém-se muitas vezes a um nível puramente político, em parte porque é difícil para a Argentina encontrar as condições para o Estado se articular com os atores privados, em parte porque quando se trata de atores estatais é difícil para o Estado traduzir a política em ações concretas, e em parte porque as condições macroeconómicas dos últimos anos não estavam em sintonia para fazer este tipo de investimentos que são de longo prazo (comunicação pessoal, 5 de dezembro de 2023).

Além dessas apreciações, , do lado argentino, a falta de uma estratégia planejada e coordenada na relação com a China, existindo diferentes agências estatais, empresas e grupos civis sem coordenação centralizada, problema diretamente relacionado às lutas estratégicas e políticas sobre o modelo de desenvolvimento, os interesses geopolíticos e a inserção internacional do país na atual (des)ordem mundial.

Por outro lado, Tu Shuiping, antigo presidente da subsidiária argentina da PowerChina e atual diretor para a América Latina da State Power Investment Corp. (SPIC), entrevistado para esta investigação, expressou vários obstáculos para os numerosos projetos que a empresa tem no país (sendo 32 no total: 20 já concluídos e 12 em estado de projeto) relacionados com a viabilidade económica ou política dos projectos. Ele disse que a Argentina é muito complexa, apresentando enormes oportunidades, mas com um negócio limitado, observando conflitos com sindicatos. Além disso, por ter vivido muitos anos no país, pôde aprender a cultura argentina e marcou como diretrizes a necessidade de estabelecer planos e projetos com competitividade, confiabilidade e eficiência, cumprindo prazos e metas (comunicação pessoal,

6° de dezembro de 2023).

Na mesma linha, Ling Peitian, diretor-geral da Goldwind Argentina, expressou que investir no país implica um risco adicional em comparação com outros países da região, devido à volatilidade das questões legais e regulamentares e às restrições cambiais, entre outros fatores. No entanto, isso não diminui a “atratividade muito elevada” deste mercado, com excelentes recursos, potencial de crescimento e leis e regulamentos que apoiam o desenvolvimento de energias limpas (Lewcowicz, 2022). Por último, Zheng Weihui, copresidente do Fórum da Cimeira de Cooperação Internacional da Rota da Seda, diretor do Centro de Cooperação Belt & Road na Argentina e diretor-geral da Câmara de Empresários e Comerciantes Chineses no país, expressou a elevada capacidade da mão de obra qualificada argentina e que o interesse na América Latina e na Argentina não se reduz às suas matérias-primas, mas também ao seu desenvolvimento industrial, que pode servir de plataforma para a entrada de produtos nos Estados Unidos e na Europa (Nesci, 2024).

Então, como observam diferentes autores (Núñez, 2020; González Jáuregui, 2021; Rozengardt, 2023; Juste, 2024), tem sido um processo de aprendizagem do lado chinês incluir atores subnacionais argentinos (governos e empresas) nos projetos conjuntos para transcender os problemas relacionados às transições políticas, em uma estratégia multinível e multiator que posiciona os interesses chineses por meio de empresas, bancos, representantes diplomáticos e agências culturais e seus vínculos com contrapartes argentinas. A par disso, observa-se a preferência pela inclusão de um parceiro estratégico local nas joint ventures, como empresas provinciais argentinas ou empresas privadas, com experiências bem-sucedidas especialmente no setor das energias renováveis e em O&G, energia hidroelétrica e nuclear. Reforçando esta ideia, o Chefe da Seção de Investimento e Comércio da Embaixada da Argentina na China expressou que um erro que os actores chineses tiveram no setor do petróleo e do gás - no que diz respeito ao problema da Sinopec e à sua saída do país em 2021 - foi que não encontraram o parceiro local certo e operaram sozinhos, concluindo: “Penso que aprenderam isso e agora vão sempre procurar parceiros locais para os investimentos” (comunicação pessoal, 5 de dezembro de 2023).

Por outro lado, este tipo de obstáculos à cooperação bilateral, especialmente os relacionados com os esforços conjuntos em matéria de industrialização, ciência-tecnologia e agregação de valor na origem à NR, afectam a possibilidade de a Argentina ganhar capacidades tecnoprodutivas para escalar posições nas cadeias de valor globais, enquanto as exportações dos recursos sem processamento -ou em níveis baixos- crescem

fortemente. Entretanto, muitos projectos de cooperação, especialmente em torno das energias renováveis e do lítio, são realizados sob um modelo chave-na-mão, em que a China assume o financiamento, o planeamento, a engenharia, a aquisição de equipamentos e fornecimentos, a construção e o comissionamento, com um modelo de ligação que promove a dependência capital e das empresas chinesas na maioria dos casos, com nenhuma ou pouca transferência de tecnologia e know-how (Bustelo & Rubiolo, 2023; Juste, 2024). Nesta linha, Treacy (2023) salienta

a existência de uma lógica de cooperação e dependência que a relação com a China oferece para a Argentina, sendo que a dependência deriva de uma condição estrutural dada a necessidade do país de atrair capitais para investimentos necessários ao desenvolvimento e, ao mesmo tempo, importar insumos, manufaturas e tecnologia.

No entanto, existem importantes exceções a esta tendência, como foi referido anteriormente sobre os primeiros acordos em torno das centrais nucleares, depois modificados pelo governo argentino seguinte de forma perniciosa para a indústria e tecnologia nacionais, e a exportação de tecnologia nuclear argentina para a China como um marco importante. Por ocasião deste último acontecimento, o ex-embaixador argentino na China, Sabino Vaca Narvaja, afirmou que empresas argentinas como a Nucleoeléctrica, a INVAP, a ARSAT, a YPF, a Inti, a Nuclearis e a SpaceSur cooperavam em matéria de ciência e tecnologia com as suas congéneres chinesas (Glezer, 2023). A este respeito, cerca de 40% dos documentos de acordos bilaterais referem-se à cooperação científico- tecnológica (com a energia nuclear e a NR como parte das principais áreas), e inclui-se a possibilidade de desenvolver produtos conjuntos, patentes e empresas binacionais, embora, ao mesmo tempo, apenas 11% dos acordos mencionam explicitamente a transferência de tecnologia e conhecimento (Haro Sly, 2017b e 2019, citado em Hurtado & Haro Sly, 2023).

Em suma, resumindo os resultados desta investigação em linha com as questões orientadoras enunciadas no início, pode-se sustentar que há espaço na agenda bilateral para um lugar mais relevante para as capacidades tecnoproductivas argentinas, a fim de tensionar a histórica posição periférica do país na divisão internacional do trabalho e materializar os princípios da Cooperação Sul-Sul neste tema; mas isso depende da coordenação, planeamento e consenso nacionais, o que representa uma questão muito difícil hoje em dia. Portanto, existe um importante déficit argentino neste ponto, e implica um desafio chave para pressionar para o estabelecimento de processos de aprendizagem a partir do know how chinês, a inclusão e promoção de recursos científicos e tecnológicos locais e uma maior participação de empresas e tecnologias locais

nos projectos financiados pela China, em prol da diversificação de capacidades e do aumento da escala do quadro produtivo.

Neste sentido, o fortalecimento da relação Argentina-China, o BRI e outras iniciativas globais de base chinesa, e a crescente agenda de transição energética podem tornar-se uma janela de oportunidade como vetor de desenvolvimento, como afirmam Hurtado & Haro Sly (2023), se a Argentina for capaz de sustentar objetivos nacionais estratégicos e dar um salto qualitativo no seu quadro institucional, bem como nas suas capacidades de coordenação de políticas, parcerias público-privadas e geração de incentivos condicionais ao investimento produtivo e de infra-estruturas. Assim, longe da idealização ou demonização da China, concebida quer como ameaça quer como salvação, e como resultado fundamental a existência de um projeto de desenvolvimento soberano e autônomo, para beneficiar destas janelas de oportunidade, mas como opção geopolítica, com as forças sociais capazes de apoiar esse projeto (Fernández et al., 2023; Author et al., 2024).

## Conclusões e observações finais

Como foi analisado, no quadro das crescentes relações entre a China e a Argentina, e com base no enorme potencial do país do sul em termos de energia e recursos naturais, estes temas representam um dos principais interesses na relação bilateral. Isto obedece a uma aposta argentina para contrariar o défice da balança comercial com a RPC e para construir novos complexos exportadores fornecedores de divisas (um dos problemas crónicos mais sensíveis do país), bem como está interligado com as necessidades para a sua segurança energética e de abastecimento. É por isso que a energia e o NR têm uma grande relevância tanto na entrada da Argentina em iniciativas de base chinesa como o BRI, os mecanismos de cooperação bilateral existentes, os investimentos chineses no país e na balança comercial bilateral.

Depois de analisadas as principais áreas de interesse e cooperação bilateral (petróleo e gás, nuclear, hidroelétrica, solar e eólica, e mineira), constata-se uma importante heterogeneidade de situações, com diferentes tipos de iniciativas e instrumentos de cooperação, posicionamento das empresas e progressos e resultados desiguais em cada caso. Como conclusão geral, podemos observar que a presença chinesa cresceu consideravelmente por si (quer através de fusões e aquisições, joint ventures ou concursos), enquanto a cooperação bilateral encontrou uma série de obstáculos que impediram a concretização dos numerosos acordos assinados em cada área. Postulamos alguns factores explicativos para estes obstáculos:

A) Geopolítica, B) Instabilidade macroeconómica argentina, C) Questão da licença social,

D) Problemas de gestão. Para superar esses obstáculos, têm sido um processo de aprendizagem do lado chinês incluir atores subnacionais argentinos (governos e empresas) nos projetos conjuntos, e um desafio importante consiste em materializar os numerosos acordos em cada área. Do lado argentino, entendemos como um desafio chave a atribuição de um lugar mais relevante para as suas capacidades tecno-produtivas, para tensionar a histórica posição periférica do país na divisão internacional do trabalho e para materializar os princípios da Cooperação Sul-Sul neste tema, mas isso depende da coordenação, planeamento e consenso nacional, o que representa uma questão muito difícil hoje em dia.

Por fim, no que diz respeito às perspectivas futuras da relação bilateral, surge uma grande questão relacionada com as mudanças de rumo dada a orientação geopolítica do atual governo argentino, totalmente alinhado com os EUA na sua disputa contra o crescente posicionamento chinês na América Latina, uma região concebida como o seu quintal. O atual presidente Milei, auto-assumido como liberal-libertário e anarco-capitalista, não só tem proferido várias declarações contra a China como tem paralisado quase todo o tipo de cooperação bilateral (exceptuando o swap, dada a crónica crise cambial argentina), sobretudo nos projetos mais estratégicos e na base das pressões norte-americanas a este respeito (Lewcowicz, 2024). Com efeito, a intensa e crescente luta geopolítica tem um ponto relevante no controle e acesso aos recursos naturais estratégicos, e diz respeito fortemente aos argentinos, que têm um enorme potencial no meio da atual corrida para a transição energética e a revolução tecno-produtiva em curso.

Não obstante, a dinâmica geoeconômica pode mudar as orientações dos governos, como aconteceu anteriormente com o governo de Macri ou no vizinho Brasil com Jair Bolsonaro, quando tanto os interesses económicos internos como a necessidade de sustentar o enorme investimento e comércio chineses implicaram uma moderação das posições iniciais pró-ocidentais duras e novas abordagens pragmáticas em relação à China, em detrimento de preocupações ideológicas em função de negócios conjuntos. Atualmente, também há indícios nesse sentido, e a relação Argentina-China poderá ser retomada, prevalecendo o pragmatismo de ambas as partes. A par disso, é importante o posicionamento chinês nas principais áreas de energia e recursos naturais, para além da cooperação bilateral, como foi aqui analisado, e que constitui um ativo importante e difícil de desmantelar.

## Agradecimentos

Ao Programa de Bolsas do Consórcio Universitário Fudan-América Latina pelo apoio que tornou possível conhecer a China “por dentro” e iniciar esta pesquisa durante minha estadia como pesquisador visitante no Instituto de Desenvolvimento da Fudan (FDDI), entre outubro e dezembro de 2023. Também a Cao Ting, colaboradora durante minha permanência no FDDI; a Rodrigo Kataishi, que contribuiu com a abordagem e o foco na primeira etapa deste trabalho; aos avaliadores anônimos; e aos colegas do grupo de trabalho “China e o mapa do poder mundial” do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), por serem fonte de valiosas ideias e critérios analíticos — em especial a Francesca Staiano e Gabriel Merino.

## Referências

- Altomonte, H.; Sánchez, R. J. 2016. Hacia una nueva gobernanza de los recursos naturales en América Latina y el Caribe. Libros de la CEPAL, N° 139.
- Álvarez, A.; Barrenengoa, A.; Melón, D.; Bilmes, J. 2024. “Un puente y mucho más que dos orillas”: Las inversiones chinas en infraestructura regional y sus consecuencias socioterritoriales. El segundo puente Chaco-Corrientes en el marco del Corredor Bioceánico del Eje Capricornio (2022-2023). En: L. Ghiotto, R. Pascual (Comps.). Estudios críticos sobre tratados de comercio e inversión en América Latina y el Caribe (pp. 399-463). CLACSO, Buenos Aires.
- Bian, L.; Dikau, S.; Miller, H.; Pierfederici, R.; Stern, N.; Ward, B. 2024. China's role in accelerating the global energy transition. Grantham Research Institute on Climate Change and the Environment, London School of Economics and Political Science.
- Bilmes, J. 2023. Renacionalización híbrida de YPF (2012-2015): : tensiones y disputas por el desarrollo y la autonomía nacional. Cuadernos De Economía Crítica, 9(18), 133-155.
- Bilmes, J. 2025. Cooperación Argentina-China en energía y recursos naturales. En: S. Schulz, F. Battaglini & G. Molinari (comps.). Construyendo una Comunidad Humana de Futuro Compartido entre China y América Latina. Ponencias presentadas en el 3° Congreso Latinoamericano de Estudios Chinos. Documentos de Trabajo Nffl 33, Instituto de Relaciones Internacionales, Universidad Nacional de

- La Plata, Argentina.
- Bilmes, J.; Carbel, A.; Liaudat, S. 2022. Resurgimiento de la planificación del desarrollo en Argentina: logros, limitaciones y aprendizajes de la experiencia kirchnerista (2003-2015). En: M. Patrouilleau & J. Albarracín Deker (Coords.). *Prospectiva y estudios del futuro: Epistemologías y experiencias en América Latina*. CIDES – UMSA, La Paz.
- Bilmes, J.; Fuentes, P.; Castañeda, S. 2025. El litio suramericano en la geopolítica de los minerales críticos. En: G. Merino & L. Morgenfeld (Coords.). *Nuestra América, Estados Unidos y China: transición geopolítica del sistema mundial*. CLACSO – Batalla de Ideas, Buenos Aires/La Plata.
- Blinder, D.; Vila Seoane, M. 2023. Presiones estadounidenses a la cooperación tecnológica con China: el caso del sector nuclear de Argentina. *Relaciones Internacionales*, (53), 91-110.
- Bustelo, S.; Rubiolo, F. 2023. Hoja de ruta para una integración sustentable entre Argentina y China. *Fundar*, Buenos Aires.
- Cao, T.; Lyu, Y.; Chen, X.; Yan, J.; Liu, W. 2020. China-Latin America Belt and Road Cooperation: challenges and paths for in-depth progress. *China International Studies* 84, 107-127.
- DangDai. 2023. Todos los proyectos de inversión china en Argentina. *Primera revista de intercambio cultural Argentina-China*. N° 37(XIII).
- ECLAC. 2023. *International Trade Outlook for Latin America and the Caribbean, 2023*. Economic Commission for Latin America and the Caribbean. LC/PUB.2023/16-P/Rev.1.
- FARN. 2022. ¿Cuál es el rol de los actores chinos en la infraestructura de hidrocarburos argentina? *Fundación Ambiente y Recursos Naturales*.
- Fernández, V. R.; González Jáuregui, J.; Merino, G. E. 2023. Latin America and China's Belt and Road Initiative: challenges and proposals from a Latin American perspective. *AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, 12(23).
- Gilbert, J.; Tobias, M. April 4°, 2024. Giving Up China Is Hard, Even for Argentina's Anarcho-Capitalist. *Bloomberg*. <https://www.batimes.com.ar/news/economy/giving-up-china-is-hard-even-for-argentinas-anarcho-capitalist.phtml>
- González Jáuregui, J. 2021. How Argentina has encouraged Chinese investors to contribute to the revitalization of its energy sector. *Carnegie Endowment for International Peace*.

- González Jáuregui, J. 2024. Chinese investments in Argentina's lithium sector: Economic development implications amid global competition. *The Extractive Industries and Society*, Volume 20, 101551.
- Gunder Frank, A. 1967. El desarrollo del subdesarrollo. *Pensamiento Crítico*, La Habana, N° 7.
- Haro Sly, M. 2023. Anarcho-Capitalism, Argentina between the IMF and China. *Phenomenal World*.
- Hurtado, D.; Haro Sly, M. J. 2023. Hacia la convergencia de trayectorias en ciencia y tecnología que se bifurcan: desafíos de la cooperación de Argentina y China. En: M. V. Andrés (Ed.). *Argentina-China. 50 años de relaciones diplomáticas. Cooperación, desarrollo y futuro*. Fundación Germán Abdala.
- International Energy Agency. 2021. *The Role of Critical Minerals in Clean Energy Transitions*.
- Juste, S. 2024. La estrategia multinivel de China y las agendas paradiplomáticas en Argentina en torno a la transición energética (2014-2023). *CONfines* 20(38), 43-64.
- Kataishi, R.; Brixner, C. 2023. Entre lo exógeno y lo exótico: las periferias, los supuestos económicos sobre Ciencia, Tecnología e Innovación y sus implicancias para el desarrollo tecno-productivo. *Ensayos de Economía* 33(62): 77-99.
- Katz, J. 2021. La teoría dominante en Economía y el capitalismo periférico. Documento de trabajo N° 9, Consejo para el Cambio Estructural – Ministerio de Desarrollo Productivo, República Argentina.
- Lewkowicz, J. March 15°, 2022. Can Argentina's Belt and Road membership accelerate its energy transition? *Dialogue Earth*. <https://dialogue.earth/en/energy/51880-argentina-belt-and-road-china-membership-energy-transition/>
- Lewkowicz, J. March 4°, 2024. Where next for Argentina-China relations? *Dialogue Earth*. <https://dialogue.earth/en/business/390353-where-next-for-argentina-china-relations/>
- Martins, C. E. 2020. *Dependency, Neoliberalism and Globalization in Latin America*. Haymarket.
- Merino, G. E.; Regueiro Bello, L.; Iglecias, W. T. (coords.). 2022. *China y el nuevo mapa de poder mundial: una perspectiva desde América Latina*. CLACSO.
- Merino, G. E.; Barrenengoa, A.; Bilmes, J. 2024. China en el (des)orden mundial. La transición histórico-espacial y el nuevo momento

- geopolítico desde una perspectiva latinoamericana. Batalla de Ideas.
- Moretti, L.; Fernández, V. R. 2022. La lógica geopolítica del Estado chino y la Iniciativa de la Franja y la Ruta en la Argentina. *Revista de Ciencias Sociales*, segunda época, Nffl 42, 135-158.
- Myllyvirta, L. January 25°, 2024. Analysis: Clean energy was top driver of China's economic growth in 2023. Carbon Brief. <https://www.carbonbrief.org/analysis-clean-energy-was-top-driver-of-chinas-economic-growth-in-2023/>
- Nedopil, C. 2023. China Belt and Road Initiative (BRI) Investment Report 2023 H1 – the first ten years. Green Finance & Development Center, FISF Fudan University, Shanghai.
- Nesci, A. March 10°, 2024. Diálogo con el director chino del Centro “La Franja y la Ruta” en la Argentina. Página 12. <https://www.pagina12.com.ar/719384-no-se-trata-de-pelearse-con-el-mercado-sino-de-saber-donde-p>
- Núñez, J. 2020. Entre el umbral fósil y las nuevas energías: un acercamiento al estudio del comportamiento de los capitales chinos en el mercado energético argentino. e-l@tina. *Revista electrónica de estudios latinoamericanos*, 19(73).
- Observatorio China. 2023a. En Cont@cto CHINA N° 179. Instituto de Estrategia Internacional, Cámara de Exportadores de la República Argentina.
- Observatorio China. 2023b. En Cont@cto CHINA N° 182. Instituto de Estrategia Internacional, Cámara de Exportadores de la República Argentina.
- Oviedo, E. D. 2023. Relaciones internacionales en tiempos de ascenso chino y declive argentino. Areté Grupo Editor.
- Povse, M.; Pedrosa, F. 2023. El financiamiento soberano chino en Argentina: lecciones para fortalecer la cooperación bilateral. En: M. V. Andrés (Ed.). *Argentina-China. 50 años de relaciones diplomáticas. Cooperación, desarrollo y futuro*. Fundación Germán Abdala.
- Rozengardt, M. 2023. El encuentro. Gestión de la política internacional subnacional entre Argentina y China. En: M. V. Andrés (Ed.). *Argentina-China. 50 años de relaciones diplomáticas. Cooperación, desarrollo y futuro*. Fundación Germán Abdala.
- Sales, J. C. 2023. La Cooperación Internacional al Desarrollo de China en América Latina y el Caribe. Estrategias de acción y política exterior. En: R. Domínguez Martín & G. Lo Brutto (coords). *La cooperación*

- internacional en la encrucijada: reglobalización versus órdenes mundiales solapados. Ed. Universidad Cantabria.
- Salgado Rodrigues, B. 2021. China's Hybrid Geoeconomics in South America. *Chinese Journal of International Review*, Vol. 2, No. 2, 2050007.
- Schteingart, D. 2017. Especialización productiva, capacidades tecnológicas y desarrollo económico: trayectorias nacionales comparadas y análisis del caso noruego desde mediados del siglo XX. Tesis doctoral. Universidad Nacional de San Martín, Argentina.
- Secretaría de Minería. 2023. Participación de capitales chinos en Argentina. Ministerio de Economía, República Argentina.
- Svampa, M.; Slipak, A. 2018. America Latina between old and new dependences, the role of China in inter-hegemonic dispute. *Hérodote*, 71(4), 153-166.
- Sztulwark, D. 2020. La condición periférica en el nuevo capitalismo. *Problemas del desarrollo*, 51(200).
- The Economist. April 10°, 2024. Chinese green technologies are pouring into Latin America. <https://www.economist.com/the-americas/2024/04/10/chinese-green-technologies-are-pouring-into-latin-america>
- Treacy, M. 2023. Cooperación y dependencia en la relación bilateral de China y Argentina: un análisis de los préstamos y las inversiones chinas en el contexto de la adhesión a la Iniciativa de la Franja y la Ruta. *Perspectivas. Revista De Ciencias Sociales*, 7(14), 414-437.
- Vaca Narvaja, S. 2024. Atento al camino. *Crónicas en China*. Ed. Futurock.

## RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar o papel destacado que a energia e os recursos naturais desempenham na crescente relação entre a China e a Argentina para indagar que tipo de desenvolvimento se delineia. Estes temas têm um papel central na balança comercial bilateral, no investimento, no financiamento e nos mecanismos de cooperação, devido à aposta argentina em construir novos complexos exportadores e às necessidades chinesas de segurança energética e de abastecimento. São analisados o petróleo e o gás, a mineração e os diferentes tipos de geração de energia: nuclear, hidroelétrica, solar e eólica, destacando o posicionamento das empresas chinesas, bem como os acordos de cooperação bilateral, seus obstáculos e desafios.

## PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento, Geopolítica, Transição Energética

Recebido em 27 de Setembro de 2024

Aceito em 12 de Janeiro de 2025

Traduzido por Eduardo Kenzo Maruju

# ECOPOLITICS AND ECOLOGICAL TRENDS IN THE MIDDLE EAST. REALISM OR UTOPIA?

Katarzyna Czornik<sup>1</sup>

## Introdução

Ecopolíticas, entendidas como uma orientação política cuja ideologia é baseada na existência de um ativismo da sociedade civil consciente dos direitos e desenvolvimento no espírito da sustentabilidade, desde os anos 1970 vem moldando as arenas políticas de determinados Estados da civilização ocidental, não só tendo um impacto permanente e crescente sobre eles, como também se tornando um fenômeno generalizado do pensamento social. No início da terceira década do século XXI, a chamada tendência ecológica tornou-se um fenômeno tão comum nos países ocidentais que passou a ser um elemento de moda ou um estilo de vida – seguindo-se o princípio “você é ecológico, você está na moda”. No entanto, enquanto a ecopolítica, as tendências socioecológicas e a atuação dos chamados partidos verdes (ainda que com diferentes níveis de eficácia política em distintos países) tornaram-se um fato consumado na perspectiva europeia, em outras regiões do mundo – especialmente naquelas onde a esfera dos movimentos sociais ou políticos, em particular os movimentos cívicos, é inexistente – o surgimento e o funcionamento de tais movimentos, quando ocorrem, enfrentam grandes obstáculos na forma de barreiras políticas impostas por regimes autoritários, que os percebem como uma ameaça à sua própria existência política.

O objetivo deste artigo é apresentar a origem, evolução e funcionamento das tendências ecológicas e ecopolíticas orientadas para o desenvolvimento sustentável em Estados selecionados no Oriente Médio, determinando as chances de intensificação dos impactos na sociedade, religião e políticas na região na terceira década do século XXI. O problema de pesquisa será

---

<sup>1</sup> University of Silesia in Katowice, Katowice, Poland. E-mail: katarzyna.czornik@us.edu.pl.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9388-9467>.

resolvido através das respostas obtidas nas seguintes questões: é o Islamismo um obstáculo para as eco tendências no Oriente Médio? Qual é a relação entre Islã, política e eco tendência nos países do Oriente Médio? Quais fatores contribuem para o estabelecimento de movimentos ecológicos (verdes) nos Estados do Oriente Médio? Quais fatores são determinantes para a constituição de uma barreira política, religiosa e social para o desenvolvimento futuro de tendências ecológicas no Oriente Médio? Os Estados ocidentais que têm relação próxima (eventualmente, relações de aliança, por exemplo, como no caso dos EUA) com os Estados da região seguem políticas efetivas para auxiliar os movimentos e grupos verdes nos Estados do Oriente Médio? As ecopolíticas no Oriente Médio estão alinhadas com interesses dos Estados de fora da região que financiam seus interesses nessa região do mundo?

A hipótese a ser verificada neste artigo está contida na suposição de que há uma correlação estreita entre as circunstâncias religiosas e políticas e a baixa efetividade dos movimentos e grupos ambientalistas, bem como a fraca eficiência na consecução de seus objetivos e postulados. Devido à especificidade dos regimes autoritários, à limitação das liberdades civis e à marginalização da influência da mídia ocidental (incluindo o controle político sobre as redes sociais), não existem condições favoráveis para o desenvolvimento efetivo das tendências ecológicas e para a consecução dos objetivos da ecopolítica nos Estados do Oriente Médio. Os partidos verdes são percebidos pelas autoridades como uma ameaça à sua própria estabilidade e à segurança do Estado e, conseqüentemente, como um elemento de oposição, que não tem espaço nos Estados dessa região. As sociedades do Oriente Médio não estão mentalmente preparadas para participar dos movimentos verdes, e as ondas ocasionais de sua popularidade – como no caso da República Islâmica do Irã (Nejati, Salamzadeh e Salamzadeh, 2011) – são de natureza incidental e transitória.

O problema de pesquisa será abordado e a hipótese será verificada por meio dos seguintes métodos de pesquisa: método comparativo, análise fatorial, análise de conteúdo e análise sistêmica. O problema de pesquisa é original e ainda não foi analisado na literatura acadêmica sob a perspectiva apresentada neste artigo.

## **Ecopolíticas e tendências ecológicas – as especificidades da abordagem teórica**

A progressão responsável de cada país, baseada nos princípios do desenvolvimento sustentável, implica em atender às necessidades da

geração presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades. Uma política construtiva e consciente de dinamização do crescimento econômico exige conhecimento técnico adequado, uma abordagem inovadora para a resolução de problemas socioeconômicos e uma gestão eficiente dos recursos não renováveis. A ideia de desenvolvimento sustentável e responsabilidade ambiental já está profundamente enraizada na consciência das maiores marcas globais, empresas inovadoras e grandes corporações, mas, acima de tudo, tornou-se parte do cotidiano dos indivíduos (Pihkala 2020). Ser “ecológico” tornou-se uma tendência, enquanto não seguir as tendências ecológicas passou a ser simplesmente algo fora de moda. As sociedades conscientes passaram do estágio da “atitude ecológica” para a “fase do eco constrangimento” (eco-shaming, eco-guilt, green-shame).

No entanto, enquanto as noções de sustentabilidade e ecopolítica se enraizaram profundamente na realidade socioeconômica dos países do que se pode chamar amplamente de Ocidente, esse modelo de funcionamento ainda parece estar distante de ser alcançado nos países fora da civilização ocidental, incluindo os Estados do Oriente Médio. O ativismo ambiental, o compromisso com a proteção ambiental e a eco-inovação – definida como um produto (bem ou serviço), processo, método organizacional ou de marketing novo ou significativamente aprimorado, que traga benefícios ambientais em comparação com soluções alternativas – não são tendências nas civilizações não ocidentais e, portanto, não determinam seu funcionamento social, econômico e político. Assim, surgem questões fundamentais quanto à possibilidade de expansão das tendências ecológicas ocidentais para outras sociedades e elites governantes, neste caso, as do Oriente Médio (Stoett 2023, 172, 191).

É importante destacar que é, sobretudo, a autoconsciência e a pressão exercida pelos jovens que fazem com que os fabricantes adotem soluções mais rápidas e eficazes relacionadas ao desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que pressionam organizações, instituições e outros organismos internacionais, assim como autoridades estatais e locais, a adotar práticas ecológicas. Greta Thunberg, ativista climática sueca, que aos quinze anos começou a protestar em frente ao parlamento sueco contra as mudanças climáticas em 2018, tornou-se, de certa forma, o rosto de tais campanhas ecológicas nos últimos anos (Gould, 2022). O protesto de Greta Thunberg, inserindo-se – e até radicalizando – a revolução ecológica já em curso e suas partes constituintes na forma de disseminação de tendências ecológicas, ressoou entre jovens ativistas de todo o mundo.

Uma análise das tendências ecológicas mais recentes permite

identificar seis tendências dominantes que surgiram ou se fortaleceram nos últimos anos (5 Trends 2021).

A primeira delas, e ao mesmo tempo uma das mais recentes, é o “Flygskam”, que significa sentimento de vergonha por viajar de avião. Essa atitude decorre da consciência sobre o impacto negativo da indústria da aviação no clima e no meio ambiente (Mkono 2020: 223-226). O setor aéreo está entre os dez maiores emissores globais de gases de efeito estufa e também responsável pela produção de diversos resíduos e poluentes (Timperley 2022). A conscientização sobre essa realidade deu origem a um debate global sobre os impactos ambientais adversos das viagens aéreas, resultando em diversas ações ecologicamente responsáveis. Em junho de 2019, a KLM Royal Dutch Airlines lançou a campanha “Fly responsibly” (KLM 2022); na Espanha, o projeto “Zero Cabin Waste” foi iniciado para reduzir o desperdício nas cabines (Evolution 2022); e, em 2020, foi implementado o programa internacional “Carbon Offsetting and Reduction Scheme for International Aviation”, com o objetivo de compensar cerca de 80% das emissões de CO<sub>2</sub> acima dos níveis de 2020 até 2035 (Reducing 2022).

Outra tendência ecológica é a chamada “moda ecológica”. Sua principal característica é a preferência por roupas de boa qualidade, com o foco de que essas não causem danos ao meio ambiente. As marcas que constroem sua imagem com base na sustentabilidade (11 Eco-Friendly 2022) destacam que essa tendência se baseia na consciência, tanto do fabricante quanto do consumidor, de que é possível adotar uma moda responsável, com a implementação de soluções que reduzam o impacto ambiental. A indústria da moda ecológica utiliza materiais certificados, inovadores, reciclados e ambientalmente responsáveis, promove o estilo minimalista e valoriza a alfaiataria tradicional, rejeitando a produção em massa de roupas de baixa qualidade (Chan 2021). Mais uma vez, é a geração jovem que adere a essa moda, o que oferece alguma esperança para o futuro.

A terceira tendência ecológica, um pouco mais antiga, pode ser descrita como “Impossible Food” ou “carne sem carne”. Essa tendência promove a cultura alternativa do vegetarianismo ou veganismo como parte de um estilo de vida saudável. Os defensores do Impossible Food enfatizam que a pecuária industrial é um dos principais fatores das mudanças climáticas, sendo responsável por cerca de 18% das emissões de gases de efeito estufa geradas pelo homem – mais do que todo o setor de transporte (Reiley 2019). Em 2016, o restaurante Momofuku Nishi, de Nova York, foi o primeiro no mundo a introduzir o Impossible Burger, produto emblemático da Impossible Foods Inc., um exemplo interessante do desenvolvimento contínuo do conceito de “Impossible Food” (Holpuch 2016). Desde então, foi criada uma

rede de restaurantes e empresas associadas à Impossible Foods Inc., como o Burger King, com seu “Impossible Whopper”, oferecendo alimentos à base de plantas, incluindo pizzas e salsichas.

“Sustentabilidade” e “empreendedorismo ecológico” compõem a quarta tendência ecológica. Essa tendência define e orienta ações de marketing que permitem às empresas modernas, cujos clientes são consumidores ambientalmente conscientes, conquistar e manter uma posição privilegiada no mercado (Rodríguez-García, Guijarro-García, Carrilero-Castillo 2019: 7-8).

A quinta tendência ecológica, fortemente relacionada ao empreendedorismo ecológico, pode ser definida como a busca pelo “estar feliz”. Trata-se de uma tendência relativamente nova, em que as pessoas passam a prestar mais atenção em si mesmas e em suas vidas, e os empregadores – em seus colaboradores. Essa atitude está ligada ao problema da síndrome de burnout, tratado pela Organização Mundial da Saúde em maio de 2019. Segundo a OMS, o excesso de trabalho, o estresse e a falta de motivação afetam negativamente o bem-estar e a saúde dos trabalhadores. Por isso, em 2020, surgiu em muitas corporações uma nova função: o “gerente da felicidade”. A principal função desse profissional é garantir um ambiente de trabalho amigável, boa comunicação e combater o excesso de trabalho (Messinger 2016). A tendência de “estar feliz” molda o ambiente com base na premissa de que apenas um colaborador feliz é capaz de trabalhar de forma eficaz e responsável – o que pode garantir o alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

A última das tendências ecológicas mencionadas recebeu o nome de “Seja como a Geração Z”. A Geração Z é amplamente definida como as pessoas nascidas após 1995. Elas cresceram em um mundo digital e de realidade virtual. Importante destacar que os membros da Gen Z já ingressaram no mercado de trabalho e revelaram-se uma geração criativa e empreendedora, para quem o trabalho é uma parte integral – porém positiva – da vida. São opositores do modo de trabalho workaholic. É uma geração que tem opinião própria e não teme expressá-la. Os membros da Geração Z sabem coletar, analisar e sintetizar dados, tirar conclusões e trabalhar com paixão (Parker, Igielnik 2020). Sua força foi visível em marchas e protestos realizados em diversas capitais durante as cúpulas climáticas da ONU.

Após apresentar as seis tendências ecológicas mais importantes e populares entre as sociedades do chamado Ocidente, vale a pena considerar a questão da penetração dessas tendências em sociedades culturalmente diferentes. O ponto central, neste caso, é a presença ou ausência de tendências ecológicas no Oriente Médio.

## O Oriente Médio (Islamismo) e as tendências ecológicas do Ocidente

A explosão do ativismo ambiental nos Estados do Oriente Médio ocorreu nas três primeiras décadas do século XXI. Trata-se, portanto, de um fenômeno relativamente novo nessa região, razão pela qual ainda permanece como um elemento pouco estudado no panorama sociopolítico mais amplo dessa parte do mundo. Importante destacar, no entanto, que a disseminação do ativismo ambiental nos Estados do Oriente Médio reflete as mudanças nas circunstâncias políticas da região, incluindo tentativas de construir sociedades civis no sentido ocidental do termo, bem como mudanças estruturais de longo prazo nas esferas econômica e social desses países, como o crescimento populacional contínuo, a urbanização crescente (quase 70% da população da região vive em áreas urbanas) e a industrialização, o aumento progressivo das taxas de escolarização, a maior participação das mulheres na vida política e econômica, ou os processos migratórios relacionados à conscientização e ao desejo por melhores condições de vida. Contudo, Joannie L. Sowers está certa ao argumentar que “não é surpreendente que a expansão da contestação ambiental tenha sido mais evidente em países com sistemas políticos semi-competitivos e longas histórias de ação coletiva, como Líbano, Tunísia, Egito, Argélia, Israel e Irã. O ativismo ambiental também emergiu, em menor grau, em Estados autoritários considerados hostis ao ativismo, como os do Golfo Pérsico, enquanto formas rotineiras de engajamento cívico tornaram-se praticamente impossíveis na Síria, Iêmen e Líbia, devastados pela guerra” (Sowers 2018). Esse argumento permanece plenamente compatível com os princípios e objetivos do movimento Verde, que está se tornando cada vez mais difundido em todo o mundo, embora seus fundamentos estejam relacionados a valores típicos das democracias. Os ativistas ambientais baseiam seu trabalho em quatro pilares principais, que se contrapõem ao Estado autoritário – um elemento inerente ao cenário político do Oriente Médio: a sozologia (ciência da proteção ambiental) baseada em fundamentos teóricos da ecologia, justiça social, democracia participativa (participação igualitária da sociedade no funcionamento do Estado) e não violência.

Vale acrescentar que, em abril de 2001, 72 países adotaram a Carta Global dos Verdes (The Global Greens Charter) em Canberra, comprometendo-se com uma parceria global baseada em seis princípios fundamentais que constituem o ativismo ambiental no século XXI. Esses princípios são: sabedoria ecológica, justiça social, democracia participativa, não violência, sustentabilidade e respeito à diversidade (Global Greens 2021).

É importante observar que os Estados do Oriente Médio estão longe de

atingir os objetivos ambientais adotados globalmente, especialmente as metas estabelecidas pela ONU em 2015 para serem alcançadas até 2030, no contexto dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que fazem parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Transforming 2015). Essa é a conclusão do “Relatório Árabe de Desenvolvimento Sustentável” da ONU de 2020, que avalia o progresso de cada um dos 17 objetivos da Agenda 2030 (Schaar 2020). Contudo, isso não significa que o ativismo ambiental, ao menos em alguns países do Oriente Médio, não esteja avançando, pois algumas sociedades da região estão conscientes dos desafios e ameaças à segurança ambiental e alimentar, típicos dessa parte do mundo, como: o consumo excessivo de água — recurso escasso no ambiente desértico da região (estima-se que todos os países árabes provavelmente enfrentarão os déficits hídricos mais graves entre 2040 e 2050) (El-Zein 2014); o rápido aquecimento global — que provavelmente agravará o estresse hídrico e, ao mesmo tempo, intensificará ondas de calor e secas; a pesca excessiva e a poluição dos ecossistemas; a degradação do solo — que impacta negativamente a biodiversidade, limita o desenvolvimento da agricultura e da produção de alimentos e contribui para fortes tempestades de areia e fome (Al-Sarihi 2022); a rápida urbanização e o desenvolvimento econômico — relacionados ao aumento do consumo de combustíveis fósseis, água e outros recursos naturais não renováveis, bem como à emissão excessiva de CO<sub>2</sub> em decorrência da crescente demanda por energia (Catar, Kuwait, Emirados Árabes Unidos, Bahrein e Arábia Saudita estão entre os maiores emissores per capita de CO<sub>2</sub> do mundo — e o lobby contra os combustíveis fósseis é visto pelas autoridades como uma ameaça à segurança do Estado, sendo eliminado ou completamente ignorado); a falta de infraestrutura e de conhecimento especializado em políticas ecologicamente corretas e sustentáveis (Hawkins 2020).

A conscientização pública ambiental é, portanto, uma condição essencial, mas não constitui uma base suficiente para a sustentabilidade ambiental nos países do Oriente Médio. O desenvolvimento e a promoção de tendências ecológicas são dificultados pelos seguintes fatores e circunstâncias: numerosos e duradouros conflitos regionais (Özalp 2011, 5–9); a questão dos refugiados e desastres humanitários (como as guerras civis no Iêmen e na Síria); a rivalidade por influência entre potências regionais (como a política turca de derrubada de árvores no Curdistão sírio e iraquiano) (Abdulla, 2022); atividades terroristas; ou a rivalidade por influência econômica, política e militar entre potências externas (EUA, Rússia, China, Índia), para as quais os valores ecológicos da região têm importância secundária (Del Sarto, Malmvig, and Lecha 2019, 35–36).

Portanto, a conscientização sobre os problemas ambientais no Oriente

Médio é extremamente insuficiente, pois carece de uma base conceitual mais ampla. Falta um pensamento político voltado para como combater e prevenir os danos ao meio ambiente na região. Como observa corretamente Hafsa Halawa, a linguagem e a literatura ainda não ofereceram uma reflexão intelectual sobre os desafios e ameaças ambientais, nem sobre as formas de enfrentá-los na região MENA (Oriente Médio e Norte da África). A direção da ecopolítica no Oriente Médio ainda é incerta, e seus objetivos, indefinidos. Embora os governos de todos os países da MENA tenham adotado algum tipo de legislação nacional de proteção ambiental e criado agências ou ministérios para isso, tais instituições frequentemente são apenas fachadas institucionais de pouca relevância prática, e os recursos à sua disposição são extremamente modestos. Além disso, analistas e ativistas ambientais frequentemente enfrentam incompreensões resultantes da confusão entre a sociedade civil ambiental (focada na segurança hídrica e na qualidade do ar) e o ativismo climático (direcionado à redução das emissões e à mitigação das mudanças climáticas), o que leva à incapacidade de distinguir entre ações de curto e longo prazo. “Praticamente em nenhum lugar há uma apreciação profunda desses temas, à medida que se relacionam com o ativismo da sociedade civil, os direitos, a segurança e o engajamento político e econômico” (Halawa, 2020).

Portanto, ao analisar o fenômeno do ativismo ambiental nos países do Oriente Médio, é necessário apontar, desde o início, que existe uma contradição evidente em relação à mobilização ambiental das sociedades dessa região. Por um lado, o objetivo assumido pelas elites autoritárias no poder (Danahar 2015, 22–24) — entendido como um desenvolvimento social, político e econômico dinâmico que leve à modernização dos Estados e à capacidade de competir com o Ocidente — exige a atração de investidores privados que utilizem soluções tecnológicas inovadoras. Isso significa priorizar soluções ecológicas, em conformidade com o pressuposto ocidental comum de que o futuro do planeta depende da implementação de patentes ambientalmente sustentáveis e do conceito de desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, no entanto, as autoridades autoritárias do Oriente Médio reprimem permanentemente qualquer atividade social, controlando universidades e organizações não governamentais, impedindo, assim, o surgimento de sociedades civis conscientes de seus direitos, utilizando a censura como instrumento para controlar a consciência social — o que não favorece o desenvolvimento de movimentos sociais e políticos, incluindo o movimento Verde. Esse estado de coisas decorre do fato de que o ativismo ambiental é percebido pelos tomadores de decisão políticos no Oriente Médio como uma ameaça à segurança, à ordem interna e à integridade territorial

dos Estados e, acima de tudo, como uma ameaça ao status quo político, que em alguns casos é mantido há décadas (Esposito, Sonn, Voll 2016, 238–240). Também pode ser visto como um risco de aumento da influência de atores externos (ocidentais), o que está associado à perda de parte da soberania e ao retorno ao sistema de mandatos, ao colonialismo ou até mesmo a uma era pós-colonial.

Contudo, apesar da resistência generalizada, do conservadorismo e das preocupações das elites governantes dos Estados do Oriente Médio, tem havido um aumento constante na consciência da necessidade de adotar e implementar soluções ecológicas, tanto entre as sociedades locais quanto entre alguns tomadores de decisão políticos. Trata-se de uma tendência muito positiva, e todos os sinais indicam que ela continuará tanto no curto quanto no médio prazo. Portanto, será uma tarefa extremamente exigente e difícil para as elites do mundo ocidental — que buscam seus interesses políticos, econômicos e militares no Oriente Médio — exercer uma pressão positiva e aumentar a consciência da importância da mobilização ambiental e da implementação gradual dos objetivos relacionados ao movimento Verde entre os tomadores de decisão da região.

Assim, como demonstrado pelo estudo do fenômeno do ativismo ambiental no Oriente Médio, é possível formular a hipótese de que esse ativismo se desenvolve de duas formas distintas. É por isso que o ativismo ambiental pode ser considerado tanto em termos amplos quanto em termos restritos.

A abordagem restrita ao ativismo ambiental no Oriente Médio diz respeito principalmente à população urbana, que cada vez mais vive próxima a instalações industriais, aterros sanitários, usinas de incineração de resíduos e outras estruturas industriais nocivas, com um padrão de vida e qualidade de vida bastante baixos. Observa-se um aumento constante na incidência de doenças crônicas e nas taxas de mortalidade, enquanto o acesso a serviços profissionais de saúde e exames, bem como a possibilidade de mudar de residência, continua altamente limitado. É, portanto, importante destacar que os ativistas ambientais nos Estados do Oriente Médio obtiveram certos sucessos, não tanto no nível central, mas justamente no nível local. Por estarem próximos aos problemas ambientais e sentirem os efeitos da degradação ambiental em suas próprias vidas, conseguem mobilizar a si mesmos e a outras pessoas para tomar iniciativas voltadas à melhoria da qualidade de vida. Os movimentos sociais ambientais locais são a melhor evidência desse fenômeno. Atuando em bairros específicos ou em comunidades mais amplas, os ativistas ambientais locais concentram-se nos problemas mais urgentes, como a má gestão de resíduos e a insuficiência da infraestrutura hídrica.

Tais iniciativas podem ser bem exemplificadas pela ONG egípcia Hurghada Environmental Protection and Conservation Association (HEPCA), cuja atividade não se concentra nos problemas ambientais de todo o país, mas sim na proteção da parte egípcia dos recifes de corais e da biodiversidade do Mar Vermelho, ameaçados pelo crescimento contínuo do turismo e pelo desenvolvimento econômico na região. A HEPCA realiza múltiplos projetos e iniciativas sociais com grande eficácia e está fortemente engajada em atividades de conscientização ambiental direcionadas à comunidade local, às escolas, ao setor de turismo e aos prestadores de serviços que operam na região do Mar Vermelho (HEPCA, 2022).

É, portanto, importante destacar que a globalização e a ampla mediação, especialmente com a expansão da internet, das redes sociais e dos blogs, fizeram com que as pessoas que atuam em nível local se tornassem cada vez mais conscientes das causas do agravamento de sua saúde e da falta de perspectivas para o futuro. Ao comparar seu padrão de vida com as possibilidades oferecidas pelo Ocidente, elas enxergam uma oportunidade de mudança para as próximas gerações. Por isso, é especialmente a geração jovem e altamente educada que está se tornando ativa na esfera das soluções ecológicas. Trata-se de uma geração comparável à Geração Z do Ocidente — uma geração que prioriza soluções verdes na moda, na alimentação e na busca por bem-estar na vida profissional. É uma geração consciente de seus valores, de suas necessidades e da necessidade de mudança. É essa geração que constitui os movimentos Verdes no Oriente Médio. E, por fim, é essa a geração que não enfrenta barreiras de comunicação, pois — como descreveu Marshall McLuhan — tornou-se parte da “aldeia global”. Os membros da Geração Z devem ser vistos como uma oportunidade para uma mudança ambiental eficaz e bem-sucedida no Oriente Médio, desde que, é claro, as autoridades autoritárias não reprimam brutalmente seu entusiasmo por essa mobilização ecológica.

Por outro lado, a abordagem mais ampla ao ativismo ambiental no Oriente Médio deve ser analisada em termos de ecopolítica no nível das autoridades centrais. O problema é que a questão da ecopolítica, nesse nível, continua sendo uma preocupação secundária ou até terciária na região. Além disso, as autoridades centrais não veem com bons olhos as atividades ecologicamente responsáveis. Ativistas ambientais, assim como jornalistas que abordam questões de proteção ambiental, são frequentemente submetidos a vigilância e repressão. Seus direitos e liberdades fundamentais são restringidos, e muitos foram presos ou forçados a deixar o país.

Além disso, no início da terceira década do século XXI, as organizações não governamentais envolvidas com a proteção ambiental continuam sob

pressão dos regimes autoritários, e sua capacidade de ação costuma ser severamente limitada. Vale lembrar que as reformas com espírito cívico nos Estados do Oriente Médio — que também abrangeram ativistas ambientais — ocorreram apenas por um curto período após a Primavera Árabe de 2011 (Amin 2016, 45–62). Na prática, no entanto, a Primavera Árabe terminou em fracasso e, após uma década de levantes, houve um retorno ao status quo ante nos países da região (Brownlee, Masoud, Reynolds 2015, 226–228). Para confirmar esse ponto, vale lembrar que, quando os cidadãos tomaram as ruas para protestar contra a escassez de água em 2018 ou em julho de 2021, durante uma das secas mais severas no Irã, muitos tomadores de decisão da República Islâmica do Irã passaram a perceber o ativismo ambiental como uma perigosa fonte de mobilizações ideológicas em massa, que poderiam ameaçar a estabilidade política e o regime do clero xiita. Assim, os protestos foram violentamente reprimidos (Esfandiari 2021).

A repressão ao ativismo ambiental em nível central pode ser perfeitamente exemplificada pelo caso do Egito sob o governo do general Abdel Fattah al-Sisi. O presidente egípcio, por meio de sua política radical de limitação ao pluralismo político, marginalizou a liberdade de associação e impôs severas restrições às ONGs, incluindo organizações ambientais. Em maio de 2017, al-Sisi ratificou uma nova lei para ONGs, que praticamente eliminou a possibilidade de existência da sociedade civil no espaço público egípcio, marginalizando também o funcionamento de organizações e associações de direitos humanos. A lei criminalizou o trabalho das ONGs, introduzindo a pena de até cinco anos de prisão por descumprimento de suas disposições, como o recebimento de fundos externos sem aprovação do governo. A lei também permitiu a vigilância constante e o monitoramento diário das atividades das ONGs por parte de funcionários do Estado. Além disso, as autoridades impuseram proibições de viagem a defensores dos direitos humanos e trabalhadores de ONGs. Em novembro de 2020, membros de uma das poucas ONGs remanescentes no Egito, a Iniciativa Egípcia para os Direitos Pessoais (EIPR), foram presos (Human Rights Watch, 2020).

Vale acrescentar que uma abordagem interessante sobre a questão da mobilização ambiental no Oriente Médio foi apresentada por Joannie L. Sowers, que identificou três grupos dominantes de formas de engajamento entre o Estado e a sociedade em questões ambientais. Segundo J. L. Sowers, o primeiro grupo é informal e inclui ações localizadas de pequena escala, centradas nas atividades de pequenos grupos de membros da comunidade — moradores rurais e urbanos — que bloqueiam estradas e espaços públicos, enviam petições a autoridades locais e tentam pressionar os órgãos estatais para que medidas adequadas sejam tomadas a fim de evitar a degradação

do meio ambiente ao seu redor. Essas formas de ativismo, como destaca Sowers, geram pequenas mudanças no comportamento e nas políticas ambientais do Estado e das corporações. O segundo grupo tem um caráter mais institucionalizado e concentra-se em organizações não governamentais ambientais (ONGs). Um dado interessante é que, nos últimos anos, o número dessas organizações cresceu rapidamente em países como Irã, Turquia, Israel, Líbano, Egito e Palestina, embora o nível de apoio popular varie consideravelmente entre os países. A eficácia das atividades dessas ONGs é principalmente limitada pelo fato de que operam em regimes autoritários, o que implica uma série de restrições governamentais e controle rigoroso, incluindo exigências severas relacionadas ao recebimento de fundos para suas atividades. O terceiro grupo de formas de engajamento, que segundo Sowers parece ser o mais eficaz devido à sua natureza flexível e difusa, é denominado campanha de resistência (*hamla*). Esse tipo de ativismo ambiental costuma vir acompanhado de campanhas sociais, atuação de comitês locais, lobbying e cooperação com a mídia, a fim de obter visibilidade local e nacional para suas atividades ambientais (Sowers, 2018). Esse grupo de práticas guarda semelhanças com o trabalho profissional de ativistas ambientais ocidentais. No entanto, a principal diferença em sua eficácia reside no fato de que, enquanto os países ocidentais apoiam ou, pelo menos, não dificultam as atividades ambientais de base, os regimes autoritários do Oriente Médio, que dispõem de instrumentos de repressão policial e obstáculos burocráticos, tornam-se os principais entraves para uma ecopolítica bem-sucedida.

## **O lado prático do desenvolvimento sustentável e as tendências ecológicas no Oriente Médio**

Como mencionado acima, o Oriente Médio não é uma parte do mundo onde se dá ênfase especial às tendências ecológicas, ao movimento verde ou à política de desenvolvimento sustentável. O fato é que tanto as autoridades quanto algumas sociedades estão conscientes da importância dos problemas ambientais, porém, a abordagem para lidar com esses problemas é extremamente limitada e diversificada, mas, acima de tudo, depende de vários fatores e circunstâncias internas e externas. Apesar disso, deve-se enfatizar que, apesar das numerosas barreiras e desafios que dificultam ou retardam o progresso da política de desenvolvimento sustentável e das atividades dos movimentos verdes, medidas e projetos estão sendo implementados na maioria dos Estados da região, o que pode ser visto como um avanço na direção certa — rumo às tendências ecológicas e aos princípios do desenvolvimento

sustentável. Portanto, vale a pena apresentar pelo menos alguns exemplos do lado prático da ecopolítica no Oriente Médio.

Sem dúvida, um dos exemplos mais interessantes é o Egito (Hussein, Pollock 2019), onde está em construção a totalmente ecológica Nova Capital Administrativa (NAC, na sigla em inglês). Ela é comumente chamada de “a Nova Cairo”, embora a nova capital não possa, em última análise, ter esse nome, pois um dos distritos do Cairo já se chama assim.

É interessante notar que a NAC é uma cidade construída do zero, e o próprio presidente al-Sisi foi o idealizador do projeto. Segundo o plano, que surgiu já em março de 2015, a nova capital — uma cidade inteligente — abrigará cerca de 7 milhões de pessoas. Todas as principais instituições estatais serão transferidas para lá. A NAC deverá substituir o superpovoado Cairo. Justificando a necessidade da construção de uma nova capital, as autoridades egípcias apontaram que o Cairo, excessivamente lotado, já não conseguia funcionar de forma eficiente, e o número excessivo de turistas, imigrantes, bem como a expansão de favelas, dificultava seriamente o funcionamento da antiga capital. Importante destacar que a ecologia se tornou uma característica significativa e distintiva no projeto da nova cidade (El Hakeh 2021).

Assim, mais importante ainda é o fato de que a nova cidade inteligente será tecnologicamente avançada e terá uma arquitetura extraordinária, incluindo o arranha-céu mais alto da África, a maior igreja cristã (uma igreja copta) do Oriente Médio e a maior mesquita do Egito. Além disso, os distritos administrativos e comerciais e o Parque do Rio Verde — o maior parque ao longo de um rio na África, inspirado no Rio Nilo — também são arquitetonicamente únicos e modernos. Serão criados vinte parques e áreas verdes na cidade, o que garantirá mais de 15 metros quadrados de área verde por habitante, número várias vezes superior ao do Cairo. As novas autoridades responsáveis pela construção da cidade inteligente argumentam que priorizam soluções ambientalmente amigáveis e o desenvolvimento sustentável. A cidade utilizará energia solar, o transporte urbano será baseado em trens elétricos e os pagamentos serão todos digitais. Stefano Boeri, conhecido por seus projetos de edifícios integrados à vegetação, projetou três estruturas únicas que, além de residenciais, também abrigarão uma floresta vertical distribuída por vários andares. Estima-se que esse empreendimento na NAC atraia mais de dois milhões de turistas por ano (BOERI 2022).

De acordo com as autoridades e os construtores da cidade, a NAC, devido ao seu caráter inovador e soluções ecológicas, será a Primeira Cidade Inteligente Sustentável de 4<sup>th</sup> Geração do Egito (ACUD 2022). Há quem diga que o Egito segue o modelo da chamada “dubaisação” — construção de novas cidades artificiais baseadas em soluções ecológicas. Os próprios egípcios

afirmam sentir orgulho dos grandes projetos, embora uma grande parte da sociedade também ressalte que tais projetos não atendem às necessidades e prioridades atuais da sociedade egípcia, que enfrenta os efeitos da pandemia da COVID-19, problemas econômicos, deficiências no sistema educacional e de saúde, além dos efeitos crescentes da patologia de um regime autoritário.

Ao analisar o lado prático das soluções ecológicas no Oriente Médio, também vale mencionar algumas ações coletivas e individuais adotadas nessa área pelos respectivos Estados. É importante destacar que, diante das crescentes preocupações ambientais, como o aquecimento global e o esgotamento dos recursos fósseis, os Estados da região estão tomando medidas para reduzir sua dependência de recursos naturais como o petróleo ou o gás natural. Investimentos significativos em energia renovável, especialmente solar e eólica, têm se tornado uma alternativa ecológica. De maneira significativa, as condições climáticas da região são favoráveis a esses investimentos. O Oriente Médio está localizado dentro do Cinturão Solar Global, que recebe a maior quantidade de luz solar e menos precipitação.

Assim, países como Arábia Saudita, Catar, Kuwait e Emirados Árabes Unidos estão investindo em vários projetos de energia renovável com o objetivo de alcançar de 15% a 30% de geração de energia a partir de fontes renováveis até 2030. Também é importante notar que esses mesmos Estados estão tomando medidas proativas para controlar a geração de resíduos, introduzindo projetos de energia sustentável e gerenciamento adequado de resíduos (como reciclagem). Por exemplo, os Emirados Árabes Unidos, que alcançaram uma taxa de reciclagem de 70% em menos de dez anos, são pioneiros e ao mesmo tempo o Estado mais ativo nessa área, tendo alcançado uma das principais tendências ambientais em sua política, conhecida como lixo zero. Interessantemente, Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, adotou a iniciativa chamada Estidama, que em árabe significa “sustentabilidade”, como parte das soluções e tendências ecológicas. É um programa extremamente visionário que oferece diretrizes sobre como projetar edifícios inovadores para que sejam mais sustentáveis e estejam de acordo com os padrões ecológicos. O programa Estidama está totalmente alinhado com o projeto inovador “Visão Abu Dhabi 2030” (Tukan 2022).

Além disso, um dos projetos mais interessantes adotados no Oriente Médio diz respeito à construção e funcionamento da cidade inteligente chamada Masdar, localizada nos Emirados Árabes Unidos, que visa ser a cidade ecologicamente mais sustentável do mundo. Masdar é a primeira e até agora única cidade do mundo totalmente alimentada por energia renovável e sem poluição causada por emissões de tráfego. Esta é a primeira cidade do mundo com transporte urbano sem emissão de poluentes e silencioso, sem

comprometer o aspecto visual da cidade, pois é baseado em veículos elétricos que circulam sobre trilhos magnéticos, operando principalmente no subsolo. O nome da cidade, inclusive, não é acidental: Masdar, que em árabe significa “fonte”, juntamente com sua localização no deserto e sua autossuficiência energética, forma um conjunto coerente. Assim, Masdar pretende tornar-se o exemplo principal de como outras cidades podem passar por um processo de rápida urbanização com uso eficiente da água, gestão de resíduos e energias renováveis, engajando-se constantemente no desenvolvimento sustentável e na mitigação das mudanças climáticas. A construção da cidade começou em 2006 e é um tipo de experimento iniciado pelo emir dos Emirados Árabes Unidos (Masdar 2022).

O lado prático das soluções ecológicas também foca em ações nos campos jurídico e institucional, com o objetivo de demonstrar que os princípios e objetivos do desenvolvimento sustentável são importantes, tendo até se tornado prioridade, e que os Estados da região, conscientes das consequências da degradação ambiental, alinham suas políticas às tendências ecológicas. Isso pode ser exemplificado pelo fato de que as autoridades dos Emirados Árabes Unidos tornaram o desenvolvimento sustentável um dos temas centrais de um dos eventos econômicos mais importantes do mundo, a EXPO 2020 (ocorrida de 1<sup>o</sup> de outubro de 2021 a 31 de março de 2022). Um pavilhão temático especial foi dedicado às questões ambientais em sentido amplo, e várias regulamentações foram adotadas em relação à busca pelos objetivos do desenvolvimento sustentável (Bureau Expo Dubai 2017). Também os sites dedicados à EXPO 2020 expõem claramente a política de desenvolvimento sustentável, que os Emirados Árabes Unidos pretendem promover no Oriente Médio. Como enfatizado pelos organizadores da EXPO 2020:

Desde a reciclagem até a promoção de soluções naturais, esperamos inspirar outros a reafirmarem seu compromisso com o meio ambiente e a protegerem a Terra para as futuras gerações. Todas as nossas ações visam criar impactos ambientais positivos em nível nacional, regional e global, e apoiar o Plano Dubai 2021, a Visão dos EAU 2021 e a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. (EXPO 2022)

Interessantemente, a Arábia Saudita também deu atenção especial ao problema da poluição ambiental, emitindo um decreto que obriga todas as organizações a cumprirem padrões relacionados à redução da poluição sonora, do ar e da água. A Presidência de Meteorologia do Reino da Arábia Saudita

criou um programa de resgate de dados climáticos, que consiste no registro e arquivamento de informações de metadados, fundamentais para análises de longo prazo das mudanças climáticas (I-DARE 2022). Além disso, a proteção ambiental foi incluída na Lei Básica de Governança, conforme o artigo (322) do Estatuto, que dispõe: “O Estado deve se empenhar em preservar, proteger e melhorar o meio ambiente, e prevenir sua poluição”. Considerando o rápido desenvolvimento econômico do país, baseado por décadas no setor petrolífero, as autoridades sauditas têm introduzido sistematicamente regulamentos e estabelecido instituições encarregadas de monitorar a poluição ambiental, bem como de agir para prevenir a degradação do meio ambiente natural. Um exemplo dessas instituições é o Departamento de Meteorologia e Proteção Ambiental ou a Autoridade Geral de Meteorologia e Proteção Ambiental, e as ações se refletem na adoção de medidas legais na forma da Lei Ambiental do Reino da Arábia Saudita e seus regulamentos executivos. Os esforços da Arábia Saudita para proteger o meio ambiente também são exemplificados por iniciativas como a criação de um fundo de pesquisa para energia e meio ambiente:

“O Reino tem o projeto de reconstrução ambiental mais significativo da história. O projeto se concentra em desenvolvimentos integrados após a Guerra do Golfo e custou ao Reino mais de 1,1 bilhão de dólares. O Centro para Agricultura no Deserto trabalha no desenvolvimento de sistemas sustentáveis e de baixo consumo, que usam água de forma eficiente para produzir alimentos e grãos, sendo compatíveis com os ambientes desérticos costeiros que dependem da agricultura relacionada à água do mar e à luz solar” (Saudi 2022).

## Conclusão

A ecopolítica e as tendências ecológicas não são fenômenos novos ou desconhecidos no Oriente Médio. Esses fenômenos têm se tornado um elemento consolidado do panorama religioso e político das sociedades e dos Estados da região há pelo menos uma década, e espera-se que aumentem nos próximos anos.

O fato é que os regimes autoritários do Oriente Médio constituem uma das maiores barreiras que dificultam e impedem o trabalho dos movimentos ambientais da sociedade civil. No entanto, há diversos projetos e iniciativas inovadoras, tanto em nível local quanto central, que estão totalmente alinhados com as tendências ocidentais da política de desenvolvimento sustentável — e

muitas vezes superam a civilização ocidental em termos de avanço tecnológico.

Portanto, a discussão sobre ecopolítica e tendências ecológicas no Oriente Médio é totalmente pertinente e justificada. As fontes de potencial desastre ambiental na região devem servir de vistas nas políticas equivocadas adotadas por tomadores de decisão autoritários em relação aos ecossistemas locais. Os Estados do Oriente Médio enfrentam diversos desafios e ameaças ao seu desenvolvimento sustentável. Os fatores que contribuem para a instabilidade ecológica na região incluem: a dinâmica das mudanças demográficas; a degradação ambiental decorrente da superexploração de matérias-primas, especialmente petróleo e gás natural; a escassez de recursos naturais, como a água; a insegurança alimentar resultante de secas e do aquecimento global; além de conflitos intra-regionais, a atuação de organizações jihadistas e as guerras por procuração (proxy wars) multidimensionais travadas na região. Por isso, se a parte ocidental da sociedade internacional deseja que os Estados do Oriente Médio adotem uma política global de desenvolvimento sustentável, ela mesma deve evitar a fragmentação da região por meio da participação indireta ou direta em guerras. Em vez disso, deve focar na resolução pacífica de disputas, na promoção da implementação de legislações ambientais na região e no estabelecimento de instituições adequadas para supervisionar a ecopolítica desses Estados.

O Oriente Médio é uma região altamente receptiva, aberta a novas ideias e soluções. É uma região onde o modelo de governança autoritária precisa, em última instância, tornar-se compatível com o enfrentamento dos desafios impostos pelas tendências ecológicas e pela ecopolítica de origem ocidental. O que é extremamente importante é que muitos Estados da região já enfrentaram com sucesso esses desafios e compreendem que, no século XXI, não é possível ser um país altamente desenvolvido (ou uma potência regional) sem levar em consideração os objetivos da política de desenvolvimento sustentável. Neste contexto, destaca-se especialmente a juventude, que tem se tornado o elemento da estrutura social responsável por construir, desenvolver e exportar essa consciência ecológica no Oriente Médio.

Assim, se as tendências ecológicas e a ecopolítica estiverem em conformidade com os objetivos políticos e religiosos do Estado e alinhadas com as políticas internas e externas, sem colocar em risco o poder ou a influência política e religiosa dos governantes autoritários, então elas se tornam um instrumento importante para fortalecer a posição do Estado no Oriente Médio e no cenário internacional. A ecopolítica e as tendências ecológicas tornaram-se ferramentas eficazes para demonstrar ao mundo que determinado país se modernizou e que sua economia é inovadora. Parece que a ecopolítica, nesse sentido, tem sido especialmente favorecida por três países

do Oriente Médio: Egito, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Este último promove o desenvolvimento sustentável e as tendências ecológicas da maneira mais espetacular, utilizando-as para construir sua nova posição como potência no Oriente Médio.

Em suma, a ecopolítica e as tendências ecológicas não ameaçam a posição dominante da religião nos países do Oriente Médio. O Islã e a ecologia não são contraditórios. Além disso, países dominados por muçulmanos radicais, como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, estão focados no desenvolvimento de tendências ecológicas. Assim, a religião (Islã), a política (regimes autoritários) e as tendências ecológicas constituem um novo tipo de triângulo de dependência no Oriente Médio.<sup>2</sup>

## Referências

- A Mubadala Company. “Masdar.” <<https://masdar.ae/en/masdar-city/the-city>>. 15 May, 2023.
- Abdulla, Kakalaw, et al. “Turkey accused of ‘stealing’ trees in Iraqi Kurdistan logging campaign.” Middle East Eye, 6 June 2022, <<https://www.middleeasteye.net/news/turkey-iraqi-kurdistan-trees-logging-stealing>>. 10 May, 2023.
- ACUD. “The Capital Egypt. Smarter Future.” <<http://www.acud.eg/>>. Accessed 15 May 2023.
- Al-Sarihi, Aisha. “Key environmental challenges facing the Middle East. Middle East Institute.” April 22, 2021. <<https://www.mei.edu/publications/key-environmental-challenges-facing-middle-east>>. 10 May, 2023.
- Amin, Samir. *The Reawakening of the Arab World. Challenge and Change in the Aftermath of the Arab Spring*. New York: Monthly Review Press, 2016.
- BOERI. “Cairo Vertical Forest.” <<https://www.stefanoboerichitetti.net/en/project/cairo-vertical-forest/>>. 19 March, 2023.
- Brownlee, Jason. et al. *The Arab Spring. Pathways of Repression and Reform*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- Bureau Expo Dubai. “Programme-wide Sustainability Strategy Sustainability.” 2020. <<https://www.expo2020dubai.com/-/media/expo2020/>>

---

<sup>2</sup> Publicação co-financiada pelo fundo obtido através da “Research Excellence Initiative” de “University of Silesia in Katowice”..

- sustainability/expo2020-sustainability-strategy.pdf>. 19 March, 2023.
- Chan, Emily. “7 Major Sustainable Fashion Trends To Propel The Industry Forward In 2021.” *Vogue*, 31 January 2021. <<https://www.vogue.co.uk/fashion/article/sustainable-fashion-trends>>. 22 March, 2023.
- Danahar, Paul. *The New Middle East. The World after the Arab Spring*. London, New York: Bloomsbury, 2015.
- Del Sarto, Raffaella A., et al. “Interregnum: The Regional Order In The Middle East And North Africa After 2011.” *MENARA Final Reports No. 1* (2019): 35-36.
- El Hakeh, Amira. “The New Administrative Capital from an Inclusive Perspective.” March 15, 2021. <<https://aps.aucegypt.edu/en/articles/666/the-new-administrative-capital-from-an-inclusive-perspective>>. 14 March, 2023.
- El-Zein, Abbas, et al. “Health and ecological sustainability in the Arab world: a matter of survival.” *Lancet* 383(9915): (2014): 458–476.
- Enviral. “Why Eco-Shaming Will Never Create Impactful Change.” 2021. <<https://www.enviral.co.uk/why-eco-shaming-will-never-create-impactful-change/>>. 25 March, 2023.
- Esfandiari, Golnaz. “Iran’s Angry Water Protests Turn Deadly Amid Severe Drought.” July 20, 2021. <<https://www.rferl.org/a/iran-deadly-water-protests/31368827.html>>. 13 March, 2023.
- Esposito, John L., et al. *Islam and Democracy after the Arab Spring*. New York: Oxford University Press, 2016.
- European Commission. “Reducing emissions from aviation.” <[https://ec.europa.eu/clima/policies/transport/aviation\\_en](https://ec.europa.eu/clima/policies/transport/aviation_en)>. 29 March, 2023.
- EXPO 2020. “EXPO 2020 Dubai UAE. 1 October 2021 – 31 March 2022. Our commitment to sustainability.” <<https://www.expo2020dubai.com/en/understanding-expo/expo-initiatives/sustainability-at-expo>>. 29 March, 2023.
- Global Greens. “Charter of the Global Greens.” <<https://globalgreens.org/wp-content/uploads/2020/04/Global-Greens-Charter-2017.pdf>>. 29 March, 2023.
- Gould, Liam. “How Greta Thunberg’s climate strikes became a global movement in a year.” *Reuters*, August 20, 2019. <<https://www.reuters.com/article/us-global-climate-thunberg-idUSKCN1VA001>>. 26 March, 2023.
- Halawa, Hawa. “Middle Eastern Environmentalists Need a Seat at the

- Table. Report World.” The Century Foundation, December 14, 2020. <<https://tcf.org/content/report/middle-eastern-environmentalists-need-seat-table/>>. 25 March, 2023.
- Hawkins, Natalia. “Sustainability in the Middle East: Complications and Opportunities.” EcoMENA, December 26, 2020. <<https://www.ecomena.org/sustainability-middle-east/>>. 24 March, 2023.
- HEPCA. “Hurghada Environmental Protection and Conservation Association.” <<https://www.hepca.org/about/history>>. 29 March, 2023.
- Holpuch, Amanda. “Impossible burger: New York’s latest food craze is a veggie burger that bleeds.” The Guardian, 2016. <<https://www.theguardian.com/us-news/2016/jul/27/impossible-burger-new-york-veggie-momofuku-david-chang>>. 28 January, 2023.
- Human Rights Watch. “Egypt: Leading Rights Group Official Arrested.” November 16, 2020. <<https://www.hrw.org/news/2020/11/16/egypt-leading-rights-group-official-arrested>>. 29 January, 2023.
- Hussein, Ahmed et al. “Sustainable Development approaches in Egypt.” Paper presented at the annual meeting IOP Conference Series: Earth and Environmental Science. 22–24 May (2019). Helsinki, Finland.
- Nejati, Mehran, et al. “Ecological purchase behaviour: insights from a Middle Eastern country.” International Journal of Environment and Sustainable Development, Vol. 10, No. 4 (2011): 426.
- Messinger, Leah. “Is a chief happiness officer really the best way to increase workplace happiness?.” The Guardian, 26 August, 2016. <<https://www.theguardian.com/sustainable-business/2015/aug/26/chief-happiness-officer-cho-employee-workplace-woohoo-google>>. 16 January, 2023.
- Mkono, Mucha. “Eco-anxiety and the flight shaming movement: implications for tourism.” Journal of Tourism Futures Vol. 6, No. 3 (2020): 223–226.
- Özalp, Osman Nuri. “Where is the Middle East? The Definition and Classification Problem of the Middle East as a Regional Subsystem in International Relations.” Turkish Journal of Politics No. 2 (2011): 5–19.
- Parker, Kim, et al. “On the Cusp of Adulthood and Facing an Uncertain Future: What We Know About Gen Z So Far.” Pew Research Center, May 14, 2020. <<https://www.pewresearch.org/social-trends/2020/05/14/on-the-cusp-of-adulthood-and-facing-an-uncertain-future-what-we-know-about-gen-z-so-far-2/>>. 21 February, 2023.
- Pihkala, Panu. “Eco-Anxiety and Environmental Education.” Sustainability 12:

(2020): 4-6.

Reiley, Laura. "Impossible Burger: Here's what's really in it." *The Washington Post*. October 23, 2019. <<https://www.washingtonpost.com/business/2019/10/23/an-impossible-burger-dissected/>>. 21 February, 2023.

Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. <[https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1& accessed June 10, 2021Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1& accessed June 10, 2021Lang=E)>. 25 February, 2023.

Rodríguez-García, et al. "An Overview of Ecopreneurship. Eco-Innovation, and the Ecological Sector." *Sustainability* 11 (2019) : 7-8.

Royall Dutch Airlines. 'KLM.' <[https://flyresponsibly.klm.com/gb\\_en#keypoints?article=whatWeDo](https://flyresponsibly.klm.com/gb_en#keypoints?article=whatWeDo)>. 21 February, 2023.

Saudi National Portal for Government Services. "Environmental Protection in KSA." <<https://www.my.gov.sa/wps/portal/snp/aboutksa/environmentalProtection>>. 24 February, 2023.

Schaar, Johan. "What the World Can Do about the Middle East's Coming Environmental Crisis. World Report." *The Century Foundation*, December 14, 2020. <<https://tcf.org/content/report/world-can-middle-east-s-coming-environmental-crisis/?agreed=1>>. 21 March, 2023.

Sowers, Joannie L. "Environmental activism in the Middle East: Prospects and Challenges. Humanities Futures." *Franklin Humanities Institute of Duke University*, November, 2018. <<https://humanitiesfutures.org/papers/environmental-activism-in-the-middle-east-prospects-and-challenges/>>. 21 May, 2023.

Stoett, Peter J. *Global Ecopolitics: crisis, governance, and justice*. North York, Ont.: University of Toronto Press, 2023.

The Good Trade. "11 Eco-Friendly Clothing Brands That Care Deeply About Our Planet." <<https://www.thegoodtrade.com/features/eco-friendly-clothing-brands>>. 20 March, 2023.

The International Data Rescue (I-DARE) Portal. "Kingdom of Saudi Arabia." <<https://www.idare-portal.org/data/kingdom-saudi-arabia>>. Accessed 21 May 2023.

Timperley, Jocelyn. "Explainer: The challenge of tackling aviation's non-CO2 emissions." <<https://www.carbonbrief.org/about-us>>. 11 February, 2023.

- Trend Watching. "5 Trends For 2020 (And 21 For 2021!)." <<https://trendwatching.com/quarterly/2019-11/5-trends-2020/>>. 20 March, 2023.
- Tukan, Ibrahim. "ESTIDAMA – The Sustainability Initiative of the Abu Dhabi Urban Planning Council." <<https://www.tamimi.com/law-update-articles/estidama-the-sustainability-initiative-of-the-abu-dhabi-urban-planning-council/>>. 30 March, 2023.
- Zero Waste Cabin. "Evolution of the amount of waste collected." <<https://www.cabinwaste.eu/en/2019/02/01/evolution-of-the-amount-of-waste-collected/>>. 15 January, 2023.

## RESUMO

O artigo demonstra que o Islamismo e a ecologia não são contraditórios. Países de maioria muçulmana focam no desenvolvimento de tendências ecológicas. As tendências ecológicas estão se tornando essenciais para reforçar a posição dos Estados na região e no plano internacional. Nesse caso, as ecopolíticas se tornam ferramentas práticas para os tomadores de decisão criarem a imagem de Estado Moderno cuja economia é inovadora e cuja sociedade se beneficia dos resultados obtidos da implementação de soluções ecológicas. Entretanto, há uma estreita correlação entre a religião e circunstâncias políticas (em função dos regimes autoritários) e a baixa eficiência de grupos e movimentos ecológicos.

## PALAVRAS-CHAVE

The Middle East, Ecopolitics, Islam, Ecological Trends, Authoritarian Regime

Recebido em 16 de novembro de 2024

Aprovado em 22 de maio de 2025

Traduzido por Sofia Portilio Avila

## PARCEIROS

O Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) foi o primeiro centro voltado exclusivamente ao estudo e à pesquisa em Relações Internacionais no Sul do Brasil. Estabelecido em 1999 junto ao Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), entre 2014 e 2018 esteve associado à Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Atualmente está subordinado à Reitoria da universidade através do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV). Seu objetivo sempre foi o estudo crítico e inovador das transformações do Sistema Internacional pós-Guerra Fria. Paralelamente, tem buscado contribuir para a retomada da discussão de um projeto nacional para o Brasil no plano da análise das opções estratégicas para a inserção internacional autônoma do país, a partir da perspectiva do mundo em desenvolvimento.

Os estudos exploratórios desenvolvidos pelo NERINT sobre os novos países em desenvolvimento conheceram notável expansão desde o limiar do Século XXI. A cooperação com instituições estatais, empresariais, acadêmicas e sociais foi intensificada, bem como o contato direto com centros na América Latina, África e Ásia, além dos já existentes com a Europa e a América do Norte. Um dos resultados dessa nova realidade foi a implantação de um curso de graduação em Relações Internacionais (2004), o melhor do Brasil segundo avaliação do Ministério da Educação (2017), e consequentemente do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS, além de um Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI, 2010). Duas revistas também foram criadas: a semestral bilíngue *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* e a bimestral *Conjuntura Austral*. Além disso, desde 2016 o NERINT oferece um *Boletim de Conjuntura* trimestral e bilíngue, a cargo dos seus Pesquisadores Assistentes. O NERINT também está vinculado à linha de pesquisa em Política Internacional e Defesa do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPOL) da UFRGS, criado em 1973. Como atividade editorial, o NERINT publicou duas coleções de livros: a *Coleção Relações Internacionais e Integração* e a *Coleção Estudos Internacionais*. Atualmente, edita a *Série Estratégia, Defesa e Relações Internacionais*. Assim, além da pesquisa avançada e de propiciar intensa atividade editorial, o NERINT deu origem a pesquisas e programas de graduação e pós-graduação diferenciados.

O Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) iniciou suas atividades em 2010, com cursos de Mestrado e Doutorado, ambos propiciados por qualificados professores e pesquisadores com experiência internacional. Ele é resultado dos avanços obtidos nas áreas de pesquisa e ensino (Graduação e Pós-Graduação) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Suas raízes estão no Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), um centro criado em 1999 que realiza pesquisas, seminários e edita dois periódicos. Conta também com o apoio do Núcleo de Estudos em Tecnologia, Indústria e Trabalho (NETIT/FCE) e do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), sediado no Instituto Latino Americano de Estudos Avançados (ILEA/UFRGS). Em 2004, foi iniciado um curso de Graduação em Relações Internacionais na FCE/UFRGS, em 2005 foi formado o Centro de Estudos Brasil-África do Sul (CESUL) e, em 2012, este transformou-se no Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA). Tudo isto permitiu a formação de uma massa crítica, apoiada em ampla biblioteca especializada.

A tradição de pesquisa que deu origem ao PPGEEI baseou-se numa análise prospectiva das tendências mundiais dos anos 1990. A notável expansão da diplomacia e da economia brasileiras a partir do início do século XXI confirmou a perspectiva adotada, que permitiu a intensa cooperação com os organismos diplomáticos e econômicos internacionais do Brasil. O curso já é uma referência na análise estratégica da inserção das potências emergentes e das relações internacionais Sul-Sul.

A visão diferenciada do PPGEEI dá ênfase a métodos estratégicos, teóricos e aplicados, sempre baseados em rígidos princípios acadêmicos e científicos. Por esta razão, tem sido procurado por estudantes de todo o Brasil e de vários países, e tem estabelecido parcerias em todos os continentes. Por essas razões, é um programa focado na compreensão das rápidas transformações pela qual passa o sistema internacional. Publica em parceria com o NERINT as revistas *Conjuntura Austral* (bimestral) e *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* (semestral e bilíngue). O PPGEEI possui três linhas de pesquisa:

## **Economia Política Internacional**

Enfoca a inserção internacional da economia brasileira e de outros grandes países em desenvolvimento na América do Sul, na Ásia e na África; aborda as características e os efeitos da globalização; e desenvolve estudos comparados e setoriais preocupados com os efeitos da internacionalização de

empresas e segmentos produtivos. Especial atenção é dada às crises financeiras internacionais e seus reflexos no Brasil e nos demais países do Sul.

### **Política Internacional**

Enfatiza a análise do processo de formação, implementação e avaliação de política externa. Procura confrontar padrões de inserção internacional de países estratégicos de América do Sul, África e Ásia, considerando padrões institucionais, política comercial, estruturas de intermediação de interesses e atuação de atores da sociedade civil no eixo Sul-Sul das relações internacionais contemporâneas.

### **Segurança Internacional**

Aborda os principais problemas de segurança no sistema internacional a partir de uma perspectiva que leva em conta os Estados mais poderosos no nível global, mas que introduz de maneira sistemática o problema das balanças regionais de poder, o eixo Sul-Sul, a existência de complexos regionais de segurança e o impacto das tecnologias de informação na Era Digital.

### **CEGOV**

O Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é um centro interdisciplinar vinculado à Reitoria, cujo objetivo é estudar a ação governamental no Brasil e no mundo. Nesse sentido, a missão do CEGOV é articular seus pesquisadores em áreas interdisciplinares prioritárias e realizar projetos de pesquisa aplicada. O CEGOV também desenvolve atividades de extensão e de ensino, e serve como espaço para coordenação e interlocução entre pesquisadores, grupos de pesquisa, cursos de graduação e programas de pós-graduação da UFRGS, voltados para as políticas públicas. O CEGOV preza pela excelência acadêmica no desenvolvimento de seus projetos e pelo progresso da UFRGS como instituição de ensino de reconhecimento internacional. Além disso, desde sua criação o CEGOV tem procurado contribuir para a interação institucionalizada entre a comunidade acadêmica da UFRGS e instituições da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

As atividades do CEGOV estão articuladas através de Grupos de Trabalho (GTs) responsáveis pela formulação, implementação e avaliação de projetos interdisciplinares em áreas como política internacional, governança, processos decisórios, controle democrático, entre outras. Os GTs recebem o auxílio da Equipe de Apoio Técnico (AT) em todas as etapas dos projetos. O AT

também é responsável pela manutenção da estrutura organizacional do CEGOV e pelo desenvolvimento de ferramentas e processos que facilitem a integração dos pesquisadores ao CEGOV. O CEGOV também congrega núcleos de pesquisa tradicionais da UFRGS, como o NERINT e o CEBRAFRICA.

## CEBRAFRICA

O Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) tem suas origens no Centro de Estudos Brasil-África do Sul (CESUL), um programa estabelecido em 2005 através de um convênio entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Suas atividades de pesquisa são desenvolvidas junto ao Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT).

Em março de 2012 o CESUL foi ampliado para abranger o conjunto geográfico do continente africano, transformando-se em CEBRAFRICA, enquanto a Série Sul-Africana, que publicou cinco livros, foi transformada em Série Africana, com novas obras no prelo. O objetivo segue sendo o mesmo: realizar pesquisas, apoiar a elaboração de teses, dissertações e trabalhos de conclusão, congregar grupos de pesquisa em temas africanos, realizar seminários, promover intercâmbio de professores e estudantes e estabelecer redes de pesquisa e projetos conjuntos com instituições africanas e africanistas, publicar obras produzidas no Brasil ou traduzidas e ampliar a biblioteca especializada fornecida pela FUNAG.

As pesquisas têm por objetivo o conhecimento do continente africano e de suas relações com o Brasil, nas seguintes áreas: Relações Internacionais, Organizações de Integração, Segurança e Defesa, Sistemas Políticos, História, Geografia, Desenvolvimento Econômico, Estruturas Sociais e sua Transformação e Correntes de Pensamento. São parceiros do CEBRAFRICA conceituadas instituições do Brasil, Argentina, Cuba, México, Canadá, África do Sul, Angola, Moçambique, Senegal, Cabo Verde, Egito, Nigéria, Marrocos, Portugal, Reino Unido, Holanda, Suécia, Rússia, Índia e China. As pesquisas em andamento versam sobre a “A presença do Brasil, da China e da Índia na África”, “A África na Cooperação Sul-Sul”, “Conflitos africanos”, “Integração e desenvolvimento na África”, “As relações da África com as Grandes Potências” e “As relações interafricanas”.

## NORMAS DE SUBMISSÃO

1. A revista AUSTRAL publica artigos científicos e resenhas bibliográficas;
2. A revista está dividida em duas seções: Artigos e Resenhas
3. Os artigos de pesquisa devem limitar-se a 70 mil caracteres (incluindo espaços e notas de rodapé) e as resenhas bibliográficas devem conter cerca de 4,5 mil caracteres (incluindo espaços) e não devem conter notas de rodapé;
4. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto;
5. A bibliografia deve ser citada de acordo com o sistema Chicago (Autor-data ou notabibliografia), referenciando a literatura citada ao final do texto;
6. As contribuições devem ser inéditas e podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
7. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação, filiação institucional (com o nome completo da instituição) e e-mail para contato;
8. O completo preenchimento, pelo(s) autor(es), do formulário de submissão do artigo é imprescindível;
9. Admite-se a publicação de estudantes de graduação, desde que em parceria com um professor orientador titulado, que constará como autor principal do trabalho.
10. No caso de resenhas bibliográficas, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
11. As contribuições devem vir acompanhadas de: 3 palavras-chave em português ou espanhol e 3 palavras-chave em inglês; Título em português ou espanhol e em inglês; Resumo em português ou espanhol e Abstract em inglês, ambos preferencialmente com até 50 palavras.
12. As contribuições devem ser feitas através do website: [www.seer.ufrgs.br/Austral](http://www.seer.ufrgs.br/Austral).

## CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”.
2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (não possuindo tamanho maior do que 2MB)
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço simples; usa fonte Times New Roman de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento, como anexos.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
6. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

# NÚMEROS ANTERIORES

Disponível online em:  
[www.seer.ufrgs.br/Austral](http://www.seer.ufrgs.br/Austral)

## Volume 13, Número 26 (Jul./Dec. 2024)

### Editor's Note

**Mackinder's Heartland Thesis and the One Belt, One Road Initiative: Russia's Growing Dependence on China and the Ukraine War** (Hanna Samir Kassab)

**Hybrid Multilateralism: Greenpeace in the Global Climate Governance** (Ninda Soraya, Ali Muhammad and Sitti Zarina Binti Alimuddin)

**Astropolitics and USA-China's New Geopolitical Rivalry Area** (Sayedmohammad Seyedi Asl)

**Kangaroo Concerns About Swimming Dragon Ambitions** (Saira Aquil and Waheed Ur Rehman)

**From Soft Balancing to Bandwagoning: Contemporary Brazil-US Relations in South America** (Augusto Leal Rinaldi)

**Russia's Deterrence Strategy in Nagorno-Karabakh: Implications for the Ukraine Invasion** (Miguel Paradela López)

**Options of Jordan Foreign Policy in Light of "Deal of the Century" Regionally and Internationally** (Sahar Tarawneh)

**Security Sector Reform and Peacebuilding: Analyzing Yemeni Civil Conflict Deadlocks** (Felipe Duran and Marcial Alécio Garcia Suarez)

**ASEAN People-Centered Regionalism and Strategy to Build Its People's Identity through Social Media Discourse** (Sugito Sugito)

**Book's Review of "A theory of global power", by José Luís Fior** (Helio Caetano Farias)

## Volume 13, Número 25 (Jan./Jun. 2024)

### Editor's Note

**Turkey's Dilemma And Strategic Stability** (Jean-Pier de Vasconcellos Esquia and José Miguel Quedi Martins)

**India's Strategic Choices in the Multipolar World** (Surendra Kumar Yadawa)

**Indonesia's G20 Presidency and Middle Power Diplomacy: Building Bridges between Developed and Developing Countries** (Tatok Djoko Sudiarto, Febry Triantama and Bimantoro Kushari Pramono)

**The Great Reset and the near-term implications for the Chinese economy: a post pandemic outlook** (Ramnath Reghunadhan and Joe Thomas Karackattu)

**U.S. Grand Strategy in the Early Cold War: Priorities, Concerns and Policy Actions** (Humayun Javed)

**The Impact of the Ukraine War on Antarctic Geopolitics through Fuzzy Cognitive Maps** (Luiz Octavio Gavião and Michael Bilac Barbosa de Oliveira)

**Development and metric validity of "Logistic Friction Scale (LFS)" for assessment of military border organizations' supply** (Tássio Franchi, Angela Nogueira Neves, Luis Fernando Tavares Ferreira, Eduardo Xavier Glaser Migon)

**Chinese migrant workers in Indonesia: a contested security issue** (Ali Maksum)

**Three Truly Realist Perspectives on the Russo-Ukrainian War** (Paulo Fagundes Visentini)

## Volume 12, Número 24 (Jul./Dez. 2023)

### Editor's Note

Tribute to Samuel Guimarães

Global South versus Geopolitical South: a debate on the analytical relevance of the concepts (Rubens de Siqueira Duarte and Hugo Bras Martins da Costa)

The twilight of US dollar hegemony and the coming multipolar world (Armin Krishnan and Hanna Sammir Kassab)

Contemporary British Politics in Africa (Alisa Shishkina and Nikolay Medushevskiy)

Analysis of Sweden's Attempt to Join the North Atlantic Treaty Organization After the Earthquake in Turkey: A Disaster Diplomacy Perspective (Rista Herjani, Indianti Aghina Habiba and Surwandono Surwandono)

New enemies, old strategies: Barack Obama's foreign policy from the perspective of the two presidencies thesis (José Francelino Galdino Neto and Marcos Aurélio Guedes de Oliveira)

Different global contexts of the Confucius Institute: a systematic literature review (Ademir Macedo Nascimento and Kerou Xu)

The governments of Mauricio Macri and Jair Bolsonaro: ideology, pragmatism and foreign policy (André Coelho, Mariano Treacy and Beatriz de Mello)

Review of the book "O Pensamento Autoritário Brasileiro e a Crise Mundial", by Paulo Fagundes Visentini (José Miguel Quedi Martins)

## Volume 12, Número 23 (Jan./Jun. 2023)

### Editor's Note

Latin America and the international scene: changes, dilemmas and challenges:

The Consolidation of the Brazilian Space Program: Changes and Challenges in the Third Space Age (Marco Aurélio Chaves Cepik, Jaíne Garcia de Souza and Vanessa Redel Dal-Berto)

The Crossroads between Actors, Norms, Practices and Institutions: mass migration from Venezuela in South America (Sérgio Luiz Cruz Aguilar)

MERCOSUR and post-COVID 19 exit strategies in terms of sustainable development: renewable energies and climate change (Amalia Margarita Stuhldreher and Virginia Morales Olmos)

Latin America and China's Belt and Road Initiative: Challenges and proposals from a Latin American perspective (Victor Ramiro Fernandez, Juliana Gonzalez Jauregui and Gabriel Esteban Merino)

Framing conditionality of foreign aid: a critical approach to international cooperation processes (María Eugenia Vega and Oscar Parra)

### Articles:

When the Earth is not enough: the role of Outer Space in China's Grand Strategy (Paulo Afonso Brardo Duarte, Neslihan Topcu and Daniel Santos)

Unavoidable Clashes: Exploring the Implications of a China-Russia Alliance on Global Geopolitics (Sanjar Yakshilikov)

The blind spot of the Islamic Emirate of Afghanistan relation with India: The second reign since August 2021 (Mohammad Khalid Khawrin)

The Belt and Road Initiative and the fate of Presidential mega infrastructures in Africa (Amabilly Bonacina and Mamoudou Gazibo)

A Tale of Two Jihads: Unraveling the Atrocities of the Islamic State in the Greater Sahara (ISGS) and Jama'at Nasr al-Islam wal Muslimin (JNIM) in the Sahel (Frederick Appiah Afriyie)

NERINT Strategic analysis: The Brazilian challenge of reactivating Unasur and strengthening Mercosur (Leonardo Granato)

## Volume 11, Número 22 (Jul./Dez. 2022)

### Editor's Note

The Putin Doctrine: What is It? The Russian Strategic Issue and the Enlarged National Security (José Alexandre Altahyde Hage)

Political Analysis of the Purchase and Technology Transfer Process for Gripen Fighters (Francisco Pôrto Júnior e Marco Antônio Alves)

The East Mediterranean Gas Forum: Convergence of regional and energy security concerns (Stefy Joseph e Aneetta Thomas Peedikayi)

United States Foreign Policy towards Jordan from the Political and Security Dimensions from 1990 to 2017 (Ala Alkhawaldeh e Ayman Hayajneh)

The Foreign Policy of Post-revolutionary Iran: Expediency at the Crossroad of Supra-Nationalism and Sovereignty (Hamoon Khelghat-Doost)

The Belt and Road Initiative: Dynamics for Latin America and the Caribbean region (Anurag Tripathi, Abhishek R.L. e Arun Teja)

Maritime Diplomacy in the Indian Ocean: A Way Forward for Pakistan (Zaeem Hassan Mehmood e Ramla Khan)

Toward an Effective Asean Mutual Legal Assistance in Combating Non-Traditional Security Threats in the Southeast Asia Region (Syafrinaldi Syafrinaldi, Rendi Prayuda and Syafri Harto)

## Volume 11, Número 21 (Jan./Jun. 2022)

### Editor's Note

The Systemic Cycles of Accumulation in the Work of Giovanni Arrighi: The 2008 Crisis, the End of US Hegemony and the Role of China (Analúcia Danilevitz Pereira and Igor Estima Sardo)

US Power and the Multinational Tech Companies of the Digital Era: An Analysis of the Obama and Trump Governments Oligopolization (2009-2021) (Cristina Soreanu Pecequillo and Francisco Luiz Marzinotto Jr.)

China's Contribution to the Stabilization of 'Democratic' Afghanistan (Lukasz Jureńczyk)

The Sultanate of Oman's Foreign Policy Towards the Yemeni Crisis: Pillars and Limitations (Khamis bin Ali Al-Sunaidi and Sahar Tarawneh)

Maritime Security in the Indo-Pacific Region: A View from the Geostrategic Position of the Malacca Strait (Nguyen Tuan Binh, Tran Xuan Hiep and Tran Hoang Long)

The European Community's Contradictory External Behaviour: The Promotion of Integration in Latin America in the Late 1980s (Mayte Anaís Dongo Sueiro)

Fault Lines in Civilizations and Right-Wing Extremism: Germany's Experiment with Domestic Responsibility Vs. International Obligation (Stefy Joseph and Rhea Anthony)

Mozambique: A Comparative Study of the Foreign Policy of the Samora Machel and Joaquim Chissano Governments (Ercilio Neves Brandão Langa)

## Volume 10, Número 20 (Jul./Dez. 2021)

### Editor's Note

**AUSTRAL: 10 Years of South-South Cooperation** (Paulo Fagundes Visentini and Guilherme Thudium)

**The Sino-Russian Geopolitics in Eurasia and China-USA Disputes: Asia-Pacific-Greater Eurasia vs Indo-Pacific** (Marcos Cordeiro Pires and Lucas Gualberto do Nascimento)

**China and Russia: The Naval Projection of Land Powers** (Paulo Fagundes Visentini)

**Revitalization of Maritime Silk Road Based on the Security Implications and Cooperation** (Hélio Henkin, Rafael Pentiado Poerschke and Ricardo Dias da Silva)

**The Dynamics of the Succession of Currencies in the 21st Century – A Case of Chinese Financial Leadership?** (Gustavo de Moraes and Leonardo Giacomini)

**The Enduring Relevance of Naval Power: Defence, Security and Power Projection at Sea in Changing Strategic Environments** (Samuel Oyewole and Abiodun Duyile)

**Prioritization of Multilateral Agreements on Export Control of Defense Products and Sensitive Technologies by Hierarchical Analysis Process** (Luiz Octavio Gaviao, Luciano Dias Dutra and Sergio Kostin)

**Defense Expenditure and Strategic Capabilities: Dissimilarities Among South American Countries** (Angela Nogueira Neves and Tássio Franchi)

**Globalization and the Changing Concept of NATO** (*Umair Pervaz Khan and Kashaf Sohail*)

**Failed Strategy? The Legacy of Barack Obama's Presidency in The Middle East and North Africa** (Magdalena Lewicka and Michal Dahl)

**Security Studies in International Relations: Evolution, Approaches and Contemporary Challenges** (Ali Muhammad and Sugeng Riyanto)

**Regional Implementation of the United Nations Global Counter Terrorism Strategy in West Africa: Issues And Challenges** (Enoch Ndem Okon and Dodeye Uduak Williams)

**New Dawn or Eternal Twilight?** (Vladimir Shubin)

NERINT STRATEGIC ANALYSIS (2021/2) (various authors)

## Volume 10, Número 19 (Jan./Jun. 2021)

### Editor's Note

**Taking Stock of the Thirty Years of Mercosur** (Leonardo Granato)

**National Defense and Development: Dialogues Between the Meaning of Hélio Jaguaribe's "Autonomy" Concept and the National Strategy of Defense** (Luiz Felipe Brandão Osório)

**The Reform of the Brazilian Anti-Dumping Regime: A Partial Review of the Determinants and The Implications of Decree 8,058/2013** (Pedro Nogueira da Gama Correio)

**A Zone of Twilight? Peace and Conflict in Latin America and the United Nations** (Sezai Özçelik)

**The Dragon's Footprints in the South Pole: A Study on Chinese Strategies and Actions in Antarctica and its Implications for Brazil** (Alana Camoça Gonçalves de Oliveira)

**Colombian Military Transformation: Strategic Reality and Overcoming Resistances** (Víctor M. Mijares and Paula Alejandra González)

**The Development of Geo-economics: A Path Towards an Institutional Liberalism Approach**  
(Ricardo Vega Perez)

**Revisiting the Us-China Trade War: A Strategic Assessment** (Ramla Khan and Zaeem Hassan Mehmood)

**The US Strategy for Short-Term Military Artificial Intelligence Development (2020-2030)**  
(Daniel Barreiros and Ítalo Barreto Poty)

**The Importance of the Middle East in Russian Foreign Policy** (Seyed Javad Emam Jomehza-deh, Sanaz Rostamjabri and Mahnaz Goodarzi)

**Africa and the 'Globalization Bargain': Towards a Collective Economic** (Al Chukwuma Okoli and Atelhe George)

**War and Conflict in the African Sahel as the Result of an Historic and Permanent War Between Two Empires: The Arab-Islamic Empire and The Western Empire**  
(Mamadou Alpha Diallo)

**NERINT STRATEGIC ANALYSIS (2021/1)** (various authors)